

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O POVO KAINGANG E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS  
INDÍGENAS NO BRASIL: A EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E A RETOMADA  
*KAINGANG KÓGŨNH MÁG***

Discente: Rodrigo Wienskoski Araujo

Professor Orientador: Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Porto Alegre, junho de 2023

**RODRIGO WIENSKOSKI ARAUJO**

**O povo Kaingang e o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil: a  
expropriação territorial e a retomada Kaingang *Kógũnh Mág***

Tese apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, como requisito para o título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich.

Porto Alegre, junho de 2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Araujo, Rodrigo Wienskoski

O povo Kaingang e o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil: a expropriação territorial e a retomada Kaingang Kógũnh Mág / Rodrigo Wienskoski Araujo. -- 2023.

337 f.

Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Povo Kaingang. 2. Retomada Kógũnh Mág. 3. FLONA de Canela. 4. Terra Indígena. 5. Vínculos Territoriais. I. Heidrich, Álvaro Luiz, orient. II. Título.

RODRIGO WIENSKOSKI ARAUJO

O povo Kaingang e o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil: a expropriação territorial e a retomada Kaingang *Kógũnh Mág*.

Tese apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, como requisito para o título de Doutor em Geografia.

Porto Alegre, junho de 2023

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Luísa Zeferino Pires  
Programa de Pós-Graduação em Geografia – POSGEA  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira  
Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDREDES  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara  
Programa de Pós-Graduação em Geografia – POSGEA  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Rafael Zilio Fernandes  
Instituto de Ciências da Educação – ICE  
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA-Santarém

---

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Geografia – POSGEA  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

## RESUMO

O processo de demarcação de terras indígenas é um assunto que gera muitas controvérsias. Os povos originários, os principais interessados, nunca desistiram de seus territórios, e vários grupos iniciaram movimentos independentes pela demarcação de suas terras. Esse é o caso da retomada *Kógũnh Mág*, que busca demarcar os territórios originários Kaingang no entorno da Floresta Nacional de Canela (FLONA de Canela). Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo central analisar a territorialidade Kaingang que se constitui através deste processo de retomada. Os Kaingang tiveram seus territórios ocupados, uma desterritorialização patrocinada pelo Estado, que promoveu a desarticulação dos vínculos territoriais e da territorialidade da maioria dos grupos. Mesmo assim, esse povo manteve os pontos fundamentais da sua cosmologia e buscou reelaborar os novos elementos trazidos pelo colonizador. A pesquisa teve um caráter qualitativo e participativo junto aos Kaingang. Por esse motivo, as atividades foram realizadas através de trabalhos de campo, com posterior sistematização em gabinete. A organização dos resultados foi realizada através da técnica de pesquisa conhecida como análise de conteúdo, com três etapas básicas: pré-análise, códigos e categorização dos dados e análise e interpretação das categorias. A pesquisa mostra que a demarcação de terras indígenas, mesmo seguindo uma visão territorial restritiva do colonizador, foi um processo assimilado de forma consciente pelos povos originários, uma estratégia para restabelecer, fortalecer e construir vínculos territoriais, em que novas territorialidades surgem em torno da retomada dos territórios originários.

**Palavras-chaves:** Povo Kaingang; Retomada *Kógũnh Mág*; FLONA de Canela; Terra Indígena; Vínculos Territoriais.

## ABSTRACT

The process of demarcating indigenous land is a matter that raises a lot of controversy. Indigenous peoples, the key parties, never gave up on their territory, and several groups started independent movements aiming the demarcation of their land. That is the case of the *Kógũnh Mág* retaken, whose goal is to demarcate the original Kaingang territory around Floresta Nacional de Canela (FLONA de Canela). Hence, the main goal of this research is to analyse Kaingang territoriality that is formed through this retaken process. The Kaingang had their land occupied, a State-sponsored deterritorialization, which promoted a disarray on territorial bonds and on territoriality of most groups. Even so, this people kept the fundamental points of their cosmology and tried to re-elaborate the new elements brought by colonizers. The nature of this research was qualitative and interactive among the Kaingang, therefore the activities were performed first on the fieldwork and then systematized in the office. The organization of the results was performed using a research technique known as content analysis, with three basic steps: pre-analysis, codes and data categorization, and analysis and interpretation of categories. This research shows that demarcation of indigenous land, even by following a colonizer's restrictive territorial view, was a process consciously assimilated by indigenous peoples, a strategy to re-establish, strengthen, and build territorial bonds, in which a new territoriality rises around the retaken of indigenous land.

**Keywords:** Kaingang People; *Kógũnh Mág* Retaken; FLONA de Canela; Indigenous Land; Territorial Bonds.

## RESUMEN

El proceso de demarcación de tierras indígenas es una cuestión que genera muchas controversias. Los pueblos indígenas, los principales interesados, nunca desistieron de sus territorios y varios grupos iniciaron movimientos independientes por la demarcación de sus tierras. Ese es el caso de la retomada *Kógũnh Mág*, que busca demarcar los territorios originarios Kaingang alrededor de la Floresta Nacional de Canela (FLONA de Canela). Así, esta investigación tuvo como objetivo central analizar la territorialidad Kaingang que se constituye a través de este proceso de retomada. Los Kaingang tuvieron sus territorios ocupados, una desterritorialización patrocinada por el Estado, que promovió la desarticulación de los vínculos territoriales y de la territorialidad de la mayoría de los grupos. Sin embargo, ese pueblo mantuvo los puntos fundamentales de su cosmología y buscó reelaborar los nuevos elementos traídos por el colonizador. La investigación tuvo un carácter cualitativo y participativo junto a los Kaingang. Por ese motivo, las actividades fueron realizadas a través de trabajos de campo, con posterior sistematización en gabinete. La organización de los resultados fue realizada a través de la técnica de investigación conocida como análisis de contenido, con tres etapas básicas: preanálisis, códigos y categorización de los datos y análisis e interpretación de las categorías. La investigación muestra que la demarcación de tierras indígenas, aunque siguiendo una visión territorial restrictiva del colonizador, fue un proceso asimilado de forma consciente por los pueblos indígenas, una estrategia para restablecer, fortalecer y construir vínculos territoriales, en que nuevas territorialidades surgen alrededor de la retomada de los territorios indígenas.

**Palabras clave:** Pueblo Kaingang; Retomada *Kógũnh Mág*; FLONA de Canela; Tierra Indígena; Vínculos Territoriales.

## SUMÁRIO:

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS.....</b>	<b>29</b>
2.1	FASE EXPLORATÓRIA .....	29
2.2	COLETA DE DADOS, REDUÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS .....	33
2.2.1	Levantamento Bibliográfico e Documental .....	34
2.2.2	Levantamento Cartográfico .....	35
2.2.3	Levantamento de Campo e Gabinete .....	38
2.2.4	A Organização dos Dados.....	42
2.3	PROPOSTA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO .....	43
2.3.1	Pré-análise.....	43
2.3.2	Categorização dos Dados .....	45
2.3.3	Análise e Interpretação das Categorias .....	46
<b>3</b>	<b>OS KAINGANG E A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE .....</b>	<b>47</b>
3.1	A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO POVO KAINGANG NO BRASIL MERIDIONAL .....	57
3.2	OS TERRITÓRIOS DO POVO KAINGANG.....	71
3.3	OS VESTÍGIOS DO PASSADO QUE FORTALECEM O PRESENTE KAINGANG .....	84
3.3.1	A tradição Taquara e o povo Kaingang.....	88
3.4	AS PRIMEIRAS INVASÕES EUROPEIAS NOS TERRITÓRIOS KAINGANG .....	98
3.4.1	Os primeiros contatos com o povo Kaingang.....	107
3.5	O CAMINHO DAS TROPAS EM TERRITÓRIO INDÍGENA.....	119
3.6	A GUERRA JUSTA CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS .....	122
3.7	A “NOVA” POLÍTICA INDÍGENA DO IMPÉRIO DO BRASIL .....	135
3.8	A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS.....	138
3.9	O TERRITÓRIO DO <i>PAY-BANG</i> BRAGA .....	151
3.9.1	<i>Pay Nivo</i> , a liderança que nunca aceitou a política dos aldeamentos .....	155
3.9.2	Desterritorialização e o avanço da colonização .....	164
3.10	POLÍTICA INDIGENISTA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A INSTITUIÇÃO DO SPI.....	167
3.10.1	A Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul .....	183
3.10.2	A administração do SPI no Rio Grande do Sul .....	188
3.10.3	A extinção do Serviço de Proteção aos Índios.....	194
3.11	FUNAI: UMA NOVA INSTITUIÇÃO E AS MESMAS PRÁTICAS TUTELARES.....	202
3.11.1	<i>Xangrê e Kretã: os guerreiros Kaingang reivindicam suas terras</i> .....	210
3.12	O PROCESSO CONSTITUINTE E O FIM DA TUTELA INDÍGENA.....	219
3.12.1	O processo de demarcação de terra indígena tradicionalmente ocupada .....	224
<b>4</b>	<b>AS RETOMADAS.....</b>	<b>229</b>
4.1	<i>FÁG NHIN</i> , UMA CONQUISTA KAINGANG EM PORTO ALEGRE .....	238
4.2	A RETOMADA DA <i>ÝMÃ SI TUPENG PÓ</i> .....	242
4.3	A RETOMADA DE ZÍLIO <i>JAGTYG</i> SALVADOR EM CANELA.....	254

4.4	A RETOMADA SEGUE COM SEU NOVO LÍDER.....	264
4.5	A LUTA DE MAURÍCIO SALVADOR PELO RECONHECIMENTO DA TI <i>KÓGŨNH MÁG</i> .....	273
4.6	A QUALIFICAÇÃO DA TI <i>KÓGŨNH MÁG</i> .....	290
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>295</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>305</b>

## LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 – Atividade de campo com representantes do povo Aikewara na TI Sororó (São Geraldo do Araguaia – PA). .....	21
Figura 2 – Atividade de campo com representantes do povo Yudjá na TI Juruna do Km 30 (Vitória do Xingu – PA). .....	21
Figura 3 – Atividade de campo do curso de Ciências Sociais da UFRGS com lideranças do povo Kaingang no Morro Santana em Porto Alegre. ....	22
Figura 4 – Atividade de Campo do grupo SEMEAR com representantes da aldeia <i>Fág nhin</i> na Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. ....	22
Figura 5 – Mapa de Localização da Floresta Nacional de Canela. ....	23
Figura 6 – Vista frontal do acampamento <i>Jagtyg Fykóg</i> . ....	24
Figura 7 – Diálogo com as lideranças no acampamento <i>Jagtyg Fykóg</i> . ....	24
Figura 8 – Mapa de Localização da aldeia <i>Kógũnh Mág</i> e dos acampamentos Kaingang. ....	26
Figura 9 – Reunião do NIT na Aldeia <i>Oré Kupri</i> em dezembro de 2017. ....	30
Figura 10 – Reunião com o NIT na Aldeia <i>Tupeng-pó</i> em abril de 2018. ....	30
Figura 11 – Núcleo SEMEAR e outras entidades atuando em defesa dos interesses dos povos originários na sede do MPF no Rio Grande do Sul. ....	31
Figura 12 – Registro com o Cacique Maurício no acampamento <i>Jagtyg Fykóg</i> . ....	33
Figura 13 – Registro com a liderança Alcir Salvador e o <i>kujà</i> Pedro Garcia. ....	33
Figura 14 – Maurício Salvador observa o mapa da FLONA de Canela. ....	36
Figura 15 – Os Kaingang indicando elementos relevantes na FLONA de Canela. ....	36
Figura 16 – A audiência pública para Concessão da FLONA de Canela foi realizada de forma virtual no dia 20 de agosto de 2020. ....	41
Figura 17 – Distribuição dos povos originários segundo Carlos Teschauer. ....	48
Figura 18 – Tronco linguístico Macro-Jê, segundo classificação de Ayron Rodrigues. ....	51
Figura 19 – Símbolo da Retomada Kaingang <i>Kógũnh Mág</i> . ....	52
Figura 20 – Mapa com a distribuição das terras indígenas do povo Kaingang no Brasil Meridional. ...	53
Figura 21 – Kaingang da retomada <i>Kógũnh Mág</i> protestando em Porto Alegre contra a Tese do Marco Temporal. ....	57
Figura 22 – Indígenas e Movimentos Sociais protestam contra a Tese do Marco Temporal. ....	57
Figura 23 – Mapa do espaço geográfico do povo Kaingang. ....	61
Figura 24 – Organização social e política-territorial do povo Kaingang. ....	74
Figura 25 – Marcas identificadas por Pierre Mabilde para diferenciar os pinheirais. ....	77
Figura 26 – Mapa da distribuição espacial das principais lideranças Kaingang no século XIX no atual território do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. ....	81
Figura 27 – Perfil de uma casa subterrânea dos Jê Meridionais em São José do Cerrito (SC). ....	89
Figura 28 – Montículo funerário escavado no município de São Marcos (RS). ....	92
Figura 29 – Montículo funerário Kaingang em São Paulo descrito por Heinrich Manizer. ....	93
Figura 30 – Montículo indicando sepultura dos Kaingang de São Paulo. ....	94

Figura 31 – Mapa com a provável rota de migração das populações Jê Meridionais segundo Francisco Noelli e Jonas de Souza (2017). .....	95
Figura 32 – Mapa com os prováveis espaços de ocupação das principais tradições arqueológicas do RS segundo Jairo Rogge (2004). .....	97
Figura 33 – A obra “Terra Brasilis”, de autoria do cartógrafo português Lopo Homem, retratava a flora, a fauna e o escambo de pau-brasil no novo continente. ....	103
Figura 34 – Cacique Manuel Arepquembe, chefe dos “Coroados”, do aldeamento de São Pedro de Alcântara no Paraná no século XIX. ....	108
Figura 35 – No mapa de Paul Ehrenreich de 1891 a denominação “Coroados” é atribuída apenas ao povo Puri, que geograficamente vivia nas matas do RJ e MG. ....	109
Figura 36 – Mapa da antiga Província Espanhola de Guairá. ....	113
Figura 37 – Mapa de localização das antigas Missões do Tape. ....	114
Figura 38 – Povos e províncias etnográficas, segundo os Jesuítas das Missões do Tape. ....	115
Figura 39 – Mapa das Províncias Etnográficas do Rio Grande do Sul, em destaque o Caminho do Caamo, antiga rota Ibirajara (Kaingang) que foi utilizada pelos bandeirantes do século XVII para chegar as Missões do Tape. ....	116
Figura 40 – Principais rotas de penetração dos tropeiros. ....	120
Figura 41 – Família de indígenas Guayana capturada na “Comarca de Curitiba”. ....	124
Figura 42 – Grupo de “selvagens civilizados” de Mogi das Cruzes fazendo a “Guerra Justa” contra os Botocudos.....	125
Figura 43 – Em destaque o Caminho das Missões (em vermelho) aberto no século XIX e o Campo do Meio (em verde). ....	132
Figura 44 – Mapa da Província de São Paulo de 1886, destacando os “Terrenos Desabitados” do Oeste do Estado. ....	142
Figura 45 – Mapa do ataque de <i>pay Nivo</i> contra a família de Pedro Wadenpuhl na Colônia de Mundo Novo em 1852. ....	158
Figura 46 – Alcir Salvador indica o local de uma casa subterrânea na bacia do Arroio Tiririca próximo da FLONA de Canela. ....	159
Figura 47 – Mauricio Salvador explicando a distribuição das casas subterrâneas. ....	159
Figura 48 – Relação entre os filhos de <i>Nivo</i> e <i>Yotoahê</i> .....	162
Figura 49 – Grupo de bugreiros em Santa Catarina liderados por Martinho Marcelino, à direita de calça branca, paletó e boné.....	170
Figura 50 – No centro da canoa, Martinho Marcelino, conduz as crianças indígenas para distribuí-las entre os matadores de seus pais em Santa Catarina. ....	170
Figura 51 – Cândido Rondon com os indígenas Nhambiquara-mamaindê nas expedições de implementação da rede telegráficas no Mato Grosso entre os anos de 1907-1909. ....	173
Figura 52 – Na imagem o cacique Rerim (centro), sua esposa (esquerda) e Vanuire (direita), intérpretes Kaingang do SPI em São Paulo.....	174
Figura 53 – Grupo da frente de atração Kaingang no acampamento de Ribeirão dos Patos (Lins –SP) em 1917.....	175

Figura 54 – Grupo Kaingang usando fardas militares no acampamento de Ribeirão dos Patos (Lins – SP) em 1917.....	175
Figura 55 – Distribuição dos toldos Kaingang nos rios Tietê, Feio e Peixe no início da atuação do SPILTN em São Paulo. ....	177
Figura 56 – Mapa de localização das atuais terras indígenas Kaingang em São Paulo. ....	179
Figura 57 –Kaingang na escola no Posto Indígena de Ligeiro (RS) em 1944.....	181
Figura 58 –Kaingang na escola no PTI de Cacique Doble (RS) em 1940. ....	181
Figura 59 – Alunos Kaingang do PTI Duque de Caxias (SC), em destaque o retrato do presidente Getúlio Vargas. ....	182
Figura 60 – Crianças Kaingang no hasteamento da bandeira no PTI Icatu (SP). ....	182
Figura 61 – Vista do PTI Cacique Doble (RS) em 1947. ....	182
Figura 62 – Vista parcial do PTI Guarita (RS), provavelmente, em 1940.....	182
Figura 63 – O Cacique Tenente Coronel Antônio Pedro (centro) do toldo de Nonohay, em visita a Porto Alegre em julho de 1911, no processo de reivindicação da demarcação das terras do povo Kaingang no Rio Grande do Sul.....	184
Figura 64 – Mapa de localização dos toldos indígenas demarcados pelo DTC no início do século XX no Rio Grande do Sul.....	186
Figura 65 – Francisco José Vieira dos Santos e Helena Abduch Vieira dos Santos no escritório do PTI de Nonoai em 1944, em destaque a imagem do presidente Getúlio Vargas. ....	189
Figura 66 – Grupo Kaingang trabalhando na plantação no PTI de Nonoai em 1944.....	190
Figura 67 – Kaingang transportando madeira na serraria do PTI de Ligeiro em 1944.....	190
Figura 68 –Os Kaingang trabalham no curral construído no período do SPI em Nonohay. ....	191
Figura 69 – Campo desmatado no PTI Icatu (SP) em 1920.....	192
Figura 70 – Os Kaingang contam o gado no PTI Vanuire (SP) em 1930.....	192
Figura 71 – Equipe da Comissão de Inquérito e indígenas de povo não identificado.....	197
Figura 72 – Equipe da Comissão de Inquérito e, provavelmente, funcionários do SPI.....	197
Figura 73 – Lideranças e guerreiros Kaingang de Nonoai nos anos 1970.....	211
Figura 74 – Grupo do povo Kayapó lendo o projeto de Constituição em 1987. ....	220
Figura 75 – Francisco Kaingang segurando a bandeira do Brasil durante as reuniões da Constituintes de 1987.....	220
Figura 76 – O mapa exposto em plenário contra a emenda das mineradoras que pretendia tirar do Congresso a prerrogativa de autorizar a mineração nas áreas indígenas. ....	221
Figura 77 – Ailton Krenak em discurso no Congresso Nacional em 1987. ....	222
Figura 78 – No aniversário de 40 anos da Eco-92 a plataforma Google homenageou os povos indígenas através de Rosane Kaingang. ....	224
Figura 79 – Mapa de localização dos principais núcleos familiares Kaingang em Porto Alegre nos anos 1990.....	237
Figura 80 – Zílio Salvador e o prefeito de Porto Alegre Tarso Genro em 19 de abril de 2001. ....	239
Figura 81 – Zílio Salvador entrega um cocar para o prefeito de Porto Alegre. ....	241

Figura 82 – Grupo Kaingang e o prefeito de Porto Alegre na cerimônia de entrega do terreno da aldeia <i>Fág nhin</i> .....	241
Figura 83 – Mapa de localização da retomada Kaingang no Morro do Osso.....	244
Figura 84 – Acampamento provisório Kaingang no Morro do Osso em 2004.....	245
Figura 85 – Entrada da aldeia Kaingang <i>Tupeng pó</i> em 2018. ....	245
Figura 86 – Atividades Kaingang nas nascentes do Morro do Osso durante o Encontro dos <i>Kujà</i> em 2018.....	250
Figura 87 – Zílio Salvador em atividades rituais durante o Encontro dos <i>Kujà</i> em 2006. ....	250
Figura 88 – João Padilha manejando cipó na encosta do Morro Santana. ....	252
Figura 89 – João Padilha mostra sementes que consegue encontrar em Porto Alegre. ....	252
Figura 90 – Mapa de localização do Parque Municipal do Pinheiro Grosso em Canela.....	257
Figura 91 – Araucária centenária no Parque Municipal do Pinheiro Grosso.....	258
Figura 92 – Placa com informações no Parque Municipal do Pinheiro Grosso.....	258
Figura 93 – Grupo Kaingang na FLONA de Canela em 2015. ....	261
Figura 94 – Cacique Zílio Salvador na FLONA de Canela em 2015. ....	261
Figura 95 – Indígenas vendendo artesanato no Lago Negro em Gramado no ano de 2013. ....	263
Figura 96 – Espaço de Arte Indígena no Lago Negro em Gramado. ....	263
Figura 97 – Indígenas entraram na FLONA de Canela em 16 de julho de 2018. ....	268
Figura 98 – Grupo Kaingang dialogando com a Funai na FLONA de Canela em 2018.....	268
Figura 99 – O ICMBio registrou a chegada dos Kaingang na FLONA de Canela em 2018.....	270
Figura 100 – O ICMBio fez questão de registrar o ônibus que transportou os Kaingang até a FLONA de Canela em 2018. ....	270
Figura 101 – Entrada do acampamento <i>Jagtyg Fykóg</i> em Canela nas proximidades da rodovia estadual RS-235 em dezembro de 2018. ....	272
Figura 102 – <i>Kujà</i> Pedro falando da história Kaingang na bacia hidrográfica do rio Caí. ....	276
Figura 103 – A “Caverna dos Índios”, na FLONA de Canela, é uma importante referência para os Kaingang. ....	276
Figura 104 – Moradia improvisada na FLONA de Canela em 28 de fevereiro de 2020.....	281
Figura 105 – Grupo Kaingang na entrada da FLONA de Canela em 4 de março de 2020.....	281
Figura 106 – Maurício e apoiadores na frente do MPF de Caxias do Sul. ....	282
Figura 107 – Grupo Kaingang na audiência no MPF de Caxias do Sul. ....	282
Figura 108 – Mapa Genealógico dos Kaingang da TI <i>Kógũnh Mág</i> . ....	293

## **LISTA DE QUADROS:**

Quadro 1 – Síntese dos territórios Kaingang segundo a Funai em 2022.....	54
Quadro 2 – As lideranças Kaingang conhecidas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no século XIX.....	78
Quadro 3 – Síntese dos aldeamentos criados no Rio Grande do Sul após o Regimento das Missões de 1845.....	146
Quadro 4 – aldeamentos demarcados pelo DTC entre os anos de 1910 e 1928. ....	185
Quadro 5 – Homologação de terras indígenas por gestão presidencial após a redemocratização. ..	225
Quadro 6 – Fase demarcatória dos territórios Kaingang no Rio Grande do Sul segundo a Funai em 2022.....	229

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Áreas indígenas regularizadas pelo antigo SPI. ....	193
Tabela 2 – Redução das áreas indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul em 1963. ....	199
Tabela 3 – Redução das áreas indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul em 1967. ....	200

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas

**AC** – Acre

**AGU** – Advocacia Geral da União

**AI-5** – Ato Institucional nº 5

**AL** – Alagoas

**AM** – Amazonas

**ANA** – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

**ANAI** – Associação Nacional de Apoio ao Índio

**ANC** – Assembleia Nacional Constituinte

**AP** – Amapá

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**BA** – Bahia

**BDGEx** – Banco de Dados Geográfico do Exército

**CBERS 04A** – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

**CE** – Ceará

**CEDI** – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

**CEI** – Centro Evangélico de Informação

**CEPI** – Conselho Estadual do Povo indígena do Rio Grande do Sul

**CF-1988** – Constituição Federal de 1988

**CGID** – Coordenação Geral de Identificação e Demarcação

**CIMI** – Conselho Indigenista Missionário

**CNPI** – Conselho Nacional de Proteção aos Índios

**Coiab** – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

**COMIN** – Conselho de Missão entre Povos Indígenas

**CORSAN** – Companhia Riograndense de Saneamento

**CPAB** – Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

**CR** – Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio

**CTI** – Centro de Trabalho Indigenista

**DF** – Distrito Federal

**DSEI** – Distrito Sanitário Especial Indígena

**DTC** – Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul

**Eco-92** – 2º Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**ES** – Espírito Santo

**Esri** – *Environmental Systems Research Institute, Inc.*

**Fepam** – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler do Rio Grande do Sul

**FLONA de Canela** – Floresta Nacional de Canela

**Funai** – Fundação Nacional do Índio (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)

**GD** – Grupo Doméstico

**GF** – Grupo Familiar

**GIZ** – *Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit*

**GL** – Grupo Local

**GNSS** – *Global Navigation Satellite System* (Sistema Global de Navegação por Satélite)

**GO** – Goiás

**GT** – Grupo de Trabalho

**ha** – Hectare

**IAP** – Instituto Anchietano de Pesquisa

**Ibama** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBDF** – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INP** – Instituto Nacional do Pinho

**INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

**ISA** – Instituto Socioambiental

**Landsat-8** – *Satélite Land Remote Sensing Satellite 8*

**MA** – Maranhão

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**MG** – Minas Gerais

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MORE** – Mecanismo Online para Referências

**MP** – Medida Provisória

**MPF** – Ministério Público Federal

**MS** – Mato Grosso do Sul

**MT** – Mato Grosso

**NIT** – Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**OLI** – *Operational Land Imager*

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**OniSul** – Organização das Nações Indígenas

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PA** – Pará

**PB** – Paraíba

**PDA** – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

**PE** – Pernambuco

**PEC** – Proposta da Emenda Constitucional

**PEN** – Parque Ecológico de Nonoai

**PFEN** – Parque Florestal Estadual de Nonoai

**PI** – Piauí

**PIN** – Programa de Integração Nacional

**PNMO** – Parque Natural Morro do Osso

**POSGEA** – Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**PPI** – Programa de Parcerias de Investimentos

**PR** – Paraná

**PROTERRA** – Programa de Distribuição de Terras

**PRR** – Partido Republicano Rio-Grandense

**PTI** – Posto Indígena

**RADAM** – Projeto Radar da Amazônia

**RCID** – Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas

**Rio-92** – 2º Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**RJ** – Rio de Janeiro

**RN** – Rio Grande do Norte

**RO** – Rondônia

**RPPN** – Reserva do Patrimônio Particular Natural

**RR** – Roraima

**RS** – Rio Grande do Sul

**SABI** – Sistema de Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**SAJU** – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

**SC** – Santa Catarina

**SciELO** – *Scientific Electronic Library Online*

**SE** – Sergipe

**SEMA-RS** – Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

**SEMEAR** – Núcleo de Assessoria ao Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas

**SESAI** – Secretaria Especial de Saúde Indígena

**SIG** – Sistema de Informações Geográficas

**SII** – Sistema Indigenista de Informações

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

**SP** – São Paulo

**SPI** – Serviço de Proteção aos Índios

**SPILTN** – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**TI** – Terra Indígena

**TO** – Tocantins

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UNI** – União das Nações Indígenas

**UPT** – Unidade Política Territorial

**WPM** – *Multispectral and Panchromatic Wide-Scan Camera*

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa começou muito antes do ingresso no Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Considero que o projeto iniciou em fevereiro de 2013, quando, atuando como Geógrafo pela Empresa Ecoplan Engenharia, tive a oportunidade de visitar duas terras indígenas (TIs) no município de Rondonópolis no estado do Mato Grosso. A empresa de engenharia e consultoria ambiental era a responsável por elaborar o Estudo da Componente Indígena e o Plano Básico Ambiental Indígena da BR-163/364/MT nas TIs Tadarimana e Teresa Cristina do povo Bororo. Foi através desse trabalho que surgiram as primeiras oportunidades de dialogar com os povos originários<sup>1</sup>.

Do primeiro contato até o ano de 2018, momento de desligamento da empresa, tive outras experiências de trabalho com os seguintes povos: Kariri-Xocó, Wassu Cocal, Karopotó, Assuruni do Tocantins, Arara, Kayapó, Juruna e Parakanã. Todas eram atividades relacionadas a consultoria ambiental em projetos de infraestrutura rodoviária (Figura 1 e Figura 2).

A partir das relações desenvolvidas comecei a perceber toda a carga colonial/etnocêntrica que minha formação acadêmica e social recebeu ao longo dos anos. Confesso que cometi (e sigo cometendo) diversos erros com relação ao entendimento da realidade dos povos originários. Nossas teorias, preposições e medidas para reduzir impactos ambientais (o que fiz muito), por exemplo, são tratadas como exemplares pelos órgãos competentes de fiscalização, entretanto, na maioria das vezes não fazem nenhum sentido para os povos envolvidos. Demorei a perceber que existem elementos que nunca serão mitigados, pois o que é concebido como um recurso natural para nossa sociedade, para os povos originários pode ser uma

---

<sup>1</sup> O uso do termo “povo originário” é uma influência das disciplinas cursadas no âmbito do curso de Ciências Sociais da UFRGS, especialmente das aulas do Professor Dr. José Otávio Catafesto de Souza, que há anos vem usando o termo: “Não é que se esteja relegando o conceito ‘índio’. Trata-se sim de equacionar a problemática etnográfica no nível categórico que lhe é mais fundamental; i.e., a questão da ‘anterioridade’ da existência cultural, no espaço platino, dos povos tradicionalmente tidos como ‘indígenas’” (CATAFESTO DE SOUZA, 1998, p. 1). Entretanto, também será usado a expressão “povos indígenas” ou “indígenas”, visto que, muito povos utilizam e se identificam com esses termos. Assim essas expressões ressaltam os povos que vivenciavam o espaço geográfico americano antes da chegada das populações europeias.

entidade com propriedades “humanas”, que não pode ser substituída sob nenhum aspecto.



**Figura 1 – Atividade de campo com representantes do povo Aikewara na TI Sororó (São Geraldo do Araguaia – PA).**

Fonte: Acervo do autor.



**Figura 2 – Atividade de campo com representantes do povo Yudjá na TI Juruna do Km 30 (Vitória do Xingu – PA).**

Fonte: Acervo do autor.

Buscando avançar nas questões que não eram tratadas na área da consultoria ambiental, surgiu a oportunidade de realizar o mestrado sobre a territorialidade do povo Parakanã, pesquisa que foi orientada pelo professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich no POSGEA (ARAUJO, 2017). Posteriormente, novas experiências acadêmicas na UFRGS ajudaram a estimular a pesquisa em torno da territorialidade dos povos originários do Rio Grande do Sul. Nas disciplinas do curso de Ciências Sociais, nas discussões e nos trabalhos de campo do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT)<sup>2</sup>, foi possível conhecer um pouco dos povos originários que viviam nas proximidades do município de Porto Alegre, uma realidade diferente daquelas experimentadas na consultoria ambiental no Norte e Nordeste do Brasil.

Também no âmbito da UFRGS, o período de colaboração junto ao Núcleo de Assessoria aos Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas (SEMEAR), vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), foi muito enriquecedor. O SEMEAR proporcionou o envolvimento com diversas questões dos povos originários do Rio Grande do Sul, com destaque para a luta pelos territórios atuais e ancestrais (Figura 3 e Figura 4). Na consultoria ambiental estava acostumado a tratar com povos que tinham suas terras indígenas consolidadas e, na maioria das vezes, milhares de

---

<sup>2</sup> O NIT era coordenado na época pelo professor Dr. Sérgio Baptista.

hectares demarcados. No Rio Grande do Sul a realidade é completamente diferente. Os povos Mbya Guarani, Charrua, Xokleng e Kaingang, lutam pelo reconhecimento de parte das terras expropriadas, territórios que nunca foram reconhecidos pelo Estado.



**Figura 3 – Atividade de campo do curso de Ciências Sociais da UFRGS com lideranças do povo Kaingang no Morro Santana em Porto Alegre.**

Fonte: Acervo do autor.



**Figura 4 – Atividade de Campo do grupo SEMEAR com representantes da aldeia Fág nhin na Lomba do Pinheiro em Porto Alegre.**

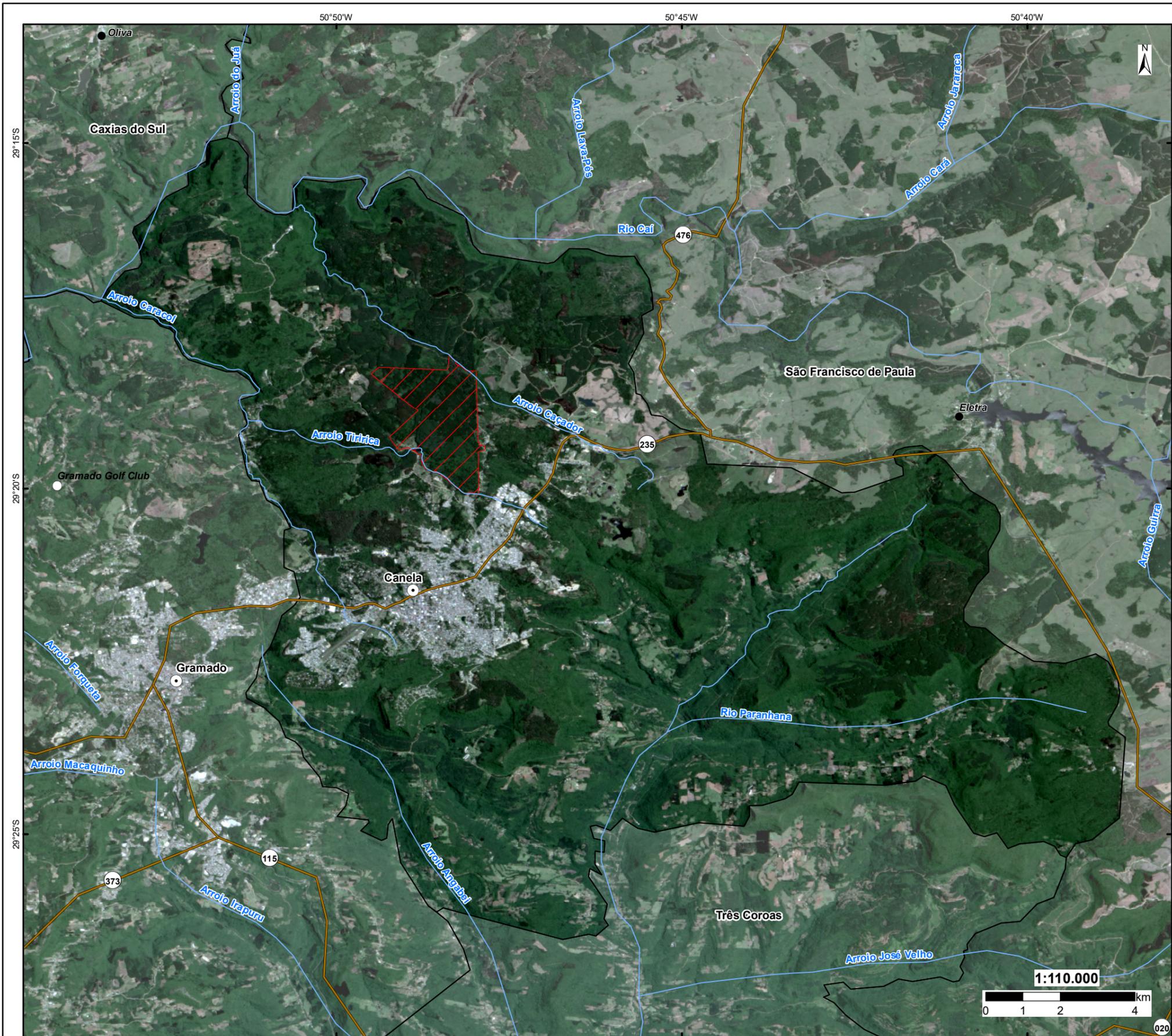
Fonte: Acervo do autor.

Foi justamente nas atividades do SEMEAR que surgiu a oportunidade de conhecer e apoiar a retomada territorial Kaingang *Kógũnh Mág* na Floresta Nacional de Canela (FLONA de Canela)<sup>3</sup> – ver a localização na Figura 5. A reivindicação do território no município de Canela é antiga, começou com o cacique Zílio *Jagtyg* Salvador em setembro de 2006. Atualmente os Kaingang são liderados pelo jovem cacique Maurício Salvador, chamado na língua originária como *Vên Táinh* (taquara verde), um dos filhos do cacique Zílio. Maurício segue a luta de seu pai, recebendo conselhos de lideranças e de importantes *kujà*<sup>4</sup> e *kófa*<sup>5</sup> Kaingang.

<sup>3</sup> A Floresta Nacional de Canela foi criada como "Estação Florestal Eurico Gaspar Dutra", pelo extinto Instituto Nacional do Pinho (INP) – Decreto Lei n° 3.124, de 19 de março de 1941. A Portaria n° 561, de 25 de outubro de 1968, instituiu a unidade de conservação, inicialmente vinculada ao IBDF – Decreto Lei n° 289, de 28 de fevereiro de 1967, órgão extinto em 1989 (Lei n° 7.732, de 14 de fevereiro de 1989). Atualmente a FLONA de Canela está subordinada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e segue as regras do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.

<sup>4</sup> *Kujà*, *kujã*, *kujá*, *kuiy* ou *kuja*, é a expressão da língua Kaingang para designar o líder religioso, ou xamã, ou pajé (WIESEMANN, 1981).

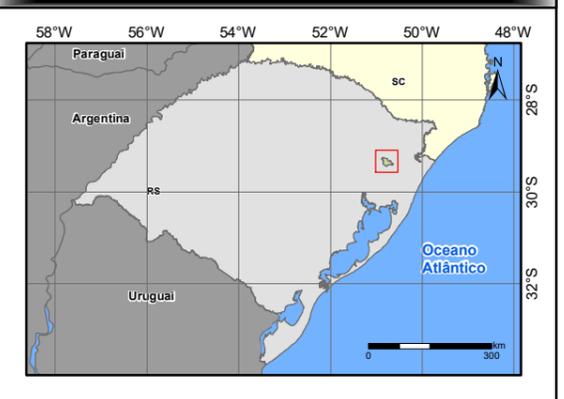
<sup>5</sup> *Kófa* é a expressão da língua Kaingang para designar velho, idoso, ancião (WIESEMANN, 1981).



**Contexto Nacional**



**Contexto Regional**



**Legenda**

- Sede municipal
- Área urbana isolada
- Vila
- ~ Hidrografia
- Rodovia Estadual
- ▭ FLONA de Canela
- ▭ Limite municipal
- ▭ Estado do Rio Grande do Sul
- ▭ Demais estados do Brasil
- ▭ Demais países da América do Sul

**Fontes e Informações Cartográficas**

FLONA de Canela (ICMBio, 2017);  
 Hidrografia (IBGE, 2021);  
 Limite administrativo (IBGE, 2021);  
 Sede municipal e localidade (IBGE, 2021);  
 Rodovia (IBGE, 2021);  
 Imagem Landsat 8 de 24/11/2021, disponível na plataforma do INPE.

Sistema de Coordenadas Geográficas.  
 Datum: Sirgas 2000

**Figura 5 – Mapa de Localização da Floresta Nacional de Canela.**  
 Elaborado por: Rodrigo Wienskowski Araujo em Março de 2023

Em 2019 quando dos primeiros contatos, o grupo vivia em condições precárias no acampamento *Jagtyg Fykóg*. Provisoriamente instalados em uma pequena área entre a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e a Av. João Cônego Marchesi – RS-235 (Figura 6 e Figura 7), o grupo lutava para ficar próximo do seu território originário e exigia que o processo de demarcação de terras em Canela saísse do papel.



**Figura 6 – Vista frontal do acampamento *Jagtyg Fykóg*.**

Fonte: Acervo do autor.



**Figura 7 – Diálogo com as lideranças no acampamento *Jagtyg Fykóg*.**

Fonte: Acervo do autor.

A retomada do território originário em Canela tem vários capítulos. A comunidade tentou por diversas vezes acessar suas terras ancestrais, porém decisões judiciais (embasadas no entendimento de juízes competentes) ordenaram a retirada das famílias e deram razão para o ICMBio. Nesse processo de luta o grupo aceitou um acordo judicial prevendo que a Fundação Nacional do Índio (Funai)<sup>6</sup> iniciasse o processo de demarcação do território Kaingang em Canela. Como contrapartida, os Kaingang não ingressariam na área da FLONA de Canela até a conclusão do processo. Esse acordo – que consta em decisão judicial – é alvo de muitas críticas do grupo, pois, eles nunca desistiram do seu direito territorial (mesmo de forma temporária).

---

<sup>6</sup> A Fundação Nacional do Índio foi instituída através da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, mas, no primeiro dia do terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a instituição mudou de denominação, passando a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. A alteração é muito significativa e necessária, contudo, o presente texto vai utilizar a designação original de 1967, pois os fatos analisados abordam situações anteriores a mudança.

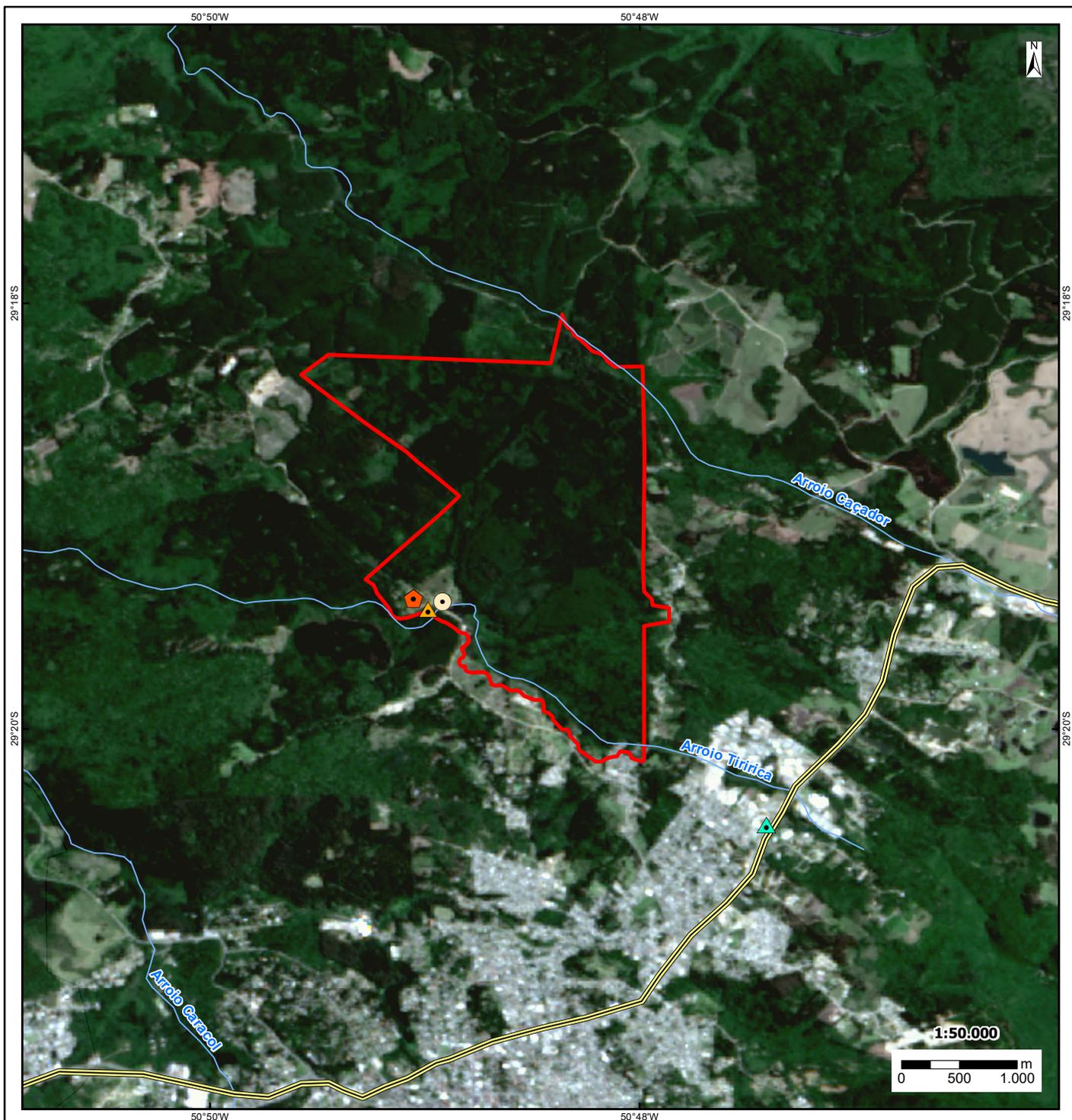
No final de 2019 e início de 2020, o Governo Federal fez diversos movimentos para incluir a Floresta Nacional de Canela na lista do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A reação dos Kaingang foi contundente, em fevereiro de 2020, o grupo se reorganizou e saiu do acampamento *Jagtyg Fykóg* para ingressar na FLONA de Canela. Na unidade de conservação montaram o acampamento provisório *Kógũnh Mág* e aldeia *Kógũnh Mág* (ver a Figura 8). O caso foi parar novamente nas esferas do Poder Judiciário. O juiz responsável pelo caso ordenou a reintegração de posse, entretanto, devido a pandemia de *Sars-CoV-2* (Covid-19) e com a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal que aguarda o julgamento do “Marco Temporal”, a ordem de despejo foi suspensa<sup>7</sup>.

O acampamento *Jagtyg Fykóg* e o movimento de retomada da FLONA de Canela, são apenas uma parte da estratégia organizada pelos Kaingang. É nesse ponto que recai a problemática central dessa pesquisa. A luta dos Kaingang em torno da demarcação da terra indígena *Kógũnh Mág* não é apenas pela materialização de uma área, é uma luta de ordem cosmológica, que transcende a posse da terra e a constituição de limites. Um movimento onde o território e o povo são como um único elemento. Juntos eles produzem territorialidades e vínculos territoriais que vão além da visão colonial/ocidental/capitalista, que percebe a terra como um recurso, com um único dono e uma única função. O ICMBio passou os últimos anos usando essa visão colonial para desacreditar as demandas Kaingang, pois em diferentes oportunidades o órgão ambiental destacou que a FLONA de Canela não era território ancestral de nenhum povo indígena.

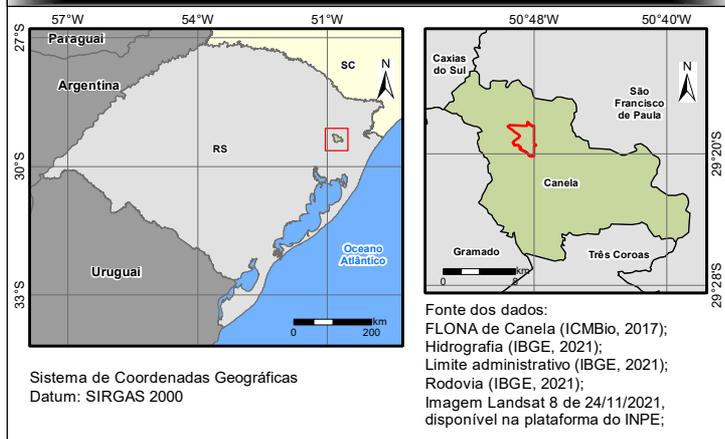
Ao longo desses anos de contato com a retomada Kaingang *Kógũnh Mág*, ficou claro que a desarticulação dos territórios originários foi uma política de Estado. Uma prática social que promoveu constantes desterritorializações e reterritorializações. Mesmo assim, os indígenas mantiveram pontos fundamentais da sua cosmologia e souberam usar os mecanismos do Estado (principalmente a legislação) para continuar lutando pelo reconhecimento dos seus territórios.

---

<sup>7</sup> Apesar das adversidades, no final do ano de 2022, a aldeia *Kógũnh Mág* continuava dentro da FLONA de Canela. Importante destacar que essa pesquisa vai abordar fatos que aconteceram até a metade do ano de 2020, o contato com o cacique Maurício Salvador e o apoio a retomada ultrapassam esse período, mas foi necessário fazer um recorte temporal para fechar a análise que segue.



### Contexto Regional, Fontes e Informações Cartográficas



### Legenda

- Acampamento Jagtyg Fykóg
- Acampamento Provisório Kógũnh Mág
- Aldeia Kógũnh Mág
- Sede da FLONA de Canela
- Hidrografia
- Av. João Cônego Marchesi (RS-235)
- Floresta Nacional de Canela (FLONA)
- Limite municipal
- Município de Canela
- Estado do Rio Grande do Sul
- Demais estados do Brasil
- Demais países da América do Sul

**Figura 8 – Mapa de Localização da aldeia Kógũnh Mág e dos acampamentos Kaingang.**

Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em março de 2023.

O processo de demarcação de terras indígenas foi assimilado de forma consciente pelos Kaingang, que construíram estratégias para recuperar parte dos territórios originários. Nesse contexto, o objetivo central dessa pesquisa buscou analisar a territorialidade e os vínculos territoriais do povo Kaingang ao longo dos anos. Além disso, a pesquisa fez um esforço para mostrar que a FLONA de Canela está inserida dentro do território Kaingang. Para tanto, foram traçados alguns objetivos específicos:

- Compilar e analisar os mecanismos legais utilizados pelo Estado no processo de expropriação e de demarcação de terras indígenas no Brasil;
- Levantar informações sobre o território originário Kaingang;
- Analisar o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Kaingang, com destaque para o grupo da retomada *Kógũnh Mág*.

As páginas seguintes são os resultados desse levantamento. O capítulo intitulado “FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS”, apresenta como a pesquisa foi estruturada, com a coleta, redução e tratamentos dos dados. Com especial atenção para a abordagem qualitativa e a utilização da técnica de análise de conteúdo para interpretação dos resultados.

O capítulo “OS KAINGANG E A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE”, traz uma discussão sobre a distribuição geográfica do povo Kaingang no Brasil Meridional e como os diferentes grupos se organizavam territorialmente. A análise está centrada na discussão sobre o território originário, nas disputas e nas estratégias elaboradas contra o Estado brasileiro e os atores privados. O capítulo apresenta um breve levantamento das pesquisas arqueológicas sobre a ocupação dos povos Jê Meridionais e também discorre sobre os conflitos contra os bandeirantes, os tropeiros, os colonos e as interferências do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional do Índio. Além disso, o capítulo reforça os primeiros movimentos de retomada Kaingang no Rio Grande do Sul e as reivindicações até a Constituição Federal de 1988 (CF-1988).

A parte intitulada como “AS RETOMADAS”, busca fazer uma reflexão sobre o caminho dos Kaingang até a retomada territorial *Kógũnh Mág* na Floresta Nacional de

Canela. O texto aborda algumas experiências do *kujà*/cacique Zílio Salvador e de Maurício Salvador, as estratégias (territoriais) adotadas pelos Kaingang, as expectativas e os receios do grupo com o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil. O capítulo discorre sobre os fatos ocorridos até o início do segundo semestre de 2020, quando a Funai concluiu a “Qualificação da Reivindicação de Território Tradicional da Aldeia Kaingang Kógunh Mág/Jagtyg Fykóg”, dando o primeiro passo para o processo de demarcação da terra indígena *Kógũnh Mág*.

As “CONSIDERAÇÕES FINAIS” apresentam as reflexões sobre os resultados atingidos e as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa. O capítulo também destaca que a Geografia, felizmente, é uma ciência que pode contribuir com a luta dos povos originários.

## **2 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS**

O método é um ponto central da pesquisa. Ele está apoiado nas experiências do pesquisador e não tem todas as respostas que procuramos. Segundo Antônio Carlos Gil (2008), existem métodos consagrados e muito bem delineados, como por exemplo, o materialismo histórico-dialético. Por outro lado, também existem métodos voltados para os meios técnicos de investigação, organizados e executados no âmbito de cada pesquisa. Nesse caso, o método pode ser construído com base nas experiências diárias e nas necessidades que a pesquisa impõe. Não existe um procedimento certo ou errado, mas é fundamental que os métodos utilizados permitam acréscimos consistentes na pesquisa, seguindo regras claras que possam ser testadas e questionadas a todo instante.

Essa pesquisa buscou fazer uma sistematização de conhecimentos e técnicas que ajudaram na elucidação da questão central e dos objetivos, por isso tem um caráter qualitativo. Segundo Álvaro Heidrich (2016), esse tipo de pesquisa é uma prática que utiliza diferentes procedimentos, que buscam capturar as subjetividades e/ou significados ocultos. As metodologias utilizadas são bastante amplas e precisam ser adaptadas constantemente ao foco da pesquisa.

Na mesma linha, Juniele Silva e Estevane Mendes (2013) destacam que uma das vantagens da pesquisa qualitativa é o fato dela usar vários procedimentos metodológicos em parceria. Essas escolhas consideram um campo de atuação que exige maior liberdade para identificar, compreender e comparar questões de ordem subjetiva e simbólica. Reforçando que tais características são uma tentativa de dar maior liberdade para a coleta de dados e para a interpretação das informações que foram abordadas ao longo da pesquisa. Assim, a pesquisa foi estruturada com as seguintes etapas: exploração; coleta de dados, redução e tratamento de dados; análise e interpretação. Isso não implica numa estrutura fechada, pois algumas etapas ocorreram de forma concomitante.

### **2.1 Fase Exploratória**

A fase exploratória é o início do trabalho. Nessa fase buscamos identificar o campo de atuação, os interessados e as expectativas, realizamos os primeiros

levantamentos e organizamos o problema de pesquisa. Também é quando o pesquisador “tenta ser aceito” pelas pessoas envolvidas com o tema de interesse. É difícil separar a fase exploratória da coleta de dados, mas a diferença crucial nessa fase é que “quase nada” escapa ao olhar do pesquisador, tudo parece interessante e é “guardado” para uma possível análise. Por essa razão, Michel Thiollent (2004) destaca que é somente com o delineamento da pesquisa que a coleta de dados se torna mais “especializada e focada”.

Seguindo nessa linha, a fase exploratória começou com a discussão em torno das questões teóricas, principalmente através das leituras sobre conceitos fundamentais da Geografia e da Antropologia. A seleção dos materiais para a leitura foi associada às experiências junto ao POSGEA e ao curso de Ciências Sociais da UFRGS, em especial nas disciplinas cursadas e nas indicações do professor orientador. Também foram importantes as informações coletadas junto ao povo Kaingang que motivaram a busca por bibliografias específicas.

Os primeiros contatos com o povo Kaingang ocorreram através da disciplina de Antropologia das Sociedades Indígenas do Cone Sul (ministrada pelo professor Dr. Sérgio Baptista da Silva) do curso de Ciências Sociais da UFRGS. As atividades da disciplina estavam ligadas aos trabalhos do NIT, núcleo de pesquisa da UFRGS com longa história de comprometimento com os povos Charrua, Guarani, Xokleng e Kaingang no Rio Grande do Sul. Através do NIT ocorreram contatos com algumas lideranças das aldeias *Oré Kupri*, *Fág Nhin* e *Tupeng-pó*, ambas em Porto Alegre – Figura 9 e Figura 10.



**Figura 9 – Reunião do NIT na Aldeia Oré Kupri em dezembro de 2017.**

Fonte: Acervo do autor.



**Figura 10 – Reunião com o NIT na Aldeia Tupeng-pó em abril de 2018.**

Fonte: Acervo do autor.

Esses primeiros contatos deram origem a diversas outras experiências, mas foi no âmbito do SEMEAR que os casos mais concretos apareceram. O núcleo ligado ao SAJU, constituído no ano de 2017, contava com a participação de estudantes indígenas da universidade e colaboradores de diversas áreas (não existia uma exigência de formação, todos tinham espaço, contando que apresentassem afinidades com as questões indígenas). O SEMEAR recebia (infelizmente o núcleo finalizou suas atividades no final de 2019) demandas diretas das comunidades e buscava auxiliar os indígenas em questões jurídicas e burocráticas. Também acompanhava as lideranças em reuniões com entidades governamentais, oferecendo apoio de campo em diversas situações, além de divulgar eventos e campanhas das comunidades. A Figura 11, que ilustra a reportagem “Entidades pedem reparação a povos indígenas por violações durante a ditadura” do jornal eletrônico Sul 21 (2018) é um exemplo das atuações do núcleo. O encontro, que ocorreu na sede da Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF), resultou em uma representação formal contra as violações sofridas pelos indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil.



**Figura 11 – Núcleo SEMEAR e outras entidades atuando em defesa dos interesses dos povos originários na sede do MPF no Rio Grande do Sul.**

Fonte: Sul 21 (2018).

Essas atividades foram importantes porque ajudaram na parte inicial de inserção nas comunidades. Como pesquisador, o objetivo era dialogar e ajudar com temas que os grupos estavam propondo, a pesquisa de doutorado não era o foco, o

que facilitava o diálogo e abria portas para outros assuntos. Seguindo a lógica prevista na fase exploratória, todos os fatos observados eram registrados no caderno de campo para posterior análise.

A pesquisa passou a ter um novo rumo no dia 16 de maio de 2019, quando as lideranças Kaingang Maurício Salvador, Alcir Salvador e o *kujà* Pedro Garcia, passaram a dialogar com o grupo do SEMEAR. Maurício era o cacique do acampamento Kaingang *Jagtyg Fykóg* em Canela, onde viviam algumas famílias que reivindicavam a demarcação do território originário Kaingang na Floresta Nacional de Canela. A busca Kaingang pelo reconhecimento da área como terra indígena tradicionalmente ocupada, era um movimento antigo iniciado pelo falecido *kujà*/cacique Zílio *Jagtyg* Salvador no ano 2006.

O objetivo da reunião era conhecer a demanda Kaingang e apoiar as reivindicações pelo território originário. Então, após esse primeiro diálogo, o SEMEAR iniciou a pesquisa por informações sobre o caso. Ocorreram alguns contatos com atores importantes, como: a Funai, o MPF e grupos ligados a causa indígena no Rio Grande do Sul. Devido à distância, a comunicação com o Cacique Maurício ocorria através de ligações telefônicas, e-mails e mensagens de texto via aplicativos de celular. As informações coletadas eram discutidas em reuniões coletivas, até que uma proposta foi consolidada. O SEMEAR optou por acompanhar o caso dos Kaingang de Canela, auxiliando nas dúvidas e na elaboração de documentos técnicos que ajudassem a comunidade na reivindicação territorial. Uma ideia construída de forma coletiva pelos estudantes e que precisava passar pela aprovação das lideranças da retomada.

O passo seguinte foi conhecer o acampamento em Canela e apresentar as intenções do núcleo. A “reunião de apresentação” foi realizada no dia 28 de setembro de 2019 no acampamento *Jagtyg Fykóg*. Essa oportunidade também foi utilizada para falar sobre a pesquisa de doutorado em Geografia, mostrando que ela poderia colaborar com o caso da retomada. Na “apresentação” foi preciso falar sobre diversos temas relacionados sobre a causa indígena. Maurício, Pedro e Alcir, passaram o encontro “testando” as intenções acadêmicas e do SEMEAR, em vários momentos abandonavam o português para dialogar apenas na língua materna até que, no final do dia, se mostraram felizes sobre a proposta do SEMEAR e a possibilidade de

trabalharmos juntos no âmbito do doutorado. Talvez o momento mais marcante desse encontro tenha ocorrido um pouco antes da despedida, quando os Kaingang solicitaram que o encontro fosse fotografado, uma forma de registrar nossa conversa e selar os próximos passos (Figura 12 e Figura 13).



**Figura 12 – Registro com o Cacique Maurício no acampamento *Jagtyg Fykóg*.**  
Fonte: Acervo do autor.



**Figura 13 – Registro com a liderança Alcir Salvador e o kujà Pedro Garcia.**  
Fonte: Acervo do autor.

A partir da reunião no acampamento *Jagtyg Fykóg* a pesquisa passou a se dedicar a questão da reivindicação demarcatória do povo Kaingang sobre a FLONA de Canela. Os objetivos ficaram mais claros com a aceitação da comunidade, permitindo atividades futuras que eram organizadas com um caráter participativo, pois o andamento do trabalho não seguiu a vontade “acadêmica”, mas, preferencialmente, os questionamentos apontados pelas lideranças Kaingang. Os trabalhos de campo e a coleta de dados, por exemplo, estavam inseridos dentro de um contexto claro e voltado para a luta do grupo.

## **2.2 Coleta de Dados, Redução e Tratamento de Dados**

A primeira parte do trabalho talvez tenha sido a mais complexa, pois estava concentrada em encontrar um campo de atuação que tivesse afinidade com o tema proposto para o doutorado. Trabalhar com povos originários requer certos cuidados no início das atividades de campo, pois é importante estabelecer pontes seguras de confiança entre as partes. Entrevistas estruturadas, semiestruturadas e questionários, por exemplo, são meios que fogem muito da realidade dos povos indígenas. Essas técnicas facilmente geram estranhamentos e informações distantes da realidade, por isso é importante ter cautela com os contatos iniciais.

Segundo Michael Angrosino (2009), o pesquisador precisa ter cautela com a forma de ingressar no ambiente de trabalho e necessita estabelecer boas relações com o grupo que estuda. Essas formas de conceber a pesquisa fogem do padrão fechado (como os questionários), pois geralmente a pesquisa qualitativa trabalha situações mais abertas (diálogos, conversas e etc.). O registro de informações ocorre a todo instante e através de diferentes metodologias. A busca por informações necessita de diferentes experimentações:

O registro é para ser feito a todo o momento. O objetivo é trazer os aspectos relevantes – o que é próprio do lugar (da paisagem e do território) e seu diálogo com o que se repete pelas dinâmicas de assimilação das influências globais. Esta orientação toma partido de um provocador teórico, uma postura metodológica modificada em relação ao que era feito tradicionalmente na Geografia Humana e na Geografia Cultural. O singular não é mais algo perfeitamente encaixado. O registro se obtém com a anotação em diário, a fotografia, o relato de entrevista ou gravação e a escuta das pessoas do lugar ou seus interlocutores. Mais que um procedimento, o registro consiste na atividade articuladora das demais ações. Escutar é dar atenção à conversa, mas também a tudo aquilo que seja expressão do lugar: um discurso, uma manifestação espontânea, o que possa revelar as maneiras do lugar. Implica em reter a informação do que surge como próprio e vinculado ao que está em cena. Desse modo, deve ser também anotação em diário de campo da impressão causada que possibilita tanto indagar para conhecer, como também refletir sobre o que é dito e visto, considerando nossos referenciais (HEIDRICH, 2016, p. 27).

Nesse contexto, a pesquisa foi elaborada com base na atuação direta com os membros do povo Kaingang. Assim, seguindo os princípios de uma pesquisa participante, que está focada no apoio ao povo Kaingang em Canela, a coleta de dados foi estruturada da seguinte forma: Levantamento Bibliográfico e Documental; Informações Cartográficas; Levantamento de Campo; Organização dos Dados. Essas etapas têm suas particularidades, pois seguiram os interesses da pesquisa e também as demandas apontadas pelas lideranças em Canela.

### **2.2.1 Levantamento Bibliográfico e Documental**

As fontes bibliográficas dessa pesquisa estão divididas em: obras de referência (neste caso na área das Ciências Sociais e Geografia), trabalhos acadêmicos e/ou técnicos, notícias (mídia impressa e digital) e legislação. O acesso inicial ocorreu através do Sistema de Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABI) e nos diferentes portais eletrônicos que fornecem grande quantidade de

material. Nesse caso, é possível citar a Biblioteca Curt Nimuendajú<sup>8</sup>, a Biblioteca Digital Curt Nimuendajú<sup>9</sup>, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)<sup>10</sup>, o Instituto Socioambiental (ISA)<sup>11</sup>, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>12</sup>, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI)<sup>13</sup> e o portal eletrônico da legislação federal<sup>14</sup>.

A bibliografia foi organizada de acordo com o tema (Geografia, Antropologia, Kaingang, legislação e etc.) e algumas de divisões secundárias, como: a natureza (periódico, livro e etc.), o assunto principal e o autor. As referências ficaram distribuídas em pastas, onde era possível encontrar os textos originais ou os resumos elaborados, fato que facilitava o acesso e a consulta ao longo do andamento da pesquisa. Assim, com essa “biblioteca particular” foi possível acessar rapidamente as referências bibliográficas de acordo com o “assunto principal”, identificando todos os textos que foram classificados de forma similar ao longo do trabalho.

A organização final das referências bibliográficas seguiu o Mecanismo Online para Referências (MORE)<sup>15</sup>. A plataforma MORE gera automaticamente as referências no formato padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), agilizando o trabalho de sistematização e organização final. Outra vantagem da plataforma, é que todos os registros ficaram armazenados e podem ser editados e/ou utilizados em outras oportunidades.

## 2.2.2 Levantamento Cartográfico

Gilberto Câmara (1995) diz que a cartografia é a ciência que utilizamos para representar a superfície da Terra por meio de documentos, como cartas e mapas. Se antes um mapa poderia levar meses ou anos para ser produzido, hoje, através dos avanços tecnológicos, é possível manipular e organizar as informações cartográficas

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/biblioteca>. Acesso em 26 de novembro de 2022.

<sup>9</sup> Informações disponíveis em: <http://www.etnolinguistica.org/>. Acesso em 29 de novembro de 2022.

<sup>10</sup> Informações disponíveis em: <https://www.scielo.org/pt>. Acesso em 26 de novembro de 2022.

<sup>11</sup> Informações disponíveis em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/>.. Acesso em 6 de setembro de 2022.

<sup>12</sup> Informações disponíveis em: <https://cimi.org.br/>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

<sup>13</sup> Informações disponíveis em: <https://trabalhoindigenista.org.br/home/>. Acesso em 29 de novembro de 2022.

<sup>14</sup> Portal da Legislação, disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em 14 de janeiro de 2023.

<sup>15</sup> Ferramenta disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibicbs/more/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

de forma rápida e com grande precisão. Nessa pesquisa o processamento dos dados cartográficos ocorreu através do software de geoprocessamento *ArcGIS Desktop 10.5.1*<sup>16</sup>. A escolha por este programa se justifica, primeiro, devido a experiência com suas funcionalidades e, segundo, por se tratar de um programa de geoprocessamento disponível aos discentes e docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O geoprocessamento foi uma ferramenta importante da pesquisa, suas funcionalidades foram utilizadas em vários momentos, principalmente com o intuito de “clarear” e espacializar as informações pesquisadas em gabinete. Os mapas produzidos também foram muito importantes nas atividades de campo, pois sempre ajuda a “quebrar o gelo” durante uma conversa. A Figura 14 e a Figura 15 retratam as atividades no acampamento *Jagtyg Fykóg*, onde o grupo podia observar e apontar os elementos relevantes para seu povo dentro e no entorno da unidade de conservação. No material cartográfico, a comunidade tinha a oportunidade de apresentar os espaços que frequentavam e os locais sagrados para o povo Kaingang, elementos que estão materializados na paisagem e que não apareciam na cartografia oficial.



**Figura 14 – Maurício Salvador observa o mapa da FLONA de Canela.**  
Fonte: Acervo do autor.



**Figura 15 – Os Kaingang indicando elementos relevantes na FLONA de Canela.**  
Fonte: Acervo do autor.

---

<sup>16</sup> O software de Geoprocessamento *ArcGis Desktop 10.5.1* foi produzido pela empresa *Environmental Systems Research Institute, Inc.* (Esri), fundada em 1969 por Jack Dangermond e Laura Dangermond, com sede em Redlands, Califórnia, Estados Unidos da América. O *ArcGis Desktop 10.5.1* é subdividido em diferentes softwares de acordo com as funcionalidades, para essa pesquisa foram utilizados o *ArcMap 10.5.1*, principalmente, para visualização, produção e elaboração de dados espaciais, e o *ArcCatalog 10.5.1*, que foi essencial na organização do banco de dados geográfico.

Para visualizar as informações espaciais e produzir os mapas de trabalho (também aqueles dispostos ao longo do texto) foi preciso construir um Sistema de Informações Geográficas (SIG)<sup>17</sup>, dividido em:

- dados matriciais (imagens de satélite, mapas digitalizados, modelos digitais do terreno e etc.);
- documentos (demais arquivos que foram espacializados).
- figuras (mapas e imagens produzidos para a pesquisa);
- projetos (arquivos bases do *ArcMap Desktop 10.5.1* do tipo “.mxd”);
- tabelas (preferencialmente em formato Access);
- vetores (linhas, pontos e polígonos).

Os dados digitais foram adquiridos, principalmente, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>18</sup>, no Banco de Dados Geográfico do Exército (BDGEx)<sup>19</sup>, no portal eletrônico do Ministério do Meio Ambiente (MMA)<sup>20</sup>, na Funai<sup>21</sup> e na Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler do Rio Grande do Sul (Fepam)<sup>22</sup>.

As imagens de satélite do *Google Earth*<sup>23</sup> e do próprio *ArcMap Desktop 10.5.1* foram utilizadas como apoio nas análises de gabinete e de trabalho de campo. Para a confecção dos mapas foram utilizados os materiais disponíveis no Catálogo de

---

<sup>17</sup> Segundo Clodoveu Davis e Gilberto Câmara: “O termo Sistema de Informação Geográfica (SIG) é aplicado para sistemas que realizam o tratamento computacional de dados geográficos e recuperam informações não apenas com base em suas características alfanuméricas, mas também através de sua localização espacial; oferecem ao administrador (urbanista, planejador, engenheiro) uma visão inédita de seu ambiente de trabalho, em que todas as informações disponíveis sobre um determinado assunto estão ao seu alcance, interrelacionadas com base no que lhes é fundamentalmente comum -- a localização geográfica. Para que isto seja possível, a geometria e os atributos dos dados num SIG devem estar georreferenciados, isto é, localizados na superfície terrestre e representados numa projeção cartográfica” (DAVIS; CÂMARA, 2001, p. 42).

<sup>18</sup> Informações disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em 31 de março de 2022.

<sup>19</sup> Informações disponíveis em: <https://www.bdgex.eb.mil.br/bdgexapp>. Acesso em 31 de março de 2022.

<sup>20</sup> Informações disponíveis em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>. Acesso em 31 de março de 2022.

<sup>21</sup> Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em 31 de março de 2022.

<sup>22</sup> Informações disponíveis em: [http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases\\_geo.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases_geo.asp). Acesso em 31 de março de 2022.

<sup>23</sup> Informações disponíveis em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/versions/>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

Imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)<sup>24</sup>, como as imagens do satélite *Land Remote Sensing Satellite 8* (Landsat-8) e do sexto satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS 04A).

Os dados cartográficos obtidos no trabalho de campo também foram organizados dentro do SIG. Principalmente as coordenadas geográficas coletadas em receptores simples do Sistema Global de Navegação por Satélite – *Global Navigation Satellite System* (GNSS). Além disso, cabe destacar que muitas informações cartográficas foram adquiridas em formato analógico, ou seja, são mapas antigos impressos em livros e/ou artigos científicos. Essas informações foram digitalizadas, tratadas e processadas no *ArcMap Desktop 10.5.1*.

Desta forma, foi possível cruzar as informações cartográficas dos diferentes trabalhos coletados com a cartografia oficial do Brasil, especialmente com as Cartas Topográficas em escala 1:50.000 do Rio Grande do Sul, disponível em formato digital no BDGEx e no IBGE. Todos os materiais em formato “.jpg” ou “.tiff” foram georreferenciados no *ArcMap Desktop 10.5.1*, através da ferramenta “*Georeferencing*”. O sistema de projeção utilizado foi aquele impresso na própria carta. Depois todos os materiais foram convertidos, através da ferramenta “*Project raster*”, para o “Sistema de Coordenadas Geográficas” e para o Datum “Sirgas 2000”.

### **2.2.3 Levantamento de Campo e Gabinete**

O trabalho de campo é a base da pesquisa na Geografia. Segundo Lucas Panitz e Luís Felipe Murillo (2016), o campo é um dos atributos clássicos do trabalho geográfico. Ainda que recorrendo a interpretações teóricas e quadros epistemológicos distintos, o trabalho de campo sempre estará presente no processo de reconhecimento dos elementos do espaço geográfico.

Na fase exploratória ocorreram diversos trabalhos de campo, entretanto, devido a pandemia de Covid-19, os contatos presenciais com os Kaingang da retomada *Kógũnh Mág* foram restritos entre os meses de setembro de 2019 e março de 2020. Mesmo assim, nesses encontros foi possível conhecer melhor a realidade do grupo e

---

<sup>24</sup> Informações disponíveis em: <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>. Acesso em 31 de março de 2022.

estreitar a relação com o cacique Maurício Salvador. Em ambas as fases da pesquisa, sempre que as lideranças permitiram, foram realizadas coletas de fotografias, gravações de áudio ou vídeo e o registro das coordenadas geográficas com receptores de GNSS.

Nas atividades de campo a observação sempre foi o ponto de partida, pois através da observação podemos perceber acontecimentos e comportamentos diversos. Segundo Juniele Silva e Estevane Mendes (2013), não se trata apenas de observar os fatos. Na pesquisa qualitativa, essa é uma ferramenta de coleta de dados que busca desvendar os significados contidos em cada ação. Além disso, as observações eram registradas em um caderno de campo, para posterior análise e avaliação.

As entrevistas não-diretivas também foram importantes na coleta de informações. Essa é uma técnica que busca fugir dos cerceamentos que os questionários representam, garantindo maior liberdade para o entrevistador e para o próprio entrevistado, que pode se manifestar sobre temas que não estavam na pauta da conversa (MICHELAT, 1980).

Na entrevista não-diretiva é preciso estar atento a todas as informações, também é importante promover intervenções discretas, apresentando sugestões ao invés de questionamentos incisivos. O pesquisador sempre busca promover a comunicação verbal, além de qualificar e explorar a fala do informante (HOFFMAN; OLIVEIRA, 2009).

A condução das entrevistas sempre foi pautada pelo respeito. Os entrevistados tinham total liberdade para desistir e interromper o processo a qualquer momento. Segundo Antônio Carlos Gil (2008), não existe uma forma ideal de conduzir uma entrevista, por outro lado, é possível considerar alguns aspectos relevantes para maior aproveitamento da atividade, como a preparação do roteiro, as indicações dos assuntos e estímulos ao entrevistado. Esse roteiro não era um modelo “pergunta – resposta”, mas foi por um caminho mais próximo da conversa informal, quando os participantes estavam abertos a diversos temas.

Para muitos autores a gravação da conversa é um elemento fundamental da entrevista não-diretiva. Contudo, considerando as particularidades da pesquisa, poucos registros foram gravados na fase exploratória. Para amenizar essa questão, foram registrados vários elementos no caderno de campo, que depois viravam anotações mais densas (geralmente após a atividade). Posteriormente, a aproximação com as lideranças Kaingang de Canela permitiu aumentar o número de registros, mas a gravação só era sugerida em momentos oportunos e com autorização dos envolvidos.

Outra ferramenta fundamental foram as fotografias, que eram registradas diretamente nas atividades ou obtidas nas instituições associadas a questão indígena ou ainda fornecidas pelos Kaingang. Assim como os áudios e vídeos, a coleta de imagens em campo foi realizada apenas com a autorização dos envolvidos. As informações (momento, localização e contexto) das imagens eram registradas no caderno de campo e posteriormente transferidas para o acervo da pesquisa.

O caderno de campo foi o principal instrumento de registro, contudo, foi utilizado com discrição. Nas rodas de conversa, por exemplo, ele foi usado para anotar pequenas observações, evitando passar longos períodos escrevendo na frente das pessoas. Os registros mais consistentes eram elaborados sempre em gabinete, onde as anotações coletadas viravam textos mais detalhados. Essa atitude visava dar maior liberdade para os diálogos e não gerar constrangimentos, ao mesmo tempo, foi importante manter um rigor nas anotações para não perder elementos relevantes:

A utilização de um diário de campo, no entanto deve estar pautada na disciplina e no rigor das anotações. O ideal é que estejam realizadas, de fato, diariamente, pois, a cada dia que passa, perdemos a exatidão dos fatos narrados, de acontecimentos ou de ideias/percepções surgidas durante as atividades de campo. Por outro lado, entendemos que em vários casos, esse rigor torna-se impraticável. Nesse sentido, é importante que as informações sejam relatadas no diário o quanto antes. Durante o dia de atividade em campo, sempre que possível, devemos anotar, ainda que em forma de pequenas frases ou tópicos, as ideias e percepções momentâneas, desde que isso não prejudique o processo de comunicação estabelecido com os sujeitos da pesquisa (SOUZA; PESSÔA, 2013, p. 187).

Com o início da pandemia de Covid-19 os contatos presenciais ficaram inviáveis. Mas a movimentação da comunidade pelo processo de demarcação do seu território não parou durante esse período pandêmico. O povo Kaingang realizou diversas atividades em defesa dos seus direitos territoriais, ocorreram reuniões *on-*

*line* (com diferentes atores envolvidos) e contatos oficiais com a Funai, o MPF e o ICMBio. Assim, para continuar apoiando os Kaingang, foi necessário se adaptar à nova realidade, com contatos exclusivamente via plataformas de webconferência e aplicativos de mensagens.

Inicialmente parecia ser impossível coletar informações para a pesquisa. No entanto, os diálogos com o cacique Maurício aumentaram, assim como os laços de confiança e a troca de mensagens a respeito do processo de demarcação. Diversos “grupos de mensagens” surgiram, onde os apoiadores e a comunidade debatiam as estratégias e trocavam informações. Os diálogos pessoais com o cacique Maurício (que se tornou o principal interlocutor) sempre estavam focados em alguma demanda da comunidade, como por exemplo, na elaboração de uma nota técnica destinada aos órgãos envolvidos, ou mesmo, para a elaboração de uma estratégia que seria utilizada em uma audiência ou reunião *on-line* (Figura 16). Desta forma, mesmo em um contexto de afastamento presencial, praticamente tudo que foi conversado se tornou fonte de dados para pesquisa. Com a vantagem que agora todas as conversas, opiniões e manifestações, ficavam gravadas nos aplicativos de mensagens ou nas plataformas de comunicação *on-line*.



**Figura 16 – A audiência pública para Concessão da FLONA de Canela foi realizada de forma virtual no dia 20 de agosto de 2020.**

Fonte: Captura de tela do canal do ICMBio na plataforma *Youtube*<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Imagem extraída do Canal do ICMBio na plataforma *Youtube*, disponível em: <https://youtu.be/ximRSrAimBA>. Acesso em 30 de março de 2022.

Por fim, cabe destacar que o trabalho de campo permite o contato direto com as pessoas e com os problemas apresentados, por isso ele é insubstituível. O ideal seria acompanhar a retomada de perto, conversar e sentir o clima de cada atividade. Entretanto, dentro do contexto pandêmico que assolou o país, os contatos virtuais acabaram sendo a melhor forma para continuar envolvido no processo de apoio a retomada territorial *Kógũnh Mág*. Obviamente, algumas informações são perceptíveis apenas de forma presencial, por outro lado, esses novos ambientes de comunicação permitiram também a captura de diversas informações e posicionamentos que talvez estariam inacessíveis em outras oportunidades.

#### **2.2.4 A Organização dos Dados**

Na pesquisa participante, a coleta de dados produz uma grande quantidade de material. Alguns são utilizados apenas como meios para conhecer melhor o tema e podem ser descartados com o tempo. É normal que os caminhos escolhidos tornem algumas informações descontextualizadas com relação ao problema e os objetivos traçados. Por esse motivo, os dados que foram coletados passaram pelo processo de redução dos dados, que envolve: seleção, focalização, simplificação, abstração e transformação de informações (GIL, 2008).

Desta forma, considerando as fontes de dados da pesquisa: bibliográficos, cartográficos, fotografias e imagens, entrevistas não-diretivas, observações de campo, etc.; foi necessário construir um banco de dados que ajudasse na etapa de análise das diferentes informações. Inicialmente os dados foram inseridos e organizados no software *NVivo 12* e no software *ATLAS.ti* (Versão *WEB*<sup>26</sup>), mas devido as restrições orçamentárias foi necessário abdicar dessas plataformas.

Assim, a alternativa foi, ainda em ambiente virtual, criar um banco de dados com divisões em “*pastas*” organizadas de acordo com a natureza e a data da coleta. Na pasta “bibliografia”, por exemplo, foram inseridos os textos digitais (artigos, periódicos e etc.) que faziam parte do referencial bibliográfico. Os arquivos impressos

---

<sup>26</sup> Versões do *ATLAS.ti* disponíveis em: <https://atlasti.cleverbridge.com/74/surl-3WjrmeYxJa?tracking=gtm>. Acesso em 31 de março de 2022.

foram digitalizados (formato “.jpg” ou “.pdf”), ou tiveram fragmentos transcritos (resumidos) e armazenados em “.doc”.

## **2.3 Proposta de Análise e Interpretação**

Segundo Graham Gibbs (2009), na fase de análise e interpretação dos dados avançamos para um nível mais categórico, analítico e teórico. A interpretação é o momento de dar sentido e ir além da observação e da descrição das informações. Portanto, é o momento de realizar as devidas relações e proporcionar a elucidação da problemática e dos objetivos. Seguindo uma linha que já foi aplicada no mestrado junto ao POSGEA (ARAUJO, 2017) e no trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais (ARAUJO, 2021), essa pesquisa fez uma aproximação com a técnica Análise de Conteúdo, que foi sistematizada por Laurence Bardin (1979).

A Análise de Conteúdo foi adaptada aos objetivos, com uma proposta em três fases: pré-análise; categorização dos dados; e análise e interpretação das categorias. Em alguns momentos, a pesquisa utilizou como apoio os softwares *NVivo 12*, o *ATLAS.ti (Versão WEB)*. Ambos aplicativos são muito utilizados para análise qualitativa, mas também foi necessário utilizar ferramentas mais “tradicionais” de análise, separando manualmente os trechos e os fatos de interesse.

### **2.3.1 Pré-análise**

Segundo Laurence Bardin (1979), esse é o momento de colocar as ideias em condições de interpretação, quando fazemos uma “leitura flutuante” de todo o material. A pré-análise é marcada pela identificação e seleção das informações mais relevantes para a pesquisa e os itens (ou trechos) selecionados devem estar em sintonia com os objetivos e a problemática de pesquisa.

Não é uma escolha ao acaso. Segundo Rosana Câmara (2013), a pré-análise é basicamente uma fase de organização. Quando é estabelecido um esquema preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis, algumas situações podem obrigar o pesquisador a revisitar algum material que, num primeiro momento, não parecia relevante. Assim, os materiais foram, primeiramente, agrupados de

acordo com o período histórico<sup>27</sup> (arqueologia ou pré-colonização, colonização portuguesa, período imperial, influência SPI, Influência Funai, pós-constituição 1988 e as retomadas). Posteriormente, ocorreu uma seleção dos temas preferenciais de cada material. Informações que tratavam de hábitos alimentares do povo Kaingang, por exemplo, eram “descartados”, por outro lado, informações sobre a mobilidade Kaingang eram priorizadas. E, por fim, foi organizada uma diferenciação geográfica das informações, focando nos materiais que abordavam o território Kaingang nas bacias hidrográficas dos rios Caí e Sinos.

É importante destacar que devido a quantidade e diversidade de materiais (imagens, mapas, documentos oficiais, entrevistas e etc.), essa seleção da pré-análise foi um passo fundamental para a viabilidade da pesquisa. Foi possível focar naqueles itens considerados indispensáveis para a análise, ao mesmo tempo, as informações mais distantes do tema, ficaram em segundo plano, não completamente esquecidas, pois elas podem ser revisitadas a qualquer momento.

Sem esse filtro prévio ficaria impossível atingir os objetivos traçados. À título de ilustração: o banco de dados contava com mais de cinquenta arquivos (entre artigos, teses, manuais e etc.) apenas na divisão “arqueologia ou pré-colonização”, um volume enorme de informações para um único momento da história territorial dos Kaingang. Como a pesquisa não buscava fazer um “tratado arqueológico”, apenas analisar alguns trabalhos de referência sobre a distribuição espacial pretérita dos Kaingang, a “leitura flutuante” foi essencial na escolha dos textos que seriam abordados. Evitando uma leitura e interpretação extremamente prolongada, ao mesmo tempo, facilitando as atividades das etapas futuras.

---

<sup>27</sup> A escolha dessa divisão seguiu alguns fatos considerados relevantes para a pesquisa e não estava comprometida com uma divisão histórica oficial, foi um critério adotado apenas para separação dos materiais, muito longe de uma reflexão historiográfica.

### 2.3.2 Categorização dos Dados

A constituição de categorias leva em consideração os interesses da pesquisa. As categorias são pequenas expressões que estão ligadas ao texto e visam dar um sentido inicial aos elementos observados:

O trabalho primeiro de decodificar o texto, de separar os campos de atenção, as unidades de significação e termos conceituais, pode ser feito por meio da leitura do próprio pesquisador, por sistemas de busca de palavras ou trechos do editor de texto eletrônico ou por meio de softwares elaborados propriamente para esse objetivo. (HEIDRICH, 2016, p. 28).

A categorização é uma forma de combinar os dados: “você pode acessar todo o texto codificado com o mesmo nome para combinar passagens que sejam exemplos do mesmo fenômeno, ideia, explicação ou atividade” (GIBBS, 2009, p. 60). A partir das informações codificadas também é possível associar diferentes fontes de dados como textos e entrevistas, proporcionando diversas possibilidades (BARDIN 1979). Especificamente, nesta pesquisa, foram elaborados dois grupos: categorias iniciais e finais.

As categorias iniciais eram em grande número, descritivas e mudaram várias vezes ao longo do trabalho, pois são influenciadas pelo maior envolvimento com o tema. Todas as categorias iniciais ficaram ligadas a um elemento “maior”, ou seja, as categorias finais, que tem um caráter explicativo e são voltadas para o sentido dos fenômenos observados. Portanto, de várias categorias iniciais são elaboradas algumas categorias finais.

A proposta visava criar categorias que agrupavam os dados por semelhança. Cada categoria era associada às unidades de registro, partes do material que expressavam alguma informação relevante sobre o tema pesquisado. As unidades de registros categorizadas permitiram criar grupos temáticos (por afinidade), onde foi possível observar situações em diferentes momentos, mas no mesmo contexto.

Por exemplo, uma categoria inicial marcada como “mobilidade”, foi acionada todas as vezes que era identificado alguma referência aos deslocamentos do povo Kaingang. Depois desse primeiro momento, as frases, parágrafos, ou imagens associadas nessa categoria inicial foram vinculadas a categoria final “territorialidade”, que recebia o “aporte de informações” de outras categorias iniciais (conflitos, recursos

naturais e etc.). Assim, através dessa rede de relações, foi possível analisar e interpretar as diferentes situações encontradas.

### **2.3.3 Análise e Interpretação das Categorias**

A partir das categorias iniciais e finais foi possível buscar os significados e produzir inferências sobre as informações. Os resultados foram construídos com base na interpretação dos conteúdos categorizados, uma análise comparativa, realizada através da sobreposição dos aspectos considerados semelhantes e também com base naqueles que foram concebidos como diferentes:

Durante a interpretação dos dados, é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, é que dará sentido à interpretação. As interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais (CÂMARA, 2013, p. 189).

A interpretação dos dados foi baseada no referencial teórico, nas experiências como pesquisador e nos conselhos do professor Dr. Álvaro Heidrich, orientador da pesquisa. Os resultados obtidos até aqui, estão expostos e discutidos nas próximas páginas. Esses resultados são carregados de intenções que buscam valorizar a luta pelo direito territorial dos povos originários. Um direito que vem sofrendo constantes ataques e sendo alvo de calúnias e difamações por parte de atores muito influentes na nossa sociedade. Alguns deles ocupando, inclusive, os cargos mais importantes do nosso Estado.

### 3 OS KAINGANG E A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE

O nome Kaingang que se popularizou na literatura antropológica, foi introduzido no final do século XIX por Telêmaco Borba, um funcionário dos aldeamentos do Paraná e, posteriormente, um importante político da região Sul<sup>28</sup>. Kaingang é uma expressão que deriva de *Kanhgàg*, que as traduções mais correntes indicam como “gente do mato” ou “gente como nós”. O termo *Kanhgàg* está grafado no dicionário “Kaingang – Português” da professora Ursula Wiesemann (1981) com a tradução de “silvícola, índio, índio Kaingang”. O cacique Maurício (principal interlocutor da pesquisa), na identificação de um aplicativo de mensagens, tem a autodenominação “*Kainhgang Kamé*”, uma grafia diferente e que também faz referência a uma das parcialidades do seu povo.

Essa “padronização” linguística é reflexo dos diferentes nomes atribuídos pelo colonizador. Os Kaingang já foram conhecidos como: Bate, Botocudo, Bugre, Cabelludo, Caaró, Caaguá, Camé, Chova, Coroado, Dori, Guainá, Guayaná, Goyanás, Guananas, Guaianazes, Gualachos, Ibirajara, Jacfé, Kaigua, Kaaguá, Kaidngygn, Pinaré, Tupi e Votorões. Essa “confusão” de nomes ocorreu com praticamente todos os povos originários, especialmente devido ao desinteresse do colonizador em questões de âmbito etnológico. No Rio Grande do Sul, até o século XX, existiam poucas referências sobre os povos originários e seus territórios, a Figura 17, elaborada por Carlos Teschauer (1929), mostra a localização genérica de apenas nove povos, sendo dois associados aos Kaingang: os “Guananas”, que habitavam os Campos de Vacaria, e os “Caaguas”, que viviam próximos das nascentes dos rios Caí e Sinos.

Já no texto “Notícia Descritiva da Provincia do Rio-Grande de São Pedro do Sul” de Nicolào Dreys (1839), são citados cinco povos para o estado gaúcho: Guarani (que ocupavam as missões), Patos (grupo que habitava os arredores da Lagoa dos

---

<sup>28</sup> Em carta para o Dr. Hugo Gensch em 14 de abril de 1912, Curt Nimuendajú (1982), ressalta que Telêmaco Borba tinha dificuldades em pronunciar as junções de consoantes como “D” ou o “Y” gutural, por esse motivo, traduziu “Kaidngygn” como “Kaingangue”.

Patos), Charrua (na parte sul da Lagoa Mirim até o rio da Prata), Minuano (na parte oeste junto ao rio Uruguai) e os Goyanans que viviam nos Campos de Vacaria.

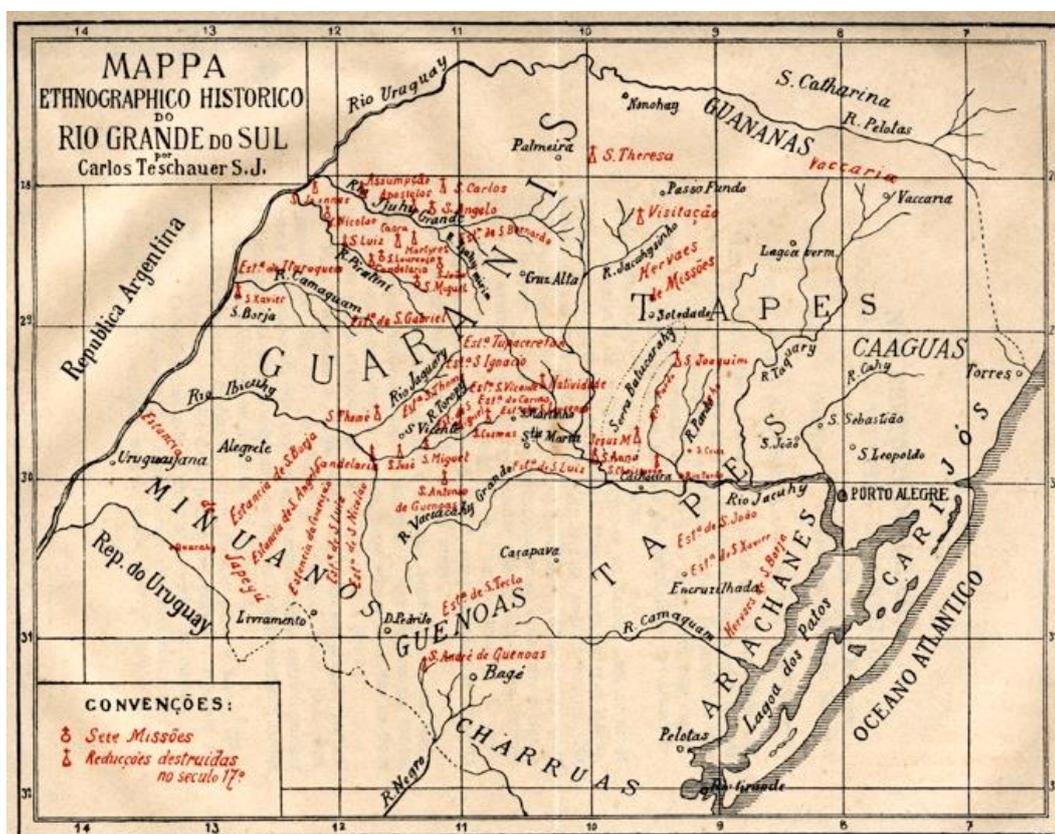


Figura 17 – Distribuição dos povos originários segundo Carlos Teschauer.

Fonte: Carlos Teschauer (1929, p. 228).

A maioria dessas expressões faziam confusões e misturavam povos distintos, pois elas estavam baseadas em relatos vagos de viajantes, naturalistas, padres, tropeiros e bandeirantes. Também eram nomes baseados em preconceitos que se popularizaram nas pequenas vilas alvo dos “ataques dos índios bravos”. Herman Von Ihering (1907) destacava que a literatura etnológica do seu tempo possuía raros registros sobre os Kaingang. As notas, coletadas no século XVI, eram informações indiretas obtidas através de contatos realizados junto aos grupos que viviam no litoral, muitos deles grupos rivais que usavam termos pejorativos para se referir aos inimigos. Além disso, as primeiras expedições buscavam informações sobre as potencialidades econômicas e não estavam preocupadas em perceber as diferenças entre os povos.

Em texto mais antigo, Herman Von Ihering (1895), informava que um dos trabalhos mais importante sobre os povos do Rio Grande do Sul era de autoria do padre jesuíta João Pedro Gay (1863). Na obra estão citados os seguintes povos:

Guarani, Guayana, Tape, Minuano, Charrua, Tupi e Bugre. Apesar de considerar as informações do padre uma das fontes mais valiosas para a identificação dos povos no estado gaúcho, Herman Von Ihering abre algumas divergências, pois o cônego não mencionou os Patos, Crens, Chanas, Guanaos, Iaros, Iarris (estes dois últimos já exterminados) e:

A respeito d'estes Bugres Gay está enganado. No Rio Grande todos os selvagens dos mattos são designados pelo nome de Bugres, pelo contraste com os índios domiciliados ou camponeses (Charruas e Minuanos). Os chamados Bugres não são por conseguinte uma nação, mas é este nome uma expressão collectiva para designar Coroados, Botocudos e outros índios selvagens isolados, sobretudo os Crens. (IHERING, 1895, p. 57).

O “Diccionario Historico e Geographico da Provincia de São Pedro ou Rio Grande do Sul”, de autoria de Domingos de Araujo e Silva (1865), para além do preconceito habitual da época, traz algumas informações geográficas importantes sobre os “Bugres”. A descrição indica que eles são de uma nação indígena muito numerosa, que vivia desde o rio Tietê em São Paulo até o rio Uruguai, ocupando também as cabeceiras do “Rio Cahy e Faxinal”, onde atacavam as propriedades próximas à escarpa do Planalto Meridional<sup>29</sup> gaúcho.

Para Herman Von Ihering (1907), somente com a constituição e a efetivação das missões jesuíticas, no século XVII, é que os colonizadores passaram a ter contatos constantes com alguns povos mais afastados do litoral, entre eles os “Coroados”. Portanto, é preciso ser cauteloso com os relatos e os documentos do início do período colonial, pois esses materiais são carregados de imprecisões e preconceitos que acompanharam muitas gerações.

Por outro lado, algumas ciências têm contribuído para traçar semelhanças e afinidades entre os diferentes povos do nosso país. Os estudos linguísticos, por exemplo, permitiram fazer uma reconstrução histórica e estimar a origem, inclusive geográfica, de vários grupos. Segundo Greg Urban (1992), o Brasil apresenta várias línguas originárias, muito bem documentadas e organizadas linguisticamente, como o tronco Tupi e o Macro-Jê.

---

<sup>29</sup> O Planalto Meridional segue a classificação das “Unidades Morfoesculturais do Relevo do Rio Grande do Sul” de Dirce Maria Antunes Suertegaray e Nina Simone Vilaverde Moura (2004).

O termo “Gê” foi usado pela primeira vez pelo naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que percebeu que diferentes povos da região central do Brasil se chamavam por nomes que terminavam com a expressão “Gê” (EHRENREICH, 1892). Segundo Greg Urban (1992), o tronco Macro-Jê tem sua “origem” na parte oriental e central do planalto brasileiro. Desse ponto, por volta de 3 mil anos, os grupos começaram a se dispersar por diferentes áreas do país.

Atualmente a ligação dos Kaingang com a família Jê é uma unanimidade. Além disso, é possível afirmar que apenas dois povos Jê do Brasil Meridional sobreviveram ao processo de colonização: os Kaingang e os Xokleng<sup>30</sup>. Apesar desse “isolamento geográfico”, o professor Ayrton Dall’Igna Rodrigues (1986 e 2002) destaca que a língua Kaingang e a Xokleng estão próximas dos Akwén, Apinayé, Kayapó, Panará, Suyá e Timbira, povos que vivem nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. A língua Kaingang possui ainda quatro dialetos, conforme a Figura 18 e a classificação abaixo:

- **Tronco:** Macro-Jê;
- **Família:** Jê;
- **Língua:** Kaingang;
- **Dialetos:** Kaingang do Paraná, Kaingang Central, Kaingang do Sudoeste, Kaingang do Sudeste.

Existem outras classificações reconhecidas. A professora Ursula Wiesemann (1978), por exemplo, fez mudanças apenas no último nível, apresentado cinco dialetos Kaingang que são organizados segundo a distribuição geográfica dos antigos Postos Indígenas (PTIs):

---

<sup>30</sup> Segundo Francisco Noelli e Jonas de Souza (2017, p. 60): “É importante ressaltar que a diversidade das línguas Jê meridionais poderia ser maior no passado, existindo, além dos Kaingang e Xokleng, os Ingáin, os Kimdá e os Gualacho, extintos até o início do século XX (Ambrosetti, 1895; Bertoni, 1916; D’Angelis, 2003). As investigações mais recentes indicam que a proto-língua de povos agricultores Jê, chegada ao sul do Brasil, sofreu uma cisão ao redor de 840 d.C., dividindo-se nos subgrupos oriental (Kimdá e Ingáin) e ocidental (Kaingang e Xokleng) (Jolkesky, 2010). Os Kaingang e os Xokleng separam-se ao redor de 1390 d.C. (Jolkesky, 2010). Para os Gualacho, não há dados suficientes para incluí-los em um dos subgrupos. Contudo, entendemos que essa estimativa ainda pode ser calibrada com as cronologias arqueológicas, buscando a equalização entre todos os dados disponíveis”.

- **Dialeto de São Paulo** (entre o rio Tietê e rio Paranapanema<sup>31</sup>);
- **Dialeto do Paraná** (entre rio Paranapanema e Iguçu);
- **Dialeto Central** (entre rio Iguçu e rio Uruguai);
- **Dialeto Sudoeste** (entre o sul do rio Uruguai e oeste do rio Passo Fundo);
- **Dialeto Sudeste** (entre o sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo).

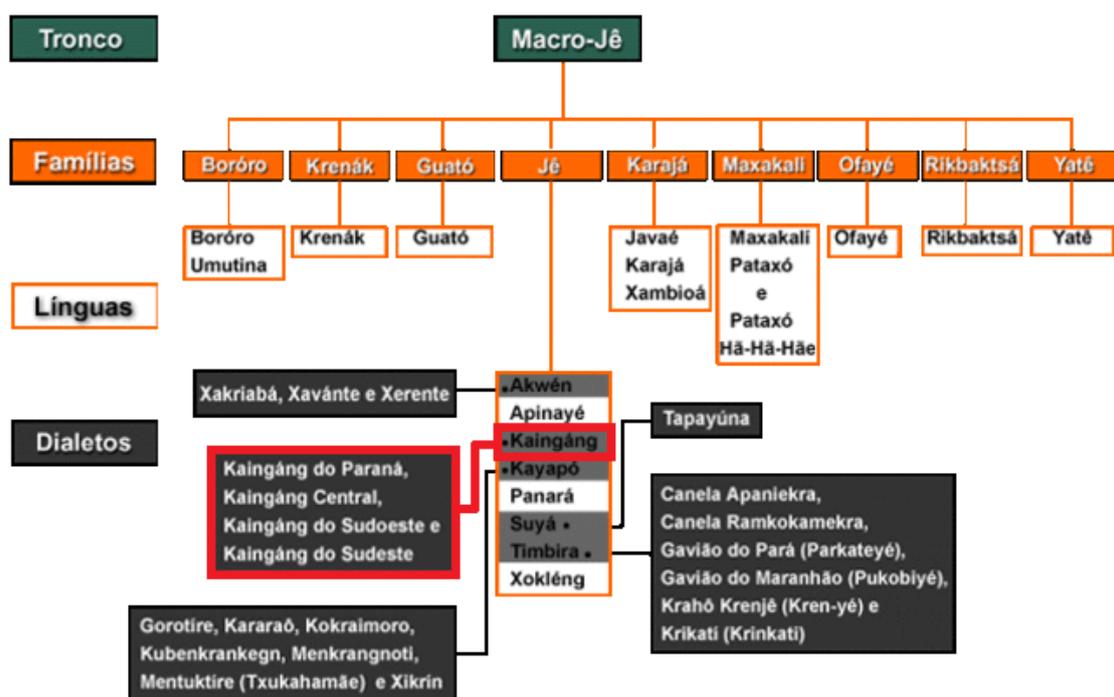


Figura 18 – Tronco linguístico Macro-Jê, segundo classificação de Ayron Rodrigues.

Fonte: Adaptado de Instituto Socioambiental<sup>32</sup>.

Ambas as classificações são representativas e ainda refletem a distribuição territorial dos Kaingang. Inicialmente o nome escolhido para retomada de Canela era “*Konhún Mág*”, uma versão escrita com base no dialeto da terra indígena Guarita. Todavia, como o grupo que reivindica a área tem relações com a terra indígena

<sup>31</sup> A grafia original do texto de Ursula Wiesemann (1978) assinala “Paranapena”, provavelmente um equívoco de digitação, por isso o nome foi corrigido para “Paranapanema”, o que faz mais sentido considerando o histórico de ocupação dos Kaingang de São Paulo e Paraná.

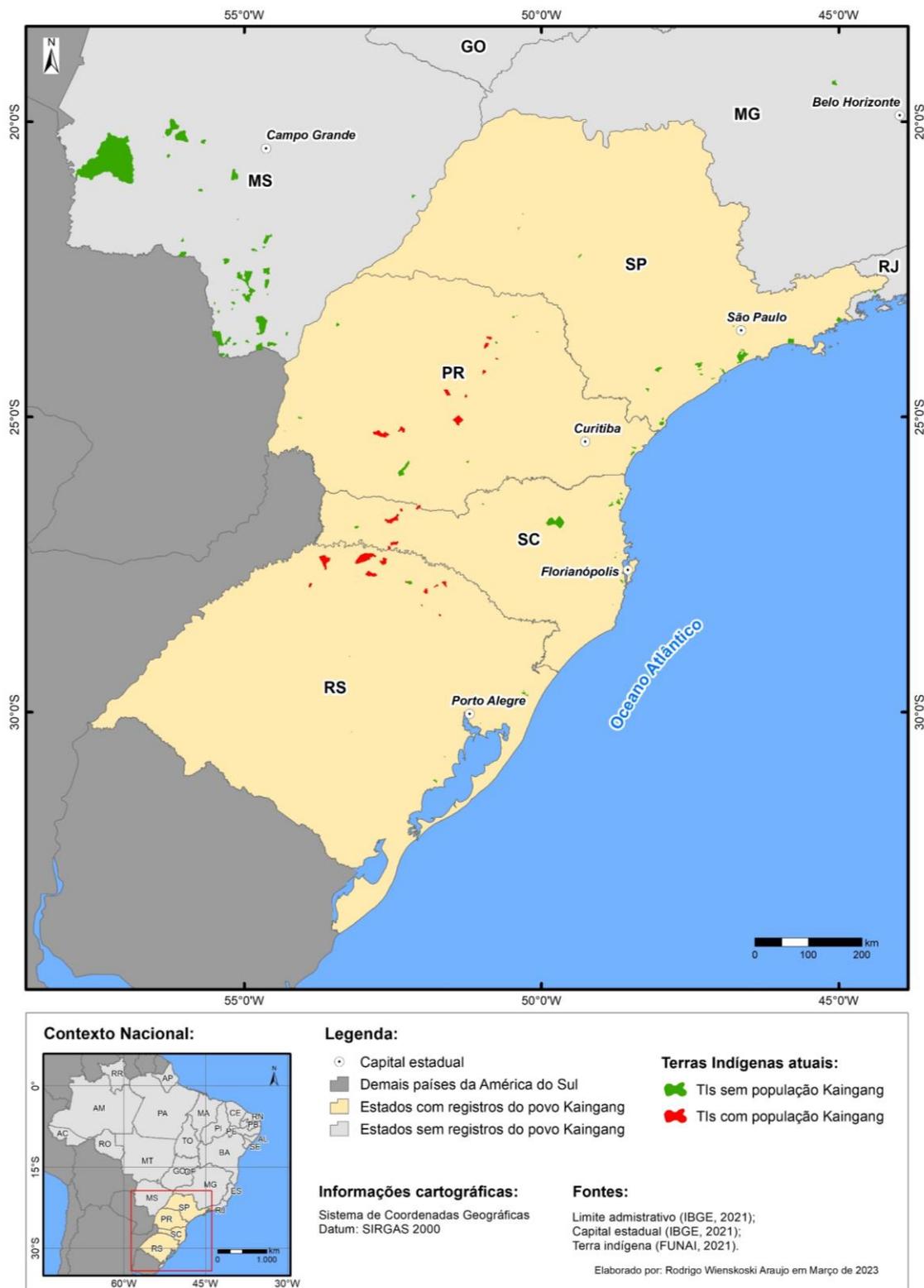
<sup>32</sup> Imagem disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

Nonoai, ocorreu uma mudança na grafia. Atualmente a retomada é conhecida como “Kógũnh Mág”, conforme mostra a Figura 19.



**Figura 19 – Símbolo da Retomada Kaingang Kógũnh Mág.**  
Fonte: Acerco Maurício Salvador.

Essa diferenciação linguística (e espacial) era o resultado de desavenças históricas. Assim, já nos primeiros contatos no século XVIII, o colonizador percebeu as sutilezas e se aproveitou dos conflitos internos para desarticular a maioria dos grupos. Com a imposição do modelo colonial, os Kaingang foram confinados em pequenos espaços nos três estados do Sul e em São Paulo. O resultado desse processo está disposto na Figura 20 e no Quadro 1, materiais que mostram a distribuição atual das terras indígenas do povo Kaingang.



**Figura 20 – Mapa com a distribuição das terras indígenas do povo Kaingang no Brasil Meridional.**

A Figura 20 e o Quadro 1 indicam que os Kaingang estão distribuídos em 38 áreas indígenas oficiais (territórios formais). Somadas elas atingem 223.686,62 hectares, ou seja, representam pouco mais de 0,2% das áreas indígenas

reconhecidas pela Funai<sup>33</sup>. Cabe destacar que a base de dados do órgão indigenista brasileiro está incompleta, pois ignora algumas áreas reconhecidas, como as aldeias *Oré Kupri*, *Fag Nhin* e *Tupen pó* em Porto Alegre. Mesmo assim, as áreas “esquecidas” pouco alterariam a situação geral.

**Quadro 1 – Síntese dos territórios Kaingang segundo a Funai em 2022.**

Terra Indígena	Povo	Município e Unidade da Federação	Área em Hectares	Tipo ou situação do processo
Guarita	Kaingang e Guarani	Erval Seco (RS)	23.406,86	Regularizada
		Redentora (RS)		
		Tenente Portela (RS)		
Nonoai	Kaingang e Guarani	Gramado dos Loureiros (RS)	19.830	Declarada
		Nonoai (RS)		
		Planalto (RS)		
		Rio dos Índios (RS)		
Rio das Cobras	Kaingang e Guarani	Espigão Alto do Iguaçu (PR)	18.681,98	Regularizada
		Nova Laranjeiras (PR)		
Marrecas	Kaingang	Guarapuava (PR)	16.838,57	Reserva Indígena
		Turvo (PR)		
Nonoai - Rio da Várzea	Kaingang	Gramado dos Loureiros (RS)	16.415,44	Regularizada
		Liberato Salzano (RS)		
		Nonoai (RS)		
		Planalto (RS)		
		Trindade do Sul (RS)		
Mangueirinha	Kaingang e Guarani	Chopinzinho (PR)	16.375	Regularizada
		Coronel Vivida (PR)		
		Mangueirinha (PR)		
Xapecó	Kaingang e Guarani	Abelardo Luz (SC)	15.623,96	Regularizada
		Entre Rios (SC)		
		Ipuaçu (SC)		
Ibirama	Kaingang, Guarani e Xokleng	Doutor Pedrinho (SC)	14.084,89	Regularizada
		Itaiópolis (SC)		
		José Boiteux (SC)		
		Vitor Meireles (SC)		
Serrinha	Kaingang	Constantina (RS)	11.752,76	Declarada
		Engenho Velho (RS)		

<sup>33</sup> O Sistema Indigenista de Informações (SII) organizado pela Funai, declara que nosso país possui 697 áreas com registros no órgão, somando 111.082.520,41 hectares, sendo que 105 áreas estão na fase de estudo, e representam 2.663.262,43 hectares. A Funai também informa que essas áreas indígenas representam 13,75% do território brasileiro, distribuídos de forma muito irregular: a região Norte concentra 54% dessas áreas, seguida pelo Centro-Oeste (19%), Nordeste (11%), Sudeste (10%) e Sul (6%). Informações disponíveis em: [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_terras\\_indigenas\\_situacao.wsp?tmp\\_uf\\_codigo=#](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas_situacao.wsp?tmp_uf_codigo=#). Acesso em 07 de julho de 2022.

Terra Indígena	Povo	Município e Unidade da Federação	Área em Hectares	Tipo ou situação do processo
		Ronda Alta (RS)		
		Três Palmeiras (RS)		
Boa Vista	Kaingang	Laranjeiras do Sul (PR)	7.336,33	Declarada
Ivai	Kaingang	Manoel Ribas (PR)	7.306,35	Regularizada
		Pitanga (PR)		
Votouro/Kandóia	Kaingang	Benjamin Constant do Sul (RS)	5.977	Delimitada
		Faxinalzinho (RS)		
Apucarana	Kaingang	Londrina (PR)	5.574,94	Regularizada
Ligeiro	Kaingang	Charrua (RS)	4.565,79	Regularizada
Cacique Doble	Kaingang e Guarani	Cacique Doble (RS)	4.426,28	Regularizada
		São José do Ouro (RS)		
Palmas	Kaingang	Palmas (PR)	3.800,88	Regularizada
		Abelardo Luz (SC)		
Barão de Antonina	Kaingang	São Jerônimo da Serra (PR)	3.750,72	Regularizada
Votouro	Kaingang	Benjamin Constant do Sul (RS)	3.341,09	Regularizada
		Faxinalzinho (RS)		
Queimadas	Kaingang	Queimadas (PR)	3.077,76	Regularizada
Inhacorá	Kaingang	São Valério do Sul (RS)	2.843,38	Regularizada
Aldeia Condá	Kaingang	Chapecó (SC)	2.300	Reserva Indígena
Faxinal	Kaingang	Cândido de Abreu (RS)	2.043,89	Reserva Indígena
Toldo Imbu	Kaingang	Abelardo Luz (SC)	1.960,69	Declarada
Passo Grande do Rio Forquilha	Kaingang	Cacique Doble (RS)	1.916	Declarada
		Sananduva (RS)		
São Jeronimo	Kaingang, Guarani e Xetá	São Jerônimo da Serra (PR)	1.339,34	Regularizada
Monte Caseros	Kaingang	Ibiraiaras (RS)	1.112,41	Regularizada
		Muliterno (RS)		
Toldo Chimbangue	Kaingang	Chapecó (SC)	988,66	Regularizada
Toldo Chimbangue II	Kaingang	Chapecó (SC)	954,07	Regularizada
Pinhal	Kaingang	Seara (SC)	880,08	Regularizada
ibagy/Mococa	Kaingang	Ortigueira (PR)	859,91	Regularizada
Ventarra	Kaingang	Erebango (RS)	772,95	Regularizada
Rio dos Índios (Kanhgág Ag Go)	Kaingang	Vicente Dutra (RS)	711,70	Declarada
Vanuire	Kaingang	Arco-Íris (SP)	708,93	Regularizada
		Tupã (SP)		
Xapecó (Pinhalzinho-Canhadão)	Kaingang e Guarani	Abelardo Luz (SC)	660	Declarada
		Ipuaçu (SC)		

Terra Indígena	Povo	Município e Unidade da Federação	Área em Hectares	Tipo ou situação do processo
Carreteiro	Kaingang	Água Santa (RS)	602,97	Regularizada
Icatu	Kaingang e Terena	Braúna (SP)	300,96	Regularizada
Laranjinha	Kaingang e Guarani	Abatiá (PR)	284,24	Regularizada
		Santa Amélia (PR)		
Kaingang de Iraí	Kaingang	Iraí (RS)	279,79	Regularizada
Borboleta	Kaingang	Campos Borges (RS)	0	Em Estudo
		Espumoso (RS)		
		Salto do Jacuí (RS)		
Carazinho	Kaingang	Carazinho (RS)	0	Em Estudo
Campo do Meio	Kaingang	Gentil (RS)	0	Em Estudo
		Ciríaco (RS)		
Faxinal / São Miguel (Goj Kusa)	Kaingang	Água Santa (RS)	0	Em Estudo
Kaingang de Vitorino	Kaingang	Vitorino (PR)	0	Em Estudo
Lajeado do Bugre	Kaingang	Cerro Grande (RS)	0	Em Estudo
		Lajeado do Bugre (RS)		
		Sagrada Família (RS)		
Mato Castelhana	Kaingang	Mato Castelhana (RS)	0	Delimitada
Segu	Kaingang	Constantina (RS)	0	Em Estudo
		Novo Xingú (RS)		
		Sarandi (RS)		

Fonte: SII/ Funai<sup>34</sup>.

Além das áreas oficiais, atualmente muitos grupos estão em acampamentos improvisados, lutando para recuperar/defender seus territórios ancestrais. Parte dessa situação está expressa no Quadro 1 através das áreas “em estudo”. Esses territórios estão sendo analisados pela Funai e ainda não possuem uma área definida, como a TI Borboleta, que enfrenta mais de 30 anos de trâmites burocráticos. Também é comum encontrar grupos Kaingang vivendo em áreas urbanas, locais importantes para a venda de artesanato e para o acesso a infraestrutura pública (hospitais, por exemplo). Igualmente, viver na cidade aproxima os Kaingang dos centros de controle e poder, o que ajuda no processo de reivindicação dos direitos indígenas. A Figura 21 e a Figura 22, por exemplo, retratam a participação Kaingang na manifestação

<sup>34</sup> Informações disponíveis em:

[http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_terras\\_indigenas.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp). Acesso em 08 de agosto de 2022.

indígena contra a Tese do Marco Temporal, evento ocorrido no Centro de Porto Alegre no dia 1º de julho de 2021.



**Figura 21 – Kaingang da retomada Kógũnh Mág protestando em Porto Alegre contra a Tese do Marco Temporal.**

Fonte: Acervo de Maurício Salvador.



**Figura 22 – Indígenas e Movimentos Sociais protestam contra a Tese do Marco Temporal.**

Fonte: Acervo de Maurício Salvador.

O Quadro 1 mostra que existe grande disparidade entre as áreas. Os Kaingang habitam apenas nove terras indígenas com mais de 10 mil hectares. No Rio Grande do Sul encontramos a maior área Kaingang do país, a TI Guarita. O estado também possui o maior território contínuo desse povo, formado pelas terras indígenas Nonoai e Nonoai/Rio da Várzea. Alguns territórios são muito pequenos, doze áreas não ultrapassam mil hectares, sendo que três delas tem menos de 500 hectares, são elas: TIs Icatu (SP), Laranjinha (PR) e Kaingang de Iraí (RS).

Em síntese, os dados do SII/ Funai mostram que a terceira maior população indígena do nosso país, maior grupo populacional do tronco linguístico Macro-Jê, vive em espaços diminutos, muito aquém do que realmente seria necessário para que esse povo tivesse condições de viver de acordo com seus “usos, costumes e tradições”. Tal fato é reflexo do colonialismo, do descaso e da opressão que sofreram ao longo dos últimos séculos, pois como veremos adiante, os territórios originários Kaingang são muito maiores do que os dados oficiais.

### **3.1 A distribuição geográfica do povo Kaingang no Brasil Meridional**

Segundo Milton Santos (2014a), o espaço geográfico é produto do social, passado e presente coexistem, produzindo o agora e projetando o futuro. Ele também contém e é contido por diferentes instâncias: a econômica, a cultural-ideológica e a política-institucional. Por um lado, temos uma série de objetos distribuídos e

organizados no território, de outro lado, a ação e o sentido que a sociedade atribui a cada objeto em um dado momento da história. Portanto, o espaço geográfico é o resultado de um sistema de objetos e ações de uma sociedade.

O espaço geográfico é a expressão da primeira natureza, trabalhada e reorganizada, formando uma segunda natureza que abrange desde a materialidade até os espaços simbólicos. O espaço é uma categoria verdadeiramente social, que se estrutura através das relações entre os diferentes atores e agentes<sup>35</sup>:

A natureza primeira, como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social. A partir desse momento, tudo o que consideramos como natureza primeira já foi transformado. Esse processo de transformação, contínuo e progressivo, constitui uma mudança qualitativa fundamental nos dias atuais. E na medida em que o trabalho humano tem como base a ciência e a técnica, tornou-se por isso mesmo a historicização da tecnologia. (SANTOS, 2014a, p. 19).

Assim, sem as relações sociais não faria sentido falar em espaço geográfico, estaríamos falando de um “meio” que é anterior a própria espécie humana. O espaço geográfico é constituído no momento que tomamos consciência de nossa existência e começamos a objetivar as coisas. Inicialmente, nossa relação com o meio natural seguia o tempo das coisas (com uma interferência mínima). O preparo, o plantio e a colheita, por exemplo, acompanhavam o tempo que a planta precisava para germinar e se desenvolver, até atingir o ponto ideal para o consumo. Nossas técnicas de produção eram limitadas por nossos corpos, ou seja, por nossa capacidade de manipular algumas ferramentas. A dimensão era local, quando muito regional (SANTOS, 2012a, 2012b, 2014a e 2014b).

Quando a sociedade conseguiu desenvolver técnicas mais elaboradas, substituindo parte da força de trabalho das pessoas por equipamentos, o espaço passou para uma fase da técnica, ou meio técnico. Nesse contexto, a quantidade de ferramentas e máquinas aumentou. Passamos a projetar espaços cada vez mais artificiais, um determinado local existe em função do outro. Cada parte visa sustentar

---

<sup>35</sup> Segundo Guy Di Méo e Pascal Buléon (2007), ator e agente são categorias que transcendem o individual, são figuras coletivas. O ator é por definição mais ativo e mais autônomo que o agente. Ele dispõe de um agir, mas também de um poder. Sua função é agir: ele gera, ele desenvolve infraestrutura e a economia de um território. O ator realiza tudo consciente e deliberadamente, já o agente, na maioria das vezes, apenas reproduz.

uma estrutura com um sistema de objetos e ações. O grau de conectividade entre os lugares ganha cada vez mais destaque. As estradas de ferro encurtam as distâncias, os mares já não são grandes obstáculos (a América está ao alcance do capitalismo), a humanidade se julga capaz de enfrentar a natureza. Cultura e natureza são desconectadas, tudo é passível de se transformar em recurso (SANTOS, 2012a, 2012b, 2014a e 2014b).

A dinamicidade do sistema capitalista, pós anos 1970, levou Milton Santos (2012a) a caracterizar o período atual como um meio técnico-científico-informacional. Segundo ele, vivemos em um mundo onde a ciência, a técnica e o mercado, estão cada vez mais relacionados e conectados. Somando esses elementos com o avanço da informação (que atinge um status sem precedentes) chegamos em uma configuração territorial que é cada vez mais produto da humanidade. Devido a velocidade da comunicação esse meio tende a ser universal, pois mesmo os espaços mais isolados estão de alguma forma conectados:

Mas os brancos não param, porque seu espírito já pertence a Yolujá. Por isso, em sua loucura, não param de derrubar milhares de hectares de floresta na Amazônia e na Orinoquia; mudam o curso de seus rios; eles derrubam montanhas e perfuram e envenenam a Terra em busca de minerais que traduzem em bens e dinheiro. Muitos são os tolos que ainda celebram, convencidos do poder dos homens que, em sua opinião, tomaram conta da Terra e de sua construção do tempo; no entanto, ignoram que essas ações ainda colocam todas aquelas comunidades que os brancos desconhecem em estado de guerra, e cuja resposta para assustar os Yolujá dos brancos de suas vidas põe em risco a vida de todos nós, a vida dos brancos incluída. (QUINTERO WEIR, 2022, p. 19).

O espaço geográfico não é homogêneo e não tem caráter evolutivo, como pode parecer à primeira vista. As técnicas, os objetos e as ações são assimilados em tempos diferentes. O interesse nas técnicas (como uma ferramenta de metal), por exemplo, possui um valor de acordo com o lugar e o momento histórico. Por esse motivo, o peso de cada técnica não é dado por ela mesma, mas pelo papel que desempenha no todo, ou seja, pelas relações que são estabelecidas por cada ator e agente. Elas deixam marcas, são as *rugosidades*, as heranças socioterritoriais de cada povo. Portanto, a técnica é tempo congelado e carrega a história da sociedade. Por isso, podemos dizer que o espaço geográfico dos povos originários é diferente daquele concebido pela sociedade capitalista ocidental: “Isso resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes,

individualmente dotadas de um tempo específico – daí as diferenças entre lugares” (SANTOS, 2014a, p. 23).

Todos os objetos técnicos têm uma *forma*, o aspecto visível, ou seja, o que conseguimos descrever facilmente e colocamos em um padrão, como uma montanha, que é hierarquizada em diferentes tamanhos e dimensões. Esse mesmo objeto terá uma *função*, uma atividade esperada dentro de uma *estrutura* (a relação das partes no todo, sua organização). A mesma montanha pode ter funções diferentes e fazer parte de estruturas distintas, ela pode representar algo além de terra e rocha. Para a sociedade capitalista ela pode ser um recurso mineral, mas para algum povo a montanha pode ser uma divindade, uma representação social muito mais complexa. Forma, função e estrutura, fazem parte de um *processo*, que pode ser definido como uma ação contínua, que se desenvolve ao longo do tempo, e que não está alheio as mudanças e adaptações sociais (SANTOS, 2014a).

Na sociedade capitalista, forma, função, estrutura e processo, estão pensadas com base na acumulação e no lucro. No caso dos povos originários, a relação com o espaço está centrada na reprodução do coletivo, a acumulação de capital não é o fator central. Cada povo (Kaingang, Xokleng, Charrua, Guarani e entre tantos outros) tem suas motivações próprias, atuando conforme suas bases cosmológicas que são reformuladas com o tempo. Nenhum povo está parado e alheio aos acontecimentos do entorno:

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, económicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 2014a, p. 82).

Atualmente o povo Kaingang incorporou muitos dos elementos da sociedade capitalista. Seus representantes participam das decisões públicas, frequentam os eventos nacionais e internacionais, reivindicam suas terras tradicionais nas esferas do Governo, comercializam produtos diversos, as famílias frequentam a cidades, os hospitais, as escolas e etc. Ou seja, eles possuem uma dinâmica espacial que não se restringe a vida nas aldeias. Em muitos casos, alguns grupos tem uma vida muito similar a qualquer outra pessoa da sociedade brasileira. Todavia, quando o colonizador confrontou o povo Kaingang de forma mais enfática (na metade do século

XIX), eles tinham uma dinâmica muito particular, estavam distribuídos em diferentes parcialidades e ocupando um espaço geográfico similar ao apresentado na Figura 23.



Figura 23 – Mapa do espaço geográfico do povo Kaingang.

O mapa da Figura 23 foi construído com base na sistematização dos trabalhos de diferentes pesquisadores, principalmente: Ana Freitas (2005), Ricardo Cid Fernandes (2004), Ítala Becker (1976, 1998, 2006), Juracilda Veiga (1994, 2004), Kimiye Tommasino (1995, 2004), Lúcio Mota (2008, 2016) e Luís Fernando da Silva Laroque (2000, 2007). As informações que ajudaram a compreender esse espaço geográfico vão aparecer no decorrer dos capítulos, por hora, é importante destacar que é consenso que as bacias hidrográficas eram usadas pelos Kaingang como um “divisor natural” entre os grupos. Desta forma, esse espaço geográfico correspondia:

- Oeste – a margem esquerda do rio Paraná;
- Norte – a bacia hidrográfica do rio Tietê (não ultrapassando o limite político administrativo de São Paulo);
- Sul – parte da bacia hidrográfica do rio Jacuí;
- Leste – o litoral atlântico do Brasil Meridional (desde a Baixada Santista até a conexão da Laguna do Patos com o oceano Atlântico).

A maioria das informações consultadas, indica que o domínio Kaingang não se estendia até o litoral atlântico. Contudo, mesmo não existindo registros de aldeias consolidadas na planície costeira, os estudos apontam que eles frequentavam o litoral em momentos específicos do ano. Como estamos falando de espaço geográfico, o litoral não pode ser descartado da dinâmica espacial do povo Kaingang. É plausível incluir como “limite” leste o litoral atlântico. Também é importante destacar que esses limites apresentados na Figura 23 não são fixos, eles são aproximações, uma tentativa de organizar um “modelo ideal” da distribuição espacial do povo Kaingang na chegada dos europeus na América. Os limites estabelecidos nesse momento foram baseados nas informações disponíveis (e acessadas) e qualquer nova informação pode alterar essa proposta.

Também é fundamental destacar que essa proposta é uma abstração, uma tentativa de aproximação do mundo conhecido pelos Kaingang nos primeiros anos do contato. Certamente esses limites são imprecisos, pois foram elaborados com base nas informações do colonizador. Além disso, os limites são extremamente cartesianos, para sua delimitação foram usadas a “Base da Divisão Hidrográfica Nacional”, proposta pela ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA; IBGE, 2021), e a “Divisão Político Administrativa” do Instituto Nacional de

Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Este mapa foi construído para mostrar que o espaço geográfico Kaingang abrangia uma extensa área, muito diferente das propostas de confinamento que foram elaboradas no decorrer da colonização.

Sabemos que a distribuição geográfica era reflexo de disputas (conflitos internos e externos), alianças, interesses, caminhos migratórios e até mesmo por inimigos mais fortes e numerosos que impediam o avanço para locais desconhecidos (como o tronco Tupi, por exemplo). As parcialidades Kaingang não tinham o controle ou o domínio de todo esse espaço geográfico, todavia, conheciam, frequentavam e circulavam por todas as áreas. Mesmo com diferenças regionais, os Kaingang compartilhavam muitas características que se refletiam na sua organização espacial. A vida do povo Kaingang era, assim como a maioria dos povos da família Jê, conduzida de acordo com um sistema dualístico. Essa estrutura se estendia para pessoas, animais, plantas, objetos, ou seja, para praticamente tudo que conseguimos imaginar.

Nesse sistema dualístico Kaingang as duas metades são conhecidas como *Kamé* e *Kanheru-kré*<sup>36</sup>. Tudo faz parte dessa relação complementar, inclusive a distribuição espacial (como alerta o cacique Maurício, “não é uma divisão, as metades se complementam”)<sup>37</sup>. O matrimônio, por exemplo, ajuda a elucidar como a distribuição geográfica estava condicionada a mística dualística. O casal precisava ser de metades opostas, pois é preciso manter o equilíbrio de forças, o homem deve migrar para a casa do seu sogro (pertencente a metade oposta), onde deve obediência. Ao mudar sua área de moradia, ele passa a conviver com seus cunhados (*iambré*), uma oposição aos parentes da mesma metade (*kaitkō*). Já as mulheres

---

<sup>36</sup> Existem diferentes formas de designar as metades “*Kamé*” e “*Kanheru-kré*”. São várias grafias e diferentes associações presentes na bibliografia, como por exemplo: “O lado do sol, *rã* se associa à metade *kamé* e à marca comprida, *rá tej*, o lado da lua, *kýsã* à metade *kanheru-kré* e à marca redonda, *rá rór*” (MARÉCHAL, 2021, p. 38). Ao longo do texto serão usadas as grafias que remetem aos autores citados, nos demais casos, será utilizada a grafia que foi indicada pelo cacique Maurício Salvador. Também é importante destacar que os estudos etnológicos já mostraram que as duas metades são compostas por subgrupos, mas não existe um consenso sobre tal. Inclusive existem diferenças regionais importantes. Nesse sentido, Juracilda Veiga (1994, p. 66) apresentam uma listagem das possíveis subdivisões segundo diferentes autores.

<sup>37</sup> Essa relação de complementariedade está presente em diferentes povos da América. José Angel Quintero Weir (2018 e 2022), por exemplo, mostra que os povos que há milhares de anos habitam a grande bacia do *Karoorare*, que os brancos chamam de Lago Maracaibo, nada surge ao acaso, todos os sujeitos compartilham um fazer, assim todos compartilham uma condição de incompletude.

seguem convivendo com suas irmãs, tias, primas e sobrinhas, pois ficam na sua antiga casa. Mesmo com a separação, os jovens têm o dever de respeitar os mais velhos da sua metade – *Kénke* (meu irmão mais velho). Os filhos de ambos os sexos, sempre fazem parte da metade do pai. Esse procedimento contínuo, através das gerações, estabelece o caráter patrilinear da sociedade Kaingang (VEIGA, 2004).

Assim, as relações constituídas através do matrimônio, proporcionavam alianças que permitiam aos grupos circular e se deslocar por diferentes partes do espaço geográfico. Era interessante ter “vizinhos” aliados e intercambiar pessoas entre os grupos, “misturando” as metades. Todavia, é importante destacar que essa organização socioespacial, desenvolvida através do exemplo do matrimônio, estava amparada, assim como toda a relação dualista, no mito de origem do povo Kaingang.

A versão mais conhecida do mito foi registrada por Telêmaco Borba (1908) junto ao cacique *Arakxô*, em Guarapuava no início do século XX<sup>38</sup>. Segundo o mito, uma grande inundação tomou conta de toda a terra, apenas o cume da serra *Crinjijimbé* emergia das águas. Os “*Caingangues*”, “*Curutons*”, “*Cayurucrês*” e “*Camés*” nadaram em direção ao topo da serra. Cansados, os dois últimos, acabaram se afogando e suas almas foram viver no centro da serra de *Crinjijimbé*. Os *Caingangues* e os *Curutons* conseguiram se salvar, e esperaram muitos dias até que as saracuras anunciaram que as águas baixaram:

Gritaram elles ás saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amiudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde sahiram os *Caingangues* que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das arvores, transformaram-se em macacos e os *Curutons* em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado donde o sol nasce; por isso nossas agoas correm todas ao Poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as agoas seccaram, os *Caingangues* se estabeleceram nas immediações de *Crinjijimbé*. Os *Cayurucrês* e *Camés*, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior della; depois de muito trabalho chegaram a sahir por duas veredas: pela aberta por *Cayurucrê*, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; dahi vem terem elles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a *Camé*, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando elle, e os seos, os pés que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou agoa e,

---

<sup>38</sup> Existem diferentes versões sobre o mito de origem Kaingang, com semelhanças e contradições, mas quase sempre está presente a questão do dilúvio e os irmãos mitológicos que saíram do interior da terra. Nesse sentido, destaque para os trabalhos de Egon Schaden (1988), Herbert Baldus (1979) e Curt Nimuendajú (1993).

pela sede, tiveram de pedir-a a *Cayurucré* que consentio que a bebessem quanto necessitassem. (BORBA, 1908, p. 20-21).

Logo depois de sair do centro da terra, os “*Cayurucrés*” e “*Camés*” se desentenderem com os “*Curutons*” e, desse dia em diante, tornaram-se inimigos (e escravos dos Kaingang). Na sequência, as duas figuras mitológicas ficaram um longo período “criando” os animais que repovoariam a terra: tigres, cobras, antas, tamanduás, entre outros. Segundo Juracilda Veiga (1994), aqueles ligados aos “*Kañeru*” são malhados (símbolos circulares), aos “*Kamé*” são riscados (símbolos em linhas). As marcas estão na pele dos animais, nas penas dos pássaros, nas rochas, na casca das árvores, nas folhas, na madeira, pois tudo possui um: “(...) *tóg*, isto é, um princípio animador. As madeiras, a água, as árvores, os animais, o sol, a lua, as plantas e ervas, todos são considerados seres animados e em consequência pertencem também a uma das duas metades cosmológicas” (MARÉCHAL, 2021, p. 38).

Os animais se espalharam pelo mundo. Ocuparam as florestas e os campos, mataram a sede nos “barreiros e lambedouros”, tornando as fontes de água e sal locais sagrados para os Kaingang. Após finalizar as tarefas de criação “*Cayurucrés*” e “*Camés*”:

Chegaram a um campo grande, reuniram-se aos *Caingangues* e deliberaram cazar os moços e as moças. Cazaram primeiro os *Cayurucrés* com as filhas dos *Camés*, estes com as daquelles, e como ainda sobravam homens, cazaram-os com as filhas dos *Caingangues*. Dahi vem que, *Cayurucrés*, *Camés* e *Caingangues* são parentes a amigos. (BORBA, 1908, p. 22).

No mito de origem observamos algumas importantes referências geográficas dos Kaingang. A serra de *Crinjijimbé*, de onde saíram os *Cayurucrés* e os *Camés*, é o ponto de maior destaque, é o local de origem. Através do mito, poderíamos imaginar uma relação com a Serra do Mar<sup>39</sup>, uma referência importante para o povo Kaingang. Justamente onde estão as nascentes (água) que drenam em direção ao rio Paraná, com fluxo em direção ao poente, exatamente como previsto no mito. Os Kaingang também eram reconhecidos por construir seus acampamentos principais (aldeias) nas partes mais elevadas e perto das nascentes dos rios. Ou seja, a distribuição espacial

---

<sup>39</sup> Egon Schaden (1988) afirma que a serra de *Crinjijimbé* é como os Kaingang conheciam a Serra do Mar. A disposição da Serra do Mar pode ser observada no mapa “Relevo – Unidades de Relevo” do Atlas Escolar do IBGE (2018).

provavelmente tentava reproduzir o mito de origem, por isso a maioria das aldeias não estavam nas áreas planas, ou nas margens dos grandes cursos hídricos.

Além da serra e da água, os “campos” recebem destaque como local de organização dos casamentos. Ali a divisão social foi consolidada, *Cayurucrês* e *Camés* são os representantes do povo Kaingang. *Caingangues* é a designação dos povos aliados e os *Curutons* são os inimigos. Os dois irmãos do mito têm relações com os *Caingangues*, que representam aqueles com quem é possível trocar esposas e construir afinidades. Existem diversos registros que mostram que nos primeiros contatos os Kaingang tentavam trocar esposas com os luso-brasileiros e os espanhóis (uma tentativa de constituir alianças)<sup>40</sup>. Quando a parceria matrimonial se efetivava, ficava claro que eles eram “parentes e amigos” e não inimigos como os “*Curutons*”. Lembrando que é o pai que transmite a marca, como me alertou uma liderança Kaingang: “o filho de um Kaingang com uma mulher branca é Kaingang, o contrário não!”. Portanto, as relações sociais estabelecidas no espaço geográfico Kaingang não eram apenas de guerra e conflito. Existiam ações que visavam a construção de parcerias, mesmo com grupos distintos. Essas parceiras eram fundamentais para a organização e para a distribuição espacial dos grupos. Com aliados ao redor, era possível se deslocar por extensas áreas e se relacionar com os parentes que viviam em lugares distantes. O fato de casar com o “outro”, também era uma forma de expandir o conhecimento espacial, pois permitia o acesso ao “espaço desconhecido”.

O mito de origem também evidencia a ligação dos Kaingang com a terra, visto que, as duas metades saíram do interior da serra *Crinjjimbé*. Essa relação ainda é muito forte: “Quando nascem, têm seus umbigos enterrados na mesma terra onde estão desde o nascimento, ligados umbilicalmente, pretendem que seus corpos sejam enterrados quando morrerem” (TOMMASINO, 2004, p. 152).

Segundo Ana Freitas (2005), o local de nascimento e morte é um ponto importante na constituição de aldeias. Aquelas terras que guardam os restos dos seus antepassados e as cinzas das antigas fogueiras, são considerados espaços

---

<sup>40</sup> Ana Freitas (2005), por exemplo, destaca que as relações com os portugueses ocorreram logo nos primeiros anos do século XVII, quando grupos Kaingang no RS guiavam e comercializavam com os portugueses que avançavam para além do Tratado de Tordesilhas, principalmente, para enfraquecer os Tape (Guarani) e os Caagua (Xokleng) que eram seus inimigos.

ancestrais, formam as *ỹmã si*, o que poderíamos traduzir como “aldeia velha”. Essas aldeias velhas sustentam a relação de grupos familiares antigos, os “*Kaingang-pé*” (“Kaingang de verdade” ou aqueles que seguem a lei dos antigos), que também são conhecidos como “tronco velho”. Um grupo considerado como “tronco velho” sempre tem preferência sobre o território dos seus ancestrais, pois esses espaços ainda são habitados pelos espíritos dos antigos Kaingang. Espíritos que podem se comunicar com o *kujã* e trazer conselhos e orientar os mais novos.

Desta forma, é compreensível a resistência aos deslocamentos forçados pelo Estado e também porque os Kaingang lutam até hoje para retomar seus espaços originários. Diana Nascimento (2017), que fala com toda a propriedade sobre o povo Kaingang<sup>41</sup>, destaca que a ligação com a terra gera vínculos territoriais que não podem ser apagados. A terra e a pessoa passam a ser uma única entidade, sociedade e natureza não estão separadas como na perspectiva ocidental:

Nesse contexto, para compreender a ligação entre o indivíduo e o território, é necessário conhecer as percepções de cada povo e sua cultura. No contexto Kaingang, pode se dizer que esta ligação existe desde o momento do nascimento da criança. *Kórí*, esposa do *Kujã* (Pajé) Jorge *Kagnãn* Garcia, da TI Nonoai, me contou certa vez, que a forma e a espécie da árvore de baixo da qual você enterra a placenta ou o umbigo dos recém-nascidos, influencia fortemente a saúde, a personalidade e conseqüentemente na sua vida. Depois de ter o umbigo enterrado dentro do seu *ẽmã* (terra de origem, lugar onde se vive), por mais que a criança quando adulta saia de seu território, sua ligação com este jamais acaba. Por isso me dizia ela: que por mais que eu viajasse o mundo, morasse em muitos outros lugares, eu acabaria voltando para meu lugar de origem, para o meu *ẽmã*.

Sobre a relação do Kaingang com seu território (*ga* ou *ẽmã*), observo que a partir do momento que nossas mães, nossas avós e tias enterram nossa placenta ou umbigo, é uma parte nossa que se mistura com a terra, ali iniciamos nossa jornada. Não somos mais algo a parte no ambiente, mas fazemos parte desse meio. Nesse universo cada ser físico ou místico tem seu papel e toda essa diferença se completa. (NASCIMENTO, 2017, p. 59-61).

A constituição do ser (individual e coletivo) é uma relação com o espaço, por isso a violação das terras que guardam os ‘umbigos’ e os ‘mortos’, representa um ataque a cosmologia Kaingang. A terra para esse povo não é uma simples associação ao “solo” (ou ao terreno), ela faz parte de uma totalidade que engloba tudo que existe.

---

<sup>41</sup> Nas palavras da própria Diana do Nascimento: “Sou Kaingang, da Terra Indígena Nonoai, no estado do Rio Grande do sul. Nasci e cresci em meio a lutas, medos e transformações. Meu pai José Oreste do Nascimento, conhecido pelos Kaingang como José Lopes, já fazia parte do grupo de lideranças Kaingang de Nonoai. Ele, em seus 5 anos como capitão e quase 30 anos de cacicado nesta Terra Indígena, acompanhou as principais lutas do nosso povo pelo território” (NASCIMENTO, 2017, p. 13).

Tudo que está no espaço geográfico Kaingang está classificado de acordo com as características recebidas das metades:

Os dados parciais mostram que o território Kaingang é conhecido e classificado nas suas especificidades e a exploração e o uso dos elementos do meio ambiente implicam a produção de um conhecimento sobre esse meio. O território Kaingang é codificado, classificado e conhecido nas suas especificidades. Pode-se dizer que os Kaingang do Tibagi conhecem e exploram individualmente e significativamente todos os espaços e seus elementos constituintes. Nas viagens realizadas com os Kaingang pelas matas e rios, ficou evidenciado que todos os diferentes espaços são ligados por trilhas e eles sabiam onde se localizavam cada um dos elementos do ambiente. (TOMMASINO, 2004, p. 159).

A cosmologia Kaingang também desenvolve uma relação com os animais criados pelos irmãos mitológicos. Todos têm um *yangré* (um espírito guia), nem todos sabem quem é seu *yangré*, mas o *kujà* é capaz de se comunicar com o *yangré* e revelar os conselhos ocultos. As características pessoais são captadas do animal guia, alguns são agressivos, calmos, bons, ruins e etc. Por isso não se pode caçar ou matar seu *yangré*, ele é considerado como um parente, um igual, ou seja, não existe uma divisão entre o nosso mundo e o mundo da “natureza”, tudo que existe faz parte de uma das metades (TOMMASINO, 2004).

Considerando a importância do *yangré*, podemos deduzir que a defesa das florestas, dos campos e das fontes de água, são representações de uma luta cosmológica. Sem os lugares adequados para manutenção da fauna e flora, fica inviável a existência dos guias espirituais. Sem a presença do *yangré*, como o *kujà* pode receber conselhos para guiar o grupo? Como as características do *yangré* podem passar para as pessoas? A derrubada da floresta, a violação da terra, a transformação desses elementos em recursos, não representam apenas degradações ambientais, são transgressões cosmológicas, uma agressão ao espaço geográfico Kaingang.

Catherine Allen (2008) destaca que os lugares, animais e plantas, para a maioria dos povos originários não podem ser objetivados como “coisas”. São “seres” que estão em interação com os homens. Na mesma linha de pensamento, Eduardo Viveiros de Castro observa que os povos originários têm diferentes visões sobre a forma de constituição de sujeitos e pessoas (humanas e não-humanas). Apontando a existência de “dois pontos de vista cosmológicos – o que chamei de ‘ocidental’ e o que

chamei de ‘ameríndio’ – são, do nosso ponto de vista, impossíveis” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 24). Enquanto nossa sociedade ocidental está muito preocupada em constituir um patrimônio físico/cultural, extremamente individualista e restritivo (a família, a casa e a propriedade), os povos originários se preocupam com a constituição de pessoas coletivas, que estão em interação com todos:

Existem sociedades que constroem sistematicamente uma noção de indivíduo onde a vertente interna é exaltada (caso do Ocidente) e outras onde a ênfase recai na noção social de indivíduo, quando ele é tomado pelo lado coletivo; como instrumento de uma relação complementar com a realidade social. É isso que ocorre nas sociedades chamadas «tribais» e é aqui que nasce a noção básica de «pessoa» que queremos elaborar agora. (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p. 4).

Ailton Krenak (2019) relata que o rio Doce é o avô do seu povo. O rio Doce “é uma pessoa, não um recurso”, que possui um nome próprio, *Watu*. Confinar esse povo e dividir a terra, é o mesmo que retirar dos Krenak o direito de convivência com seu avô *Watu*. Além disso, Ailton Krenak reforça a existência de pessoas coletivas (*Watu* é uma dessas pessoas coletivas) que possuem “funções” diversas dentro de um grupo. Essa interação com diferentes categorias sociais produz uma forma de agir muito diferente da nossa concepção do “eu”, que está sempre no centro das ações.

Sérgio Baptista da Silva (2013) traz outro exemplo: para o povo Guarani os vegetais, os animais, os minerais e, todos os objetos que utilizam, não são percebidos e pensados de forma separada da categoria do humano. Portanto, retirar o direito Guarani de vivenciar as matas, os rios, as montanhas, é o mesmo que destruir sua cosmologia:

Percorrer o território ancestral e tradicional Mbyá-Guarani – o *Ka’águy porã* – portanto, é estar em relação não só com outros coletivos Mbyá-Guarani ou estrangeiros, mas, sobretudo, também com todos os outros seres extra-humanos deste horizonte ecológico-cultural (não separado) de terras: divindades e espíritos/essências/almas/donos/propriedades materiais/agências dos seres extra-humanos que povoam os vários domínios cosmológicos. Estes domínios possuem fronteiras especialmente porosas e interpenetráveis, que possibilitam o trânsito tanto dos humanos como dos extra-humanos, permitindo a relação mútua entre alteridades e, principalmente, a contínua troca e predação simbólica destas qualidades/subjetividades/essências, entre estes outros. Neste sentido, corpos/pessoas Mbyá-Guarani – naturezas diferentes – são construídos/fabricados/compostos/transformados em um contínuo processo temporal – devir –, como objetivo de alcançar perfeição corporal/espiritual em um mundo imperfeito, segundo a concepção mbyá-Guarani. (BAPTISTA DA SILVA, 2013, p. 50-51).

Em Porto Alegre, José Saldanha (2009) destaca que o Morro do Osso é chamado pelos Kaingang de *Tupeng pó* (Pé de Deus). As rochas que ali residem são representações na terra das relações entre humanos e não humanos. No Morro do Osso, eles buscam elementos ou "substâncias referenciais" do "mundo Kaingang" como: cipós, ervas, plantas medicinais, madeiras, animais, cursos d'água, rochas e etc. Todos esses elementos são incorporados a sua vida física e espiritual.

Nesse sentido, fica claro que o espaço geográfico é reflexo das relações sociais construídas no âmbito de cada povo. Nesse espaço são acionadas diferentes bases simbólicas, econômicas, materiais e etc. No caso Kaingang, Kimiye Tommasino (2004) mostra que além do mundo visível (materialidade) existe um mundo invisível, com almas (uma pessoa pode ter até quatro) e com espíritos guardiões (bons ou ruins). Na mesma percepção, Juracilda Veiga (2004) destaca que os mortos vivem na "contraparte da vida", assim, vida e a morte são indissociáveis, o mundo dos mortos é uma outra aldeia. Existe uma conexão entre esses dois mundos (que o *kujà* e capaz de acessar), o espaço geográfico não está somente na materialidade dos objetos, está no imaginário, naquilo que é sentido e percebido. Os Kaingang devem evitar os locais dos espíritos ruins, assim como devem buscar os espíritos bons:

O morto tem saudade dos seus parentes e tenta levá-los consigo, por esse motivo aqueles que ficam tristes e abatidos sem ânimo para coisa alguma dão mostra de que seu espírito está sendo levado pelo morto. As crianças pequenas que choram à noite e não conseguem dormir, também podem estar sendo levadas para o mundo dos mortos. Apenas o Kuiã (xamã) pode ir em busca desses espíritos desviados e reconduzi-los aos seus corpos. (VEIGA, 2004, p. 271 – 272).

Portanto, todos os elementos têm uma importância no equilíbrio dualista Kaingang, pois o espaço geográfico é compartilhado. Apesar de ser uma relação complementar, os Kaingang não estão totalmente livres da noção de apropriação, dominação e controle. O que não existia na cosmologia Kaingang era a perspectiva de propriedade privada aos moldes da sociedade ocidental.

É nesse sentido que o conceito de território vai se tornar um elemento central. Cada parcialidade Kaingang desenvolveu suas próprias formas de influenciar e controlar as ações no espaço geográfico e, assim, construir seus territórios. Como lembra Marcelo Lopes de Souza, é necessário ficar atento e observar "quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?" (SOUZA, 2004, p. 79).

Nesse amplo espaço geográfico, os grupos Kaingang produziam territórios que estavam sobrepostos e inter-relacionados, garantindo o equilíbrio dualista.

### 3.2 Os territórios do povo Kaingang

Dirce Suertegaray (2000) afirma que o conceito de território foi definido muitas vezes com base na ideia do Estado-nação. A Geografia Clássica fazia uma associação exclusiva com o solo, com uma determinada área sendo fundamental para a sobrevivência de um grupo (o espaço vital de Ratzel, por exemplo). Os vínculos territoriais eram, teoricamente, construídos através de uma identidade nacional. Contudo, o território não é só isso, ele é concebido e organizado através dos diferentes atores que agem no espaço, um produto das relações sociais. Neste contexto, é importante saber quem exerce o domínio sobre quem, e qual é o grau de legitimidade deste poder.

Rogério Haesbaert (2014) destaca que a perspectiva clássica concebe apenas um poder político explícito que remete a dominação (posse e propriedade). Entretanto, o território também é implícito ou simbólico, carregado com as marcas do vivido, no sentido de apropriação. Pensado dessa forma, o território é sempre múltiplo, complexo e diverso, jamais fechado (com seus limites e fronteiras desenhadas nos mapas).

Ainda segundo Rogério Haesbaert (2014), essa visão tradicional consolidou-se em torno de um paradigma territorial hegemônico, que vê o espaço apenas como uma fonte de recursos, um substrato a ser explorado e dividido, com valor de troca e caráter funcional-instrumental. No caso brasileiro, a ideia de território – concebida pelos atores que controlavam as ações no sistema colonial – sempre foi usada para legitimar o modelo “extrativo-agro-exportador”. Um modelo que passou pelas *plantations* do século XVI e segue com o “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”<sup>42</sup> da modernidade. Nesse modelo opressor que combate todos aqueles que se colocam em posições divergentes, não existe lugar para outras perspectivas, tudo está sujeito as regras que o Estado impõe na sua política de expansão territorial.

---

<sup>42</sup> O slogan “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” faz parte da campanha de marketing “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, publicidade promovida pelo Grupo Globo (Organizações Globo Participações S.A.) nos diferentes meios de comunicação da empresa.

Por outro lado, existem formas de resistência que constituem o paradigma territorial contra-hegemônico. Concebendo territórios com base no espaço vivido, organizado em torno das múltiplas relações sociais, culturais, simbólicas e materiais. Sociedade e natureza são pensadas em conjunto, com laços fortes e densos (HAESBAERT, 2014). Em alguns casos, como na maioria dos grupos ditos tradicionais, é praticamente impossível propor uma divisão, assim como no caso do povo Kaingang, onde tudo pertence as duas metades complementares.

Apesar do Estado-nação ter um peso importante, as relações de poder são múltiplas e não são exercidas apenas por uma entidade. Não existe território sem o outro. O poder é legitimado e confrontado, a resistência dá vida ao território, sem o contraditório (por menor que ele seja), sem tensionamentos, não faria sentido falar em território. Marcelo Lopes de Souza (2013) reforça que o território é um campo de forças, uma rede de relações, nunca uma força exclusiva (o poder do Estado, por exemplo). São questões internas e externas que definem a convivência entre “nós” e os “outros”.

Quando o povo Kaingang determina que o genro deve ir para a casa do sogro, por exemplo, as relações de poder estão colocadas. Aquele que chega na casa deve se submeter às regras. O espaço e as funções de cada um estão demarcados. Romper com essa lógica vai resultar em sanções, que são aceitas, esperadas e rebatidas (por isso existe a punição para a transgressão). O território nesse caso está configurado em torno do âmbito familiar. Mas também é submetido ao contexto maior, que se reproduz nas demais aldeias conectadas. Caso um grupo familiar quebre as regras, os demais esperam uma interferência que vai reestabelecer a ordem social constituída por gerações.

Na nova casa, o jovem Kaingang sabia quem exercia o controle e quem deveria obedecer. Ele também sabia que a liderança maior (seu sogro) tinha a obrigação de punir, caso contrário, corria o risco de perder sua posição. No território, o poder era exercido através da dominação concreta e funcional (o sogro tem a palavra final), mas existia uma relação de apropriação subjetiva (as regras também eram dadas pela percepção do coletivo). Portanto, as relações sociais constituídas dentro dos grupos Kaingang moldavam seus territórios. São preceitos construídos ao longo de muitas gerações. O Estado (a instituição ou o ator) não existia, e não tinha nenhuma

influência nesse processo, eram as relações sociais internas e externas que organizavam as regras de convivência.

O Estado (e os atores associados a ele) quando se depara com grupos alheios as suas regras, imediatamente tenta impor sua perspectiva territorial hegemônica, principalmente, através da intervenção das forças oficiais. O espaço precisa ser conquistado e controlado (dominação), garantindo a função privada da terra, transformando cada centímetro em recurso. Formas de apropriação diferentes (simbólicas, culturais, ou territorialidades contrárias ao padrão apresentado) precisavam ser combatidas e apagadas. Por esse motivo, quando as forças luso-brasileiras ampliaram suas fronteiras, os indígenas precisavam ser “assimilados” ou exterminados. Como destaca Anibal Quijano (2002, 2005a e 2005b), todos são “índios” e estão sujeitos as decisões do “branco europeu”.

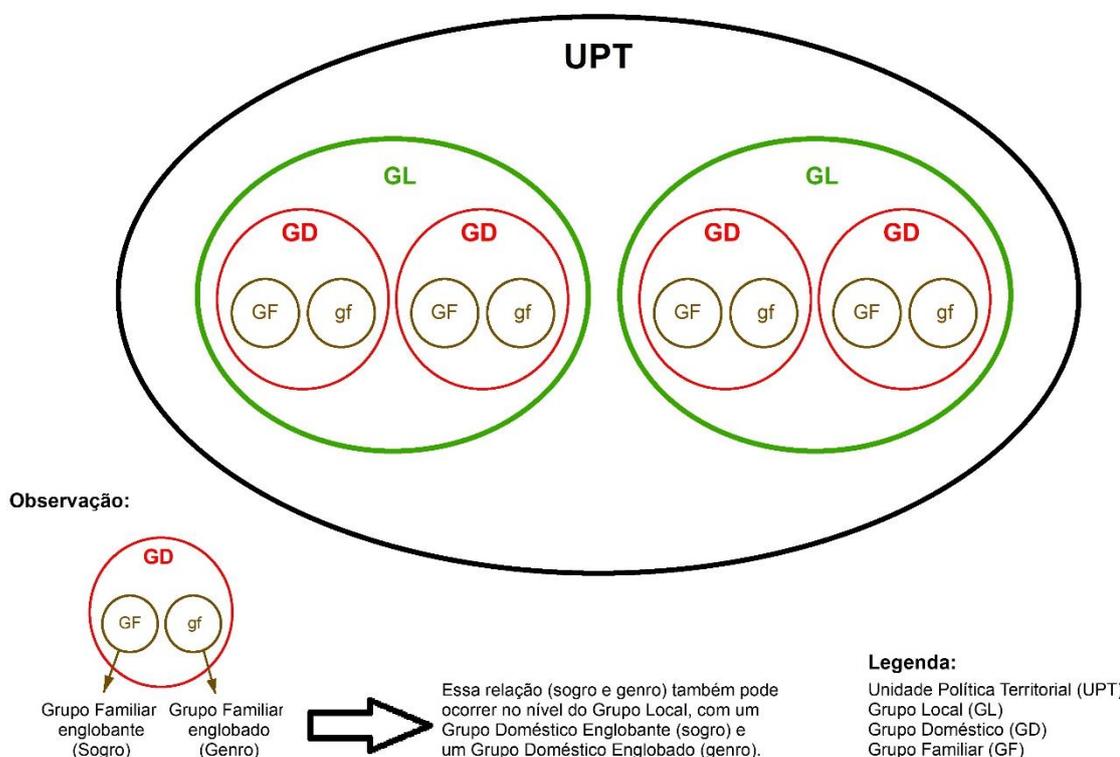
Os povos originários lutam contra essa dominação porque o território não é uma questão de “ter”, é uma questão de “ser”. Ou como destaca José Ángel Quintero Weir (2018 e 2022), o território é o lugar de ver, sentir e viver o mundo.

Segundo Ricardo Fernandes (2004), o povo Kaingang produzia seus territórios pensando na disponibilidade dos elementos necessários para a manutenção (física e espiritual) das famílias. O território Kaingang era hierarquizado de acordo com a relação social que estava em evidência. As menores áreas remetiam aos grupos familiares, podendo chegar até o território correspondente da liderança geral. Portanto, não podemos falar em “um território Kaingang”, na verdade eram “territórios” que variavam de acordo com a dimensão do grupo, pela ordem (do maior para o menor): Unidade Política Territorial (UPT); Grupo Local (GL); Grupo Doméstico (GD) e Grupo Familiar (GF) – ver Figura 24.

Nesse contexto, o grupo doméstico era a unidade fundamental que sustentava as demais:

Tal grupo se apresenta como uma unidade social territorialmente localizada, dotada de autoridade política que atua no contexto das relações entre diversos grupos domésticos. É a partir da articulação entre essas autoridades que se constituem as ‘unidades políticas-territoriais’. Note-se que os grupos locais podem ser formados por um ou mais grupos domésticos. Quando mais de um grupo doméstico forma um grupo local, ocorre uma divisão hierárquica análoga àquela que divide a autoridade dos grupos familiares no interior dos grupos domésticos; pois essas esferas de sociabilidade Kaingang igualmente

articulam homens em uma relação de afinidade que mesmo não convivendo em uma única habitação, vivem próximos e atuam em conjunto, especialmente, em atividades econômicas. (FERNANDES, 2004, p. 114).



**Figura 24 – Organização social e política-territorial do povo Kaingang.**

Fonte: Adaptado de Ricardo Fernandes (2004, p. 107).

As Unidades Políticas-Territoriais tinham como referência as grandes lideranças, que eram conhecidas como *pay-bang*<sup>43</sup>. Esses “caciques principais” exerciam a maior influência sobre o grande grupo, já os “caciques subordinados” (provavelmente as lideranças dos GL e GD) eram chamados de *pay*. Importante destacar que a liderança não tinha um poder soberano, muito pelo contrário, na maioria das vezes, elas precisavam ofertar muitos serviços para manter os aliados. Laço sanguíneo era um quesito importante, mas não era uma garantia de poder, já generosidade, diplomacia, valentia e conhecimento, eram características que possuíam maior peso no momento de escolha dos *pay-bang* e dos *pay* (LAROQUE, 2000).

<sup>43</sup> Na literatura aparece com diferentes grafias, como por exemplo: *pay-bang*, *pã'i mág*, *pã'i màg*, *pã'e mág*.

Juan Ambrosetti (2006) chama atenção para o fato de que, apesar do respeito à liderança, o povo Kaingang colocava sua autonomia e independência em primeiro plano. A liberdade era um dos principais valores. O *pay-bang* e o *pay* precisavam se atentar para isso se quisesse manter seu posto, como ocorreu com o *pay-bang Francãn*, que foi destituído da posição de liderança pelo próprio grupo<sup>44</sup>:

Estes índios levam seu sentimento de independência até o ponto de viverem, seus indivíduos, em pequenos grupos, sob a autoridade quase nominal de um cacique, o qual, para ter alguma influência sobre eles precisa ser dádioso com seus súditos, além de não ser autoritário, posto que se arrisca a ser abandonado por eles de uma hora para outra, como sucedeu com Francãn. (AMBROSETTI, 2006, p. 73).

Cabe aqui uma observação importante, os *pay-bang* e os *pay* exerciam a liderança política, que em muitos casos estava confundida com o *kujà*, representante do poder espiritual/religioso. Assim, grandes lideranças políticas, provavelmente, eram grandes *kujà*. Para Rogério da Rosa (2005), o povo Kaingang estava submetido originalmente ao “Sistema *Kujã*”. Todavia, com as influências do contato e com os ataques que os *kujà* sofreram das autoridades religiosas ocidentais (eram apresentados como feiticeiros ou aliados dos demônios), esse sistema foi enfraquecido e o poder foi diluído em outros atores do povo Kaingang (caciques). A partir dessa desarticulação, passou a vigorar o “Sistema Caboclo”, adaptado através das influências externas, onde o *kujà* perdeu força política com o passar dos anos.

Para os grupos Kaingang que viviam no entorno do rio Tibagi (PR), Kimiye Tommasino (1995) aponta para uma divisão muito semelhante. As relações e a distribuição territorial ocorriam através das ligações de parentesco e de casamento. Cada grupo local tinha uma autoridade política que originalmente se chamava *rekakê*. Posteriormente, com o contato e as políticas de aldeamentos, a liderança maior passou a ser conhecida como cacique, *pay* ou ainda capitão.

O Engenheiro Pierre Mabilde também descreveu essa organização nos Kaingang do Rio Grande do Sul:

---

<sup>44</sup> *Pay-bang Francãn* era o líder de uma parentela Kaingang na Província das Misiones Argentina, quando Juan Ambrosetti visitou o grupo, a liderança era exercida pelo *pay-bang* Maidana (AMBROSETTI, 2016).

Os Coroados são divididos em pequenas tribos constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados. Cada uma destas tribos tem o seu chefe. E estas tribos estão sujeitas a uma autoridade superior, de quem dependem, que é o cacique principal ou chefe de todas elas, e a quem prestam uma obediência cega. Nada fazem os chefes das tribos subordinadas sem consultar o cacique principal, e o que este resolve e ordena é executado a todo o risco e com toda a pontualidade.

Qualquer falta de obediência ou dissidência traz para o chefe dissidente e sua tribo uma guerra de morte; e quando tal acontece mui raras vezes tornam a conciliar-se; geralmente a tribo dissidente acaba pelo seu completo extermínio se não foge a tempo para mui longe do lugar em que está o alojamento geral. (MABILDE, 1988, p. 145).

O cacique principal tinha a responsabilidade de escolher seus subordinados e, geralmente, lhe entregava uma de suas esposas para reforçar a aliança. Quando ocorriam desavenças sérias entre eles, o cacique subordinado era isolado dos demais, tornando-se um inimigo. O território do cacique excluído poderia ser dividido ou entregue para uma nova liderança fiel ao *pay-bang* (MABILDE, 1988).

O território Kaingang era uma relação associada com a figura do *pay* e do *pay-bang* (lembrando a ligação com a terra, onde enterram seus umbigos). Também estava presente algumas divisões territoriais que precisavam ser respeitadas, esses limites não eram traçados aos moldes coloniais do Estado-nação (que busca instituir propriedades para separar pessoas, animais e plantas). No caso Kaingang, existia uma divisão pensada e organizada para que os grupos conseguissem partilhar os elementos vitais para a harmonia dualista. Cada parcialidade ocupava uma fração do espaço que se ajustava (a proporção não era perfeita) com as bacias e as sub-bacias hidrográficas dos rios Paraná e Uruguai:

(...) os limites territoriais dos Kaingang eram estabelecidos com base na hidrografia no Paraná “utilizavam os grandes rios para delimitar territórios e os rios menores para estabelecer os domínios de cada subterritório. Isto é, enquanto que os rios Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Iguaçu tornaram-se obstáculos naturais e sociais para delimitar os subterritórios ocupados pelas subtribos. (...). Transpondo essas interpretações para as demais regiões Kaingang (...), é possível pensarmos, grosso modo, que grandes rios como o Uruguai, Peperi-Guaçu, Chapecó, Várzea, Passo Fundo, Peixe, Lageado, Canoas, Jacuí, Sinos, Caí, Antas e Taquari servissem para delimitar os territórios das tribos lideradas por Endjotoi, Nhancuiá, Fongue, Nonohay, Condá, Votouro, Nicafim, Vaicofé, Nhucoré, Condurá, Braga, entre outros, e muitos afluentes desses rios limitassem os subterritórios ocupados pela várias subtribos pertencentes a esses caciques. (LAROQUE, 2000, p. 76).

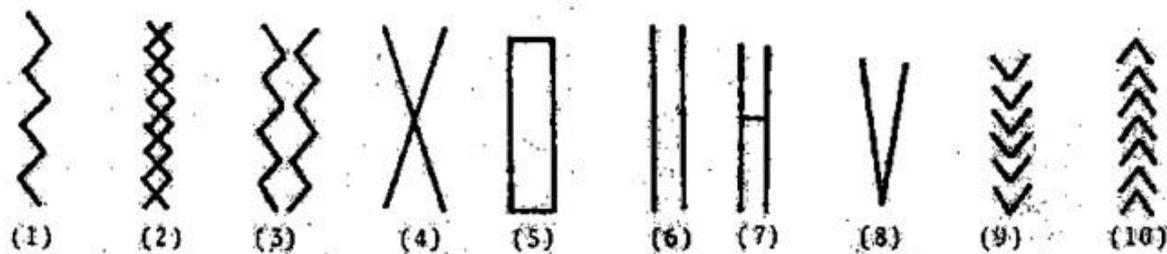
Além da relação com a hidrografia, também está claro que o núcleo principal (o que podemos chamar de aldeia) estava localizado nas áreas mais altas. Assim tinham uma visão privilegiada de todo o entorno (para alguns pesquisadores essa preferência

remete, antes de mais nada, a serra *Crinjimbé* do mito de origem). Os Kaingang também escolhiam ficar próximos de fontes de água (outra referência ao mito) e dos pinheirais que eram divididos entre as famílias<sup>45</sup>. Desta forma, o território Kaingang é funcional e simbólico, pois garante os recursos “naturais” para os integrantes do grupo e preservava as referências religiosas/espirituais.

Os pinheirais em que esses selvagens têm o seu alojamento são repartidos em territórios, correspondentes em extensão ao número de indivíduos que compõem as tribos. Cada tribo subordinada com seu chefe tem o seu alojamento particular em território que lhe é indicado pelo cacique principal. A reunião desses alojamentos forma o alojamento geral. O pequeno alojamento do cacique principal, se acha sempre situado sobre um pequeno caminho (apenas um pique ou estreita picada) que passa pelo centro do alojamento geral e que leva de uma a outra tribo. Geralmente este caminho passa pelo centro do pinheiral em sentido longitudinal em direção à serra sobre a qual o mesmo está situado.

A divisa de uma para o outro território é assinalada na casca de um pinheiro que serve de marco limítrofe. Por meio de um machado de pedra ou de ferro na casca do pinheiro se imprime ou faz a marca de cada tribo, e ao longo da árvore em direção vertical. (MABILDE, 1988, p. 166).

No relato de Pierre Mabilde é possível observar que o território é identificado com as marcas Kaingang, *Kamé* e *Kanheru-kré*. Os símbolos deixados nas cascas das árvores, para marcar e diferenciar os territórios, também eram usados para estampar as flechas que utilizavam para caçar e ir à guerra, além de marcar o corpo nos rituais. As marcas observadas na Figura 25 (desenhadas por Pierre Mabilde), são muito semelhantes as pinturas corporais realizadas ainda hoje, reforçando que o território era parte da dualidade. O território era dividido, mas não poderia ser objeto de dominação de um único grupo familiar, fato que causaria o desequilíbrio entre as metades, afetando a vida de todos.



**Figura 25 – Marcas identificadas por Pierre Mabilde para diferenciar os pinheirais.**

Fonte: Pierre Mabilde (1983, p. 146).

<sup>45</sup> O pinhão, semente da Araucária (*Araucaria angustifolia*), árvore típica do Planalto Meridional, era uma espécie muito apreciada pelo povo Kaingang.

A organização territorial em torno de um *pay-bang* e dos demais *pay*, era reproduzida para os diferentes “núcleos populacionais”. Todas as grandes lideranças possuíam um território estabelecido, partilhado (em territórios menores vinculados aos *pay*) e disputado com outros *pay-bang* (e também com outros povos). Luís Fernando Laroque (2000) fez um importante levantamento das principais lideranças Kaingang que atuavam no século XIX. No Quadro 2 é possível observar que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina existiam, pelo menos, quatorze *pay-bang* e vinte e cinco *pay*. Contudo, esses dados não estão completos, pois muitos grupos não foram registrados pelo colonizador. Somente o *pay-bang* Braga, que teve contato com Pierre Mabilde (1983), por exemplo, era responsável por vinte e três *pay*, ou seja, só nesse caso já existe uma defasagem de dezesseis *pay* (no Quadro 2 são apenas sete lideranças conhecidas para esse *pay-bang*). Portanto, os dados oficiais estão muito longe de retratar a realidade Kaingang do século XIX:

**Quadro 2 – As lideranças Kaingang conhecidas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no século XIX.**

<i>Pay-bang</i> (cacique principal)	<i>Pay</i> (cacique subordinado)
Fongue	Prudente
	Antonico
	Portella
	<i>Fifu</i>
	<i>Nihi</i>
	<i>Calum</i>
<i>Nonohay</i>	Não identificado
<i>Votouro</i>	Não identificado
<i>Canhafé</i>	Não identificado
Condá (Kondá)	<i>Perocan</i>
	<i>Cavei</i>
	Domingos
	Jacinto
<i>Nicafim</i>	Chico
	Manoel Grande
<i>Gongk</i>	Não identificado
<i>Cun-nhungoê</i>	Não identificado
<i>Vaicofé</i>	Não identificado
<i>Nhucoré</i>	Não identificado
<i>Condurá</i>	Não identificado
Nhancuiá	Nonêcofé
Vaiton	Não identificado
Braga	<i>Yotoahê</i> (Doble)
	<i>Nivo</i> (Nicué, João Grande)
	<i>Ghênguy</i>
	<i>Nhengoá</i>
	Pedro Velho

<i>Pay-bang</i> (cacique principal)	<i>Pay</i> (cacique subordinado)
Não identificado	Felipe
	Jacinto Doble
	José Grande
	<i>Pimpaés</i>
	Florêncio
	Viri
	Chimbangué

Fonte: Adaptado de Luís Fernando Laroque (2000 e 2007).

As informações de Luís Fernando Laroque (2000 e 2007) também permitem traçar um esboço da distribuição dessas lideranças no território do atual Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A Figura 26 mostra os *pay-bang*, os *pay* e a divisão hidrográfica nível 3 do Brasil de acordo com a classificação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA; IBGE, 2021).

Essa distribuição espacial era resultado de uma territorialidade muito particular do povo Kaingang. Juan Ambrosetti (2006) fez um dos registros mais significativos dessa territorialidade na Província de Misiones na Argentina, com relatos coletados junto ao grupo do *pay-bang* Maidana (o principal interlocutor do pesquisador). Quando menino, Maidana viveu entre os colonos que invadiram o território do *pay-bang* *Fracrãn*. Após um ataque contra os invasores, a antiga liderança decidiu poupar a vida da criança, que mais tarde se mostraria um importante guerreiro e seria alçado pelos demais a *pay-bang*. Maidana apresentou ao pesquisador a forma como seu povo vivenciava o território:

Uma parte era destinada a fazer suas roças e plantações de milho e abobora nas matas que circundavam a campina; uma vez terminava essa tarefa, abandonavam para acampar próximos a algum dos grandes arroios que deságuam no Alto Paraná e contém muitos peixes, para fazer seus paris, que lhes proporcionam peixe em abundância, não somente para comer, com também para defumar e conservar por muito tempo.

Concluída sua tarefa de pescar, a tribo voltava a abandonar o local para dirigir-se à Serra Geral, na qual as imensas florestas de araucárias (*Araucaria Brasiliensis*), ou pinhas (*pinares*), como ali são chamados, lhe regalavam seus frutos suculentos, com os quais se fartavam.

Durante todas as viagens, e mesmo estando acampados, os índios não deixavam de bater o bosque em todas as direções, seja, para prover-se de mel, seja para coletar os muitos tipos de frutas silvestres que lá são produzidos, ou ainda para caçar os grandes mamíferos que habitam o emaranhado sem fim da mata virgem, como a anta, o veado, os catetos e até a onça, sem negligenciar os quatis e os macacos, que constantemente caíam transpassados por suas flexas. (...).

Quando chegava a época de cuidar da colheita, a tribo voltava à sua campina e se fartava por muito tempo com o produto de suas roças, enquanto que, nas épocas de escassez, enchiam seus famintos estômagos com o miolo das palmeiras. (AMBROSETTI, 2006, p. 14-16).

Como é possível observar no relato de Juan Androsetti, os Kaingang eram agricultores e coletores. As roças formavam os locais de apoio para os grupos, já a distribuição dos pinheirais e dos rios piscosos (aqui também podemos incluir o litoral), orientavam os movimentos longos. Após os deslocamentos, os Kaingang retornavam para suas roças na época da colheita. Fica evidente que praticavam suas atividades nos momentos oportunos, seguindo o ciclo natural da flora e da fauna, organizando sua dinâmica socioespacial em momentos de dispersão e retração.

Entre os intervalos de cada movimento orquestrado, se dedicavam aos rituais característicos, como por exemplo, o ritual do *kiki*<sup>46</sup>, que movimentava todos os aliados (inclusive grupos vinculados a diferentes *pay-bang*). Também era o momento de se comunicar com os parentes, quando preparavam os ataques contra os grupos rivais e as forças coloniais. Algumas parentelas Kaingang desenvolviam movimentos mais agressivos, outros ficavam isolados e/ou mais restritos. Deste modo, apesar de existir uma “forma comum” de vivenciar o território, cada grupo também possuía territorialidades próprias e locais.

Enquanto o território pode ser resumido como uma disputa, a territorialidade é a “materialização” da sua elaboração ou ainda, a forma como atores e agentes se expressam nos seus territórios. Segundo Álvaro Heidrich (2017), a territorialidade diz respeito ao fazer de um ator social (instituição, um grupo ou uma coletividade). Os atores e agentes acreditam na existência do território e articulam suas vidas com base naquilo que o coletivo produz. A territorialidade é uma manifestação coletiva, uma expressão da sociedade e da sua cultura. Através da dominação e da apropriação, os lugares ganham sentido e função, são todos organizados e repetidos. Mas não são imutáveis, a territorialidade pode sofrer alterações de acordo com os novos elementos que surgem no espaço/território.

---

<sup>46</sup> Segundo Juracilda Veiga (2004) a festa do *kiki* (ou ritual do *kiki* ou festa do *kikikoi*), realizado originalmente no início do inverno, era uma celebração aos mortos. Devido a importância do evento, todas as aldeias próximas eram convidadas a participar, o *Kujà* conduzia o ritual, que contava inclusive com os *weinkupriâng iamá* (aldeia dos espíritos mortos). O ritual do *Kiki*, entre tantos objetivos, buscava libertar o espírito dos Kaingang mortos.

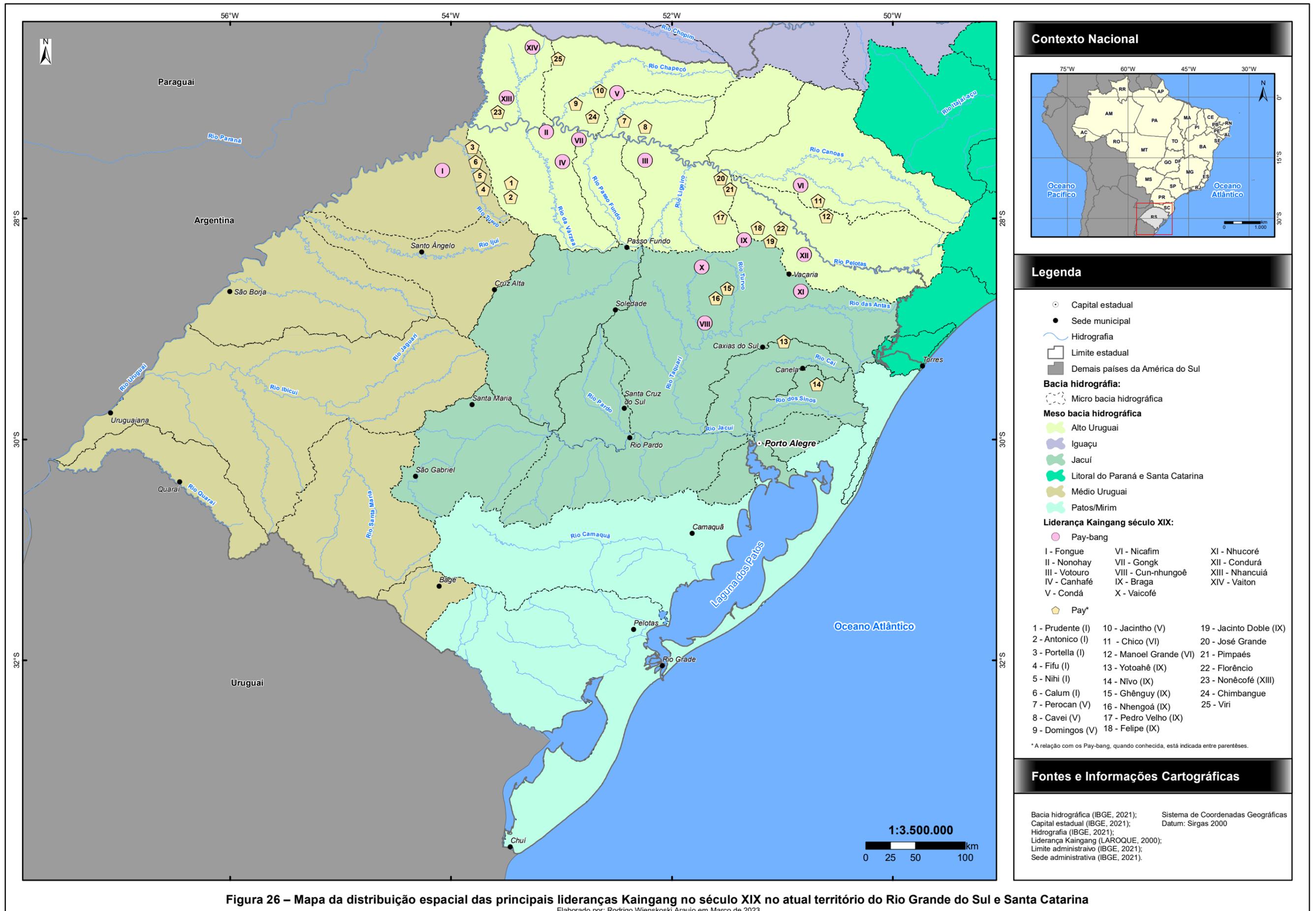


Figura 26 – Mapa da distribuição espacial das principais lideranças Kaingang no século XIX no atual território do Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em Março de 2023

Joël Bonnemaison (2012) segue na mesma linha de pensamento. Para o autor, a territorialidade é uma trama de lugares e itinerários que os grupos elaboram com base no seu território. Mesmo sem o domínio físico é possível construir ou mesmo manter uma territorialidade. Os povos originários fornecem diversos exemplos desse processo. Ao longo dos anos eles perderam o controle físico dos seus territórios originários, o que obrigou os grupos a adaptarem sua territorialidade. Contudo, continuaram se deslocando e se apropriando (simbolicamente) de todos os espaços que um dia foram controlados por seus antepassados. Por esse motivo, a territorialidade não pode ser resumida a uma questão física:

Apesar de tudo, a territorialidade de um grupo ou de um indivíduo não se pode reduzir ao estudo de seu sistema territorial. A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o espaço "estrangeiro"; ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa "o espaço".

Portanto, toda análise de territorialidade se apoia sobre uma relação interna e sobre uma relação externa: a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território "que dá segurança", símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação (BONNEMAISON, 2012, p. 291).

Segundo Robert Sack (2013) a territorialidade pode ser ligada e desligada, pois ela é construída através de vínculos que são reorganizados constantemente. A percepção do entorno condiciona nossa forma de atuar no espaço geográfico. Se não fizéssemos modificações na nossa territorialidade ficaríamos parados no tempo enquanto tudo ao nosso redor se transforma:

A territorialidade é uma construção a partir do estabelecimento de vínculos, em que o objetivo do vínculo é acercar-se e dominar uma extensão ou participar dela. O elo que se estabelece com o território é o que diz se um ator tem controle sobre a área ou se tem acesso e participa daquilo que sua extensão proporciona.

Os *vínculos territoriais* são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e reterritorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas. (HEIDRICH, 2009, p. 276).

A construção de vínculos territoriais é o ponto chave para compreendermos o território e a territorialidade. Os movimentos Kaingang, por exemplo, não eram realizados ao acaso, buscavam locais relacionados a sua cosmologia. O núcleo principal (aldeia) estava localizado em uma "área mais elevada", que lembrava o pico da serra de *Crinjimbé*. As fontes de água precisam estar próximas, assim como os

pinheirais, que eram distribuídos entre as famílias, os umbigos ficavam enterrados na terra ..., todos esses elementos formavam os vínculos que organizavam a territorialidade Kaingang. Além disso, os vínculos territoriais desse povo também estavam centrados na figura dos *pay-bang* e dos demais *pay*, os responsáveis por guardar e proteger o território. Ao se associar às lideranças, uma família conseguia se deslocar e usufruir de um amplo território. Os inimigos e os transgressores eram expulsos e/ou caçados.

Como é possível perceber, a dinâmica territorial Kaingang era muito diferente da perspectiva ocidental. Sem um processo de sedentarização, aos moldes dos colonos europeus, os Kaingang eram (e ainda são) criticados e classificados como um povo avesso ao trabalho e a civilização. Segundo Marta Amoroso (2014), no Paraná o Visconde de Taunay (Alfredo d'Escagnolle Taunay), por exemplo, indicava que a mobilidade Kaingang criava uma “zona de vagabundagem” nas ruas de Curitiba:

Vagava pelas ruas de Curityba uma turma semi-nua dessa gente, reclamando ferramentas, roupas, dinheiro, etc., e lamentando-se de haverem sido maltratados por brasileiros e despojados de terras que lhes pertenciam. Procedi a vários interrogatórios e vi que as suas queixas eram vagas, obscuras e sem objetivo determinado, porquanto as taes posses, segundo pretendiam, occupavam superficies enormes, para poderem contentar seus hábitos nômade e de simples vagabundagem. Depois de ter, a muito custo aliás, conseguido um começo vocabulário, mandei-lhes dar alguma roupa e vários instrumentos aratorios, e fi-los partir para a cidade de Ponta Grossa, donde deviam seguir para o rio dos Patos e o Ivahy. (TAUNAY, 1931, p. 84-85).

Auguste Saint-Hilaire também registrou o preconceito contra a forma dos povos originários vivenciar o território. Segundo o pesquisador francês, os campos gerais seriam um paraíso para os trabalhadores europeus que poderiam, inclusive, ensinar bons hábitos aos locais que não sabiam tirar as potencialidades da terra:

Como teria sido vantajoso para essa região, por exemplo, se, em vez de ter sido mandada para Cantagalo, a colônia suíça se tivesse estabelecido na parte dos Campos Gerais vizinha das terras habitadas por índios selvagens. Pelos seu número, eles teriam intimidado os indígenas e postos a região a salvo de suas devastações; teriam ensinado aos antigos habitantes do lugar os métodos europeus de agricultura, que certamente são aplicáveis a essa região e, segundo tudo parece indicar, dificilmente se ajustarão às terras do Rio de Janeiro. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 33).

Os Kaingang tiveram seu território constantemente invadido para que as novas populações que chegavam na América conseguissem se estabelecer. Essa foi a maior desterritorialização que esse povo sofreu nos últimos cinco séculos, processo que foi

promovido por ações patrocinadas e executadas pelo Estado. Como lembra Rogério Haesbaert (2013), o Estado é um ator da desterritorialização. Não obstante, mesmo sob ataque, os Kaingang (e muitos outros) reorganizaram suas formas de vivenciar o espaço geográfico e reformularam sua territorialidade. Todo o processo de desterritorialização é seguido de uma (ou várias) reterritorialização.

A distribuição geográfica atual está muito longe de representar a ocupação originária. Por este motivo, surgem os movimentos de retomada (reterritorialização) que buscam resgatar esse passado e garantir os territórios do presente/futuro. Infelizmente nossa sociedade tem dificuldade (e interesses) de aceitar os fatos, desacredita as reivindicações e ignora tudo que aconteceu ao longo do processo de colonização. Mas basta fazer uma análise nas diversas fontes arqueológicas, geográficas, antropológicas e históricas, para comprovar que o território Kaingang foi reduzido gradativamente. As próximas páginas tentam mostrar algumas evidências desse processo de desterritorialização que sempre foi combatido pelo povo Kaingang.

### **3.3 Os vestígios do passado que fortalecem o presente Kaingang**

Milton Santos (2012a), no livro “A natureza do espaço”, faz a provocativa pergunta: “Pode-se falar em “idade” de um lugar?”. É possível imaginar a metodologia de alguns profissionais para responder essa questão. O Geólogo usaria as datações relativas e absolutas, o Antropólogo as memórias e percepções de cada povo e o Geógrafo poderia usar a identificação das técnicas como um indicativo.

Milton Santos (2012a) mostra que é comum usarmos como ponto de partida a data de fundação do núcleo urbano. O atual território de Porto Alegre, por exemplo, era habitado e frequentado por diferentes povos originários, como os Ibirajara (Kaingang) que, nas margens do Lago Guaíba, faziam negócios com os luso-brasileiros já no século XVI (principalmente escambo de ferramentas por escravos de outros povos). No entanto, segundo Sandra Pesavento (2014), a Coroa Portuguesa ignorou completamente essas populações, considerando como marco de fundação da capital gaúcha a concessão da sesmaria de Jeronimo Ornelas Menezes e Vasconcelos em 1740.

Podemos até pensar que esse descaso é coisa do passado. Mas basta um olhar mais atento nas publicações recentes para constatar que os povos originários ainda são ignorados. O “Atlas Ambiental de Porto Alegre” (MENEGAT et.al, 1998<sup>47</sup>), informa que a ocupação do território porto-alegrense e a formação do núcleo urbano, remontam ao período entre os anos de 1680 e 1772. Ou seja, Porto Alegre teria surgido apenas com a fixação dos primeiros europeus nas margens do Lago Guaíba. Segundo Ana Freitas (2005), a publicação simplesmente desconsiderou os diferentes povos que conviveram por anos com os luso-brasileiros.

O mesmo se repete em diversos municípios Brasil a fora, pois é comum a história oficial ignorar tudo que existia antes da chegada dos europeus. No município de Canela não é diferente:

O primeiro proprietário do território foi Joaquim da Silva Esteves, o qual obteve em 1821 da Coroa Portuguesa o título de “Campestre Canela”. O nome da cidade provém de uma árvore, chamada de Canela, então localizada não longe do local onde está atualmente a praça central da cidade, a Praça João Corrêa, esta caneleira servia de ponto de encontro e pousada de tropeiros. O Coronel João Corrêa Ferreira da Silva foi o desbravador do povoado, construiu uma estrada de ferro, iniciando a obra por volta de 1913 sendo está concluída em 1924, ligando Canela a Taquara. Em 1913, foi criada a “Companhia Florestal Riograndense”, esta Companhia comprava pinheiros e terras nas redondezas do Caracol. Para exploração desses pinheiros foram instaladas cinco serrarias. Foi contratado por esta Companhia o Sr. Helmut Schmitt, prático em locação de estradas e instalações de serrarias, e por conta da Companhia Florestal, este mandou construir diversas estradas, desde a localidade do Caracol até o Banhado Grande, Esteinho, Ferradura, Tubiana, etc. Em 02 de março de 1926, Canela foi catalogada pelo Ato nº 302 como 6º Distrito do Município de Taquara. O movimento emancipacionista tomou maior vulto a partir de 1942. Em 28 de dezembro de 1944, pelo Lei Estadual nº 717, foi criado o Município de Canela, tendo sido instalado 1º de janeiro de 1945, sendo nomeado como primeiro prefeito o Sr. Nelson Schneider. (PREFEITURA DE CANELA)<sup>48</sup>.

Para o órgão municipal o território conhecido como Canela “surgiu” em 1821. Será que nada existia antes da história oficial? O meio técnico se formou apenas com a chegada do Sr. Joaquim da Silva Esteves nas matas da pequena cidade da Serra Gaúcha? Não precisamos fazer grandes estudos para saber que isso não é verdade. O poder público local tem a capacidade de reescrever a história, mas não pode

---

<sup>47</sup> A versão digital do Atlas Ambiental de Porto Alegre está disponível em: <https://www.ufrgs.br/atlas/#comoler>. Acesso em 13 de julho de 2022.

<sup>48</sup> Descrição da história do portal eletrônico da prefeitura de Canela, disponível em: <https://canela.rs.gov.br/cidade/>. Acesso em 06 de junho de 2022.

esconder as marcas que estão fixadas na paisagem e que comprovam que a “história de Canela” é bem mais antiga.

Nem sempre, através das observações (ou dos documentos oficiais) conseguimos fazer regressões que determinam o “início de um lugar”, quando muito, retrocedemos algumas centenas de anos. Todavia, os estudos arqueológicos apresentam pistas do passado dos lugares<sup>49</sup>. Para o Rio Grande do Sul os registros mais antigos não são de portugueses ou de espanhóis, mas das populações que produziram os vestígios das tradições Umbu e Humaitá (entre 13.000 A.P. até 2.500 A.P.). Esses dois grupos habitaram todo o território gaúcho por muitos anos, até que perderam espaço para as tradições Taquara, Itararé, Vieira e Tupiguarani<sup>50</sup>. Essas populações coabitaram o estado até pelo menos o século XIX, quando os registros diminuem drasticamente devido ao avanço da colonização.

Os dados arqueológicos abrem muitas possibilidades, pois dificilmente conseguiríamos fazer uma análise temporal extensa apenas com base nas marcas que a paisagem nos oferece. A arqueologia consegue localizar informações que (também) ajudam na descrição das técnicas de diferentes épocas. Fragmentos de cerâmica, pontas de flechas, machados de pedra, todos esses elementos são informações sobre a idade de um lugar. E para o descontentamento de muitos, esses dados acabam contrariando as informações dos órgãos oficiais.

---

<sup>49</sup> Nas palavras de Pedro Schmitz e Ítala Becker: “Os arqueólogos, para melhor poderem manipular os seus materiais, usam termos próprios, alguns dos quais é preciso explicitar. **Sítio**, para eles, é um lugar onde aparecem restos de ocupação humana; pode ser um aglomerado de casas subterrâneas com seus acompanhantes, taperas de choças de palha, acampamentos em abrigos rochosos, sambaquis etc. **Fases** denominam conjuntos de materiais com características semelhantes (cerâmica, artefatos de pedra ou osso, gravações ou pinturas em rochas) e que mantêm as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um espaço e tempo reduzidos; mal comparando, abrangeriam o espaço e o tempo de uma tribo indígena. **Tradições** são conjuntos maiores de materiais com características semelhantes, reunindo em geral diversas fases e que mantêm as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um tempo (e espaço) mais amplos; mal comparando, abrangeriam o espaço e o tempo de uma nação indígena. O nome da primeira fase determinada para um certo material costuma dar o nome à tradição. Assim o nome fase Taquara, oficializado para a primeira identificação do conjunto aqui descrito, também passou a denominar o conjunto de fases de material semelhante, isto é, a Tradição Taquara. Quando um mesmo material, por qualquer razão recebeu vários nomes, um deles prevalece e os demais passam a ser sinóníma”. (SCHMITZ; BECKER, 2006, p. 69-70, *grifo nosso*).

<sup>50</sup> Importante destacar que a arqueologia aborda a “Tradição Tupiguarani”, já os estudos linguísticos falam do tronco linguístico Tupi e da família Tupi-Guarani.

Através dos sítios já identificados e pesquisados, a Arqueologia é capaz de apresentar um panorama geral das antigas populações do Brasil Meridional. Apesar disso, a principal questão segue em aberto: ainda não é possível fazer uma relação direta entre as antigas tradições e os povos originários que sobreviveram ao processo de colonização. Existem vários pontos de convergência. Está claro, por exemplo, que as formações Taquara e Itararé são registros de antigos povos do tronco linguístico Macro-Jê. Por outro lado, a diferenciação entre essas tradições ceramistas é extremamente complexa, com autores chegando a trabalhá-las de forma conjunta. Por esse motivo, grande parte das pesquisas arqueológicas evitam fazer uma associação direta (ou exclusiva) entre os Kaingang, os Xokleng e as diferentes tradições.

Jairo Rogge (2004) reforça essa ideia, destaca que existe uma tendência de associar a tradição Taquara (descrita principalmente nos três estados do Sul) ao povo Kaingang. Já Fabíola Andréa Silva e Francisco Noelli (1996) afirmam que a tradição Itararé (mais frequente em Santa Catarina) é usualmente ligada ao povo Xokleng. Jefferson Dias (2004 e 2005) é outro autor que corrobora com essa ideia, pois afirma que é provável a relação Taquara/Itararé com Kaingang/Xokleng, ocorrendo apenas uma diferença de nomeação por parte dos Arqueólogos e Etnógrafos.

Segundo Francisco Noelli (1999), a classificação baseada nas tradições ceramistas foi construída pelo grupo de Arqueólogos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA. O projeto vigorou entre 1965-1970 (foi coordenado por Clifford Evens e Betty Meggers) e, apesar de promover importantes avanços na pesquisa arqueológica brasileira, colocou em prática uma metodologia muito específica que ignorou elementos importantes nas análises, como por exemplo, o contexto etnográfico de uma área. Sérgio Baptista da Silva também reforça essa posição:

A analogia etnográfica é possível, pelo menos do ponto de vista da continuidade existente entre o registro arqueológico destas ditas “tradições ceramistas locais” (Taquara, Casa de Pedra e Itararé) com os falantes de línguas da família Jê (Kaingang e Xokleng). Tal continuidade acha-se comprovada por epistemologias alternativas à pronapiana, em estudos que incorporaram informações lingüísticas, etnográficas e da antropologia biológica. (BAPTISTA DA SILVA, 2001, p. 30).

Não há dúvidas que os padrões de matéria-prima, as cadeias operatórias de elaboração e as formas da cerâmica, aproximam muito essas tradições com os povos

Jê. Essas coincidências levaram Francisco Noelli e Jonas de Souza (2017) a trabalhar com a ideia de tradições arqueológicas dos povos “Jê do Sul ou Jê Meridional”. Considerando esse contexto, fica claro que é necessário analisar as tradições ceramistas como um importante argumento para definição do espaço geográfico do povo Kaingang e do povo Xokleng no Brasil Meridional<sup>51</sup>.

### 3.3.1 A tradição Taquara e o povo Kaingang

Eurico Miller, em 1967, definiu a tradição Taquara a partir dos fragmentos cerâmicos encontrados no Morro da Formiga, no Município de Taquara, Rio Grande do Sul (traçando uma linha reta, esse sítio está a cerca de 35 quilômetros da sede da FLONA de Canela):

O termo tradição Taquara identifica aqueles sítios arqueológicos que têm cerâmica de uma certa característica: ela é pequena, composta de potes e tigelas, com decoração impressa variada, onde são facilmente distinguíveis negativos de cestaria, depressões regulares produzidas por pontas de vários formatos, ou das unhas, incisões lineares etc. A identificação da tradição é feita principalmente pela cerâmica, totalmente diferente da Tupiguarani e bastante diferente da Vieira. Mas esta tradição se caracteriza também, com relação às outras duas tradições ceramistas indígenas do Estado, por seus trabalhos de engenharia de terra. (SCHMITZ; BECKER, 2006, p. 65).

Segundo Pedro Schmitz (1988), os registros mais antigos da tradição Taquara (pelo menos três mil anos antes do presente) são escassos. Mas, após mil e quinhentos anos de ocupação, as marcas na paisagem ficaram mais constantes. Depois do sítio no Morro da Formiga, a arqueologia localizou diversos outros vestígios de aldeias, acampamentos, pinturas rupestres e cemitérios, elementos que foram usados para constituir as diferentes fases: Caí, Erveiras, Guabiju, Guatambu, Guruá, Itapiranga, Taquara, Taquaruçu, Xaxim, entre outras.

As atividades de “engenharia de terra”, citadas por Pedro Schmitz e Ítala Becker, são os elementos mais marcantes dessa tradição. Alguns viajantes chegaram a citar grupos que faziam suas casas como “covas no chão”, todavia, não existem documentos oficiais sobre os Kaingang vivendo nessas condições. Por outro lado, não

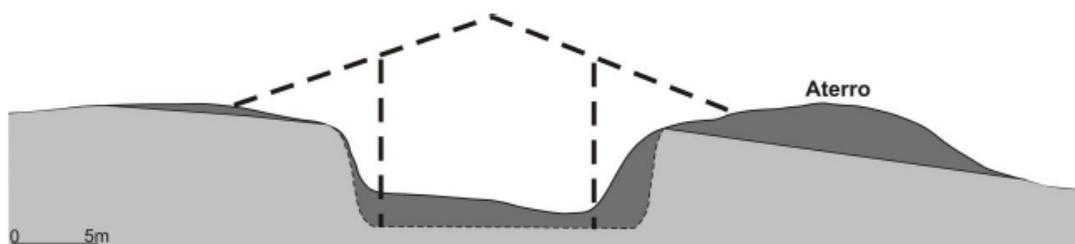
---

<sup>51</sup> As associações que serão feitas a seguir entre a tradição Taquara e o povo Kaingang também poderiam ser relacionadas ao povo Xokleng. Como já foi exposto essa diferenciação é muito complexa, o povo Kaingang será citado de forma mais incisiva apenas porque o trabalho de pesquisa está relacionado a Retomada Kaingang *Kógũnh Mág*.

podemos esquecer do mito de origem, que reforça que os irmãos mitológicos saíram por buracos da terra. Além disso, as histórias orais reforçam a moradia “subterrânea” dos antigos Kaingang.

As casas subterrâneas não são registros isolados e estão inseridas em um contexto arqueológico mais amplo. É comum encontrar outras estruturas associadas, como: os montículos, os aterros plataforma, os danceiros e os cemitérios<sup>52</sup>. São todos esses elementos pensados em conjunto que permitem aproximar as casas subterrâneas do povo Kaingang (SCHMITZ, 2014).

As casas subterrâneas foram construídas, preferencialmente, nas áreas do Planalto Meridional, em terrenos inclinados, distante dos principais cursos hídricos e nas regiões mais elevadas. O material extraído do solo era usado para nivelar as partes mais baixas – ver Figura 27 – uma obra de engenharia que impedia as inundações de águas superficiais e subterrâneas, mostrando uma clara adaptação ao entorno<sup>53</sup>. As análises arqueológicas indicam que essas casas não eram ocupadas ao longo de todo o ano, mas em períodos específicos, provavelmente na época da coleta do pinhão. Como é possível observar, há similaridade entre a localização, o período de ocupação das casas subterrâneas e a territorialidade dos grupos Kaingang (DIAS, 2005).



**Figura 27 – Perfil de uma casa subterrânea dos Jê Meridionais em São José do Cerrito (SC).**

Fonte: Pedro Schmitz (2014, p. 16).

<sup>52</sup> Os montículos são pequenos aterros associados a locais de sepultamento. Já as estruturas conhecidas como “dançadores”, são montículos de terra maiores, porém mais baixos, cercados por uma faixa deprimida no solo que, provavelmente, tinham funções de caráter simbólico e religioso (ROGGE, 2004). Os aterros plataforma são estruturas, que segundo Pedro Schmitz (2014), eram usadas para cremação dos mortos (não somente).

<sup>53</sup> Segundo Pedro Schmitz (1988), as casas subterrâneas eram adaptações ao clima frio que predominava no Planalto Meridional, não fazia sentido repetir essas estruturas nas áreas mais alagadiças ou no Litoral, onde os solos não eram propícios para essas estruturas.

Marcus Beber (2004) reforça a ideia de que o padrão de assentamento não necessariamente era de uma população fixa, mas em constante movimento. Os sítios da fase Caí, próximos a FLONA de Canela, por exemplo, apresentam ocorrências de moluscos marinhos, sendo que o mar encontra-se a cerca de 130 km de distância em linha reta. Ou seja, existia um fluxo, mesmo que esporádico, planalto-litoral. Pedro Schmitz e Ítala Becker (2006) também acreditam que as casas subterrâneas eram utilizadas por grupos que se movimentavam com frequência. Ao analisar diferentes sítios, eles notaram algumas características muito particulares que se repetiam em diferentes locais (tamanho, inclinação do terreno, tipo de solo, tipo de vegetação do entorno, clima, cerâmica). Assim, esses espaços de moradia (temporária) cumpriram uma função dentro de um contexto de mobilidade muito mais amplo.

Os diferentes sítios arqueológicos, analisados pelo Instituto Anchieta de Pesquisa (IAP)<sup>54</sup>, indicam alterações na forma de ocupação das casas subterrâneas com o passar dos anos. As datações absolutas mostraram que as casas maiores são as mais antigas, datadas entre o século VI e XIII, já as casas menores foram ocupadas entre o século XV e XIX:

Demonstram, também, que um sítio com muitas casas não era, necessariamente, uma grande aldeia, mas um lugar onde as casas se multiplicavam e substituíam através do tempo. As casas grandes e os montículos grandes estão ligados à primeira ocupação, quando o grupo todo moraria em uma casa. Depois, o tamanho das casas foi diminuindo para casas geminadas presumivelmente habitadas por duas famílias ou por famílias com duas mulheres. E, finalmente, para casas pequenas de uma família nuclear. Essa constatação se repete em nossos projetos do planalto do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. (SCHMITZ, 2016, p. 11).

Segundo Marcus Beber (2004), não existe um consenso sobre a forma de utilização desses ambientes. Alguns estudos recentes do IAP levantaram a possibilidade da existência de casas semi-subterrâneas, com a parte mais rebaixada, geralmente a região central, destinada para a preparação de alimentos e a fogueira. O Engenheiro Maximiliano Beschoren (1989), ao visitar o aldeamento de Nonoai no século XIX, chegou a indicar que as casas eram muito próximas umas das outras, com aberturas tão baixas que era preciso “rastejar para dentro”. O engenheiro não apresenta detalhes da parte interna dessas estruturas, por essa razão, não é possível

---

<sup>54</sup> Os diferentes trabalhos do Instituto Anchieta de Pesquisa podem ser acessados em: <http://www.anchietano.unisinos.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

afirmar se elas possuíam áreas rebaixadas no seu interior, configurando-se em casas semi ou subterrâneas, relato que se aproxima da teoria recente do IAP.

Todavia, essas informações indicam que ocorreram mudanças na organização socioespacial dos Jê Meridionais. O padrão dos sítios, com casas de diferentes tamanhos e datações, mostra que as populações construíram vínculos territoriais que eram passados de geração em geração. Também é relevante destacar que os registros arqueológicos são constantes até períodos coincidentes com a chegada dos europeus. É possível citar, por exemplo, os sítios arqueológicos em São João do Cerrito (SC) estudados por Pedro Schmitz (2014) e sua equipe. As casas subterrâneas apontaram para uma ocupação inicial do século VI, com estruturas que são diferenciadas em tamanho e grau de interação até o século XVII. As últimas datações são dos anos 1600, quando ocorreu a intensificação da colonização na região.

São José do Cerrito é apenas um dos vários exemplos estudados pelo IAP. As evidências arqueológicas mostram que as invasões coloniais modificaram a territorialidade dos povos Jê Meridionais. Com a chegada dos europeus não era seguro permanecer em determinados locais por períodos prolongados. Aparentemente não era aconselhável se fixar (mesmo que por pouco tempo) em locais tradicionalmente ocupados e que agora eram disputados com os colonos.

Os montículos funerários são outros elementos que ligam a tradição Taquara aos Kaingang. Associados às casas subterrâneas, essas estruturas possuíam aterros elípticos (com diferentes dimensões) que eram cercados por uma valeta rasa (SCHMITZ, 2016). Diferentemente das casas subterrâneas, os montículos funerários estão presentes em vários relatos sobre o povo Kaingang – a Figura 28 é um exemplo dessa formação, retratando um sítio que foi parcialmente escavado pela equipe do IAP. De acordo com a região do país, existe diferenças na descrição do ritual funerário, mas a configuração do montículo e o entorno circular são características marcantes. O Engenheiro Pierre Mabilde (1988) descreveu alguns montículos funerários que visitou na companhia do *pay-bang* Braga (maior liderança Kaingang na região da FLONA de Canela no século XIX). Os montículos são apontados como o local de sepultamento de várias gerações Kaingang que habitavam as bacias hidrográficas dos rios Pelotas (margem esquerda), Taquari-Antas, Caí e Sinos.



**Figura 28 – Montículo funerário escavado no município de São Marcos (RS).**

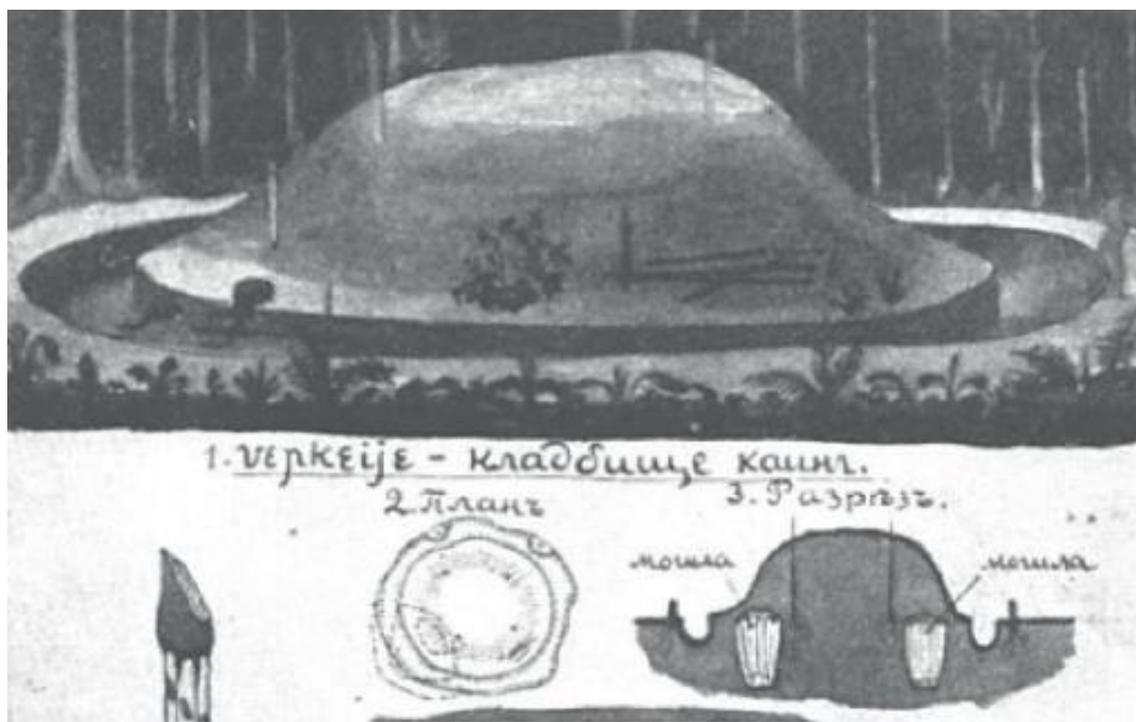
Fonte: Jairo Rogge e Pedro Schmitz (2009, p. 132).

O Engenheiro Agrimensor também relatou o sepultamento de um importante *pay-bang* em outra oportunidade:

No dia seguinte ao enterro do cacique principal e desde esse dia em diante todos os moços das tribos subordinadas voltam ao lugar da sepultura do cacique e sobre ela amontoam terra até formar um túmulo circular de não menos de 25 palmos de diâmetro (e às vezes mais) com 6 palmos de altura, serviço este no qual levam às vezes muitos meses, (...). Esses túmulos dos Coroados, com tão grandes dimensões, têm sido para muitos que os têm visto um enigma, porque em suas imediações nunca se encontra lugar ou cova que indique a proveniência da quantidade de terra com que são feitos, sendo às vezes muito considerável a distância ao ponto em que foram buscar. O túmulo é feito perfeitamente circular e com as dimensões referidas. A parte lateral faz ângulo reto com o solo e com a superfície superior que assim fica perfeitamente horizontal. Ao redor do túmulo limpam o terreno tirando-lhe toda a vegetação numa extensão de 8 a 10 palmos mais ou menos; calcam bem aos pés a terra dessa orla circular e então dão o trabalho por terminado. (MABILDE, 1988, p. 154).

Curt Nimuendajú (1993) coletou informações muito semelhantes em São Paulo. Assim como o etnólogo russo Heinrich Manizer (2006) que, ao visitar grupos Kaingang de São Paulo no início do século XX, descreveu um funeral tradicional com maestria. Segundo Manizer, após um processo ritual complexo, o corpo do finado era depositado em uma cova profunda e recheado com todos os seus pertences (arcos,

flechas, colares e etc.). Em seguida a cova era coberta com terra até formar um grande montículo. Ao redor da sepultura, algumas pessoas dançavam e cantavam músicas na língua tradicional. O ritual acabava por compactar o solo e produzir ao redor da sepultura um caminho circular, conforme é observado na Figura 29.



**Figura 29 – Montículo funerário Kaingang em São Paulo descrito por Heinrich Manizer.**  
 Fonte: Heinrich Manizer (2006, p. 47).

A organização da sepultura remete diretamente ao mito de origem e reforça a relação Kaingang com a terra. Da mesma forma que os irmãos mitológicos foram para interior da serra de *Crinjijimbé* após se afogarem, a grande liderança era colocada em posição de destaque e completava sua relação com o território.

Os montículos são encontrados em diferentes locais do Brasil Meridional, onde também existem registros consistentes da presença Kaingang. A Figura 30 é outro exemplo, e retrata uma estrutura localizada em Bauru (município do interior do estado de São Paulo). Esse registro foi feito nos primeiros anos de atuação do SPI na frente de atração dos Kaingang em São Paulo (início na década de 1910):



**Figura 30 – Montículo indicando sepultura dos Kaingang de São Paulo.**

Fonte: Luís Bueno Horta Barbosa (1947, p. 66).

Outro fator importante, que une tradição Taquara e o povo Kaingang, está relacionado ao consumo do pinhão. Segundo Lúcio Mota (2016), os pinheirais garantiram a base alimentar da população da tradição Taquara. Diversos estudos etnográficos mostram que a mobilidade e a dispersão dos grupos Kaingang estavam associadas à época de colheita do pinhão. Além disso, como foi mencionado anteriormente, os pinheiros eram importantes elementos do território. Quando analisamos os sítios da tradição Taquara é possível perceber que eles estão ligados à distribuição da Araucária:

A partir do século XI os pinheirais se expandiram rapidamente e foram tomando conta da paisagem de campos dos municípios porque o clima se tornara muito favorável para eles. A expansão do pinheiro e o andamento de seus bosques aumentaram em muito os recursos de subsistência para os animais e para o homem e os tornaram disponíveis em mais lugares. Eles serviram para que o homem também se expandisse e se tornasse estável, agora que o alimento estava disponível de forma confiável. Os grupos humanos passaram a construir casas maiores e, junto delas, monumentos cerimoniais e funerários. (SCHMITZ, 2014, p. 13).

Apesar da distribuição da tradição Taquara estar vinculada ao Planalto Meridional, a Arqueologia corrobora com a linguística e aponta para um início comum dos Jê Meridionais na região central do Brasil. Apesar da dificuldade de traçar uma rota precisa de migração, Francisco Noelli e Jonas de Souza (2017) acreditam que os Jê chegaram ao Sul através do vale do Ribeira, do vale do rio Itararé e do alto Paranapanema. Segundo essa teoria, os Jê Meridionais disputaram territórios com as

antigas populações (Humaitá e Umbu) e, posteriormente, com os povos Tupiguarani (ver Figura 31).

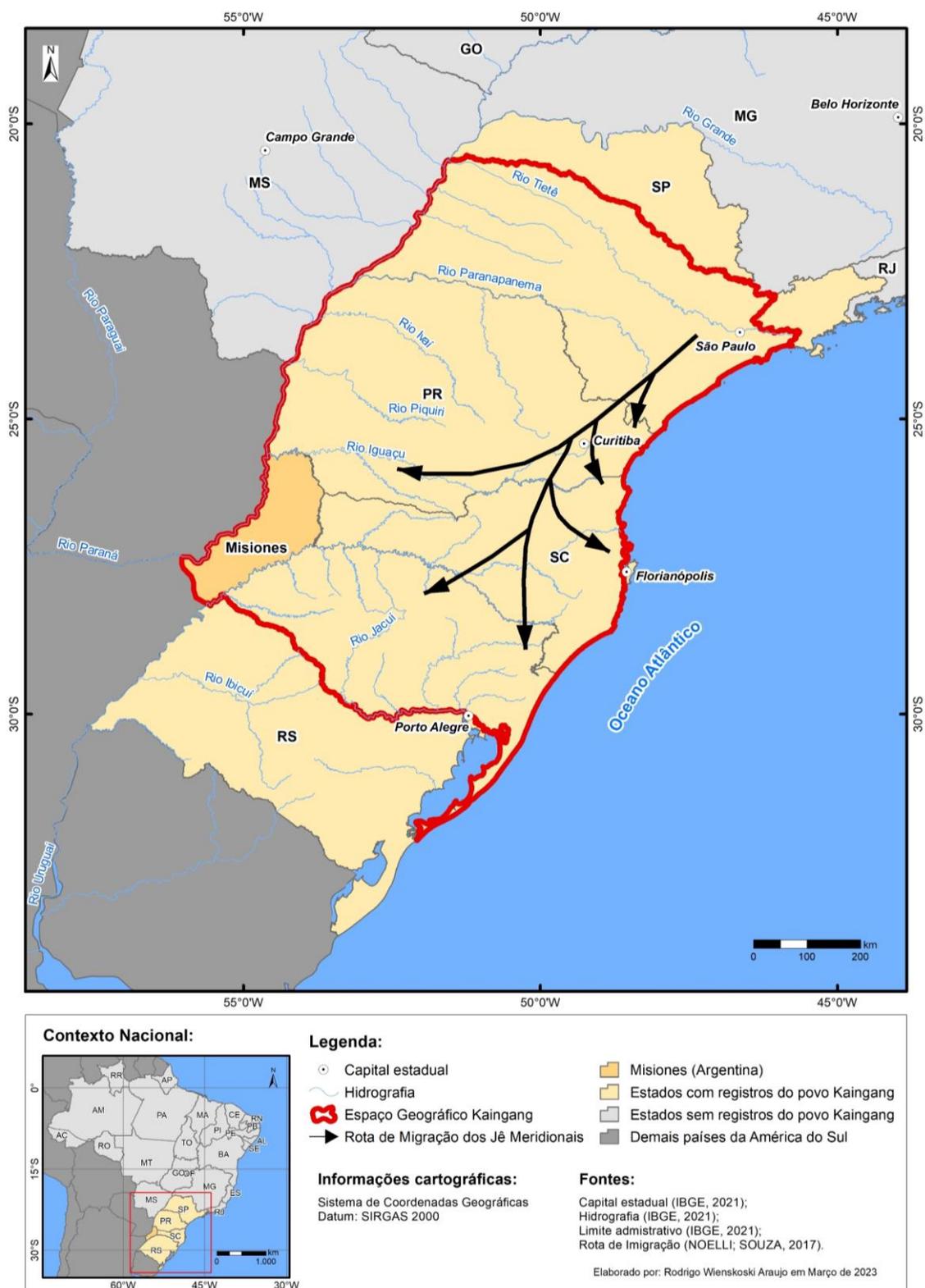


Figura 31 – Mapa com a provável rota de migração das populações Jê Meridionais segundo Francisco Noelli e Jonas de Souza (2017).

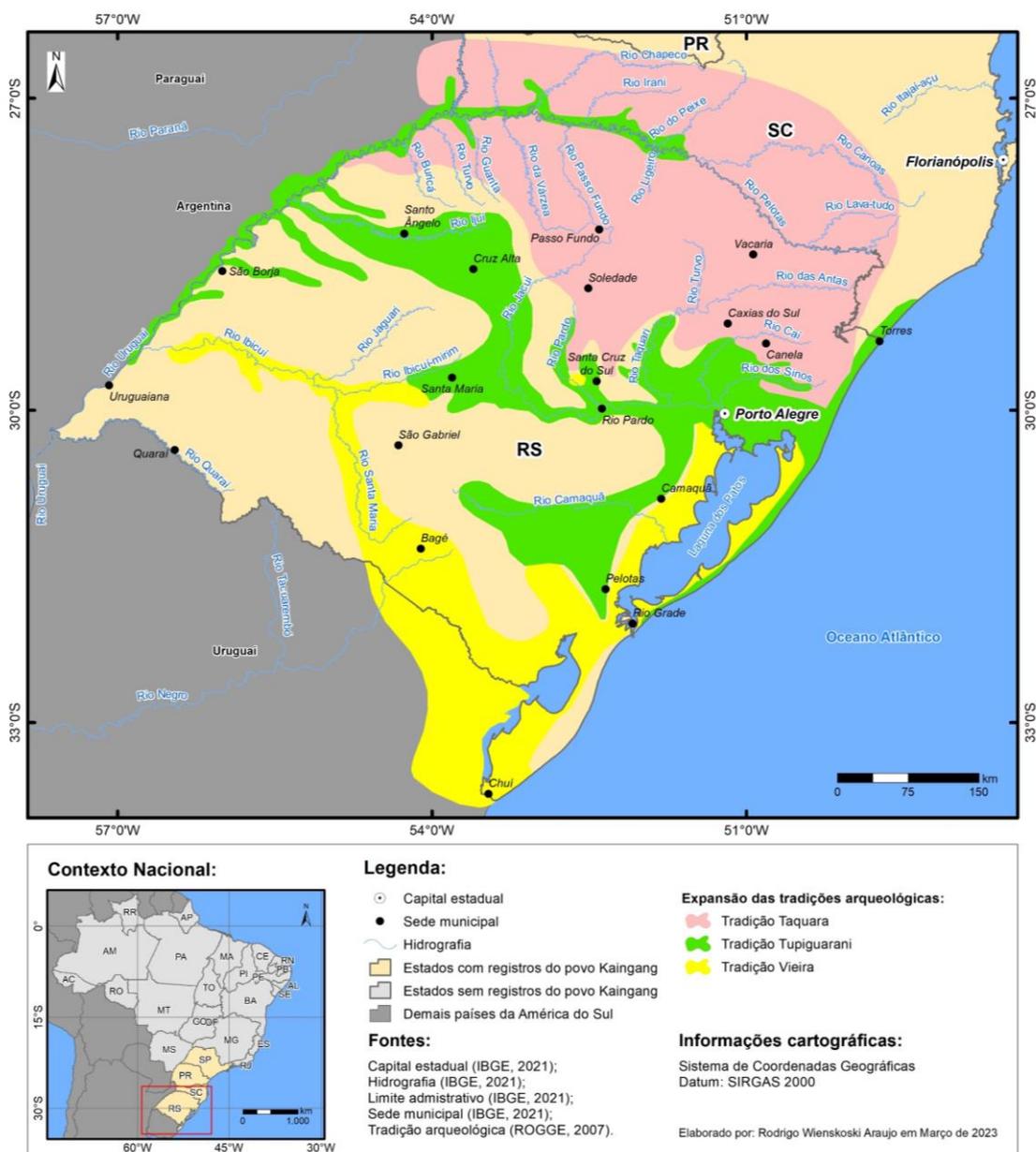
Apesar dessa migração promover a ocupação de novas áreas, isso não significa que os Jê passaram a ter exclusividade sobre o espaço geográfico:

Os Tupinambá separaram os Jê do Sul das demais populações Jê que ocuparam partes da Serra do Mar e do litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como algumas áreas do interior de Minas Gerais e São Paulo. Próximo do litoral, o vale do Ribeira acabou com o limite setentrional litorâneo dos Jê do Sul, por volta de 2 mil A.P. Os Guarani causaram recortes territoriais mais amplos, de tal modo que eles “encurralaram e cercaram” os Jê do Sul nas áreas mais elevadas da Serra Geral desde o centro-Sul do Paraná até os campos do Planalto Sul-Rio-Grandense. Ao longo do processo de disputa territorial, considerando todas as evidências arqueológicas do Sul do Brasil, pode-se deduzir que os Guarani comprimiram os territórios Jê no alto do Paranapanema e médio Iguaçu, por volta de 1.800 A.P., expulsando seus habitantes do litoral entre o Paraná e o Rio Grande do Sul a partir de 1.200 a 1 mil A.P.; comprimiram seus territórios no alto Uruguai ao redor de 1.500 A.P. e próximo aos campos de Caxias do Sul ao redor de 1.900 A.P. Separaram os territórios do vale do Ribeira dos vales do Tibagi e alto rio Iguaçu desde pelo menos 1.400 A.P., criando uma consistente linha divisória entre esses dois núcleos de ocupação Jê que persistiram além do século XVI. (NOELLI, 2004, p. 39-40).

Para o Historiador Jairo Rogge (2004), os Jê ocuparam o litoral da região Sul antes da chegada dos Tupiguarani, que provavelmente dominaram a região posteriormente. O Planalto Meridional do Rio Grande do Sul também foi ocupado primeiro pelas população Macro-Jê. Os Tupiguarani aos poucos expandiram sua influência aos vales dos principais rios, saindo do território que hoje seria a Argentina, ocuparam gradativamente a Depressão Periférica e começaram a disputar as bordas do Planalto. Por volta do século XIII da nossa época, consolidaram suas posições no entorno da Lagoa dos Patos e na região do Litoral, todavia, não conseguiram penetrar de forma consistente no Planalto Meridional, devido à presença e a resistência dos povos Jê.

As populações das tradições Tupiguarani e Taquara/Itararé acabaram exercendo pressão sobre grupos mais antigos. A tradição Umbu ficou confinada em pequenos bolsões territoriais no Planalto Meridional, até que seus registros desaparecem há aproximadamente 600 anos (NOELLI, 2000). Também exerceram influência sobre a tradição Vieira (provavelmente o povo Charrua e Minuano) que não conseguiu se dispersar para metade norte do Rio Grande do Sul. Apesar da arqueologia mostrar áreas preferenciais de ocupação, isso não significa que esses povos ficaram isolados em “ilhas territoriais”. As evidências arqueológicas mostram diversos pontos de contato e interação entre elas, formando sítios arqueológicos “mistos”, com sinais claros de interação e convivência entre duas tradições, em alguns

casos até três. Na Figura 32 é possível observar os espaços preferenciais, com os locais de maior interação, segundo Jairo Rogge (2004).



**Figura 32 – Mapa com os prováveis espaços de ocupação das principais tradições arqueológicas do RS segundo Jairo Rogge (2004).**

Nesse arranjo territorial, os povos da tradição Tupiguarani se estabeleceram nas proximidades dos principais rios, enquanto que a tradição Taquara ocupou as áreas mais elevadas e próximas das nascentes (NOELLI, 2000). Os estudos de Rafael Corteletti (2008), no município de Caxias do Sul, indicam que a altitude é um fator importante na constituição dos sítios arqueológicos dos grupos Jê Meridional. A maior parte das casas subterrâneas estudadas estão entre as cotas 751 – 900 metros (93%).

O próprio autor argumenta que não é possível fazer uma relação direta entre o assentamento e a altitude, mas é evidente a semelhança dos sítios com o padrão espacial dos Kaingang.

Segundo Jefferson Dias (2005), antes do contato com os europeus a tradição Taquara ocupou um vasto território no Rio Grande do Sul por pelo menos 1.500 anos, com três grupos principais que possuíam características comuns e pequenas diferenças: O primeiro grupo ficava preferencialmente no Litoral, na encosta do Planalto e nas terras altas; um segundo grupo habitava o topo do Planalto e; por fim, um grupo que vivia na porção noroeste do estado gaúcho. Para o autor, é possível fazer uma analogia desses três núcleos de ocupação com as antigas populações Kaingang que foram identificadas pelos estudos etnológicos no Rio Grande do Sul. O cruzamento das informações mostra claras similaridades nas estratégias de ocupação e de mobilidade territorial. Além de apresentar um sistema de organização social em “tribos e sub-tribos”, condizente com a distribuição da tradição Taquara.

Deste modo, considerando todo o contexto apresentado, fica claro que é necessário analisar a tradição Taquara como um importante argumento para definição dos territórios originários do povo Kaingang. Os estudos arqueológicos mostram que ainda não podemos fazer uma distinção precisa entre os “antigos” povos Jê-Meridionais e os atuais Kaingang e Xokleng, pois esses povos têm muitas características similares, como por exemplo, a língua e as casas subterrâneas que são associadas a ambos. Os dados arqueológicos também deixam claro que as populações Jê-Meridionais sofreram uma drástica alteração do seu comportamento espacial a partir do século XVI, uma mudança que é coincidente com o período de chegada dos europeus na América.

### **3.4 As primeiras invasões europeias nos territórios Kaingang**

Dimensionar o genocídio dos povos originários é extremamente difícil. Os números apresentados, por diferentes fontes, divergem bastante (existem estimativas entre 2 milhões até 100 milhões pessoas), mas a disparidade estatística não apaga o fato de que a América foi o berço de vários povos que apresentavam formas distintas de vivenciar o espaço geográfico. Calcula-se que a população Americana, no século XVI, era superior àquela encontrada no continente europeu.

Mesmo depois de anos de exploração, muitos grupos conseguiram sobreviver a imposição política/econômica/cultural. A Funai e a organização GIZ (Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit), estimam que nosso país possui uma das maiores sociodiversidades do mundo, são mais de 900 mil pessoas que estão distribuídas em pelo menos 300 povos, falando quase 275 línguas diferentes (FUNAI; GIZ, 2013).

Apagar a presença indígena na formação territorial brasileira é uma estratégia antiga. Segundo Luís Grupioni (1996), era (e é) comum encontrar nas publicações escolares os povos originários sendo retratados como figuras excêntricas sem hábitos civilizados: “índios e negros são quase sempre enfocados no passado. Falar em índios é falar do passado, e fazê-lo de uma forma secundária: o índio aparece em função do colonizador” (GRUPIONI, 1996, p. 487). Essa não é uma exclusividade do nosso país, José Angel Quintero Weir (2018 e 2022) destaca que os povos originários são forçados a esconder seu pensamento “diferente” de ver, sentir e viver o mundo.

Para Anibal Quijano (2002, 2005a e 2005b), esse processo de apagamento é o resultado de uma colonialidade do poder, que classificou todas as populações existentes em um padrão básico e universal. A construção europeia da América buscou transformar todos os seus habitantes em uma única raça, o “índio”. Posteriormente, esse processo foi expandido para outras partes do mundo, o “branco e europeu” foi constituído como a raça dominante, capaz de conduzir as demais. O “branco” era o sinônimo de “modernidade”, já o “índio, o negro e o mestiço”, tinham apenas que servir (depois ainda foram criadas outras categorias, “amarelos”, “oliváceos” e etc., todas obviamente, subordinadas ao “branco europeu”). Cada parcela da população mundial passou a ter um sentido, uma função, que foi organizada para manter o colonizador no controle:

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A

repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente. Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura. (QUIJANO, 2005a, p. 121).

Nesse pensamento etnocêntrico, a modernidade e a racionalidade só poderia ser obra do europeu. Anibal Quijano (2002, 2005a e 2005b) ainda destaca que o europeu passou a ter certeza que a modernidade só poderia brotar da sua sociedade. Ele era o único protagonista da história. Deste modo, um padrão global de poder foi estabelecido: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado:

Durante muito tempo, desde a chegada dos brancos europeus e ainda hoje, falar sobre ela tem sido comum e pejorativo, associado a uma suposta condição “natural” de ignorância e/ou malandragem do povo, desde a sua **Eirare**, o homem branco decide que a Terra é apenas uma coisa apropriável para seu benefício exclusivo, um piso onde ele pode elevar seu poder sobre todas as outras comunidades e sobre a própria Terra e, por isso, ele é capaz de intervir e violá-la, quebrando o território de todas as comunidades incluindo os espíritos **Yolujá** que geralmente habitam plantas, animais, pântanos etc. (QUINTERO WEIR, 2022, p. 17).

Ailton Krenak (2019 e 2020) diz mais, a visão de “humanidade moderna” que predominou na América criou as instituições que tentam manter as coisas do jeito como estão. São as instituições que legitimam a exploração de recursos, são elas que criam leis e escrevem a história, por exemplo. Todas as pessoas precisam pertencer a mesma “história”, uma história com grandes perigos. Como lembra a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), essa é uma perspectiva que produz um sistema de dominação a partir de uma única consciência coletiva correta que tenta se sobrepor as demais. Uma história que coloca todos sob os caprichos da "humanidade":

Como explicar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado

humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (KRENAK, 2019, p. 14).

Alberto Acosta (2016) reforça que vivenciar o mundo através de outras perspectivas não é um indicativo de modernidade ou de atraso, apenas uma prova que existem diferentes maneiras de encarar o mundo. Para o autor equatoriano, o *Bem Viver*, *Buen Vivir* ou *Vivir Bien*, o *Sumak Kawsay* (Kíchwa), o *Suma Gamaña* (Aymara) ou *Nhandereko* (Guarani), são formas coletivas de vida, que se transformaram em mecanismos de resistências ao sistema colonial:

A partir de 1492, quando a Espanha invadiu com uma estratégia de dominação para exploração a região que após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu o 'civilizado', e a inferioridade do outro, o 'primitivo'. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da modernidade. Para cristalizar o processo expansionista, a Europa consolidou uma visão que colocou o ser humano figurativamente falando por fora da Natureza. Definiu-se a Natureza sem considerar a Humanidade como sua parte integral, desconhecendo que os seres humanos também somos Natureza. Com isso, abriu-se o caminho para dominá-la e manipulá-la (ACOSTA, 2016, p. 55).

Dessa forma, a colonialidade busca esconder que foi o conhecimento dos povos originários que permitiu a sobrevivência dos europeus na América. Como destaca Ailton Krenak (2019 e 2020), os colonizadores precisavam dos indígenas até mesmo para conseguir alimento, pois não sabiam viver no “novo mundo”. O bandeirante, que quase sempre é exaltado como o grande desbravador do território brasileiro, na verdade se apropriou dos conhecimentos dos povos originários para se deslocar e explorar as potencialidades existentes. Segundo Sérgio Buarque de Holanda: “Neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra” (HOLANDA, 2017, p. 22).

Ano após ano o colonizador foi se afastando do litoral e dos principais cursos hídricos explorados. E através da violência das frentes de expansão, foi usurpando os territórios dos Guarani, Kaingang, Charrua, Xokleng e etc. A violência física não foi o único mecanismo utilizado nesse processo de expansão territorial, o colonizador passou a instituir regras (leis) para validar o esbulho. Como lembra Marcelo Lopes de Souza (2004), uma prática espacial, neste caso, a incorporação de terras ao sistema

colonial, consiste em uma projeção sobre o terreno de todos os aspectos de uma prática social. Assim, a legislação é uma prática social, pensada sobre o espaço, que vai se tornar uma prática espacial quando os movimentos de ocupação (forçados ou não) são efetivados.

Alguns dos atos administrativos, que buscaram oficializar a posse dos europeus, são anteriores a chegada na América. A *Bula Inter Caetera* e o Tratado de Tordesilhas, por exemplo, são do século XV<sup>55</sup>. Esses documentos firmados entre Espanha, Portugal e o poder religioso da época, tinham o objetivo de dividir as terras desconhecidas e cobiçadas. Quando aportaram suas caravelas, os europeus iniciaram o processo de reconhecimento territorial, pois não sabiam ao certo a dimensão e as potencialidade do “Novo Mundo”. A Espanha, logo nos primeiros contatos, encontrou importantes minas de prata na parte oeste da América. Já Portugal, ao verificar a ausência desse tipo de riqueza no litoral leste, apostou na lucrativa atividade de escambo de pau-brasil.

O mapa conhecido por “*Terra Brasilis*” (Figura 33), de autoria do cartógrafo português Lopo Homem, feito no ano de 1519, estampa uma das primeiras cartografias da costa brasileira. A obra retrata um pouco da flora, fauna e a atividade de extração de madeira. A nota na parte superior, escrita em latim, já mostra como os europeus encaravam as populações das suas futuras colônias: “selvagem e crudelíssima, alimenta-se de carne humana”<sup>56</sup>.

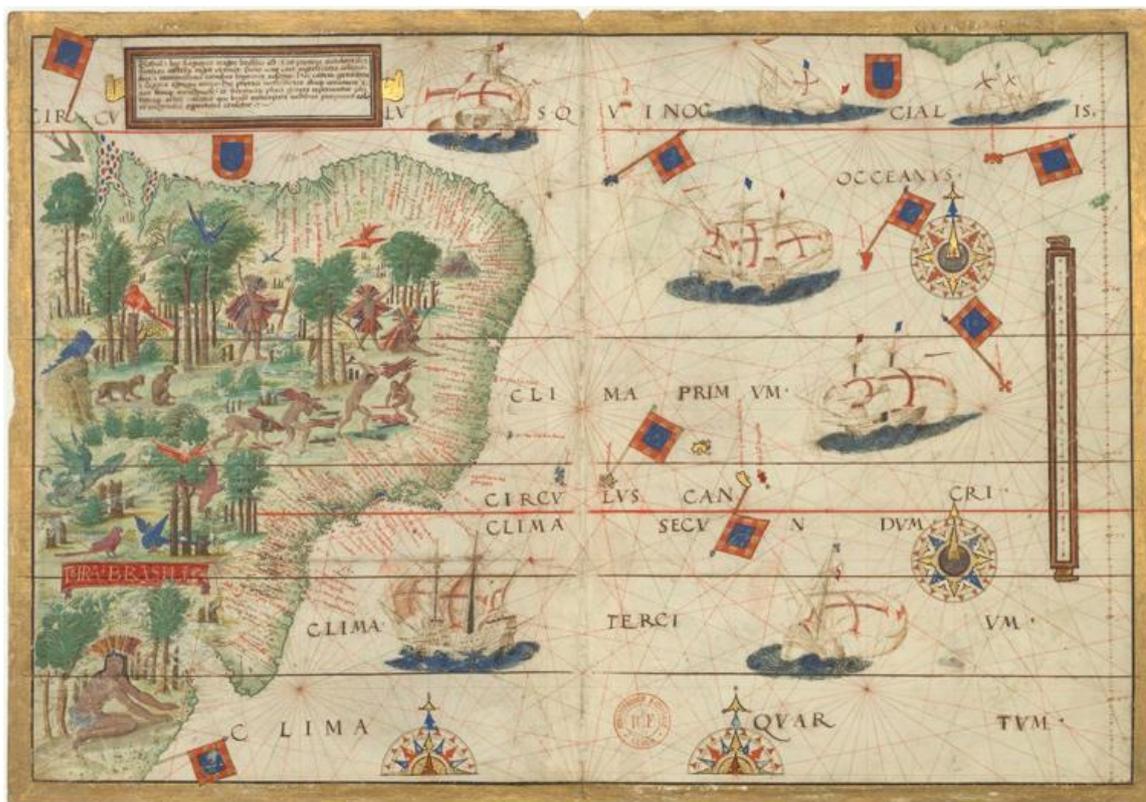
A fixação portuguesa iniciaria alguns anos mais tarde, quando foi colocada em prática a “Lei das Sesmarias”. Esse ato administrativo, aprovado em Portugal em 1375, foi adaptado à realidade da nova colônia. Segundo Teresa Jahnel (1987), essa lei foi criada para regular a produção de alimentos nas colônias portuguesas, no Brasil foi aplicada com outra finalidade, visando a ocupação e o povoamento. Assim, os primeiros movimentos portugueses na América mostram que nem sempre uma prática

---

<sup>55</sup> A *Bula Inter Caetera*, de 4 de maio de 1493, e o Tratado de Tordesilhas, de 7 de julho de 1494, foram acordos firmados, entre as nações ibéricas e o papado da época, para dividir as terras “descobertas” no período das grandes navegações.

<sup>56</sup> Informações de tradução disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/terra-brasilis/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

social se efetiva na sua plenitude. O processo colonial no Brasil precisou sofrer adaptações para que a exploração fosse consolidada.



**Figura 33 – A obra “Terra Brasilis”, de autoria do cartógrafo português Lopo Homem, retratava a flora, a fauna e o escambo de pau-brasil no novo continente.**  
Fonte: Lopo Homem (1519).

A expedição de Martim Afonso de Sousa, que deixou Lisboa em 1531, inaugurou a colonização baseada na expropriação das terras dos povos originários. O navegador ao chegar no Brasil, distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses e apresentou um relatório decisivo no processo de implantação das capitanias hereditárias (ABREU, 1998). Antônio Robert de Moraes (1999) lembra que esse modo europeu de agir na América estava encaixado em um modelo econômico da época:

A formação brasileira é exemplar em face das características expostas. A expansão territorial – despovoadora na perspectiva dos índios, povoadora na ótica do colonizador – marcou o desenvolvimento histórico do Brasil. O país foi construído consoante com a apropriação de terras, tendo na conquista espacial um forte elemento de identidade e coesão social. Um padrão de ocupação intensivo, do ponto de vista dos recursos, e extensivo, no que tange ao espaço, domina genericamente a história nacional, atribuindo-lhe um sentido expansionista “civilizador”. (MORAES, 1999, p. 44-45).

Imensos lotes de terras foram destinados às pessoas de confiança. Os donatários, como ficaram conhecidos, se reportavam diretamente a Coroa Portuguesa e na capitania podiam ceder lotes menores para cidadãos que ajudavam na exploração econômica das terras (ALBUQUERQUE; REIS; CARVALHO, 1977). Ou seja, o início da história fundiária brasileira foi marcado pela concentração da terra nas mãos de uma elite privilegiada. Pois para garantir a posse, os donatários precisavam fazer vultuosos investimentos no processo de ocupação, e não eram todos os cidadãos portugueses que possuíam os recursos necessários para se aventurar em terras desconhecidas.

É possível classificar as capitanias como verdadeiros territórios formais. O donatário centralizava (em teoria) o controle político, econômico e social de tudo que acontecia no interior de suas terras, inclusive podia defender suas posses contra todos que não aceitavam a “civilização”. Os portugueses se valeram dos atos administrativos para formalizar a ocupação (principalmente para os outros países da Europa) e tiveram que usar suas forças militares para efetivar a posse (contra os legítimos donos). Apesar disso, essa prática espacial não foi concretizada na sua plenitude, muitas das divisões territoriais existiram apenas nos mapas e nos papéis da Coroa Portuguesa. Algumas capitanias não chegaram a conhecer seus donatários, outras foram ocupadas apenas em parte ou por um curto período de tempo. O elevado custo de manutenção e a resistência dos povos originários acabaram dificultando os planos dos europeus.

Outra barreira para os portugueses estava na falta de contingentes populacionais suficientes para ocupar todas as terras reivindicadas. A Coroa Portuguesa, tentando atrair as populações originárias, editou alguns atos normativos para beneficiar os povos locais. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1992, 2018a e 2018b), o direito originário sobre o território foi reconhecido através do Alvará de 1º de abril de 1680, que afirmava que os indígenas eram os “primários e naturais senhores” e que nenhum outro título, nem mesmos as sesmarias, poderia valer sobre as terras ocupadas pelos povos originários<sup>57</sup>. Em outro documento (9 de março de 1718) para o “Governador do Maranhão”, o Rei Dom João V estabeleceu que os

---

<sup>57</sup> O texto do Alvará de 1º de abril de 1680 está disponível nos “Anais da Biblioteca Nacional” (BRASIL, 1948a).

indígenas estavam livres e isentos da jurisdição que prevalecia na Colônia, com liberdade para escolher o modo de vida mais adequado para viver em suas terras<sup>58</sup>.

Outros mecanismos do século XVIII seguiram no mesmo sentido, a Lei de 6 de junho de 1755 (a “Lei das Liberdades”), instituiu a liberdade aos índios, e o ato seguinte, em 7 de junho de 1755, excluiu os religiosos do poder temporal da administração das aldeias (PORTUGAL, 1819). Esses mecanismos foram reforçados com o ato de 03 de maio de 1757, que ficou conhecido como o “Diretório dos Índios” (PORTUGAL, 1758). Ambas as leis foram pensadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, que iniciava o processo de reformulação da política colonial portuguesa. Essa legislação, aplicada nas povoações do Pará e do Maranhão, logo foi estendida para todo o país:

Os objetivos do Diretório eram claros: a dilatação da fé, a extinção do gentilismo, a propagação do evangelho, a civilidade dos índios, o bem comum dos vassallos, o aumento da agricultura, a introdução do comércio e o estabelecimento, a opulência e a total felicidade do Estado. (OLIVEIRA; MESQUITA, 2019, p. 5).

O Diretório dos Índios, segundo Valéria Oliveira e Ilka de Mesquita (2019), foi um documento importante porque determinava (em teoria) o fim da discriminação legal, o estímulo aos casamentos mistos (indígenas e europeus), a proibição do termo “negros da terra”, a transformação dos indígenas em súditos portugueses e a reprodução da prática de cooptar lideranças para formar elites indígenas. Todavia, essa predisposição se aplicava aqueles que aceitam as regras de aldeamento e a catequese, para os demais, o Estado seguia apostando na política de extermínio.

Essa nova legislação também previa que os indígenas não eram capazes de romper seu “estágio de selvageria” sozinhos. Por esse motivo, era preciso que um “diretor” ficasse encarregado pelas ações. A autoridade era responsável por promover as ações “civilizatórias”, que acarretavam: na imposição da língua portuguesa nos aldeamentos, no combate a ociosidade, no descimento dos indígenas fugidos e na distribuição justa das terras. Os particulares de boa-fé poderiam produzir próximos

---

<sup>58</sup> O texto para o Governador do Maranhão em 9 de março de 1718 está disponível nos Anais da Biblioteca Nacional” (BRASIL, 1948b).

dos aldeamentos, ajudando no processo de assimilação, mas não tinham o direito de se apropriar das terras reservadas aos indígenas (OLIVEIRA FILHO; FREIRE, 2006).

O respeito pela diversidade não era uma prioridade para o colonizador. Segundo João Pacheco de Oliveira Filho e Carlos Freire (2006), o anseio em subjugar as populações originárias, levou a elaboração de uma classificação simplista sobre os povos que viviam na América. De um lado estava o “índigena bom”, aquele que contribuía de alguma forma com a Coroa Portuguesa, chamado de Tupi. Do outro lado estava o indígena “arredio e perverso”, que era chamado de Tapuio (Tapuia ou Tapuya), um nome derivado do Tupi, que designava aqueles que não falavam a Língua Geral<sup>59</sup>.

Anibal Quijano (2002, 2005a e 2005b) expõe com perfeição os interesses coloniais em gerar essas classificações simplistas. A formação de relações sociais baseada em “raças”, como “índios”, “negros”, “brancos” e “mestiços”, foi o primeiro mecanismo de dominação da América. Como base nessas divisões, o colonizador estabelecia a posição de cada um no sistema. Os lugares e as populações eram hierarquizados e preparados para a dominação:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então

---

<sup>59</sup> Ayrton Rodrigues (1986) destaca que o Brasil não possuía apenas uma “Língua Geral”. Na região amazônica a “Nheegatú” é falada por muitos povos, contudo, ela é diferente da “Língua Geral Amazônica” do século XVIII. Também é muito diferente da “Língua Geral Paulista” que foi utilizada na Capitania de São Vicente: “No sul da Colônia constituiu-se uma Língua Geral distinta da Língua Geral do Norte ou Língua Geral Amazônica. A Língua Geral do Sul, ou Língua Geral Paulista, menos conhecida que a outra, teve sua origem na língua dos índios Tupí de São Vicente e do alto rio Tietê, a qual diferia um pouco da língua dos Tupinambá. É a língua que no século XVII falavam os bandeirantes que de São Paulo saíram a explorar Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Sul do Brasil. Por ser a língua desses pioneiros e aventureiros, penetrou essa Língua Geral em áreas onde nunca tinham chegado índios Tupí-Guaraní e aí deixou sua marca no vocabulário popular e na toponímia. Em São Paulo ela foi dominante no século XVII, mas passou a ser suplantada pelo Português no século XVIII. No início do século XIX só se faz referência a um ou outro falante no interior do Estado de São Paulo, na área de Porto Feliz, no rio Tietê” (RODRIGUES, 1986, p. 102). O Diretório dos Índios foi o documento oficial que aboliu a Língua Geral, instituindo o português como idioma oficial da Colônia.

demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005a, p. 118).

Essa classificação, sem preocupação em diferenciar os povos, também ajuda a explicar porque é tão difícil fazer uma reconstrução histórica dos povos que viviam na América no início da colonização. Segundo Aníbal Quijano (2002, 2005a e 2005b), era necessário apagar a história dos povos originários para que o padrão estabelecido pela Europa se perpetuasse. João Pacheco de Oliveira Filho e Carlos Freire (2006) reforçam essa ideia, destacando que a imposição social, Tupi e Tapuia, foi a “primeira política indigenista” do nosso país. Uma polaridade entre o “bem e o mal”, com duas categorias sociais: os selvagens (agressivos e adoradores do canibalismo) e os indígenas civilizados (que aceitaram o caminho da fé cristã e a submissão ao rei de Portugal).

A ausência de informações e essa política de homogeneização das populações indígenas em dois grandes grupos é um entrave até hoje para se traçar um histórico de contato de cada povo com o colonizador. Muitas informações foram perdidas e/ou “esquecidas”, uma tática eficiente para inviabilizar e impedir as reivindicações territoriais. Porém, é possível fazer comparações e supor quando ocorreram os primeiros contatos e, desta forma, tentar estimar a distribuição espacial dos povos originários.

### **3.4.1 Os primeiros contatos com o povo Kaingang**

No caso dos Kaingang, acredita-se que a provável primeira menção ocorreu em 1587, quando Gabriel Soares de Souza citou os “Goianazes” (LAROQUE, 2000). O texto original diz que esse povo fazia a guerra com todos que adentravam seu território, uma vasta região litorânea, que se estendia de Angra dos Reis (RJ) até a Cananéia (SP). Não se dedicavam à agricultura, pois viviam da caça, pesca e coleta. Possuíam habitações subterrâneas, onde mantinham o fogo aceso de noite e de dia.

Já Theodoro Sampaio e Orville Derby (1898), chamam a atenção para outra provável menção aos Kaingang nos relatos de Antonio Knivet. O viajante inglês fez a descrição de um grupo conhecido como Guayanã da região do “littoral da Ilha Grande e arredores de Paraty”. Esse povo foi apresentado como pessoas de cabelos compridos, com o alto da cabeça pelada, igual aos padres Franciscanos. Esse estilo de corte levou muitos exploradores a denominar alguns povos, inclusive os Kaingang, de “Coroados”. No Paraná, existe o registro do Cacique Manuel Arepquembe, que era adepto do corte “franciscano”, como é observado na Figura 34:



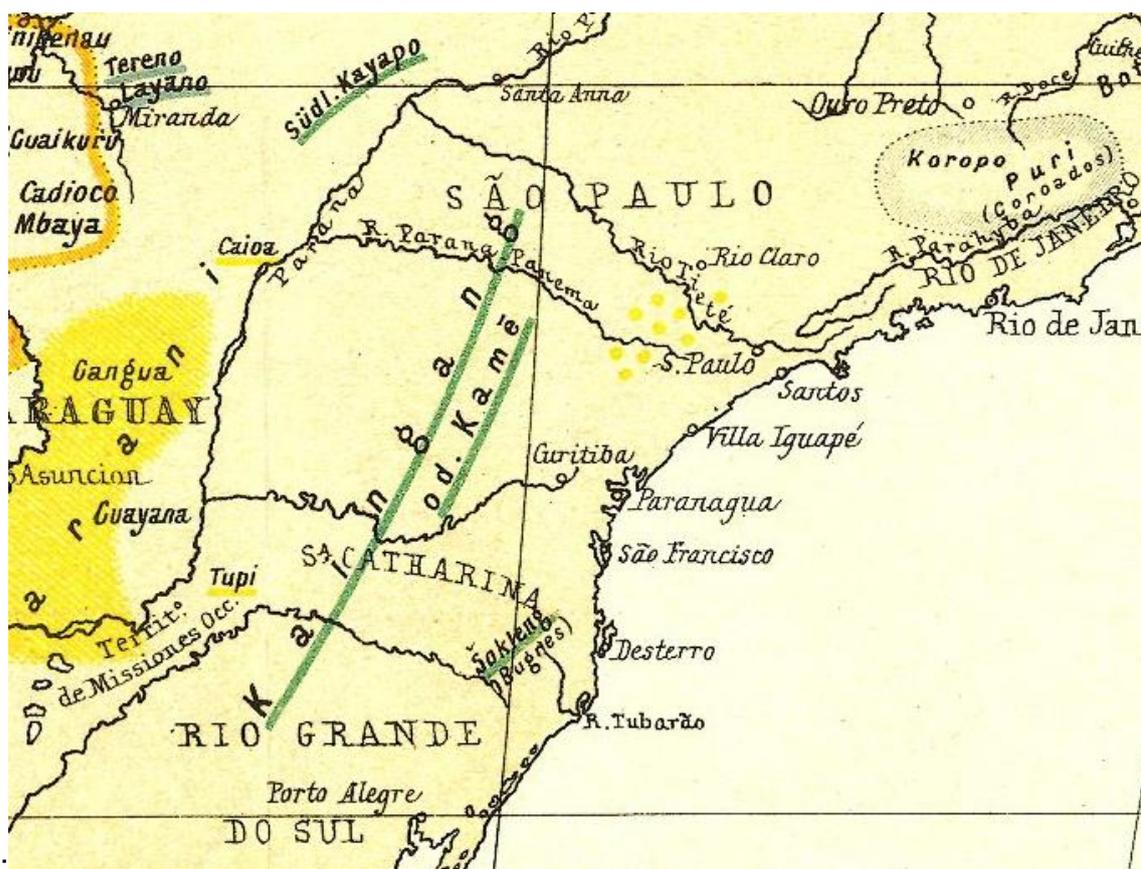
**Figura 34 – Cacique Manuel Arepquembe, chefe dos “Coroados”, do aldeamento de São Pedro de Alcântara no Paraná no século XIX.**

Fonte: Marta Amoroso (2014, p. 190).

É importante destacar que as características físicas e os hábitos rotineiros são importantes na busca de informações históricas, porém elas não podem ser interpretadas como provas definitivas. Os casos mencionados acima apresentam inconsistências. Como já foi observado, as casas subterrâneas eram utilizadas por diferentes povos da região Sul e Sudeste, não eram exclusividade dos Kaingang e poderiam se referir a qualquer povo que mantinha esse hábito. O mesmo problema se

apresenta com relação ao corte de cabelo. Herman Von Ihering (1895) afirma que o termo “Coroado” foi utilizado até mesmo para designar grupos Tupi, que não possuíam nenhuma semelhança com os Jê: “o nome de Coroados ethnographicamente não é de importância alguma, por ser atribuído sem respeito do parentesco de raça indistinctamente a todas as tribus acostumadas a tosar o cabelo” (IHERING, 1895, p. 46).

Os “Puri-Coroado”, povo que habitava as regiões de floresta atlântica do Sudeste, também eram conhecidos pelo corte de cabelo ao estilo “franciscano” ou “coroado” (RIBEIRO, 2017). No mapa “Ethnographische Karte von Brasilien”, do alemão Paul Max Alexander Ehrenreich (1891), parte dele visível na Figura 35, a denominação “Coroado” é auferida apenas para os Puri, que são separados dos Kaingang, Koropo, Sokleng (Bugres) e Guayana.



**Figura 35 – No mapa de Paul Ehrenreich de 1891 a denominação “Coroado” é atribuída apenas ao povo Puri, que geograficamente vivia nas matas do RJ e MG.**

Fonte: Adaptado de Paul Ehrenreich (1891, p. 113).

Nos casos mencionados anteriormente ainda é possível abrir outras divergências. Com relação aos Goaianazes, apesar da menção de Gabriel Soares às

casas subterrâneas, a ocupação geográfica associada ao litoral distancia os Kaingang desse povo. A arqueologia tem mostrado que os povos Jê Meridionais ocuparam a faixa litorânea por muitos anos, mas no período de chegada dos europeus no século XVI, esse era um território dominado por grupos do tronco linguístico Tupi.

Além disso, Gabriel Soares de Souza também apresenta informações sobre os povos que viviam no Sul do Brasil: “desde o rio dos Patos até a boca do rio da Prata é povoada de tapuias, gente doméstica e bem acondicionada, que não come carne humana nem faz mal à gente branca que os comunica” (SOUZA, 1851, p. 122). Segundo o autor, os Tapuia costumavam frequentar a faixa litorânea para pescar e mariscar, além de fazer comércio com os portugueses, fornecendo inclusive escravos. Não é possível afirmar que esses Tapuias eram os Kaingang, mas é um relato importante, pois confirma que o Sul era habitado por grupos diferentes da matriz Tupi. Ao mesmo tempo, Gabriel Soares de Souza não associa esses Tapuias aos Goianazes, o que aparentemente confirma que eram grupos distintos.

O relato de Antonio Knivet sobre os Guayanã também é controverso, pois diz que esse povo: “Não sabiam também pelejar no mato, por isso, não tomavam iniciativa em guerras nem sabiam dos seus limites, quando a ellas provocados” ou ainda “o viajante inglez descreve-os como índios muito cobardes” (SAMPAIO; DERBY, 1898, p. 29). Essas breves descrições mostram que é pouco provável que os Guayanã fossem do povo Kaingang, pois a ausência das práticas guerreiras e a falta de reconhecimento sobre o território, são características que não condizem com os povos Jê Meridionais<sup>60</sup>.

Na pesquisa de Theodoro Sampaio e Orville Derby (1898), sobre a origem dos “Guayanã” (povo que habitava as proximidades da capitania de São Vicente), fica claro essa tentativa de homogeneização dos povos e a confusão etnográfica instaurada. O pesquisador concluiu que “Guayana” era um nome genérico, que foi

---

<sup>60</sup> Para Benetido Prezia (1998) o grupo descrito por Anthony Knivet era na verdade do povo Puri-Coroado.

aplicado para vários grupos diferentes dos Tupi e que não mostravam resistência imediata no momento do contato:

Não eram essas diferentes tribus todas da mesma raça evidentemente; entretanto, a denominação Guayanã lhes era aplicada em vista a sua índole e maneira de viver. Dava-se assim com o nome Guayanã o mesmo que com os de Tapuya e Nheengahibas, que, como é sabido, não indicavam nação especial, mas varias nações de raça diferente da dos Tupys, ou apenas distincta d'estes por caracteres, ás vezes, mui secundários. (SAMPAIO; DERBY, 1898, p. 33).

Para Herman Von Ihering (1904) as “nações indígenas” que habitavam o Brasil foram homogeneizadas em nomes locais, principalmente, pelo desconhecimento dos colonizadores. Os Guayana, portanto, eram conhecidos como uma grande “nação” que possuía muitas “tribos” distribuídas por todo o Brasil Meridional, Rio de Janeiro e Bahia. Ao analisar os vocabulários de diferentes viajantes, Herman Von Ihering encontrou semelhanças entre os grupos Guayana de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Província de Misiones na Argentina (o que condiz com a distribuição geográfica mais aceita para os Kaingang). Ele também percebeu que muitos povos foram classificados como Guayana apenas por não falarem a Língua Geral.

Algumas dessas “confusões” vieram dos estudos desenvolvidos pelos padres da Companhia de Jesus. Essa ordem religiosa, idealizada pelo padre Inácio de Loyola em 1534, atuou por mais de dois séculos na catequização dos povos originários e conseguiu absorver muitas informações com os grupos que teve contato. Foram os jesuítas que ajudaram a disseminar a Língua Geral baseada na matriz Tupi, por esse motivo, alguns povos passaram para a história com nomes genéricos ou mesmo pejorativos, que eram atribuídos por seus rivais, os Tupi.

Segundo Aroldo de Azevedo (1957), no território luso-brasileiro a Companhia de Jesus foi representada inicialmente por Manuel da Nóbrega, que institui no continente dois tipos de aldeamentos religiosos “urbanos”: as Aldeias do Colégio e as Aldeias d’El Rei. Para as regiões mais afastadas, os padres jesuítas pensaram em estruturas diferentes: as missões (amplos espaços que eram economicamente autossuficientes). Com essa política de aldeamento, os padres conseguiram concentrar grandes contingentes populacionais e perceberam rapidamente a diversidade que existia na América.

Os complexos religiosos missionários reuniram milhares de indígenas, principalmente da matriz Tupi. Nas missões espanholas do Guairá (parte do atual território do Paraná e Santa Catarina), que remontam ao início do século XVII (1622 a 1629), as estimativas ficam em torno de 100 mil habitantes<sup>61</sup>. As treze reduções, localizadas nas proximidades dos rios Piquiri, Tibagi, Iguaçu, Paranapanema, abrigaram, inclusive, grupos inimigos, o que motivava a abertura de novas estruturas para amenizar as desavenças. É justamente em uma dessas reduções, Conceição de Nossa Senhora dos Gualacho, no entorno do rio Piquiri, que surgem as primeiras informações consistentes sobre os Kaingang. Segundo Ítala Becker (1988), eles ficaram conhecidos pelos nomes de Guaná e Gualacho, sendo descritos pela primeira vez pelo padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya.

Claudia Parellada (2016) corrobora com a ideia e destaca que as missões com presença de povos Jê foram: Santo Antonio, San Miguel, Concepción de Nuestra Señora de Guañaños e San Pedro (na Figura 36 estão marcadas em vermelho). Como estavam sobre o domínio espanhol, todo o complexo do Guairá foi alvo das bandeiras paulistas. O bandeirante Antônio Raposo Tavares conquistou fama ao atacar as reduções, aprisionando muitos dos seus habitantes e impedido a expansão espanhola na região.

O mapa da Figura 36 também mostra parte da rota de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (tracejado em verde-preto), colonizador que adentrou o continente até chegar em Assunção no rio Paraguai. Nos relatos de viagem o explorador descreve que seus guias Guarani precisaram desviar de aldeias hostis:

Os índios Guarani que guiaram a jornada do Adelantado Dom Alvar Nuñez de Cabeza de Vaca em 1542, traçaram um roteiro de viagem levando a expedição pelos Tekohá Guarani desviando-a dos territórios ocupados pelos Jê tanto ao norte (Koran-bang-rê – Guarapuava) como ao Sul (Kreie-bang-rê – Palmas) do Rio Iguaçu. Isso mostra a ocupação Jê nos campos entremeados de florestas de araucária no início do século XVI. (MOTA, 2016, p. 151-152).

---

<sup>61</sup> Importante destacar que parte do atual território brasileiro não pertencia aos portugueses e estava sob o controle da “Colônia do Paraguai”, com administração em Asunción, que havia sido fundada em 1537 (conforme é possível visualizar em diversos mapas do período colonial).

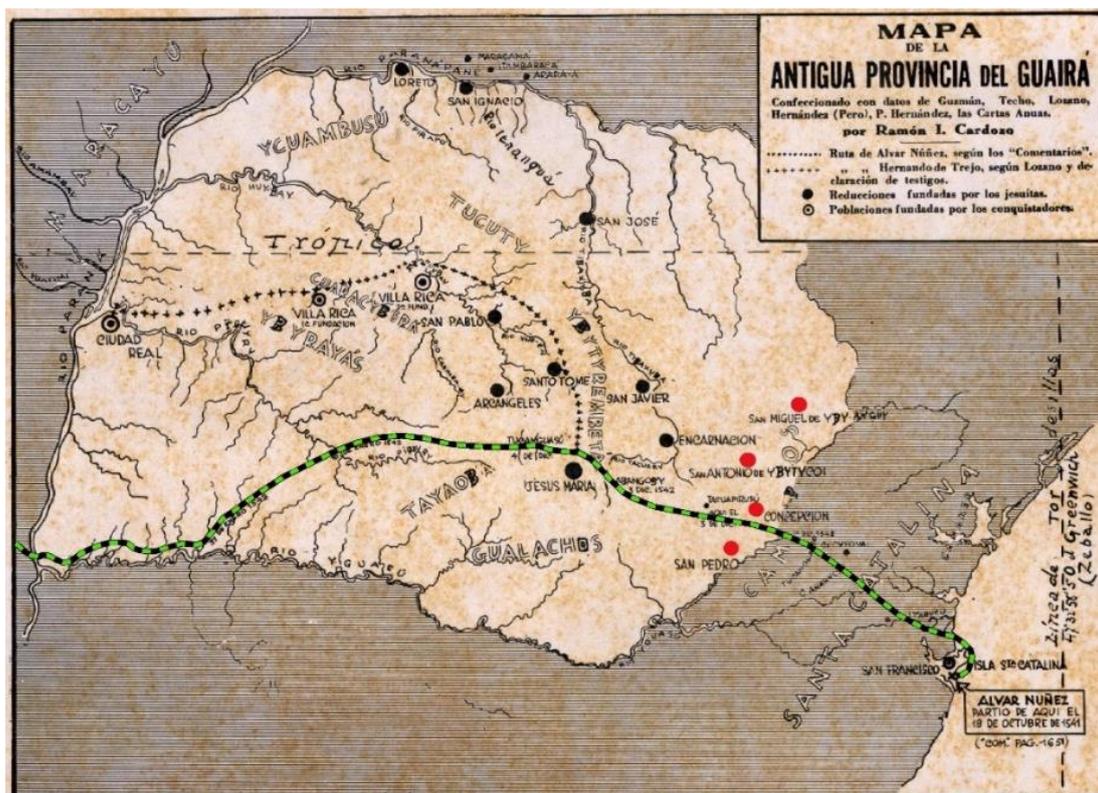
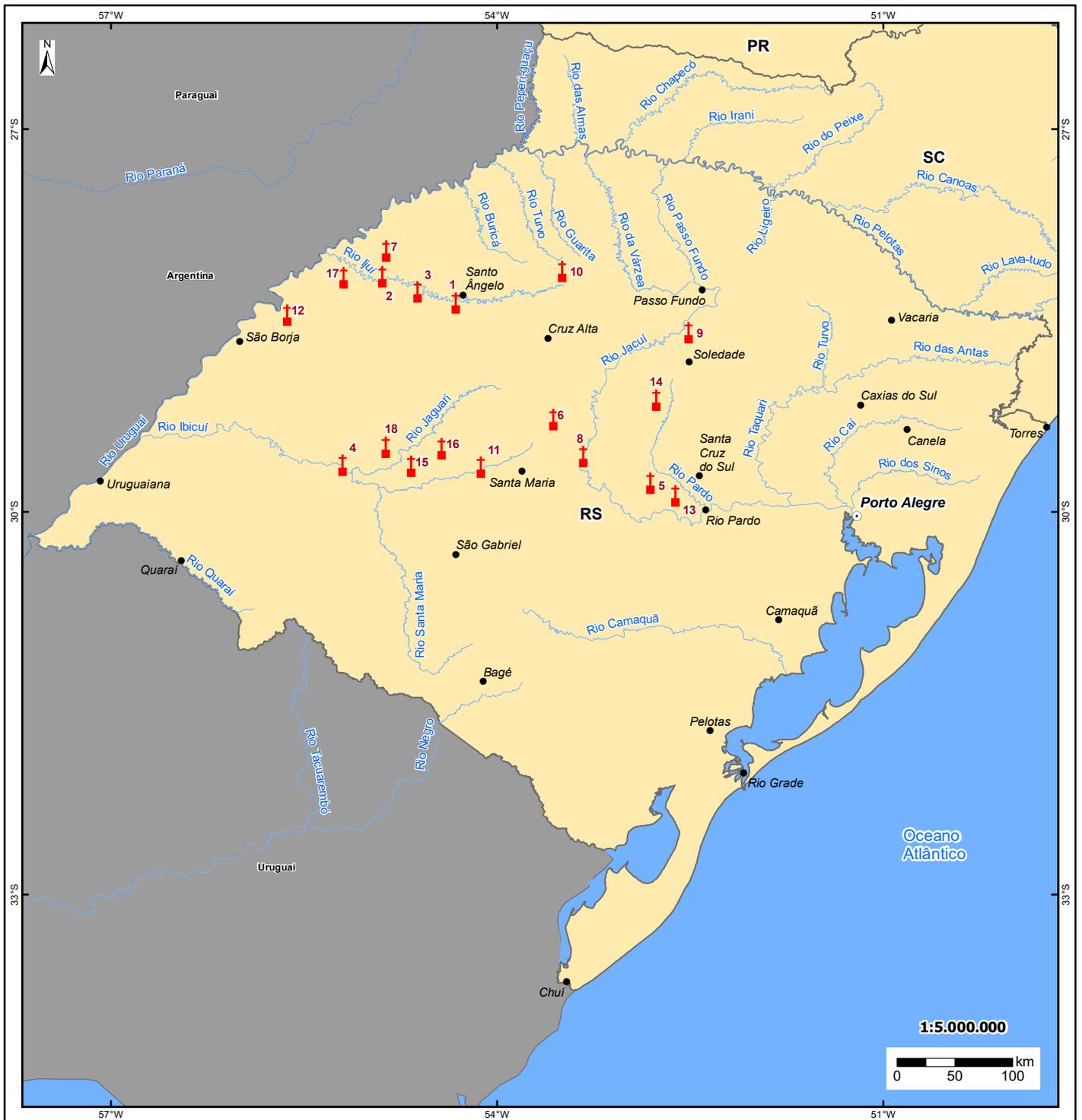


Figura 36 – Mapa da antiga Província Espanhola de Guairá.

Fonte: Adaptado de Ramón Cardozo (1938, p. 12).

No Rio Grande do Sul os padres jesuítas também fundaram uma sequência de reduções no início do século XVII. O primeiro complexo missionário no estado gaúcho ficou conhecido como “Missões do Tape” (Figura 37). Dezoito missões (criadas entre 1626 – 1634) estavam localizadas nas proximidades dos rios Uruguai, Ijuí, Piratini, Taquari e Jacuís. Todas elas foram atacadas e destruídas por pelo menos três bandeirantes paulistas: Fernão Dias Paes, Antônio Raposo Tavares e André Fernandes.

A maior parte dos indígenas que fizeram parte das Missões do Tape eram da família linguística Tupi-Guarani (existem registros de contatos com grupos que falavam línguas distintas). Os jesuítas fizeram uma distribuição territorial muito específica para esses povos, segundo o historiador Aurélio Porto (1954), os padres dividiam o Rio Grande do Sul em três províncias etnográficas: Tape, Uruguai e Ibiaçá. Cada uma dessas províncias era habitada, preferencialmente, por uma “nação” e suas “tribos ou parcialidades”, conforme a classificação exposta na Figura 38.



### Legenda, Fontes e Informações Cartográficas

- † Missões do Tape (séc. XVII):

1 - Apóstolos	6 - Natividade	11 - S. Cosme y S. Damián	16 - São Miguel
2 - Caaçapá-Mini	7 - N. Sra. de la Asunción	12 - São Erminio Xavier	17 - São Nicolas
3 - Caaró	8 - Santa Ana	13 - São Cristóbal	18 - São Tomé
4 - Candelaria	9 - Santa Teresa	14 - São Joaquim	
5 - Jesus Maria	10 - São Carlos	15 - São José	

- Capital estadual
- Sede municipal
- Hidrografia
- Estados com registros do povo Kaingang
- Estados sem registros do povo Kaingang
- Demais países da América do Sul

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: SIRGAS 2000

Capital estadual (IBGE, 2021);  
Hidrografia (IBGE, 2021);  
Limite administrativo (IBGE, 2021);  
Sede municipal (IBGE, 2021);  
Missões do Tape (VICROSKY, 2021).

**Figura 37 – Mapa de localização das antigas Missões do Tape.**

Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em março de 2023.

A classificação dos padres jesuítas usa somente nomes Guarani e apresentar alguns equívocos. Contudo, ela é muito reveladora e separa os povos de acordo com uma classificação muito similar ao padrão linguístico atual. Os Cáagua estariam associados aos Xokleng, os Tape aos Guarani, os Guaicurús do Sul aos Charrua e aos Minuano, os Ibirajara (divididos em nove parcialidades) aos Kaingang (FREITAS, 2005).

GRUPO RACIAL	RAMOS	NAÇÕES	TRIBUS OU PARCIALIDADES	PROVÍNCIA ETNOGRÁFICA
GÊ.....	Autóctone	Caágua	Caaguaras	Província de Ibiçá
	Guaianases (Gualachos ou Coroados)	Ibirajara	Caamoguaras Caatiguaras Cariroiguaras Tebiquariguaras Piraiubiguaras Taiçuapeguaras Iequiguaras Ibianguaras Guaibiguaras	
MBAYA.....	Guaranizados	Tape	Tapes Arachanes Caroguaras Tabacanguaras	Província do Tape.
	Guaicurús do sul	Chaná	Guenoas Chanás Mboanes Iaros Charruas Minuanos	Província do Uruguai.

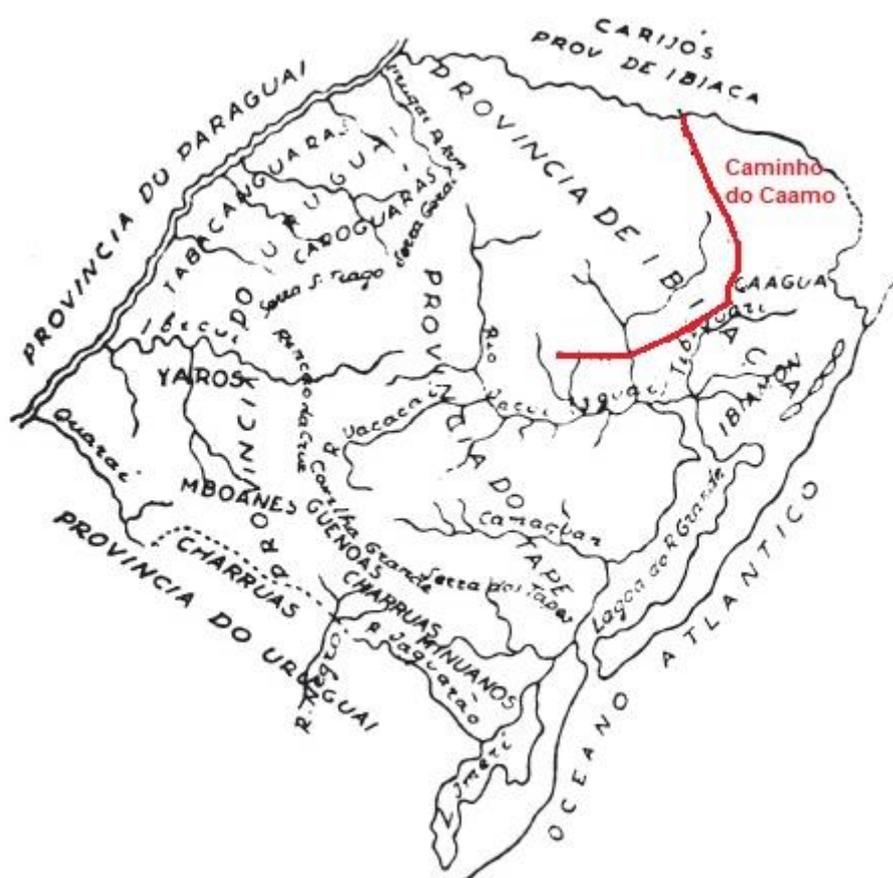
Figura 38 – Povos e províncias etnográficas, segundo os Jesuítas das Missões do Tape.

Fonte: Aurélio Porto (1954, p. 29).

Aurélio Porto (1954) também concluiu que devido aos conflitos nas Missões do Guaíra, os padres passaram a articular formas de evitar uma tragédia semelhante no Tape. Assim, o padre Cristóvão de Mendoza buscou contatar e se aliar aos grupos Caaguá. O receio do padre estava com o povo Ibirajara, que mantinha contatos antigos com os portugueses no litoral e no *Guaibe-renda* (Lago Guaíba) – lembrando do relato de Gabriel Soares de Souza (1851) sobre os Tapuia que negociavam com os portugueses no Sul.

Cristóvão de Mendoza acreditava que os bandeirantes poderiam se aproveitar das alianças de comércio com os Ibirajara para atacar as missões. Provavelmente,

eles usariam o “Caminho do *Caamo*” para atingir as missões de surpresa (ver Figura 39). O *Caamo* era uma antiga rota que atravessava o rio Pelotas e os Campos de Vacaria, permitindo o deslocamento para as nascentes do rio Caí e do rio das Antas, consolidando um acesso rápido para o rio Jacuí e, conseqüentemente, até as missões. A desconfiança dos padres se justificava porque o *Caamo* era muito utilizado pelos Ibirajara para fazer ataques contra os Tape e os Caaguá, que depois de aprisionados, eram vendidos aos portugueses como escravos (FREITAS, 2005).



**Figura 39 – Mapa das Províncias Etnográficas do Rio Grande do Sul, em destaque o Caminho do *Caamo*, antiga rota Ibirajara (Kaingang) que foi utilizada pelos bandeirantes do século XVII para chegar as Missões do Tape.**

Fonte: Adaptado de Aurélio Porto (1954, p. 43).

Após contatar os Caaguá, quando o padre retornava para as Missões do Tape, a comitiva foi surpreendida pelos Ibianguaras, uma parcialidade Ibirajara. O conflito, que ocorreu em abril de 1635, provavelmente, nas margens do rio Piaí, na localidade de Água Azul em Santa Lúcia do Piaí, município de Caxias do Sul. A notícia da morte de Cristóvão de Mendoza enfureceu os grupos indígenas que viviam nas missões. Algumas lideranças recrutaram um grande número de guerreiros para recuperar o corpo do padre e retaliar os Ibirajara. Após um conflito no Ibiá, os indígenas do Tape

conseguiram recuperar o corpo de Cristóvão de Mendoza e também assassinar uma importante liderança religiosa dos Ibirajara (PORTO, 1954).

A violência desses confrontos, registrada nos documentos jesuítas, não pararia no conflito do Ibiá. As lideranças Ibirajara, chamadas pelos padres de “feiticeiros”, reuniram diversas parcialidades para atacar as Missões do Tape. Ana Freitas (2005) destaca que o levantamento histórico de Aurélio Porto não deixa dúvidas que os Ibirajara são os Kaingang e que os “Feiticeiros” eram os *kujà – pay-bâng – pay*. Os Ibirajara mobilizaram todos os guerreiros disponíveis da “Unidade Política-Territorial” que pertenciam. Esse movimento ficou registrado pelos jesuítas como a “Junta dos Feiticeiros”.

Liderados por dois “feiticeiros”, uma “feiticeira” e embalados por “*hieroquiaras*” (dançadores que realizavam o ritual de guerra<sup>62</sup>) os Ibirajara partiram para atacar a Missão de Jesus Maria (ver Figura 37). A Junta dos Feiticeiros se deparou com mais de mil guerreiros Tape na margem direita do rio *Yequimini* (rio Pardinho). Os Tape aproveitam sua posição geográfica privilegiada (o rio Pardinho estava com o nível elevado devido as chuvas) para lançar sua ofensiva vitoriosa contra os Ibirajara. Contudo, pouco tempo depois o receio de Cristóvão de Mendoza se concretizou, o complexo do Tape foi alvo dos bandeirantes, que primeiro invadiram o território Caaguá e depois partiram para as reduções (PORTO, 1954).

De certa forma, essa foi uma vitória dos Ibirajara, que estavam lutando para expulsar os padres dos seus territórios. Para os bandeirantes foi uma aliança extremamente lucrativa. Além de muitos escravos, eles conseguiram traçar uma rota segura através do Caminho do *Caamo*, que mais tarde seria transformada na Rota dos Tropeiros, ligando o Sudeste com o extremo Sul do Império Português.

Os ataques dos bandeirantes às antigas missões do Guairá e do Tape, fizeram os jesuítas migrarem para a margem direita do rio Uruguai. Com o apoio de indígenas Guarani, organizaram forças militares que venceram os bandeirantes paulistas na

---

<sup>62</sup> Analisando os registros sobre a “Junta dos Feiticeiros”, Ana Freitas (2005), conclui que eles realizaram o *Vãnh-génh tu vājé* (ritual de canto e dança de guerra), que ainda está presente na cosmologia Kaingang. Atualmente os dançadores Kaingang realizam o ritual do *Vãnh-génh tu vājé* sempre participam de algum evento importante.

Batalha do *Mbororé* em 1641 (NEUMANN, 2009). Alguns anos mais tarde, os jesuítas organizaram uma nova investida na região e fundaram trinta missões espalhadas pelos atuais territórios do Paraguai, Argentina e Brasil. No Rio Grande do Sul, esse complexo ficou conhecido como “Sete Povos das Missões”, pois apenas sete ficavam na margem esquerda do rio Uruguai, no atual território gaúcho.

A paz das missões jesuíticas seria novamente abalada pelo Tratado de Madri de 1750. Portugal e Espanha articularam um novo acordo territorial. Os lusitanos aceitavam entregar o controle da Colônia de Sacramento e receberam em troca o território dos “Sete Povos das Missões”. Tal evento desencadeou a revolta dos “indígenas missioneiros” contra o acordo dos europeus. Portugueses e espanhóis se uniram para reprimir as reivindicações dos indígenas, dando início às Guerras Guaraníticas, conflitos que alçariam Sepé Tiarajú como um importante símbolo da resistência indígena no Sul do Brasil<sup>63</sup>. Apesar de lutar bravamente, os indígenas não conseguiram evitar a derrota. Em conflitos que se estenderam entre 1753 e 1756, as missões foram destruídas (também pelos indígenas que atearam fogo nos complexos antes da chegada dos inimigos) e os jesuítas expulsos definitivamente do Brasil em 1758, por ordem do Marques de Pombal, encerrando o ciclo de catequese jesuítica. Não obstante, Fidélis Barbosa (1995) destaca que a questão dos novos limites só seria resolvida no início do século XIX, quando os portugueses conseguiram ocupar definitivamente todo o território das antigas missões gaúchas.

Após a destruição das missões do Guairá, do Tape e dos Sete Povos das Missões, a região do Brasil Meridional sofreu uma grande baixa demográfica. Esse fato populacional negativo permitiu que os povos Jê (principalmente os Kaingang) expandissem sua área de ocupação, passando a controlar territórios que antes disputavam com os povos Guarani e com os Xokleng (FRANCISCO, 2013). Ou seja, a desterritorialização Guarani representou um processo de reterritorialização para os Kaingang, que ampliaram sua área de influência no Planalto Meridional.

Como é possível perceber, os contatos realizados até o final do século XVIII, foram marcados por alianças controversas e pela violência. Os padres jesuítas

---

<sup>63</sup> Apesar de levar o nome do povo Guarani, cabe destacar que nessa revolta não contou apenas com guerreiros da matriz Tupi, ver por exemplo: Jean Batista (2009).

estabeleceram relações constantes e “amistosas”, já os bandeirantes usaram os Ibirajara para conseguir atingir seus objetivos no aprisionamento indígena<sup>64</sup>. A região ficou por anos em segundo plano, pois os portugueses estavam concentrados na exploração de pau-brasil e nas *plantations* do Nordeste. Por outro lado, os espanhóis tiveram grande sucesso com as minas de prata no oeste da América e pouco valor atribuíram ao Sul do Brasil.

Nesse contexto, alguns povos foram afetados de forma indireta pela ocupação europeia dos primeiros séculos, como os Kaingang, que não eram o alvo preferencial das bandeiras e entradas. Com a expulsão dos padres jesuítas do Brasil e com o Tratado de Madri (1750), o “isolamento” do Sul aumentou. Mas segundo Maria Curtis (1963), a descoberta de ouro na região central do país, a presença de rebanhos selvagens nos campos do sul (oriundos das antigas missões jesuíticas) e o declínio das minas de prata no oeste da América, criaram as condições para os tropeiros ampliarem o comércio entre o Sul e o Sudeste, acelerando a pressão sobre os territórios Kaingang.

### **3.5 O caminho das tropas em território indígena**

O primeiro grupo oficial (a mando da Coroa Portuguesa) a penetrar as terras do Rio Grande do Sul foi liderado por Francisco de Brito Peixoto em 1721. Além da oferta da patente de guarda-mor, ele recebeu a incumbência de fundar alguns povoados para explorar o gado das missões jesuíticas abandonadas. A condução dessa atividade ficou a cargo dos tropeiros, que controlavam o fluxo de mercadorias e chefiavam grupos armados que capturavam o gado selvagem, combatiam os castelhanos (que reivindicavam o território) e os indígenas que defendiam seus territórios originários (PESAVENTO, 2014).

Os tropeiros possuíam duas rotas preferenciais até o Rio Grande do Sul (ver Figura 40). A primeira delas ficou conhecida como “Caminho do Litoral”, e fazia a conexão entre Santos (SP) e Laguna (SC). Depois eles seguiam pelo “Caminho da Praia”, passando por Araranguá (SC) e Osório (RS), onde poderiam se deslocar para

---

<sup>64</sup> Importante destacar que os jesuítas são responsáveis por diversos ataques a cosmologia dos povos originários, ver por exemplo: Luiz Alberto Grijó *et al.* (2004).

Viamão, buscando as Vacarias das Missões via Rio Pardo, ou seguir viagem até Rio Grande de São Pedro. Desse ponto as comitivas ainda tinham duas opções: avançavam sobre as Vacarias do Sul (também chamadas de Vacarias do Mar), ou continuavam a viagem até Colônia de Sacramento (Uruguai).

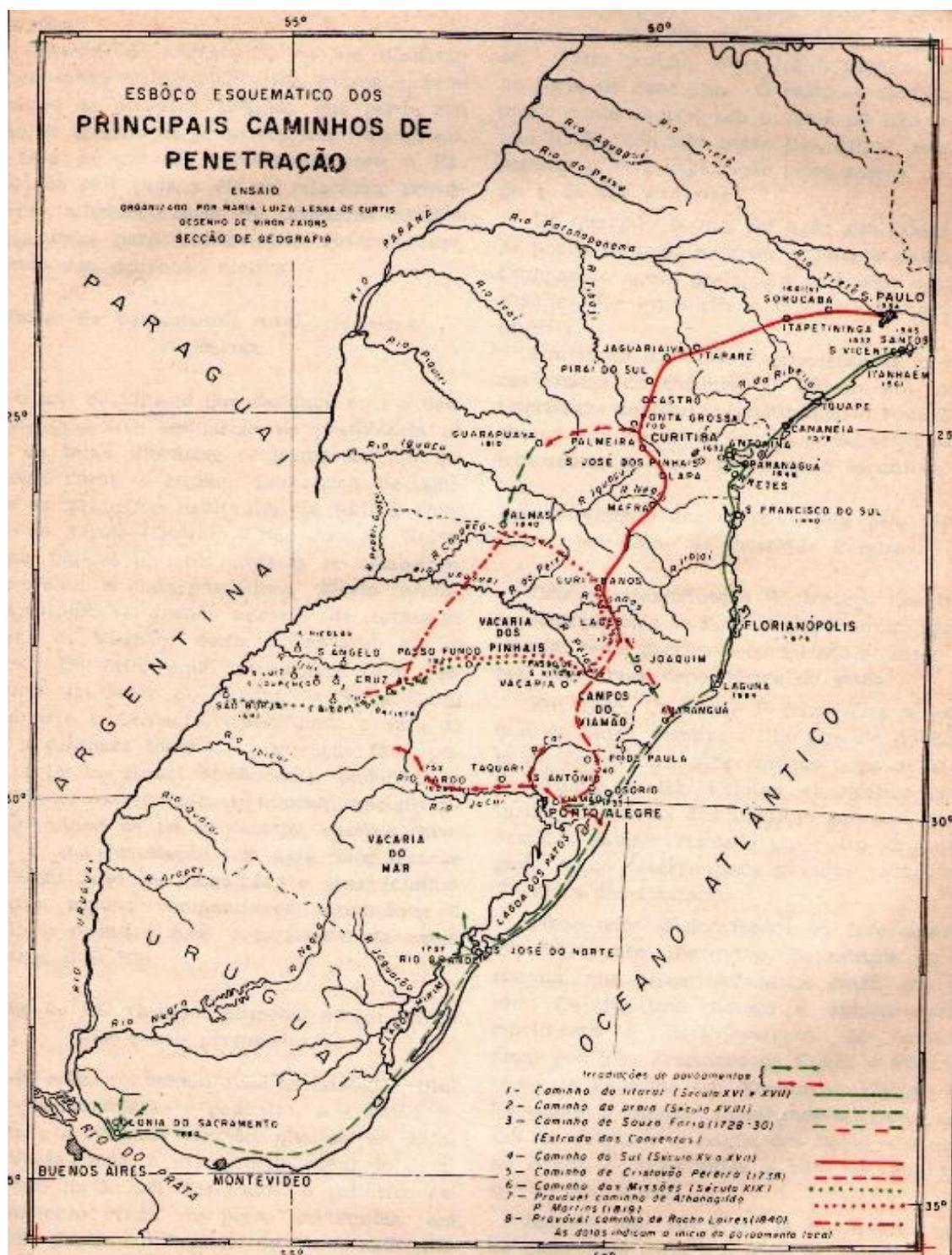


Figura 40 – Principais rotas de penetração dos tropeiros.

Fonte: Maria Curtis (1963, p. 34).

A segunda rota comercial possível estava mais a oeste, iniciando na Freguesia de Sorocaba (SP). Era um caminho que adentrava as áreas de densas florestas e campos de altitude, até atingir as vilas de Curitiba, Curitibaanos e Lages. Esse trajeto ficou conhecido por vários nomes: Caminho do Sul, Caminho dos Tropeiros, Caminho da Mata, Caminho de Viamão, Caminho das Tropas. Era um percurso constituído a partir das antigas bandeiras, que permitia aos tropeiros acessar Araranguá (SC) e seguir pelo Caminho da Praia, ou ainda, se aventurar por uma nova rota aberta por Cristóvão Pereira que, saindo de Lajes (SC), incorporou o antigo Caminho do *Caamo*:

Com a intensificação do tráfego das tropas, os comerciantes de Sorocaba aprimoram sua trajetória, estabelecendo comunicações mais diretas com áreas depositárias do gado.

Em 1738, Cristóvão Pereira abre a estrada que, de Lajes, penetra o Rio Grande do Sul pela região serrana; atravessando o passo de Santa Vitória, no Rio Pelotas, alcançando as pastarias infindáveis das vacarias gaúchas, onde os Jesuítas haviam fundado um outro depósito de gado, como reserva para as suas reduções (as Vacarias dos Pinhais).

Dá-se novo deslocamento do eixo comercial, em detrimento, desta vez a estrada de Araranguá, que progressivamente entra em declínio. Os tropeiros passam a animar com seu movimento a região serrana, de onde desciam por São Francisco de Paula e Santo Antônio da Patrulha em direção ao Viamão e daí buscavam o Guaíba, esgalhando-se: parte expandia-se costeando a Lagoa dos Patos, em direção ao Prata, e outra subia o vale do Guaíba, rumo ao Rio Pardo. (CURTIS, 1963, p. 35).

Segundo Sandra Pesavento (2014), os portugueses perceberam que precisavam ocupar o território sulino (disputado com os espanhóis), dessa forma, passaram a distribuir terras aos tropeiros e aos militares. No sistema de sesmarias do Rio Grande do Sul não era preciso gerar uma capitalização prévia dos lotes, como acontecia no Nordeste açucareiro, pois a moeda de troca estava centrada na proteção das terras da Coroa Portuguesa. A maioria dos lotes concedidos ficavam na faixa litorânea e na região de Vacaria, próximas das rotas comerciais. Grandes estâncias foram constituídas com o objetivo de fazer a população “criar raízes” e expandir a criação de gado. O estancieiro contava com a mão-de-obra dos “soldados subalternos”, que tropeavam o gado, combatiam os espanhóis e os indígenas que tentavam interceptar as comitivas.

Mesmo com alguns incentivos o povoamento seguiu um ritmo lento, até que a guerra no continente Europeu mudou a colonização no Sul do Brasil. As Guerras Napoleônicas reacenderam os conflitos entre Portugal e Espanha, que voltaram a disputar a região das missões. Após o Tratado de Santo Idelfonso em 1777, esse

território estava submetido ao Vice-Rei de Buenos Aires, uma região que enfrentava o abandono dos espanhóis. Sendo assim, não demorou muito para que as forças portuguesas ocupassem a área da margem esquerda do rio Uruguai. Os vencedores se apossaram das melhores terras. De São Paulo, Curitiba e Lages migraram tropeiros, contrabandistas, militares e aventureiros, que passaram a povoar toda a antiga região missioneira (BARBOSA, 1995):

A incorporação do território missioneiro significou, a seu modo, uma “marcha para o oeste”, na medida em que ampliou significativamente os territórios portugueses, além de acrescentar cerca de quatorze mil índios à população do Continente do Rio Grande, que, conforme o censo de 1802, era de pouco mais de 36 mil pessoas. Esses números dão uma ideia do impacto demográfico dessa incorporação e confirmam a importância do substrato missioneiro na formação social do Rio Grande do Sul. (KUHN, 2004, p. 40).

No entorno da sede das fazendas, dos fortes militares e das capelas cristãs, surgiram os núcleos dos primeiros municípios. Os grandes estancieiros, aos moldes dos antigos feudos da Europa, agrupavam no seu entorno todos aqueles que poderiam ser úteis em algum momento: parentes, amigos, aventureiros, indígenas e escravos. A organização social dos espaços ocupados era baseada na estância, na igreja e na milícia armada, que estava sempre pronta para servir o estancieiro/militar contra as invasões dos castelhanos e/ou contra os ataques dos povos originários (BARBOSA, 1995).

Assim, o território formal do Rio Grande do Sul foi gradativamente ocupado. Ao longo do litoral, nas margens do Jacuí e na campanha gaúcha, existiam muitas propriedades legalizadas pela Coroa Portuguesa. O Planalto Meridional era praticamente o único espaço arredo para o colonizador, apesar de constituir algumas fazendas e abrir caminhos/rotas pela mata, eram os povos originários que controlavam o território. Mas o Planalto sofreria a investida luso-portuguesa longo nos primeiros anos do século XIX. Essa ocupação ostensiva foi motivada, principalmente, pela chegada da Família Real Portuguesa as terras da Colônia.

### **3.6 A Guerra Justa contra os povos originários**

A guerra na Europa fez a cidade do Rio de Janeiro se transformar na sede do Império Português em 1808. Para contestar o apoio espanhol a Napoleão o Governo investiu contra as colônias vizinhas, o que fez aumentar o prestígio e o poder dos

estancieiros sulinos. Além disso, para consolidar o controle na fronteira a corte articulava medidas para povoar o interior do continente. Mas a colonização esbarrava na resistência indígena que não fazia distinção entre portugueses ou espanhóis. Nesse contexto, Dom João VI editou as Cartas Régias para promover a “Guerra Justa” contra os “selvagens” que impediam a abertura de picadas, a criação de novas vilas e a formação de fazendas no interior.

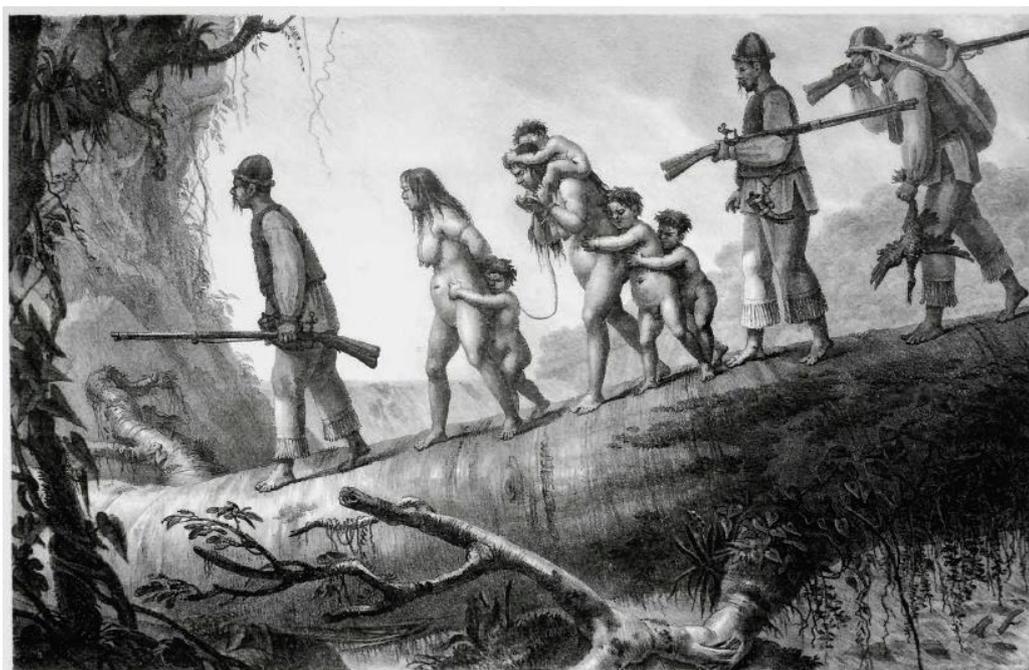
Esses atos políticos/administrativos oficializaram uma prática social voltada para o extermínio das populações avessas a catequização e a “assimilação”. Os povos originários passaram a ser encarados como os principais obstáculos para o desenvolvimento da Colônia. Por esse motivo, precisavam ser civilizados ou exterminados. Entre os documentos que formalizaram a Guerra Justa de Dom João VI é possível citar:

- Cartas régias de 5 de novembro de 1808 e de 1º de abril de 1809, que determinava a guerra contra os Jê Meridionais;
- Cartas régias de 13 de maio, 24 de agosto de 1808 e 2 de dezembro de 1808, que mandava fazer a guerra contra os Botocudos da Capitania de Minas Gerais;
- Carta régia de 05 de setembro de 1811, que mobilizava forças nas Capitanias de Goyaz e Pará contra os Canajá, Apinagé, Chavante, Cherente e Canoeiro;
- Carta Régia de 24 de março de 1819, que ordenava a civilização dos Kayapó que viviam na Capitania de São Paulo.

A campanha contra os povos originários não ficou apenas em torno do poder central, as províncias também editaram atos administrativos para garantir o processo de colonização. No caso do Rio Grande do Sul, o Governo local propôs a Portaria de 25 de maio de 1825, que buscava providências para a catequese e a civilização dos indígenas selvagens do Planalto Meridional e dos campos sulinos (LAROQUE, 2000).

Na prática, as Cartas Régias e os atos provinciais apenas regularizavam uma atividade comum por todo o território colonial. Aproveitando o ímpeto das autoridades, muitos dos antigos bandeirantes se especializaram em “limpar o território português dos selvagens”. Assim surgiram os “bugreiros”, que estavam sempre prontos a servir

ao Governo, ou a qualquer um que pudesse pagar por seus serviços. Jean-Baptiste Debret, que estava no Brasil a serviço de Dom João VI<sup>65</sup>, fez registros desse momento emblemático da nossa história. Na Figura 41, uma das tantas telas do artista, é possível visualizar o aprisionamento de um grupo “Guayana” na “Province de Saint Paul, Comarca de Coritiba”. Na tela os “bugreiros” estão escoltando apenas crianças e mulheres, provavelmente porque os homens adultos haviam padecido durante os combates.



**Figura 41 – Família de indígenas Guayana capturada na “Comarca de Coritiba”.**  
Fonte: Jean-Baptiste Debret (1834, p. 81).

Jean Debret (1834) destaca que a guerra contra os indígenas era uma fonte de renda para muitas pessoas. As vilas de “Itapéva” e “Carros”, por exemplo, eram formadas por “famílias de caçadores de índios” que recebiam do Governo “provisões de guerra”. Essas famílias são retratadas como “indígenas civilizados”, pois:

---

<sup>65</sup> Marta Amoroso (2014) destaca que a chegada da Família Real ao Brasil promoveu uma nova onda de “expedições naturalistas”. A Fazenda da Mandioca, localizada na Serra da Estrela no Rio de Janeiro, foi o local de encontro e negociação da maioria das expedições do século XIX. Os pesquisadores autorizados coletavam informações sobre a geografia física, a flora e a fauna, além de dados sobre as populações originárias. Jean-Baptiste Debret chegou ao Brasil em 1816 a convite de D. João VI, que pretendia montar no país uma “Academia de Belas Artes” no Rio de Janeiro. O pesquisador francês passou quinze anos no Brasil (1816-1830) e, durante esse período, coletou diversas informações e retratou importantes situações que aconteceram no período colonial e imperial do país.

“anteriormente selvagens, eles são mais aptos do que os europeus para empregar os truques necessários para esse tipo de expedições” (DEBRET, 1834, p. 80)<sup>66</sup>.

Após uma temporada caçando grupos que perturbavam os colonos, os bugreiros voltavam para suas casas apenas quando acabavam os mantimentos. Nesses intervalos forçados, aproveitavam para cultivar suas roças e oferecer seus serviços aos “viajantes e exploradores”. Essa massa de “gente da terra” (retratada na Figura 42), ficou durante quase dois séculos a disposição do Governo e dos colonos que ocupavam o território dos povos originários.



**Figura 42 – Grupo de “selvagens civilizados” de Mogi das Cruzes fazendo a “Guerra Justa” contra os Botocudos.**

Fonte: Jean-Baptiste Debret (1834, p. 84).

Os confrontos com os indígenas na rota dos tropeiros se tornaram um problema para o Governo que resolveu ordenar o ataque. Na Carta Régia de 5 de novembro de 1808, Dom João VI reclama que além das fazendas e dos comerciantes, os indígenas chegaram a atacar o “Registro<sup>67</sup> que esta em cima da Serra no caminho que vai da Villa das Lages para Santa Catharina” (BRASIL, 1808). Praticamente no mesmo tom, na Carta Régia de 1º de abril de 1809, o Governo determinava o povoamento dos

---

<sup>66</sup> Tradução livre do texto original: “Naguère sauvages eux-mêmes, ils sont plus aptes que les Européens à employer les ruses nécessaires à ces sortes d’expéditions” (DEBRET, 1834, p. 80).

<sup>67</sup> Registros eram locais estratégicos para cobrança de impostos no período colonial do Brasil.

Campos de Guarapuava, das cabeceiras do rio Uruguai e da região das Missões. O Imperador também ordenava que deveriam ser poupados os indígenas que aceitassem a “civilização”, desta forma, eles poderiam ser incorporados ao sistema produtivo.

A Coroa Portuguesa sabia que não teria quantitativos suficientes para povoar as áreas “desabitadas” do interior e, com receio de perder o território para os espanhóis, objetivava usar alguns indígenas, aqueles que não “offendem os meus Vassallos”, como mão-de-obra barata para os futuros povoadores. As Cartas Régias também ordenavam que as tropas contassem com sacerdotes, que poderiam “catequisar, batizar e instruir” as populações subjugadas. Também estava previsto o trabalho dos engenheiros que poderiam promover as medições das sesmarias:

Sou servido ordenar-vos que prescreveis no meu real nome, ao Commandante que segundo vossa proposta tive por bem nomear para dirigir esta expedição que nos primeiros encontros que tiver com os bugres, ou outros quaesquer indios faça toda a diligencia para aprisionar alguns, os quaes tratará bem, e vestirá de camisas e outro vestuario, e fazendo-lhes persuadir pelos linguas que se lhes não quer fazer mal, e antes se deseja viver em paz com elles e defendel-os de seus inimigos, que então os largue e deixe ir livres para que vão dizer isso mesmo aos indios da sua especie com quem vivem, que dando-se o caso de encontrar os seus arranchamentos não lhes deite fogo nem faça violencia ás mulheres e crianças que nos mesmos se acharem antes lhes dêem camisas, e façam persuadir pelos linguas que nenhum mal se hade fazer ao indio pacifico habitador do mesmo territorio (BRASIL, 1809).

Esse movimento foi decisivo para o povo Kaingang que passou a ser um dos principais alvos do Governo. A ofensiva começaria pelos Campos de Guarapuava, que eram cobiçados há muitos anos e só não haviam sido ocupados devido à resistência indígena. Na expedição do tenente-coronel Afonso Botelho (em janeiro de 1772) os relatos apontam que a comitiva foi atacada por um grupo com mais de 450 Kaingang. No ano seguinte, o Capitão Paulo Chaves penetrou a região até as margens do rio Jordão, local do ataque contra Afonso Botelho. Seguindo cada vez mais a oeste, o grupo se deparou com uma aldeia abandonada que poderia abrigar elevado número de pessoas. Entre 1768 a 1774, foram pelo menos 11 expedições que não conseguiram dominar os Campos de Guarapuava. Então, depois de garantir seus territórios, os Kaingang passaram a atacar a “Freguesia de Nossa senhora da Esperança de Capivaraçu”, base das expedições de Afonso Botelho. Sabendo dos acontecimentos passados, as ordens de Dom João VI eram enfáticas, o Governo

precisava ocupar as terras “infestadas por índios” que barravam a civilização. Era o início do processo que Darcy Ribeiro chamou de “Fronteiras da Expansão Pastoral” (MOTA, 2008).

As ordens de Dom João VI foram cumpridas em 1810. O Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal (que fez parte das expedições malsucedidas de Afonso Botelho) atingiu os “Campos de Guarapuava” com um contingente de 300 pessoas (cerca de 200 soldados), no local instituiu o povoado de Atalaia. Alguns dias depois da ocupação a comitiva entrou em contato de forma pacífica com um pequeno grupo Kaingang. Dois meses depois, um contingente maior atacou o acampamento do Atalaia para defender o território de *Coran-bang-rê*<sup>68</sup>.

Apesar do ataque a comitiva portuguesa conseguiu se estabelecer nos almejados campos. Mas os Kaingang constantemente tentaram expulsar os colonizadores. No entreposto militar, o Tenente-coronel Diogo Pinto deixou no comando da guarnição o Tenente Francisco Ferreira da Rocha Loures, que também teve um papel fundamental na ocupação dos territórios Kaingang no Norte do Rio Grande do Sul. Os Kaingang perceberam o tamanho da ofensiva e chegaram a reunir cerca de quatro importantes lideranças no local e mais de dois mil guerreiros. Mesmo assim, apesar dos diversos confrontos, em menos de 20 anos os Campos de Guarapuava estavam todos ocupados por novas sesmarias destinadas a criação de bovinos (MOTA, 2008).

Os Campos de Guarapuava (e todos os outros que foram invadidos) passaram a ter um novo valor para a Coroa Portuguesa. Os campos eram ambicionados como locais para a expansão da pecuária, um espaço que durante anos foi visto apenas como fonte de mão-de-obra escrava, passou a ter um novo valor para o projeto colonizador. Segundo Milton Santos (2012a), os lugares definem as técnicas. Os campos ocupados pelos luso-brasileiros entraram na lógica comercial do Império Luso-brasileiro, gerando excedentes que eram comercializados nos principais centros do país. Um novo sistema de objetos e ações foi instalado, os atores no controle do

---

<sup>68</sup> Segundo Telêmaco Borba: “Aos Campos de Guarapuava chamam os Kaingangues, *Côran-bang-rê*: *Coran*, dia, ou claro, *bang*, Grande, *Rê*, campo: Campo do Claro Grande, ou Clareira Grande” (BORBA, 1908, p. 118). Já Guarapuava, segundo Lúcio Mota (2008), advém do Guarani: Aguará, nome do Lobo, *Canisjubatus*.

Governo atribuíram as funções de cada parte do território, criando um centro de controle e poder (a Corte no Rio de Janeiro) e as áreas periféricas (que deveriam produzir mercadorias básicas para sustentar o processo como um todo):

Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articulada com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto é, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder. Em terceiro lugar, e como consequência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais. (QUIJANO, 2005a, p. 118).

Segundo Milton Santos (2012a), o reconhecimento dos objetos no espaço permite o reconhecimento das relações existentes entre os lugares. É nesse contexto que a apropriação dos campos do Planalto Meridional se tornou uma prática espacial fundamental, pois sem o domínio desses territórios, seria impossível sustentar a exploração das minas de ouro no centro do país. Além disso, o projeto colonizador não previa apenas uma divisão espacial, também visava uma divisão social em classes (divisão social do trabalho), por isso o desejo de absorver parte da população indígena, transformando os “assimilados” em trabalhadores rurais pobres.

Antônio Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa (1984) destacam que o processo social sobre o espaço vai se efetivar com a atuação do Estado, que banca o projeto colonialista. Não é apenas a efetivação de uma ocupação territorial, o Estado também impõe uma prática espacial:

A colonização possui, assim, grande poder de influência na dinâmica da sociedade que a engendra, já que, através dela, novos recursos são drenados ao circuito econômico mais geral. A ampliação do espaço afetado pelo circuito da produção não implica apenas a anexação de terras e a drenagem dos recursos, mas, igualmente, na dilatação do espaço produzido. Os objetivos da colonização (povoamento ou exploração, por exemplo)

materializam-se sob a forma de desenhos espaciais diferenciados. A própria alocação de meios de produção no novo espaço orienta-se por tais objetivos. Toda sociedade que esteja engendrando esta ou aquela forma de colonização estará, ao mesmo tempo, valorizando os espaços originais de seu desenvolvimento (os que contêm trabalho acumulado) e os novos espaços, em que se vê na contingência de transformar uma primeira natureza ou de recuperar e modificar as heranças espaciais porventura existentes. A colonização manifesta, assim, aquilo que poderíamos chamar de um movimento de valorização extensiva do espaço. (MORAES; COSTA, 1984, p. 139-140).

Após a ocupação dos Campos de Guarapuava<sup>69</sup> era necessário atrair alguns grupos que poderiam ser “civilizados” (assim como estava ordenado nas Cartas Régias). Além de trazer novas almas para a “luz do senhor”, a Coroa Portuguesa sabia que precisava conhecer o espaço geográfico para conseguir impor sua própria dinâmica territorial. Para Milton Santos (2012a) a configuração territorial é dada segundo os elementos naturais existentes, os acréscimos da sociedade e as relações sociais estabelecidas. A configuração territorial não é o espaço, sua realidade é dada pela materialidade e pela vida que se anima: “tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 2012a, p. 62).

Algumas lideranças indígenas perceberam que poderiam tirar vantagens dessa situação. Logo, alguns grupos começaram a se aproximar dos portugueses e passaram a indicar a localização dos rivais. A força militar portuguesa em Guarapuava formou uma barreira praticamente invencível (com soldados armados e entrincheirados) e, com as informações dos “indígenas civilizados”, passou a fazer ataques cada vez mais efetivos, uma vez que não saíam mais às cegas e ficavam menos expostos às emboscadas.

Esse movimento marcou uma nova fase para o povo Kaingang, que logo percebeu a estratégia do Governo, pois aos poucos perderam a vantagem espacial que dispunham. Uma nova estratégia foi organizada e os ataques passaram a focar também naqueles que faziam o trabalho de informantes:

Desde o início da formação desse aldeamento, muitos caciques, ali sediados, serviram de guias a soldados e fazendeiros para localizar os índios avessos

---

<sup>69</sup> Importante destacar que apesar do avanço e da consolidação da colonização nos Campos de Guarapuava, a resistência seguiu por muitos anos em todos os territórios Kaingang invadidos, como atesta Lúcio Mota (2008).

à integração. A morte do índio Jacinto Doiangre e de sua mulher em Atalaia, em 21 de novembro de 1822, segundo o padre Chagas, deveu-se à perseguição que este fazia aos índios não-aldeados. Jacinto foi morto a porretadas enquanto dormia conforme relatos colhidos pelo padre Chagas junto aos índios não-aldeados. (...).

Da mesma forma foi morto o cacique Luiz Tigre Gacon, que provavelmente continuava a indicar seus aldeamentos aos nacionais e a perseguí-los.

O ataque ao aldeamento de Atalaia, em 1825, tinha um objetivo claro: matar o cacique Luis Tigre Gacon. Como anteriormente tinham feito com o seu antecessor, o cacique Pahy, morto em 1819, quando perseguia índios não-aldeados para vendê-los como escravos, e o mesmo aconteceu com o índio Doiangre, morto em 1822 (MOTA, 2008, p. 156 - 157).

O entreposto em Guarapuava tornou-se o ponto de partida para encurtar a distância entre a Freguesia de São Paulo e a região das missões no Rio Grande do Sul. Segundo Lúcio Mota (2008), os portugueses fizeram investidas para atingir as missões via os Campos de Palmas (*Kreie-bang-rê*<sup>70</sup>). Contudo, vários dos guias não eram “confiáveis”, como *longong* (um Kaingang detido no forte do Atalaia) que ao retornar de uma missão de reconhecimento com sete guardas fez o grupo seguir por um caminho alternativo. Esse foi o último relato que se teve da comitiva de exploração, nem mesmo os corpos foram encontrados. Tal fato mostra que o povo Kaingang estava organizado na defesa dos seus territórios, fazendo o possível para expulsar as forças do Governo.

Segundo Alessandro Batistella (2014), o avanço militar permitiu aos tropeiros traçar uma rota alternativa para as missões em 1816. O Alferes da Cavalaria de Curitiba Atanagildo Pinto Martins, apesar de não seguir pelo trajeto idealizado (mais a oeste), conseguiu formalizar um caminho mais curto e desbravar novas áreas campestres nos territórios Kaingang. A comitiva saiu da vila do Atalaia e passou pelos Campos de Palmas, no caminho os guias indígenas tomaram outro sentido e o grupo aportou em Curitiba. Na metade dessa jornada chegaram aos inéditos “Campos Novos” em Santa Catarina. De Curitiba seguiram até Lajes (usando a rota do Caminho do Sul), e deste ponto não seguiram até Viamão como de costume, mas atravessaram o rio Pelotas para alcançar “Mato Castelhana”, “Campo do Meio” e “Mato Português”, região que estava nos limites territoriais de importantes *pay-bang*

---

<sup>70</sup> Segundo Telêmaco Borba: “Aos Campos de Palmas chamam, os Kainganges *Creic-bang-rê*: *Crêie* pilão, *Bang*, Grande, *Rê*, Campo: Campo do Pilão Grande: dizem que lhe pozeram este nome porque ali tinha um grande pilão, ou talvez um monjolo, feito por um índio chamado – Nharaburo, Broto de milho” (BORBA, 1908, p. 118).

Kaingang do Rio Grande do Sul. Seguindo cada vez mais a oeste, finalmente chegaram em Cruz Alta e São Borja, completando o novo “Caminho das Missões”:

Oficializada, a estrada das Missões promoveu o abandono do Caminho de Viamão, do qual, desde os finais da década de 1780, os tropeiros vinham fazendo sucessivas e repetidas queixas, considerando as dificuldades que tinham para transpor a Serra Geral. De fato, a subida da serra era difícil, já que se necessitava vencer arroios, barrancos, elevações, pântanos. Ademais, nesse percurso era comum os animais se afogarem ou desbarrancarem das alturas.

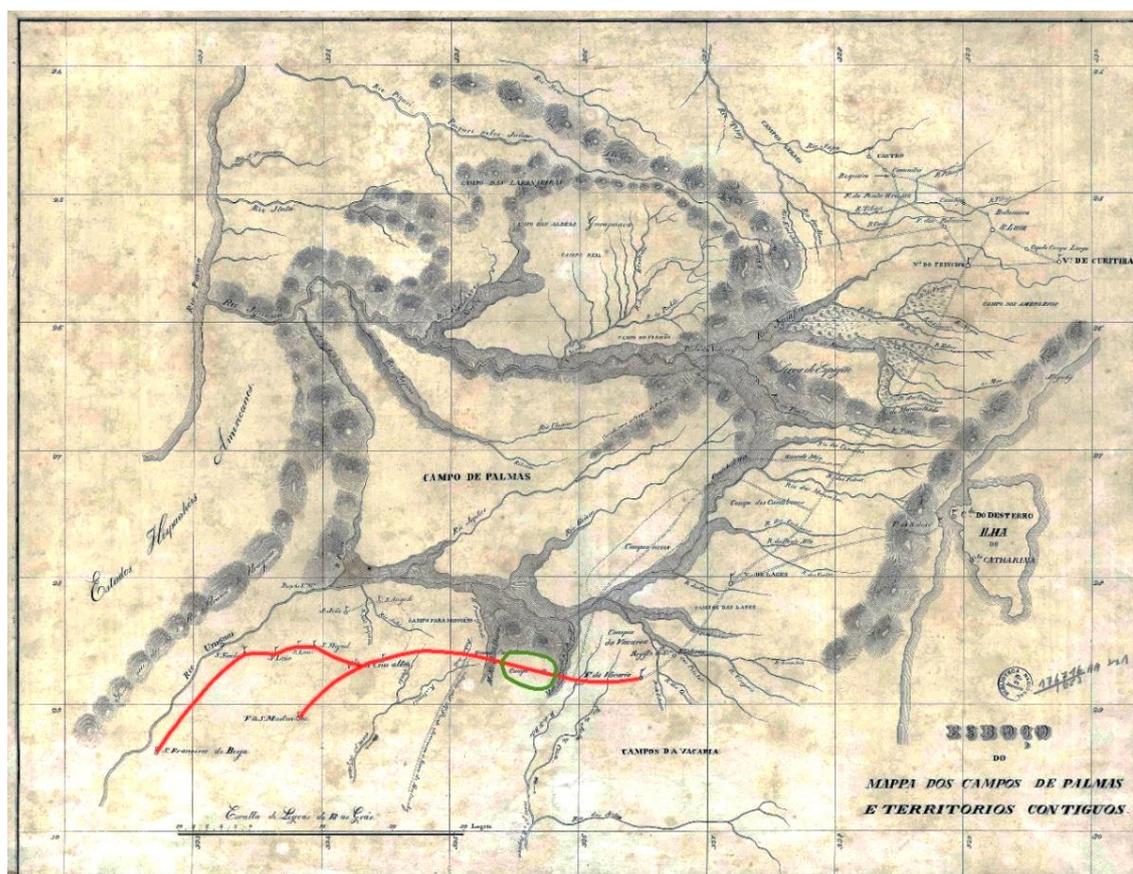
Entretanto, o novo caminho também possuía trechos de difícil trânsito. Por exemplo, entre os atuais municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha ficava um dos trechos mais perigosos: a travessia do Mato Castelhana, Campo do Meio e Mato Português, região habitada pelos índios kainkangs. (BATISTELLA, 2014, p. 236).

Fidélis Barbosa (1995) destaca que o “Caminho das Missões” já era conhecido muito antes pelos padres jesuítas. Guiados por indígenas, os padres usavam a estrada para atingir os Campos de Vacaria, onde criaram uma reserva de gado para as Missões do Tape, a “Vacaria dos Pinhais”. Cabe ainda destacar que os nomes “Mato Castelhana”, “Mato Português” e “Campo do Meio”, foram todos atribuídos pelos jesuítas. Por essa razão, esse “novo trajeto” para as missões estava assinalado em diversos mapas do período, como na obra de Tito Alves de Brito (1843), disponível na Figura 43. Essa era uma rota utilizada por colonos e tropeiros antes mesmo da oficialização:

Em 1641, passava por esta estrada a bandeira de Jerônimo de Barros. No ano de 1819, João de Barros, abastado tropeiro paulista, abriu novo pique no Mato Castelhana, por terrenos mais favoráveis e encurtando distâncias. Mas a passagem dos dois matos, situados entre os atuais municípios de Lagoa Vermelha e Passo Fundo, era extremamente perigosa para os tropeiros, em virtude da hostilidade do gentio, que assaltava as caravanas. Em abril de 1835, por exemplo, os índios coroados, no Mato Português, exterminaram a caravana do tropeiro paulista Domiciano de Mascarenhas Camelo, composta de 14 pessoas, salvando-se apenas ele e um filhinho de dois anos, gravemente ferido. (BARBOSA, 1995, p. 40).

A materialização dos Caminhos das Missões permitiu a abertura de novas sesmarias. O próprio Atanagildo Pinto Martins, na década de 1820, se estabeleceu com seus parentes na região de Cruz Alta. A fazenda de pelo menos 16 mil hectares, no atual município de Santa Barbara do Sul, fazia divisa com a fazenda de seu irmão, Rodrigo Félix Martins, nos campos de Pinheiro Marcado, atual município de Carazinho. Com o passar dos anos o “desbravador” foi obtendo novas patentes militares, até chegar ao posto de Major. Quando a vila de Cruz Alta foi alçada a município, ele ocupou cargos importantes e foi vereador em diferentes oportunidades,

até pelo menos 1844 (CRISTINA DOS SANTOS, 2011). Ou seja, ao prestar serviços à Coroa Portuguesa e, posteriormente, ao Império Brasileiro, o tropeiro teve todas as condições de ocupar uma vasta área de terras. Ainda teve a oportunidade de compor a máquina administrativa que controlava a região e que tentava expulsar os Kaingang de seus territórios.



**Figura 43 – Em destaque o Caminho das Missões (em vermelho) aberto no século XIX e o Campo do Meio (em verde).**

Fonte: Adaptado de Tito Alves de Brito (1843).

Todavia, apesar da consolidação da nova rota dos tropeiros, a maior parte do Planalto Meridional ainda era território controlado pelos indígenas. As obras intituladas “Mappa Corographico da Provincia de São Pedro”, com referência a demarcação de limites de 1777<sup>71</sup>; e a carta “Stampa do theatro da Guerra na Provincia do Rio de

<sup>71</sup> O mapa está disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart514619/cart514619.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514619/cart514619.html). Acesso em 16 de março de 2022.

Grande de S. Pedro do Sul” de 1839<sup>72</sup>, apontavam algumas vilas constituídas em pontos estratégicos. Na região das missões, o povoamento se concentrava na bacia hidrográfica do rio Ijuí e não avançava muito além das nascentes dos rios tributários. A Guerra Guaranítica havia destruído os complexos dos jesuítas, deixando uma população adaptada à vida campeira e ao extrativismo dos gigantescos ervais naturais. A erva mate era uma das principais fontes de renda dos Sete Povos das Missões e, junto com a pecuária, passou a sustentar uma população “missioneira”.

O rio Jacuí representava a fronteira Sul entre os “Bosques dos Selvagens” e a “civilização europeia”. Nas proximidades de suas margens estavam as futuras cidades de Porto Alegre, Rio Pardo e Taquari. No início da rota de Viamão até Lages, após transpor o rio do Sinos, eram apenas duas vilas marcadas nos mapas: “São Francisco de Paula de Cima da Serra” e “Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria”. A maior parte do Norte estava representada por símbolos de densas florestas, com toponímias do tipo: “Bosques Montanhosos do Rio Uruguai” ou “Bosques Inexplorados do Alto Uruguai”. Segundo Aline Francisco (2013), era de conhecimento de todos na Província de São Pedro que as matas da Serra Geral e do Vale do Rio Uruguai estavam densamente povoadas por indígenas “ferozes”, que não falavam o Tupi e combatiam todos que se aproximavam dos seus territórios.

Mesmo com a resistência dos povos originários o fluxo nas rotas comerciais do Sul-Sudeste aumentou de forma significativa. As frentes de expansão avançaram para novas áreas potencialmente produtivas na Comarca de Curitiba, principalmente, para os Campos de Palmas. Nesses espaços os colonos enfrentaram a resistência de grupos Kaingang que antes viviam em Guarapuava e de novos grupos que passaram a defender seus territórios. Como o lendário *pay-bang* Victorio *Condá*, que no futuro passaria a colaborar com o Governo e seria uma peça importante para a ocupação da bacia hidrográfica do rio Uruguai:

*Na época da divisão dos campos de Palmas, ocorreram várias expedições de reconhecimento e por informações dos índios por ali se descobriram mais outros campos e faxinaes. Graças aos índios convertidos, os brancos tomavam conhecimento dos territórios ocupados pelos Kaingang resistentes. Pouco a pouco seus refúgios, seus campos de caça e de coleta de pinhões*

---

<sup>72</sup> O mapa está disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart259202/cart259202.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart259202/cart259202.jpg). Acesso em 08 de março de 2022.

foram sendo revelados e ocupados. Progressivamente seus espaços diminuía, assim como suas possibilidades de viver. Daí sua reação violenta, principalmente contra os grupos indígenas que tinham outras estratégias de sobrevivência diante do avanço da frente pastoril nos interflúvios dos rios Iguazu e Uruguai. (MOTA, 2008, p. 166).

No Rio Grande do Sul, o charque gaúcho estava valorizado na região Sudeste, proporcionando riqueza e poder aos estancieiros. Na tentativa de aumentar as áreas produtivas, as frentes de expansão seguiram para as áreas “inexploradas” do Planalto Meridional e para os Campos de Cima da Serra. Em “Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria” novas estâncias eram constituídas para além da rota dos tropeiros. Na região missioneira, o avanço se dava em direção às cabeceiras do rio Uruguai e seus tributários. Importante lembrar que os Kaingang que viviam no atual estado gaúcho tinham relações antigas com os luso-brasileiros, comercializavam com bandeirantes e depois com os tropeiros, ao mesmo tempo que defendiam seus territórios daqueles que buscavam fixar moradia. Segundo Fábio Kuhn (2004), os primeiros relatos de ataques às propriedades são de 1779 e, devido a força da resistência indígena, muitos fazendeiros abandonaram a região do Planalto Meridional.

Para garantir a ocupação os estancieiros se organizavam em grupos armados, que caçavam e revidavam os ataques dos indígenas. O novo Governo, instituído com o processo de Independência em 1822, logo percebeu que precisava mudar a dinâmica de povoamento dos “espaços vazios” do Sul do Brasil. Era preciso ocupar o Planalto Meridional com uma população adaptada ao sistema produtivo da época. Uma população que estivesse comprometida com a geração de excedentes e que poderia comercializar com os centros provinciais.

É nesse contexto que uma nova onda de imigração europeia será inserida nos territórios dos povos Jê Meridionais. As investidas do Governo avançariam por praticamente todos os territórios, inclusive contra “Bosques Inexplorados do Alto Uruguai”, onde seriam criados os aldeamentos e os grupos militares que tinham a função de “limpar” as matas e atrair populações indígenas para a civilização. Ao mesmo tempo, com o processo de Independência e a influência de pensamentos liberais, os grandes centros de poder passaram a debater a “Guerra Justa” de Dom João VI. Entretanto, o pensamento civilizatório ainda seguirá predominante no Império do Brasil, bem como a constituição de novas leis que visavam regularizar a ocupação.

### 3.7 A “nova” política indígena do Império do Brasil

O genocídio das populações originárias foi pauta de discussões no período que antecedeu a Independência do Brasil. Na Assembleia Constituinte de 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva propôs inserir o tema à Comissão de Colonização e Catequização. A tentativa foi frustrada (o texto constitucional de 1824 ignorou os povos originários) e os debates do período levaram a supressão da expressão “nações indígenas” dos documentos oficiais. Desse momento em diante os atos administrativos passaram a usar, principalmente, termos como “índio” e/ou “primeiros brasileiros” (LAROQUE, 2000):

A negação da soberania não deve surpreender: no Brasil, o Estado precedeu a nação. Todos os estadistas, desde a Independência colocaram o problema da construção desta nação. Fizeram-no, no entanto, a partir das premissas da Revolução Francesa: a cada Estado devia corresponder uma única nação. A soberania das nações anteriores passa a ser escamoteada. Não se admite, nesse início do século XIX, que os índios possam constituir sequer sociedades dignas desse nome. (CUNHA, 2018b, p. 289).

Apesar do tema indígena não compor a Constituição de 1823, a prática social da “Guerra Justa” passou a ser muito criticada. Até que a Lei de 27 de outubro de 1831 revogou todas as Cartas Régias que mandavam fazer guerra e colocar em servidão os povos originários. Essa mesma lei determinou que os “Juizes de Orphãos” deveriam prestar ajuda aos indígenas retirados da servidão, fato que ficou conhecido como “tutela orfanológica”. Alguns anos depois a Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional de 1834) ampliou a reforma liberal e atribuiu poderes às Assembleias Provinciais. Os Governos locais passaram a legislar sobre a questão indígena dentro do seu território, conforme o Artigo 11º, parágrafo 5º: “Promover, cumulativamente com a Assembléa e o Governo Geraes, a organização da estatística da Provincia, a catechese, e civilização dos indigenas, e o estabelecimento de colônias” (BRASIL, 1834).

Esse foi mais um duro golpe para os povos originários. Nesse contexto, as oligarquias locais tiveram “carta branca” para editar atos normativos que liberavam a ocupação dos territórios cobiçados. Apesar dos pensamentos liberais da época, as autoridades consideravam que os indígenas e os negros eram uma parte inferior do projeto desenvolvimentista. Para os governantes o país só conseguiria crescer com uma população “civilizada” e de origem europeia, que poderia conduzir “o progresso”

da nação, a formação de vilas e a produção nas terras disponíveis. Como a Europa vivia um processo de transformação social (de reestruturação capitalista), com excesso de trabalhadores pobres, concentração de terra e etc., a imigração foi uma estratégia viável para a ocupação das terras devolutas do Brasil (NONNENMACHER, 2000).

No caso do Rio Grande do Sul, os primeiros grupos de imigrantes alemães chegaram em 1824. Eles foram instalados na antiga Feitoria do Linho Cânhamo, posteriormente chamada de Colônia de São Leopoldo. As dificuldades não foram poucas, pois faltaram investimentos para promover a adequada instalação dos colonos. Até 1854 as áreas eram concedidas através de doações, cabendo aos colonos ocupar e iniciar o processo produtivo. Esse era um procedimento completamente diferente das grandes sesmarias doadas anteriormente, pois os imigrantes recebiam pequenos lotes em áreas que não eram cobiçadas pelos grandes proprietários (LAROQUE; MACHADO; VEDDOY, 2019).

Segundo Sandra Pesavento (2014), nos primeiros anos a maioria dos imigrantes praticava a agricultura de subsistência em torno do núcleo familiar. Mas com a Revolução Farroupilha (1835-1845), alguns colonos passaram a comercializar seus excedentes em Porto Alegre e avançaram economicamente. Uma pequena parcela conseguiu fazer verdadeiras fortunas, principalmente, por aqueles que trabalhavam como mercadores intermediários e faziam as negociações entre seus pares e os centros comerciais.

Os imigrantes sofreram com as condições de vida nas colônias. Muitos tiveram que enfrentar os ataques dos povos originários que não aceitaram passivamente a abertura dos lotes em seus territórios. Segundo José Catafesto de Souza (1998), os Xokleng controlavam os territórios a leste das primeiras colônias, no Aparados da Serra e nas nascentes dos rios Mampituba, Cardoso, Maquiné, Tainhas e Sinos. Já os Kaingang, dominavam as áreas mais para oeste, concentrados no interior das matas dos rios Caí, Antas, Taquari e Jacuí. Ambos os grupos circulavam pelos campos e matas do Planalto Meridional, pois mantinham um fluxo sazonal que seguia o ritmo dos recursos alimentares obtidos nas concentrações nativas de araucária.

O núcleo principal da colonização alemã estava às margens do rio dos Sinos, todavia, a área de colonização se estendia até o “Campo dos Bugres”, atual município de Caxias do Sul (KUHN, 2004). Os Xokleng eram grupos mais arredios e os contatos eram mais raros, por outro lado, a região era o território de importantes *pay-bang* Kaingang. Para Luís Fernando Laroque (2000), houveram embates orquestrados, principalmente, por quatro importantes lideranças: Braga, *Yotoahê* (Doble), *Condurá* e *Nívo* (ancestral direto do grupo que reivindica a área da FLONA de Canela):

(...) entre outras, temos os ataques à localidade de Dois Irmãos em 26 de fevereiro de 1829, na qual assassinaram dois colonos alemães e feriram um e, em 08 de abril de 1831, o da Família Harras, quando vitimaram três colonos, dos quais ficaram feridos e uma criança raptada. (LAROQUE, 2000, p. 61).

Os ataques Kaingang (ou as “correrias” como eram chamadas) seguiram a mesma tática empregada nos conflitos de Guarapuava. Os indígenas organizavam emboscadas muito bem planejadas ao longo de dias ou meses. Assim, aproveitavam os momentos de distração dos colonos para atacar aqueles que abriam picadas no mato, para invadir as moradias vulneráveis (onde saqueavam, matavam os ocupantes e quebravam tudo que não era considerado interessante) ou para colher as roças (quando se abasteciam com os mantimentos que necessitavam). Ou seja, os Kaingang analisavam todas as possibilidades antes de efetuar uma emboscada, sempre focando no ponto mais desprotegido.

O Governo Provincial do Rio Grande do Sul, que havia organizado uma estrutura administrativa para mediar a relação com as colônias, precisou reforçar a segurança. Promoveu investimentos na abertura e no alargamento de várias picadas (afastando a mata do eixo central das estradas era possível diminuir os riscos de ataques surpresas dos Kaingang) e instituiu as “Companhias de Pedestres” para fazer a segurança dos núcleos populacionais. Na bacia hidrográfica do rio Caí, onde a FLONA de Canela está inserida, foram pelo menos duas companhias: Picada Feliz e Passo Esperança. Mesmo assim, as medidas do Governo não foram suficientes, foi preciso recorrer à contratação dos bugreiros. Esses milicianos se especializaram em procurar as aldeias e caçar os Kaingang dentro do seu próprio território. O objetivo não era apenas proteger os colonos, mas matar o maior número possível de indígenas, visto que eles recebiam seus pagamentos de acordo com os pares de

orelhas que apresentavam após cada campanha (LAROQUE; MACHADO; VEDDOY, 2019):

Reagindo a esta situação, ao longo da década de 1850, as correrias Kaingang continuaram tanto em algumas áreas de colonização alemã quanto em regiões luso-brasileiras, como Cruz Alta, Passo Fundo, Vacaria, entre outras. Exemplo disso, na localidade de Vacaria, foram os ataques às casas das famílias Pimentel e Vargas, resultado da morte de várias pessoas e raptos de outras, os quais aparecem descritos num relatório enviado da Câmara de Vacaria ao Presidente da Província Marechal Conde de Caxias. (LAROQUE, 2000, p. 67).

Os conflitos com os Kaingang foram constantes, mesmo assim, aos poucos as colônias avançaram sobre as margens do rio Jacuí e no Planalto Meridional: Mundo Novo (1846), Bom Princípio (1846), Caí (1848), Padre Eterno (1850), Estrêla (1853), Conventos (1853), Teutônia (1858); Candelária (1863), Sinimbú (1866), Arroio do Meio (1869), São Lourenço (1858), entre outras. Todas elas eram colônias instituídas em áreas densamente povoadas por grupos Jê Meridionais (CURTIS, 1963).

Segundo Ítala Becker (2006), a colonização lusa e espanhola não produziu conflitos tão fortes quanto a colonização alemã para os Kaingang que viviam no Rio Grande do Sul. O modelo de organização dos países ibéricos permitiu que os Kaingang vivessem livres nas áreas florestadas, enquanto as fazendas se multiplicavam nos campos. E mesmo as bandeiras paulistas, que infligiram diversas perdas aos povos originários, não perturbaram a ordem dos Kaingang de forma tão direta. Todavia, apenas a inserção dos colonos nos territórios Kaingang não foi suficiente para consolidar a apropriação territorial prevista pelo Estado. Para conseguir avançar com o projeto colonizador foi necessário criar medidas legais para combater as populações originárias. Nesse contexto duas leis são extremamente importantes: o Regimento das Missões e a Lei de Terras de 1850.

### **3.8 A ocupação das terras devolutas**

As agitações que ocorreram durante a Independência do Brasil também levaram a revogação da Lei das Sesmarias (através da publicação da Resolução nº 76, de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, de 17 de julho de 1822). Contudo, uma nova legislação seria instituída somente trinta anos depois, com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como a Lei de Terras de 1850.

A grande novidade da Lei 601/1850 estava na legalização da propriedade privada através da compra, com todos os bens previamente medidos, demarcados e sujeitos a comercialização em “hasta publica”. A Lei de Terras reforçava a ideia da delimitação das áreas e destacava que a criação de novos lotes deveria seguir, sempre que possível, um padrão geométrico. No parágrafo 1º, artigo 14: “conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados” (BRASIL, 1850).

No artigo 7, o Governo alertava aos proprietários que as terras adquiridas por posse ou sesmarias deveriam ser medidas e demarcadas, caso contrário, os ocupantes corriam o risco de ter suas terras consideradas como devolutas e passíveis de negociação. Por outro lado, a legislação também garantia ao ocupante da “terra de cultura e criação” a preferência na compra de terras devolutas contíguas às suas posses. Ou seja, o Governo criava um mecanismo eficiente para proteger os interesses dos cidadãos de elevado capital, que passaram a ter respaldo administrativo para ampliar suas propriedades.

Na Lei de Terras de 1850 os povos originários são citados apenas no artigo 12. No texto está posto que as terras consideradas como devolutas poderiam ser utilizadas para o processo de “colonização dos indígenas”. Em nenhuma parte da lei os povos originários recebem alguma garantia de posse. O Estado criava um mecanismo jurídico para usurpar os territórios indígenas e tirava o direito dessas populações de viverem de acordo com seus usos, costumes e tradições. Os territórios originários foram transformados em mercadorias, que poderiam ser loteadas e vendidas a qualquer tempo.

Segundo Teresa Jahnel (1987), a Lei de Terras de 1850 é uma grande vitória da elite brasileira, que estava sofrendo pressão das potências econômicas da época para mudar o regime de trabalho aplicado no Brasil. O grande desafio colocado ao Estado brasileiro estava na necessidade de manter os colonos (ou escravos) trabalhando para um senhor de terras, ao mesmo tempo que existia uma gigantesca “disponibilidade” de terras no país. Assim, a solução para manter a mão-de-obra vinculada às grandes propriedades, foi transformar boa parte do território em áreas devolutas, que passaram a ser vendidas por preço que o colono, o escravo liberto e mesmo os imigrantes (que chegavam para as lavouras do Sudeste e do Sul), não

tivessem condições de comprar. Desta forma, a mão-de-obra continuava ligada aos grandes proprietários, com um regime de trabalho livre, a terra precisava estar cativa e servir de instrumento de dominação.

No Rio Grande do Sul, segundo Nilson Binda (2011), a província já enfrentava uma concentração de terras. Até 1850 as concessões eram intermediadas por estancieiros/militares, que usaram a estrutura precária da Coroa Portuguesa e depois o Império do Brasil para favorecer a si mesmo, seus parentes e aliados. Através das recompensas por serviços militares, contra os espanhóis e os povos originários, foram surgindo os grandes latifúndios nas terras mais férteis e:

No Rio Grande do Sul a Lei de Terras foi ainda mais favorável aos proprietários. Esses, com a nova Lei, passam a vender suas terras ao governo, aumentando o preço das próprias terras que haviam sido concedidas pelo próprio governo anteriormente. As terras, agora passam a ser concedidas, junto com algumas ferramentas, aos imigrantes europeus, a fim de que esses pudessem ter suas propriedades, como o prometido no incentivo à emigração. Mas, a Lei 304, de 1854, da Província de São Pedro, obriga o governo gaúcho a vender as terras em condições facilitadas aos imigrantes europeus. Esses, com prazo de carência começariam a pagar a partir do terceiro ano de sua ocupação. E foi o que ocorreu. (BINDA, 2011, p. 10).

Segundo Linara Cristina dos Santos (2011), no Rio Grande do Sul os estancieiros/militares facilmente burlavam as leis e conseguiram se apossar de lotes maiores do que era permitido pela Lei das Sesmarias (o lote máximo poderia ter 13.068 hectares). Com a Lei de Terras de 1850, os estancieiros legitimaram suas propriedades e depois avançaram para as terras devolutas do Planalto Meridional, território que ainda era controlado pelos Kaingang.

A Lei de Terras de 1850 foi regulamentada quatro anos depois, com o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Nele o Estado determinava que as terras dos indígenas deveriam ser registradas por seus “Paes, Tutores, Curadores, Directores, ou encarregados da administração de seus bens” (BRASIL, 1854). Portanto, os indígenas estavam sujeitos a boa vontade da elite da época. Para garantir a segurança em pontos específicos, o decreto criava as “Colônias Militares”, estruturas para defender as fronteiras e reprimir as revoltas que ocorriam junto as frentes de expansão. Nesses entrepostos, os inspetores e os agrimensores tinham a liberdade de fazer a medição das terras e promover a distribuição dos lotes (de forma gratuita).

Procedimento utilizado para favorecer aqueles que aceitavam viver próximos dos núcleos militares.

As sedes dos agrupamentos eram pensadas como pontos estratégicos, que se transformariam em futuros núcleos populacionais do interior. Dessa forma, era preciso construir uma infraestrutura mínima que garantisse os objetivos do Governo. As Colônias Militares acabavam cumprindo várias funções, por um lado, protegiam as comunicações interiores (estradas) e as populações que viviam nas fronteiras, por outro lado, garantiam militarmente a ocupação das terras devolutas (TEDESCO, 2019).

A Colônia Militar de Caseros (próxima de Lagoa Vermelha e fundada em 1858), por exemplo, foi instituída para garantir a circulação dos tropeiros que seguiam o caminho do Rio Grande do Sul até São Paulo. Também tinha papel estratégico na defesa dos colonos e na “pacificação” de importantes lideranças Kaingang que promoviam ataques constantes na região:

Mas, a grande questão que se colocava era a presença indígena, principalmente em razão da constituição de duas parcialidades em conflito, tendo à frente de uma delas o cacique Braga e de outra o cacique Doble, além de pequenos agrupamentos espalhados por todo o norte da província e que migravam no interior de suas territorialidades em busca de alimentos, extração de ervas, caça, pesca e de controle de seus espaços. A localização de Colônia Militar de Caseros deu-se também em razão disso, pois era um espaço fundamental para os interesses geopolíticos e econômicos do império. (TEDESCO, 2019, p. 293).

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1992), as leis que vigoraram no Império do Brasil foram aplicadas como medidas para desalojar os povos originários e transformá-los em “novos colonos”. Essa ideia vigorou por anos no país, com várias medidas seguindo nesse sentido, como o Decreto nº 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, que passou para o “Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas” todas as questões referentes “A catechese e civilização dos Indios, e as missões e aldeamentos dos indígenas” (BRASIL, 1861).

A expropriação de terras ocorreu por todo o país. A cartografia da época ilustra os territórios dos povos originários como: “áreas inexploradas”, “Terras Devolutas”, “Áreas desabitadas”, entre outras. A Figura 44 mostra que o oeste do estado de São Paulo era retratado como “Terrenos Despovoados”, desprezando a existências de

povos originários que viviam nesse espaço, entre eles os Kaingang que seriam contados apenas no início do século XX.



**Figura 44 – Mapa da Província de São Paulo de 1886, destacando os “Terrenos Desabitados” do Oeste do Estado.**

Fonte: José de Carvalho (1886).

Os mapas da época também ajudam a expor as práticas sociais e espaciais de cada tempo. Jean-Claude Schmitt (2007) reforça que as imagens são provavelmente as formas mais representativas das tendências culturais de uma época, pois expressam a razão de ser, comunicam sentidos e estão carregadas de valores simbólicos. Participam plenamente do funcionamento e da reprodução das sociedades presentes e passadas. Os mapas sempre expressaram diferentes sentidos nos seus traços, figuras e estampas. No caso brasileiro, reforçaram a visão do colonizador. A cartografia mostra que esse mundo civilizado do século XIX não tinha lugar para sociedades que viviam com perspectivas diferentes da ordem social imposta.

Por essas razões, a Lei de Terras era um mecanismo muito eficiente de distribuição de terras para a elite. Mas o Governo sabia que para efetivar essa prática social era preciso retirar os povos originários do interior dos seus territórios. Com o objetivo de aldear o maior número possível de “selvagens”, sem prejudicar a

colonização, o Governo editou, antes mesmo da Lei de Terras de 1850, o Regimento das Missões de 1845 (Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845).

O Regimento das Missões foi uma medida prévia que deu suporte ao processo de regularização fundiária iniciado em 1850. A lei incentivou o aldeamento indígena e colocou todos sob o controle do “Director Geral de Índios”. O diretor tinha diversas funções, como por exemplo: propor as áreas que seriam demarcadas para fins de “catechese, e civilização dos índios”, examinar quais plantações e criações seriam necessárias, quais áreas de floresta poderiam ser derrubadas, assim como determinar, medir e demarcar as parcelas de terra que poderiam ser arrendadas para pequenas populações. O diretor geral controlava praticamente tudo que acontecia no interior das áreas demarcadas. Com base no Ato Adicional de 1834, as províncias também tinham poderes para indicar os diretores. Assim, as políticas dos aldeamentos eram destinadas para satisfazer os interesses das elites regionais que arrendavam parte das terras destinadas aos indígenas.

Essa prática espacial do arrendamento foi muito eficiente no processo de expropriação dos territórios dos povos originários. No período em questão, os colonos (e autoridades dos aldeamentos) arrendavam as terras e, posteriormente, reivindicavam (via Lei de Terras) a posse definitiva junto às províncias. Atualmente o arrendamento em terras indígenas é uma medida ilegal, mas infelizmente ainda é aplicado em alguns territórios indígenas do país.

Da mesma forma que as Colônias Militares, os aldeamentos foram constituídos em locais estratégicos e/ou de maior conflito, onde a ocupação ainda não estava consolidada. Segundo Marta Amoroso (2014), a política de aldeamento do Império considerava que as áreas seriam demarcadas apenas para facilitar o processo de catequização e civilização do “indígena selvagem”. Com a conclusão da “assimilação” e com os indígenas misturados aos colonos, os aldeamentos poderiam ser dissolvidos e as terras desmembradas em pequenos lotes. Portanto, não existia uma prática social de proteção aos territórios dos povos originários, na verdade, o Regimento das Missões e a Lei de Terras de 1850 criaram uma ferramenta contínua de expropriação.

Os aldeamentos tentaram imitar a experiência jesuítica, não obstante, seguiram por um caminho totalmente oposto. Enquanto os jesuítas buscavam estimular a

expansão territorial dos indígenas, o que fortalecia a posse e o controle territorial espanhol, os aldeamentos do império visavam reduzir e negar o direito indígena. Além disso, existia um estímulo à violência com as Companhias de Pedestre e as demais infraestruturas militares (CATAFESTO DE SOUZA, 1998).

Milton Santos (2014a) destaca que os espaços periféricos (como as colônias europeias) também estavam dentro de um sistema de modernização. Mas o ritmo da modernização é diferente dependendo da função que o lugar tem no sistema. Internamente são criados polos que concentram a modernização, trazendo junto especializações e diferenciações. As novas tecnologias nem sempre chegam na sua plenitude em determinados locais, além disso, o “moderno” pode ser superado rapidamente. Os aldeamentos fazem parte desse sistema de modernização, pois foram criados para suprir a demanda dos polos de controle:

A consequência de uma modernização é gerar um efeito de especialização, isto é, uma possibilidade de dominação. A especialização é responsável por uma polarização. Os subespaços mais modernizados e mais especializados tomam assim a posição de um pólo de difusão vis-à-vis outros subespaços. Isso se converte, dessa forma, no objeto de impactos de várias origens, de diversas ordens e significados. O subsistema correspondente a um subespaço dado é dependente de vários sistemas de categoria mais alta: estes últimos podem estar ligados entre si por laços de dependência ou podem simplesmente coexistir. De qualquer maneira, o subsistema situado em escalão mais abaixo depende deles. Existe, assim, uma espécie de hierarquização de espaços e sistemas correspondentes. (SANTOS, 2014a, p. 51).

A construção dos aldeamentos é uma tentativa de unificação do trabalho. Todos precisavam produzir da mesma forma e suprir a demanda dos principais centros da colônia, por esse motivo, o discurso oficial do Império falava na promoção da “independência indígena”. O pensamento político/intelectual/social da época defendia que o Governo tinha a obrigação de melhorar as condições de vida dessas populações. As autoridades acreditavam que a forma como os povos originários vivenciavam o espaço geográfico era um dos fatores que mantinham essas populações em “estágio inferior”. Inclusive o atraso econômico do país era, em grande parte, creditado aos “selvagens” que infestavam o interior das províncias. Caberia ao Governo resgatá-los dessa condição e apresentar a “civilização moderna e avançada”. Através da atuação civilizatória, seria possível ocupar e produzir nas “matas inexploradas” do país. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1992), a partir desse

momento a questão indígena deixou de ser um problema de mão-de-obra e se transformou em um problema de terras.

Para auxiliar o desenvolvimento dos aldeamentos, o Estado novamente se valeu dos serviços religiosos, movimento que ficou conhecido como “As Missões do Padroado”. Essa nova investida contou, especialmente, com a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, grupo religioso centrado na simplicidade, na doutrina da fé e na organização dos núcleos rurais. Os aldeamentos eram organizados em “toldos indígenas”, que ficavam geralmente distantes da sede e das casas dos colonos, uma medida preventiva para evitar os conflitos e promover a relação amistosa aos poucos (AMOROSO, 2014).

No Rio Grande do Sul, o Governo local priorizou diretores civis e/ou militares de confiança. Mesmo assim, os padres estavam presentes, realizando suas funções junto aos indígenas e aos colonos que viviam nas proximidades. Contudo, segundo Alex Vanin, Gean da Silva, João Tedesco (2018), devido às denúncias de corrupção que pairavam sobre os chefes dos aldeamentos, os jesuítas foram novamente chamados a atuar nos aldeamentos do Rio Grande do Sul, onde tiveram papel central na aproximação de diversas parciaisidades Kaingang.

Independentemente de quem ficou na direção geral dos aldeamentos, a estratégia era a mesma, civilizar os indígenas e liberar as terras para os colonos. Os primeiros aldeamentos do Rio Grande do Sul surgiram na região Noroeste, uma zona de expansão em torno da cidade de Cruz Alta (um dos antigos pontos de apoio dos tropeiros). Segundo Aline Francisco (2013), em 1827 Manuel José das Neves se estabeleceu na Fazenda Nossa Senhora da Conceição Aparecida, nas terras que em 1857 dariam origem a Vila de Passo Fundo (atualmente um município gaúcho de mesmo nome). Em poucos anos as melhores terras foram ocupadas e a colonização avançou sobre as áreas de floresta. A reação Kaingang foi imediata e violenta, pois os grupos que habitavam a região estavam acostumados a atacar os tropeiros e também conheciam a realidade dos conflitos no Paraná e Santa Catarina. Para apaziguar esses conflitos o Governo investiu na formação dos aldeamentos de Nonoai e Guarita.

A ideia inicial era constituir um grande aldeamento, tanto que o Governo tentou por várias vezes agrupar todos os indígenas no mesmo local. Mas, devido aos problemas de relacionamento entre as parcialidades Kaingang e os interesses das autoridades (que constantemente instigavam os indígenas uns contra os outros) foi necessário instituir vários aldeamentos nos territórios Kaingang (NONNENMACHER, 2000).

Ítala Becker (1988) destaca que é difícil dizer a data exata da fundação e da extinção de cada unidade. A única certeza é que vários aldeamentos foram criados logo após o Regimento das Missões e a Lei de Terras de 1850. O Quadro 3 apresenta uma síntese dos aldeamentos do estado gaúcho nesse período. É interessante notar que a maioria dos aldeamentos ficava na região Norte do estado e nas áreas de predomínio de floresta.

**Quadro 3 – Síntese dos aldeamentos criados no Rio Grande do Sul após o Regimento das Missões de 1845.**

Aldeamento	Localização Atual	Data de Fundação (provável)	Data de Extinção
Guarita	Tenente Portela	1848	-
Nonohay	Nonoai	1848	-
Pontão	Lagoa Vermelha	1849	1901
Santa Isabel	Santo Antônio da Patrulha	1849	1861
Campina	Palmeira	1850	-
Campo do Meio	Marau	1850	1880
Ligeiro	Tapejara	1850	-
Votouro	Erexim	1850	-
Cacique Doble	Machadinho	1862	-
Caseros	Lagoa Vermelha	1862	-
Inhacorá	Santo Augusto	1880	-
Pinheiro Ralo	Nonoai	1880	-
Água Santa	Tapejara	-	-
Erexim	Erexim	-	-
Estiva	Palmeira	-	-
Faxinal	Lagoa Vermelha	-	-
Serrinha	Sarandi	-	-
Ventarra	Getúlio Vargas	-	-
Bueno	-	-	-
Campos de São José	-	-	-

Fonte: Adaptado de Ítala Becker (1988, p. 88).

Segundo Marisa Nonnenmacher (2000), nos aldeamentos os indígenas tinham algumas tarefas, como preparar roças coletivas e realizar afazeres para manter o funcionamento das unidades. Também eram convocados para serviços externos: abrir estradas, construir pontes, guiar as forças do governo e servir como soldados nas expedições de defesa contra os grupos que hostilizavam as propriedades dos colonos.

Tal fato evidencia o quão vazio era o discurso que apontava os povos originários como não “dados ao trabalho”. Diversas atividades prosperaram nos aldeamentos. Em alguns casos, como no Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR), administrado pelo frei capuchinho Timotheo de Castelnuovo, os Kaingang e os Guarani-Kaiowa chegaram a alcançar produções agrícolas que superaram as áreas dos colonos. Além disso, muitas propriedades lindeiras avançaram devido ao suporte dos indígenas, a exploração do trabalho era muito vantajosa para os diretores gerais e para os colonos que trocavam “diversos favores” com os indígenas (AMOROSO, 2014).

Também é verdade que a maioria dos aldeamentos apresentou sérios problemas de funcionamento, contudo, os motivos eram bem mais complexos do que a “índole dos indígenas”. É importante destacar o descaso das autoridades. O Estado apesar de criar os dispositivos legais para a demarcação e valorização desses espaços, nunca se esforçou para que eles prosperassem. Os padres Capuchinhos que atuavam no Paraná, por exemplo, reclamavam constantemente que as autoridades deixaram as estruturas à própria sorte, principalmente, depois que a situação com os colonos estava pacificada. Os custos para manter esses espaços eram elevados e o Governo estava disposto a investir apenas o suficiente para liberar as terras para a colonização (AMOROSO, 2014).

A história do aldeamento de Santa Isabel no Rio Grande do Sul é um bom exemplo desse processo. Em 25 de fevereiro de 1861, o Governo provincial solicitou que o aldeamento fosse fechado, todavia, o receio com o elevado número de indígenas vivendo na região motivou sua continuidade sob a administração do Padre Antônio de Moraes Branco. O aldeamento foi extinto oficialmente apenas em 1867, quando as correrias indígenas eram cada vez mais raras. Quando algum caso era registrado, as forças policiais intervinham na região, deslocando os indígenas para

outros aldeamentos, ou criando toldos improvisados em terras de particulares que se aproveitavam da mão-de-obra indígena (TEDESCO, 2019).

A proliferação de doenças era outro fator negativo, cada evento pandêmico deixava um rastro de morte que assustava os indígenas. Aqueles que conseguiam sobreviver levavam as doenças para aldeias do interior:

Casas de indígenas eram incendiadas quando de algum tipo de doença acometia a família que nela residia; não havia condições de tratamento, desse modo, a fuga no mato, a junção no interior de outras parciais onde poderiam usar seus saberes nas curas, acabava sendo uma estratégia, porém, não tão eficaz, pois eram doenças desconhecidas deles. Em meados de 1867, o Aldeamento Santa Isabel foi tomado novamente por doenças, sendo que 49 indígenas haviam morrido. Pe. Branco reclamava que os indígenas foram deixados à própria sorte, sem atendimento médico, sem medicamentos a não ser os seus e que demonstravam ser pouco eficazes. (TEDESCO, 2019, p. 303).

Cabe ainda ressaltar que os indígenas se aproximavam dos aldeamentos porque tinham interesses alheios aos objetivos do Estado. A maioria dos grupos que chegavam aos aldeamentos tentavam satisfazer suas próprias necessidades. São vários relatos nesse sentido, segundo Marta Amoroso (2014), Telêmaco Borba (funcionário dos aldeamentos no Paraná) apontava nos seus relatórios que os *pay-bang* e os *pay* procuravam aliados, materiais e/ou apoio militar. E mesmo promovendo ataques violentos, os Kaingang também comercializavam com os novos moradores, uma forma eficiente de conseguir as ferramentas que não dispunham (machados, facas e etc.). Ao receber seus “pagamentos”, o grupo se comprometia em defender as áreas contra os rivais, em alguns casos, uma rivalidade que já durava gerações. Ou seja, eles não estavam defendendo os colonos ou aceitando as regras dos aldeamentos, mas se fortalecendo contra seus antigos inimigos.

Os padres capuchinhos registraram essas estratégias e as rivalidades:

Os capuchinhos tratavam por rivalidades conflitos registrados entre os aldeamentos e os grupos visitantes dos Kaingang que habitavam as redondezas dos aldeamentos. Reconheciam nessas rivalidades uma determinada forma de atualização de parcerias políticas que afetavam diretamente a vida dos aldeamentos, chegando a condicionar a sua existência. Entre os Kaingang aldeados no sistema do Tibagi estavam guerreiros famosos, que dispunham as ferramentas e outros bens industriais a que tinham acesso nos aldeamentos, bens que eram dispostos em uma rede de trocas de dimensões geográficas significativas, que os atrelava aos coletivos que habitavam ao sul do território, os mesmos que frequentavam esporadicamente os aldeamentos por ocasião das festas promovidas pelos índios aldeados. (AMOROSO, 2014, p. 184).

Os padres capuchinhos sabiam que seria difícil converter algumas lideranças, por outro lado, eles acreditavam que era importante manter relações amistosas para evitar os conflitos com os indígenas que aceitavam viver aldeados.

Essa mesma situação também foi registrada no Rio Grande do Sul. Luís Fernando Laroque (2000) destaca que os *pay-bang* mantinham acampamentos próximos dos aldeamentos oficiais. Sempre que tinham seus objetivos atendidos, ou quando se decepcionavam com as tratativas, arrumavam alguma desculpa para retornar para seus toldos originais. Mas cuidavam para deixar alguns informantes vivendo no aldeamento, era fundamental saber das intenções do Governo e dos movimentos dos seus rivais.

Não há dúvidas que a consolidação dos aldeamentos e a expansão de alguns núcleos de colonização passaram, em grande medida, pelas intenções das grandes lideranças Kaingang. Muitos toleravam essas estruturas, pois tinham interesses mais urgentes. Como os grupos não se engajavam totalmente nos aldeamentos, os administradores criticavam a conduta dos indígenas, principalmente, devido ao descaso com as atividades produtivas e a postura agressiva e guerreira contra os rivais. No entanto, sempre que uma situação mais complexa surgia, o Governo não tardava a acionar os serviços “militares” dos Kaingang.

O cacique *Condá* (originário dos Campos de Palmas), por exemplo, foi um dos responsáveis por efetivar um antigo sonho do Império Brasileiro. Somente com a colaboração desse *pay-bang* foi possível concretizar a rota comercial mais a oeste do continente, ligando Guarapuava com as missões gaúchas. Segundo Maria Curtis (1963), uma expedição coordenada por Francisco Ferreira da Rocha Loures (entre os anos de 1840 e 1850), conseguiu instituir uma nova estrada que evitava o deslocamento até Vacaria e a travessia pelos territórios Kaingang em Mato Castelhana, Campo do Meio e Mato Português. A empreitada sofreu com a resistência do grupo do *pay-bang Nonohay*, uma das lideranças que controlava os territórios do norte do Rio Grande do Sul e que tinha divergências com *Condá*. Como é possível perceber existia um duplo interesse na expedição. Ao colaborar com o Governo, *Condá* conseguia penetrar no território de outro importante *pay-bang* e enfraquecer um dos seus rivais.

Para Ítala Becker (1976) os Kaingang passaram a incorporar alguns hábitos para agradar os diretores dos aldeamentos, como o uso de roupas e a religião dos padres. Entretanto, esses hábitos eram praticados apenas na presença das autoridades. Quando tinham alguma chance, abandonavam prontamente os novos costumes e voltavam para sua rotina. Essa é mais uma comprovação que a aproximação aos aldeamentos tinha um propósito para os Kaingang. Jamais foi um ato de submissão e/ou encantamento com a sociedade envolvente, era uma estratégia para defender seus territórios e aumentar suas forças contra parcialidades rivais. Os Kaingang não estavam dispostos a negociar sua autonomia.

Os responsáveis pela administração relatavam que grandes contingentes se aproximavam em épocas específicas, para alguns dias ou meses depois, voltarem para o interior da mata. Com a chegada dos colonos, as casas subterrâneas provavelmente já não eram locais seguros (como evidencia a arqueologia), então, os aldeamentos foram transformados em pontos de apoio. Os aldeamentos foram incorporados aos poucos à territorialidade Kaingang, eram frequentados em épocas certas, de acordo com os interesses de cada grupo. Um claro processo de reterritorialização:

Frei Luís de Cimitille registrou que os Kaingang habitavam as margens do rio Tibagi, a uma distância de mais de três léguas do “círculo urbano” de São Jerônimo, nos locais denominados Jaboticabal e Figueira. Outros grupos mantinham a quarenta léguas de distância do aldeamento, no lugar de Boa Vista, e o frequentavam na época do inverno. A maior parte do tempo os Kaingang permaneciam nas matas de araucária, recorrendo ao aldeamento quando necessitavam de alguma mercadoria ou de ferramentas; para obtê-las, realizavam tarefas. (AMOROSO, 2014, p. 88).

Essa estratégia logo foi percebida pelas autoridades, que começaram a explorar esses fatos. Como os agentes do Governo tinham contato com diferentes lideranças, passaram a instigar os grupos. Uma tática antiga no processo de ocupação do Brasil e que sempre trouxe bons frutos para o colonizador. Segundo Marisa Nonnenmacher (2000), os conflitos muitas vezes eram estimulados pelos funcionários dos aldeamentos, que tinham interesses pessoais nas terras ou negócios na região.

Segundo Luís Fernando Laroque (2000), com a tática de atrair e jogar os grupos uns contra os outros, era possível reduzir o contingente populacional, ocupar as áreas de caça, coleta e agricultura. Em um ambiente hostil, os indígenas eram forçados a procurar abrigo nos aldeamentos e, conseqüentemente, se submeter às regras

impostas. O Estado sabia que precisava controlar as ações territoriais nas “terras devolutas” para garantir a ocupação.

Ítala Becker (1976) mostra que os aldeamentos de Guarita e Nonoai passaram a receber lideranças que viviam em diferentes partes do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Algumas delas com rivalidades históricas, sendo muito difícil para os diretores manter a ordem social nesses espaços. Contudo, apesar da constante tensão, os aldeamentos do norte gaúcho permitiram ao Governo o contato com praticamente todos os grupos que resistiam no norte do estado. Por outro lado, nas proximidades das primeiras colônias alemãs do Rio Grande do Sul, o Governo ainda tinha dificuldades para se aproximar dos grupos Kaingang.

### **3.9 O território do *pay-bang* Braga**

As parciais Kaingang que viviam nas bacias hidrográficas dos rios Jacuí, Taquari, Antas, Caí e Sinos, seguiam evitando os aldeamentos. O grupo do *pay-bang* Braga, por exemplo, evitava o contato e defendia seus territórios contra os jesuítas, os tropeiros, as forças oficiais e os colonos alemães. Essa divisão não era uma mera coincidência, existia clara separação entre as parciais Kaingang do norte e do sul do Rio Grande do Sul, apartados por guerras e desavenças históricas.

Segundo Pierre Mabilde (1988), o *pay-bang* Braga foi uma das mais importantes lideranças Kaingang do século XIX. Seu grupo contava com mais de vinte e três *pay* subordinados. Eles controlavam um vasto território, com limite norte nos campos do Passo Fundo e Vacaria e, no sul, chegando até os tributários do rio das Antas, Caí e Sinos. Braga durante anos manteve a autonomia territorial da sua Unidade Política-Territorial, o que gerava muitos problemas para a “ordem” da província. Após 1824, os conflitos aumentaram e o Governo tentou de várias maneiras conter os Kaingang que atacavam os imigrantes alemães. Mas foi uma situação interna do grupo de Braga que virou o jogo em favor do colonizador.

Entre os *pay* subordinados estava *Yotoahê* (também chamado de *Yu-toahê*, *lu-toahê*, *Doble*, *Dobre* ou *Dovre*), uma das lideranças mais importantes do grupo. *Yotoahê* ocupava uma importante área entre os rios das Antas e Caí, seu prestígio

entre os Kaingang era muito grande, até que ele organizou um movimento para usurpar o posto de Braga.

O chefe Dobre, aproveitando-se da preponderância que tinha sobre os indivíduos das mais tribos assim como sobre os seus chefes, seus companheiros de alojamento, não só arvorou-se clandestinamente em cacique, como também prometeu aos mais chefes e indivíduos das suas tribos usurpar e tomar para si e para eles as matas em que se achavam o cacique principal Braga com as mais tribos por serem aquelas matas mais abundantes em frutas do que as que ocupavam. Esta promessa era suficiente para que todos logo lhe prestassem obediência e submissão, e isto com tanto maior disposição quanto isso importava em muito para os interesses da sua própria subsistência. (MABILDE, 1988, p. 156).

Como é possível perceber na descrição de Pierre Mabilde, *Yotoahê* reivindicou a posição de *pay-bang*, faltava apenas uma oportunidade para desferir o ataque contra Braga. O fato surgiu em uma grande festa organizada para comemorar as correrias contra as colônias alemãs. O plano consistia em participar dos festejos como todos os outros *pay*, mas em momento oportuno, quando todos estivessem sem condições de reagir (embriagados e sonolentos), os guerreiros de *Yotoahê* defeririam um ataque contra o grupo de Braga, para que os demais *pay* aceitassem sua posição. O ataque precisava ser certo e não levantar suspeitas. Acontece que a liderança principal foi alertada das intenções de *Yotoahê* e, antes da chegada destes ao aldeamento, organizou sua estratégia de defesa (MABILDE, 1988).

Os planos de *Yotoahê* fracassaram, *pay-bang* Braga conseguiu conter o grupo rebelde, mas não evitou a divisão interna. Braga declarou guerra ao seu antigo aliado, obrigando *Yotoahê* a mudar de território, em um processo de desterritorialização que não teve nenhuma participação do Governo da província:

Daí em diante não teve o cacique Dobre, nem seus companheiros um momento de sossego. Tornou-se impossível para eles o estabelecimento de um alojamento permanente, e impossível por causa dessa perseguição diária permanecer por mais tempo nas matas de que falamos, ainda mais ocorrendo a circunstância de que o próprio Braga, com 19 tribos (das 23 subordinadas) alojou-se nos pinheirais da Serra entre o Rio das Antas e o Rio Caí, onde ficou muitos meses antes de mudar o seu alojamento geral para entre o Rio Turvo e o Rio da Prata, onde fui em 1850 encontrar aquele cacique com as suas 23 tribos subordinadas reunidas sobre um território de menos de uma légua e meia quadrada.

Retirar-se para as margens do Uruguai, na província hoje Paraná, tornava-se para o cacique Dobre empresa difícil e perigosa, por causa da pouca gente que lhe restava e de outras tribos de selvagens Coroados que ocupavam aquele rio em sua margem direita, e que andavam em guerra com os Coroados das tribos que acabamos de citar.

Acossado por todos os lados o cacique Dobre e sua gente, sem recursos de qualidade alguma, decidiu-se ele, forçado pelas circunstâncias sair do mato,

muito contra gosto, e apresentar-se mansamente a gente da Vacaria, Passo Fundo e outros lugares, sempre em pequenos bandos, tendo-se aldeado nos lugares que lhes foram indicados pelo Governo Provincial nos fundos dos campos de Nonohay e de Guarita. (MABILDE, 1988, p. 158).

A partir desse momento, *Yotoahê* percebeu que sem um território seguro, sua única alternativa seria “ajudar” o Governo a combater os Kaingang que atacavam as colônias alemãs, justamente o grupo do *pay-bang* Braga. Novamente observamos que a aproximação não representou uma submissão a cultura ocidental, *Yotoahê* construiu uma estratégia para viabilizar o território do seu grupo. Inclusive, segundo Luís Fernando Laroque (2000), ele nunca deixou de promover suas correrias contra as fazendas dos colonos, fazendo um “jogo duplo”, sempre priorizando seus interesses. Por essa razão, a participação de *Yotoahê* nos aldeamentos levantava a desconfiança das forças do Governo, das demais parciaisidades Kaingang e dos colonos.

Marisa Nonnenmacher (2000) confirma que o *pay-bang* *Yotoahê* colaborou várias vezes para o Governo (ele chegou a visitar Porto Alegre em pelo menos três oportunidades para receber seus pagamentos). Os guerreiros de *Yotoahê* faziam buscas para localizar os soldados desertores, indicavam a posição das aldeias dos “selvagens” e faziam investidas militares contra os Kaingang inimigos que atacavam as fazendas.

O desentendimento entre Braga e *Yotoahê* desestabilizou os Kaingang que resistiam na área de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Esse fato foi decisivo para o sucesso dos objetivos do Governo provincial. Sem a guerra declarada entre os *pay-bang*, teria sido muito difícil convencer o grupo de Braga a buscar os aldeamentos. Como *Yotoahê* passou a frequentar constantemente essas estruturas, uma parte do problema foi resolvido, restava a aproximação com o grupo de Braga. A oportunidade de atrair Braga contou com a ajuda indireta de *Yotoahê*. Na divisão do grupo, alguns Kaingang que ainda eram fiéis a Braga seguiram com o grupo inimigo e se apresentaram em Nonoai e Guarita. Depois de algum tempo, esses “espiões” abandonaram os aldeamentos e levaram as informações para seu verdadeiro líder. Foi dessa forma que Braga conheceu as vantagens que algumas lideranças Kaingang conseguiam junto as estruturas do Governo provincial (MABILDE, 1988):

Foi preciso o meu encontro nas matas com aqueles indígenas selvagens e com o seu cacique Braga, em março de 1850 (como consta da minha correspondência oficial com o Governo Provincial daquela época) para, a

vista da colisão em que os tinha posto, que saíssem das matas em número de trezentos e quatro (304) de ambos os sexos e de várias idades, e que se alterassem, porém, com a condição de nunca estarem nas imediações do lugar onde estivesse o seu traidor companheiro, o cacique Dobre, com o qual nunca aqueles Coroados quiseram tornar a antiga amizade, não obstante os empenhos que fez mais tarde o cacique Dobre para reconciliar-se com o cacique Braga. (MABILDE, 1988, p. 158-159).

Todavia, a aproximação de Braga não trouxe apenas vantagens para o Governo. A desavença entre os *pay-bang* contribuiu para inviabilizar o antigo sonho de criar um grande aldeamento para os Kaingang, visto que era impossível reunir os inimigos. Segundo Ítala Becker (1976), devido a parceria de *Yotoahê* com os colonizadores, Braga não se dirigiu aos aldeamentos de Nonoai e Guarita e se deslocou para o aldeamento do Pontão, constituído para atender as necessidades da abertura da “Estrada do Pontão” (com início na confluência do rio Canoas e do rio Pelotas, até a estrada da “Picada Feliz”, hoje município de Feliz – RS, às margens do rio Caí) e onde ele teve contato com o Engenheiro Pierre Mabilde.

A rivalidade dos grupos Kaingang obrigou o Governo a investir em novas estruturas para receber os indígenas que viviam na bacia hidrográfica do rio Jacuí. Os aldeamentos de Campo do Meio, Santa Isabel e a Colônia Militar de Caseros, por exemplo, foram todos criados em função da divisão interna dos Kaingang:

Mas, a grande questão que se colocava era a presença indígena, principalmente em razão da constituição de duas parciais em conflito, tendo à frente de uma delas o cacique Braga e de outra o cacique Doble, além de pequenos agrupamentos espalhados por todo o norte da província e que migravam no interior de suas territorialidades em busca de alimentos, extração de ervas, caça, pesca e de controle de seus espaços. A localização de Colônia Militar de Caseros deu-se também em razão disso, pois era um espaço fundamental para os interesses geopolíticos e econômicos do império. (TEDESCO, 2019, p. 293).

A aproximação do *pay-bang* Braga desagradou algumas das lideranças subordinadas, como o *pay Nĩvo* (ou *Nicué*), também conhecido por João Grande pelos colonos. *Pay Nĩvo* é a referência histórica mais importante da retomada *Kógũnh Mág*, que se orgulha de dizer que o *pay* nunca aceitou a aproximação com os aldeamentos e se manteve independente, atacando aqueles que invadiram seu território na bacia hidrográfica do rio Caí.

### 3.9.1 *Pay Nívo*, a liderança que nunca aceitou a política dos aldeamentos

Existem divergências nas informações sobre *Nívo*. Nas histórias dos Kaingang e nos relatos de Pierre Mabilde (1983), ele era um importante *pay* do grupo de Braga. Segundo Mário Gardelin (1993), “João Grande” era retratado como um escravo fugido, que liderava um grupo indígena nas bacias hidrográficas do rio Caí e do rio dos Sinos.

Leopoldo Petry (1931) foi outro autor que contou a saga do escravo João Grande. As informações foram expostas na história “Maria bugra: episódio dos princípios da colonização alemã”, publicada no folhetim “O 5 de Abril” em 1931. Maria Bugra é um texto que romantiza o sequestro da família de Pedro Wadenpuhl (Heinrich Peter Watenpuhl)<sup>73</sup> por um grupo indígena Kaingang. A história se passa na colônia alemã de Mundo Novo, no ano de 1852, e retrata o período que Margaretha Wadenpuhl ficou no cativeiro com os Kaingang. O desfecho do caso relata a fuga de Maria Bugra e o ataque das forças oficiais aos indígenas liderados por João Grande.

Segundo Alessandro Kerber, Cleber Prodanov e Paula Puhl (2007), Leopoldo Petry (editor do folhetim e ex-prefeito de Novo Hamburgo) contou uma história que buscava valorizar o colono alemão como grande herói. Ao mesmo tempo, “João Grande, o negro e chefe do bando” era retratado como o grande inimigo da região. Leopoldo Petry teve o cuidado de não colocar os indígenas no centro do problema, e tentou mostrar que eles estariam sob a influência de um ator externo. Tal posição era justificada porque muitos colonos dependiam dos serviços prestados pelos descendentes indígenas na região. Assim, não era interessante desprestigiar totalmente os indígenas perante os colonos.

Para além da ficção, o ataque contra a propriedade de Pedro Wadenpuhl, foi registrado por jornais da época, como no Diário Novo em 1852:

Na quinta feira, 8 do corrente, em uma das mais remotas colônias do lugar denominado Mundo Novo, cahiu um grupo de quarenta e tantos índios, e depois de assassina-rem o único homem que havia em casa, roubarão duas mulheres, filha e mulher daquele, e bem assim 5 crianças que havia na casa. Sómente conseguiu escapar uma menina de 12 a 14 annos que estava cortando capim no mato, e que teve tempo de ocultar-se logo que viu os indígenas. (...). As vítimas foram o ancião assassinado, Pedro Wandenpuhl,

---

<sup>73</sup> De acordo com a fonte a grafia oscila entre Wadenpuhl ou Watenpuhl, ao longo do texto será usado o nome adotado pela fonte consultada.

as mulheres roubadas, Anna Maria, mulher daquele, e Margarida sua filha, e esposa há quatro meses de Herique Offimister, actualmente preso nessa cidade, sentenciado pelo crime de resistência as autoridades. (DIÁRIO NOVO, 1852, p. 2).

E no jornal Correio da Tarde, que divulgou os passos das autoridades que tentavam capturar os indígenas:

Tenho expedido avisos para todos os moradores das picadas e demais lugares expostos, a fim de se porem em cautela, mandando patrulhas para todos os pontos. (...). Ilmo. Sr. Referindo-me aos meus officios n.º 4 e 5 de 11 do corrente em que tive a honra de participar a V.S. os acontecimentos que tiverão lugar no Mundo Novo, 2º districto deste município, e dos estragos feitos pelos bugres na tarde do dia 8 do mesmo, cumpre-me hoje acrescentar que logo no dia seguinte ao referido acontecimento entrarão no sertão quarenta homens nossos, guiados por um habil vaqueano, seguindo o rasto dos bugres, e depois de terem andado um dia e uma noite, não continuarão a segui-los por causa da copiosa chuva havida, e mesmo por falta de mantimentos.

Uma partida de bugres (indo todos com ponches á bichará atravessados) foi bater nos ranchos de David Pereira Dias, pouco abaixo do Morro da Canastra, porém sendo vistos e observados pelo mesmo David nada poderão fazer. Forão igualmente vistos no morro do Serro-Braz e Sapiranga (Padre Eterno), em consequencia do que mandei entrar grande numero de colonos tanto do lado do Padre Eterno como do da picada dos Dous Irmãos, os quaes ainda se achão no sertão debaixo do commando do capitão Schlabrendorff, e por ora me faltão as participações dos resultados. (CORREIO DA TARDE, 1852, p.1-2).

A propriedade de David Pereira Dias, segundo Maicon Diego Rodrigues (2020), ficava no atual município de Três Coroas, às margens do rio Paranhana (coordenadas 50°46'22,8"W e 29°31'58,8"S). Em Padre Eterno (antiga denominação de Sapiranga) estão localizados o Morro Ferrabraz e a antiga colônia particular “Fazenda do Padre Eterno” (financiada pela Sociedade Schmidt & Kraemer de propriedade de João Pedro Schmidt e João Kraemer). Já a picada dos “Dous Irmãos” (também conhecida como Linha Grande, "Baumschneiss", Picada dos Baum, ou São Miguel dos Dois Irmãos) se estendia desde o atual município de Dois Irmãos (ao sul) até pelo menos Morro Reuter (ao norte)<sup>74</sup>.

Essas informações, que estão dispostas na Figura 45, indicam que os colonos precisavam conviver constantemente com os grupos Kaingang. Os locais citados nas reportagens acima não estão próximos, provavelmente, os indígenas avistados e

---

<sup>74</sup> Tais informações estão dispostas na Planta “Colônia de Nova Petrópolis” [FLESCHE, 19..] e na “Carta Topographica d’uma parte do Município de São Leopoldo, contendo as terras colonisadas, organisadas, segundo os trabalhos officiaes e as medições mais exactas pelo agrimensor Ernesto Müzell” (JAHN, 1870).

perseguidos pelas forças oficiais, eram de grupos diferentes. Portanto, fica evidente que mesmo com a presença dos colonos, os Kaingang continuavam vivendo nas áreas de floresta e defendendo seus territórios dos invasores.

Segundo Erni Engelmann (autor do portal “Do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo”), a propriedade de Heinrich Peter Watenpuhl, ficava na Colônia de Mundo Novo. Área que foi colonizada por Tristão José Monteiro, entre o rio Paranhana e o arroio Tucanos, afluentes do rio dos Sinos (terras que englobam os atuais municípios de Igrejinha, Taquara e Três Coroas). A família Watenpuhl vivia próximo do Arroio Kampf, entre os morros Rochedo e Fortaleza, localidade conhecida como Lajeadozinho (distrito do município de Igrejinha), junto à atual rodovia estadual RS-020, que faz a ligação entre Taquara a São Francisco de Paula<sup>75</sup>.

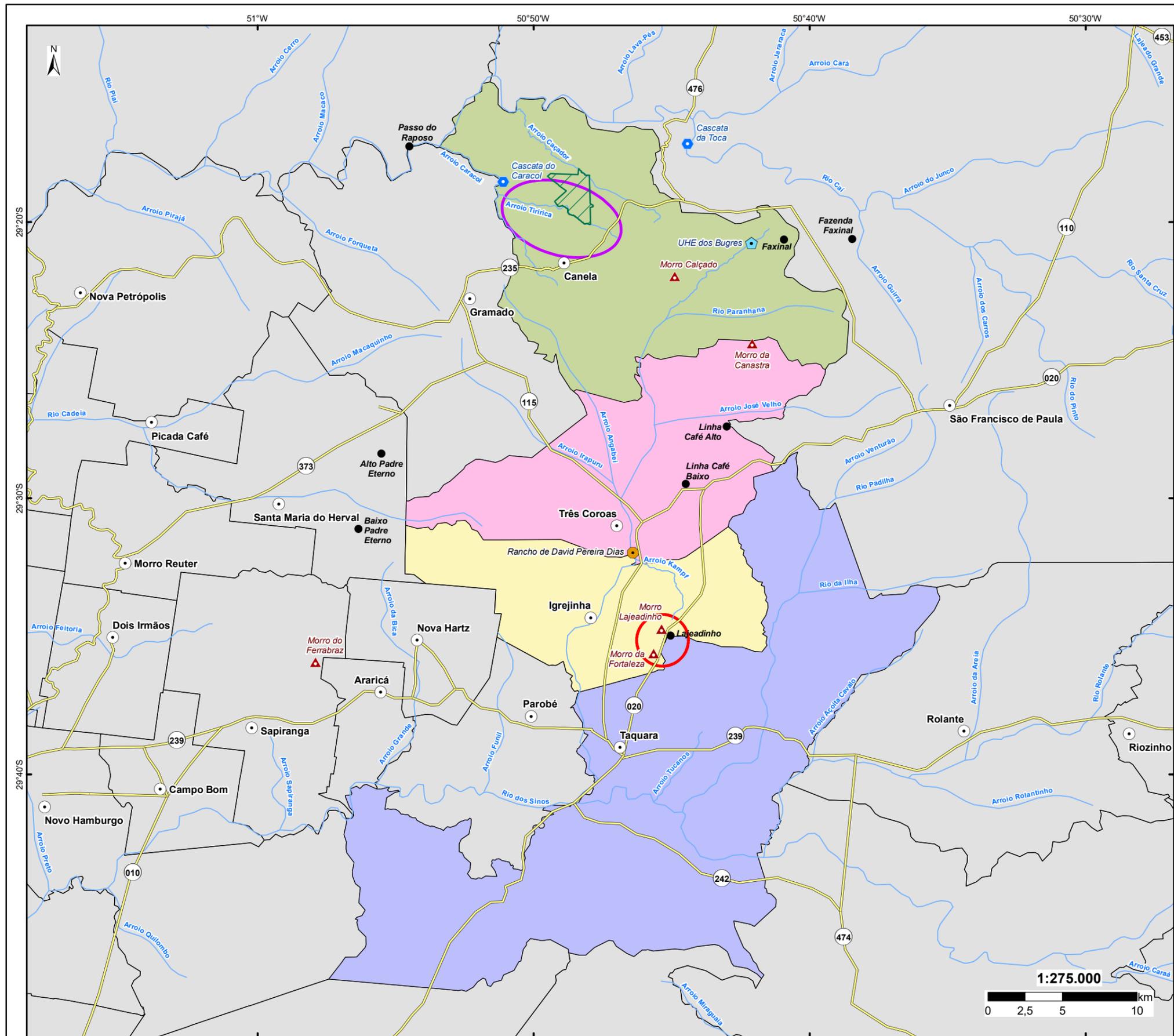
Erni Engelmann também afirma que os Kaingang, após o ataque, rumaram para o norte nas proximidades do Arroio Moreira, atual Irapuru. Depois passaram pela Linha Café, seguindo sempre pelo vale do Rio Santa Maria, atual Paranhana. Quando atingiram a Fazenda do Faxinal, localizada na região norte-noroeste do atual município de Canela, foram obrigados a desviar a rota para não se deparar com os colonos. A propriedade se estendia até município de São Francisco de Paula (onde estava a sede da fazenda do Faxinal), tendo o rio Caí como referência ao norte<sup>76</sup>. Quando desviaram sua rota, o grupo de *Niño* descansou próximo da Cascata da Toca e seguiu pelo leito do arroio Caará (Cará) e pelo rio Caí, até atingir o Passo do Raposo, onde estava o acampamento principal:

Os indígenas, depois de circundar a fazenda se dirigiram para o Rio Santa Cruz ou Caí, e perto de uma cascata – a da Toca – atravessaram o rio e entraram num pequeno vale na margem direita acima da cascata, pelo qual descia um arroio, que é o atual arroio Caraá. Neste vale há uma rocha, formando uma lapa que oferece certo abrigo. Ali os índios pararam alguns dias com suas vítimas. Deste esconderijo seguiram depois novamente em direção oeste, desceram o vale do Rio Santa Cruz, até as proximidades do Passo do Raposo, zona de espessa floresta, e onde era o acampamento definitivo do bando de João Grande (ENGELMANN *et al.*, 2003, p. 524).

---

<sup>75</sup> Informações segundo o portal “Do Hunsrück para Santa Maria do mundo Novo”, organizado com base no livro “A Saga dos Alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo” de Erni Engelmann, disponível em: <http://sagadosalemaes.faccat.br/cap14p.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

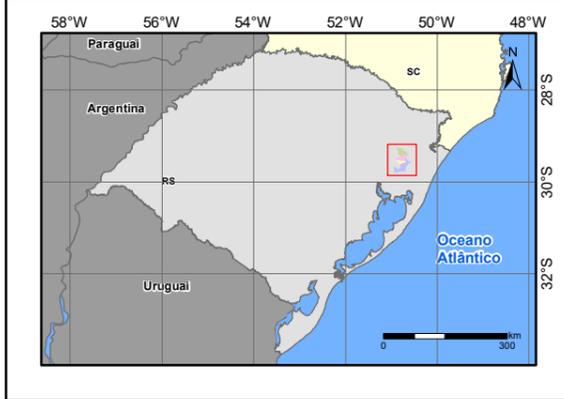
<sup>76</sup> A Fazenda do Faxinal era de propriedade de Felisberto Soares de Oliveira, terras localizadas a leste do rio Santa Maria, na altura do Morro Calçado e do “Arroio dos Bugres” (provavelmente onde fica a atual Usina Hidrelétrica dos Bugres do Sistema Salto, que é composto por outras quatro usinas: Canastra, Herval, Toca e Passo do Inferno).



### Contexto Nacional



### Contexto Regional



### Legenda

- Sede municipal
  - Localidade
  - ⬢ UHE dos Bugres
  - Rancho de David Pereira Dias
  - ⬢ FLONA de Canela
  - Provável localização da Propriedade de Pedro Wadenpuhl
  - Provável localização da Aldeia de Nívo
  - ⬢ Cascata
  - ▲ Morro
  - ~ Hidrografia
  - ⬢ Rodovia Estadual
- Limites administrativos:**
- Município de Canela
  - Município de Três Coroas
  - Município de Igrejinha
  - Município de Taquara
  - Estado do Rio Grande do Sul
  - Demais estados do Brasil
  - Demais países da América do Sul

### Fontes e Informações Cartográficas

FLONA de Canela (ICMBio, 2017); Sistema de Coordenadas Geográficas.  
 Hidrografia (IBGE, 2021); Datum: Sirgas 2000  
 Limite administrativo (IBGE, 2021);  
 Sede municipal (IBGE, 2021);  
 Localidade (IBGE, 2021);  
 Rodovia (IBGE, 2021).

**Figura 45 – Mapa do ataque de pay Nívo contra a família de Pedro Wadenpuhl na Colônia de Mundo Novo em 1852.**  
 Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em Março de 2023

Para os descendentes do *pay Nívo* que vivem em Canela, o acampamento principal ficava nas proximidades do arroio Tiririca, um dos cursos hídricos que transpassa a FLONA de Canela. O arroio Tiririca deságua no arroio Caracol, que segue para o rio Caí, próximo da ponte de Ferro Major Nicoletti (construída em 1932) e também conhecida como Ponte do Raposo. Segundo Eliana Rela e Luiza Iotti (2014), a ponte leva esse nome popular porque foi construída no antigo “Passo do Raposo”, que fazia parte da antiga “Fazenda do Raposo”, adquirida por Francisco José de Oliveira Raposo em 1776. Anos mais tarde, em 1914, a área do Passo do Raposo foi adquirida por Francisco Andreazza. Como as terras eram ricas em pinheirais, o novo proprietário montou uma serraria que funcionou por vários anos no local.

O relato dos Kaingang de Canela, indicando as proximidades do arroio Tiririca como local do acampamento principal do *pay Nívo*, condiz com o histórico de ocupação desse povo, que preferia fazer suas aldeias nas partes elevadas, com abundância de pinheirais e próximas das nascentes dos cursos hídricos tributários. Inclusive, existem registros de casas subterrâneas na divisão das bacias hidrográficas do arroio Tiririca e do arroio Caçador (que também transpassa a FLONA de Canela), conforme foi demonstrado por Maurício Salvador e Alcir Salvador, em atividade de campo no dia 7 de março de 2020 (Figura 46 e Figura 47):



**Figura 46 – Alcir Salvador indica o local de uma casa subterrânea na bacia do Arroio Tiririca próximo da FLONA de Canela.**

Fonte: Acervo do autor.



**Figura 47 – Maurício Salvador explicando a distribuição das casas subterrâneas.**

Fonte: Acervo do autor.

Segundo Luís Fernando Laroque (2000), os relatórios do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul também fizeram menção aos feitos do

*pay Nívo*. Primeiro contra João Mariano Pimentel e sua família e, posteriormente, em 08 de janeiro de 1852, contra a família de Pedro Wadenpuhl. São pelo menos quatro documentos oficiais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul citando o “bugre João Grande”:

- Relatório de 1º de outubro de 1852;
- Relatório de 6 de outubro de 1853;
- Relatório de 2 de outubro de 1854;
- Relatório de 30 de junho de 1855.

Apesar dos esforços das autoridades e dos colonos, o grupo de *Nívo* conseguiu voltar para seu acampamento principal e a família Pedro Wadenpuhl ficou com os Kaingang por meses. Até que uma das mulheres aprisionadas conseguiu fugir e avisar as autoridades. Luís Fernando Laroque (2000) reforça que para acabar com o grupo do *pay Nívo* as autoridades chamaram o *pay-bang Yotoahê*:

Nesse episódio também foi solicitado a colaboração de Yotoahê (Doble) para resgatar os prisioneiros, o qual, mesmo tendo uma de suas filhas casada com um dos guerreiros de Nicué, certamente atendendo a lógica das negociações estipulada por sua tribo, aceitou a missão. O desfecho final da trama após as informações recebidas por Maria, que, depois de quase um ano, conseguiu fugir do cativeiro Kaingang, foi uma emboscada de surpresa realizada pelo Chefe Yotoahê e o Capitão Francisco Müller ao pessoal de Nicué, resultando na libertação de Margarida e dos dois meninos, bem como na morte de grande parte dos nativos da subtribo, inclusive o Pay Nicué. (LAROQUE, 2000, p. 143).

O ponto primordial dessa história, que evidencia a descendência indígena de *Nívo*, está no fato de *Yotoahê* conhecer o *pay*, pois as duas lideranças participaram do grupo do *pay-bang* Braga. Além disso, Luiz Fernando Laroque fala que uma das filhas de *Yotoahê* era casada com um dos guerreiros de *Nívo*. Logo, não restam dúvidas sobre a “origem indígena” do líder do grupo kaingang na bacia hidrográfica do rio Caí. Também cabe destacar que, de acordo com Pierre Mabilde (1983) e Ítala Becker (1976), *pay Nívo* admitiu um escravo no seu grupo com grande influência nas estratégias de ataque e defesa. Marta Amoroso (2014) relata que essa era uma prática comum entre os indígenas, visto que os escravos traziam importantes informações e conselhos sobre o “mundo dos brancos”, tornando os ataques ainda mais efetivos.

O ataque contra a família de Pedro Wadenpuhl apresenta diversas informações que comprovam a existência do grupo do *pay Nívo* na bacia hidrográfica do rio Caí.

Sistematizando as informações citadas anteriormente (nos relatos, jornais e fontes oficiais) é possível visualizar parte do território controlado por essa liderança. O mapa exposto na Figura 45, mostra que o grupo circulava por extensa área e que, mesmo com a chegada dos colonos, *pay Nivo* seguia no controle de boa parte do seu território. Foi somente com o auxílio de outro grupo kaingang (*Yotoahê*), que o Estado conseguiu amenizar os conflitos na bacia hidrográfica do rio Caí.

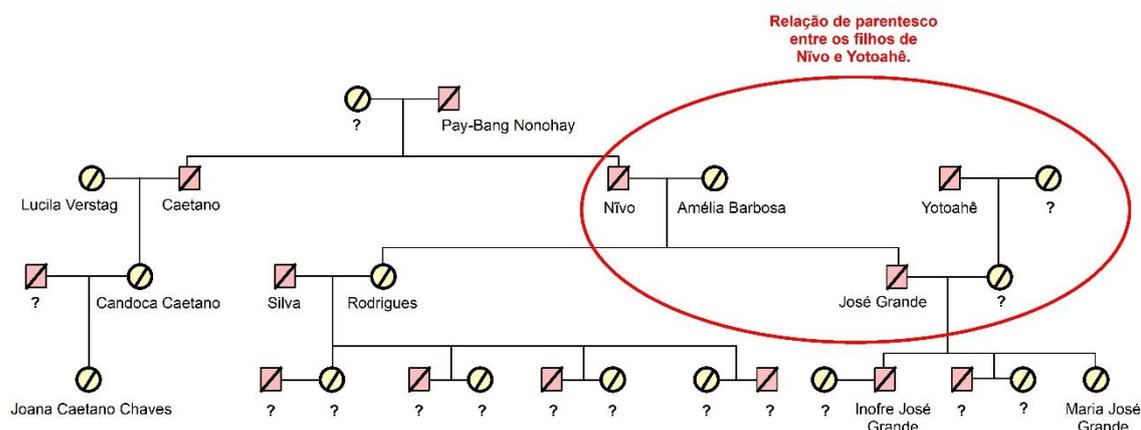
O mapa da Figura 45, além de espacializar os fatos históricos, também é muito importante para os Kaingang da retomada territorial *Kógũnh Mág*, **pois demonstra que o pay Nivo controlava um território que engloba a atual FLONA de Canela**. Todas as informações apresentadas produzem um “cercamento” da unidade de conservação federal, mostrando que a reivindicação da comunidade é legítima, e que o grupo está lutando de fato por um território tradicionalmente ocupado pelo povo Kaingang, em especial pelo *pay Nivo*.

Outra questão importante desse caso de 1852, diz respeito a morte de *pay Nivo*. Apesar das fontes oficiais afirmarem que o “bugre João Grande” foi morto no resgate da família Wadenpuhl, os Kaingang discordam dessa versão. Segundo Maurício Salvador (em diálogo via aplicativo de mensagens no mês de junho de 2022), alguns *kófas* afirmam que *Nivo* e *Nicué* não eram a mesma pessoa, na verdade seriam dois irmãos que faziam parte do mesmo grupo, e apenas um deles morreu no ataque.

Outros fatos, relatados por Maurício Salvador, afirmam que *Yotoahê* na verdade tinha relações com um dos filhos de *Nivo*, sua filha era casada com “José Grande”. Logo, devido as relações de reciprocidade estabelecidas na cosmologia Kaingang, o genro vivia no grupo de *Yotoahê*. Quando o ataque contra *Nivo* foi organizado, José Grande teria fugido e avisado sobre a ofensiva das forças oficiais, o que permitiu a fuga do *pay Nivo*. Essa relação de parentesco também aparece no trabalho de Ana Freitas e Rodrigo Venzon (2008), no mapa genealógico da Figura 48 é possível observar a relação.

Ainda segundo Maurício Salvador, esse movimento de José Grande revoltou *Yotoahê*, por esse motivo, o sogro matou o genro no conflito de Canela. A filha de *Yotoahê*, revoltada com o pai, cortou relações e se estabeleceu nas proximidades dos toldos de Carreteiro, Caseiro e Campo do Meio, onde ainda é possível encontrar

alguns parentes de *Nĩvo*. Como o grupo passou a ser perseguido, *Nĩvo* precisou se retirar da bacia hidrográfica do rio Caí e procurou abrigo junto com o *pay-bang* Braga, vindo a falecer em Nonoai.



**Figura 48 – Relao entre os filhos de *Nĩvo* e *Yotoahê*.**  
Fonte: Adaptado de Ana Freitas e Rodrigo Venzon (2008, p. 21).

Independentemente da versão, o fato é que o ataque contra *Nĩvo* promoveu a desterritorializao do grupo. Não existem relatos bibliográficos sobre o caminho que cada um seguiu. Mas sabemos que alguns de seus parentes permaneceram no entorno do seu território originário, vivendo escondidos nas matas, procurando os aldeamentos oficiais e as aldeias que surgiram nas proximidades.

Ana Freitas e Rodrigo Venzon (2008) fizeram a reconstituo do passado de alguns descendentes. Como a família de Antnia Padilha (vinte e três filhos) que, na década de 1870, saiu das margens do arroio Tiririca e se deslocou até a Serra Grande (bacia hidrográfica do rio Jacuí) e as terras da “Fazenda Borboleta”<sup>77</sup>. Antnia Padilha era uma indígena Guarani (com laços parentais na antiga aldeia dos Anjos em Viamão) e esposa de João Carlos Barbosa Rodrigues, filho do *pay Nĩvo*. João Rodrigues foi assassinado na década de 1870 devido aos conflitos com a frente de colonizao. Segundo relatos (coletados pelos pesquisadores) os descendentes de *pay Nĩvo* passaram pelo rio Santa Cruz, desceram o rio das Antas (*jor t Goj*), depois o rio Fo – rio das Araucárias (*Fg t Goj*); até a Serra Grande e a Borboleta (*Re Tj*).

<sup>77</sup> O povo Kaingang manteve aldeias na Serra Grande até a década de 1960, quando foram expulsos definitivamente do território. Os primeiros movimentos de expulsão e confisco das terras da Borboleta ocorreram, segundo Ana Freitas (2005), no período da Revoluo Federalista do Rio Grande do Sul (1893-1895).

Nesse novo território fixaram residência, até que foram expulsos por novas frentes de colonização.

Apesar da desarticulação e da desterritorialização, os feitos de *Nivo* ainda estão registrados na memória dos Kaingang, que até hoje relatam as façanhas do *pay* que não aceitou a política dos aldeamentos. *Pay Nivo* transcendeu a figura histórica de liderança e se transformou na ligação dos Kaingang com o território. Sua imagem lendária é um vínculo territorial na bacia hidrográfica do rio Caí. A cosmologia Kaingang pressupõe que *pay Nivo* ainda habita esse território. As ações de extermínio do Estado apenas venceram seu corpo, no entanto, seu espírito ainda está presente. Maurício Salvador destaca a importância do *pay Nivo* para a retomada *Kógũnh Mág*:

Muito foi dito sobre o cacique João grande, *Nicué* ou *Nivo*, como ele era conhecido. As lutas, como eram as regras dele, tudo isso ainda vem até hoje. As histórias relatadas pelos nossos velhos ai. Olha ele foi uma, que os velhos que vem falando dele, eu pesquisei também sobre isso. Ele foi sempre um líder muito forte e muito guerreiro. Ele sempre apresentava esse posto de um líder maior de organização e também de sabedoria. Ele sempre colocava o objetivo das comunidades o fortalecimento da cultura. Sempre fortalecendo a cultura. E ele sempre batia muito forte na questão da liberdade. Não tinha uma visão de aldeamento, digamos, de unir os indígenas em um local só. Ele não tinha esse pensamento. Ele batia muito na questão que o território acabava em tal lugar e iria a tal lugar. Então quando ele falava do *ẽmã mág*, daí ele dizia do Brasil inteiro. Então ele sempre colocava que o indígena Kaingang era livre para estar indo e voltando nessas divisas desse território, que é o Brasil. Nunca aceitando que o Governo Imperial daquela época, da colonização, colocava para as comunidades indígenas e para os líderes indígenas. Ele nunca obedecia, sempre ia ao contrário do que eles queriam. E ele também conflitava muito nesse tempo, no tempo da colonização. Sempre comentavam que ele foi um cacique que teve mais conflitos com a colonização daquela época. E outras lideranças aceitavam esse aldeamento do povo Kaingang. Então o que ele fez? Qual é a importância dele? eu acho que sempre tá batendo nisso. Sempre peleando por isso, pela liberdade do povo Kaingang. Nunca baixando a cabeça. Nunca dizer que a nossa identidade não é certa, acho que deve ser isso. Ele sempre bateu na questão cultural. Que a gente fosse forte na questão cultural, das nossas ervas medicinais, do espírito e da nossa coragem. Então ele sempre foi uma liderança grande, de um pensamento bem diferente, bem diferente eu acho. Hoje as lideranças que eu vejo, eles também têm uma cabeça bem diferente também. Ele não gostava de receber ordens do Governo. Não gostava da organização que os Governos daquela época queriam impor as comunidades indígenas. Então ele ia de encontro a isso. Teve muitos conflitos também com essa temporada de colonização. Então ele sempre foi uma liderança nesse sentido. Uma liderança grande, um cacique grande, que tinha um pensamento muito grande. Um pensamento de futuro a longo prazo. E que a gente vem peleando por causa disso. Acho que esse legado que ele deixou, de que não deixar que o homem branco diga o que é nosso. Eles querem uma prova, então acho que é olhar para as nossas culturas, eu sempre tento buscar esse pensamento que ele tinha. Mas o pensamento que ele tinha, eu acho que era: o homem branco não sabe as divisas do nosso território. É nós que sabemos. Mais nesse sentido. Nós mesmos demarcamos as nossas terras. Não precisa o homem branco vir demarcar para a gente. Acho que é

esse pensamento que ele tinha e que deixou de legado para a gente. Então, esse pensamento que colocamos aí, a gente vem peleando por causa disso. (Maurício Salvador, 23 de maio de 2022).

Os vínculos territoriais podem ser (e são) representados por elementos materializados no espaço geográfico: as casas subterrâneas são citadas constantemente como um argumento para a reivindicação da demarcação. Os pesquisadores facilmente conseguem identificar as estruturas escavadas pelos antigos Jê Meridionais. Por outro lado, um vínculo territorial pode estar oculto ou passar despercebido para a maioria das pessoas. Esse é o caso da figura do *pay Nivo*, uma liderança que pouca atenção recebeu dos registros oficiais, mas que nunca saiu da memória e das histórias do povo Kaingang. Uma imagem que inspira e fortalece a luta pela demarcação do território *Kógũnh Mág*.

O conceito de vínculo territorial é pensado aqui conforme Álvaro Heidrich (2006). Os atores e o território não precisam estar conectados por uma questão material, essa relação pode ser de ordem simbólica, como a figura do *pay Nivo*. Cada comunidade e seus atores podem estabelecer ligações com o espaço que são resultados de ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. *Nivo* representa todo o território ocupado pelo processo de colonização na bacia hidrográfica do rio Caí. Um território que os Kaingang lutam para recuperar.

### **3.9.2 Desterritorialização e o avanço da colonização**

Com a desarticulação do grupo de *Nivo* e as aproximações dos *pay-bang* Braga e *Yotoahê* aos aldeamentos, o Governo teve condições de avançar seu projeto de colonização nos tributários do rio Jacuí. O cacique Braga primeiro buscou o aldeamento do Pontão, depois se deslocou para o Campo do Meio e, segundo Ítala Becker (1976), migrou na década de 1870 para o aldeamento Ligeiro. O mesmo aconteceu com *Yotoahê*, que visitava vários aldeamentos em diferentes partes do Rio Grande do Sul. Essa migração constante comprova que os Kaingang mantiveram uma territorialidade baseada na mobilidade, usando os aldeamentos como pontos de apoio para seus interesses (novos vínculos territoriais surgiram em torno dos aldeamentos).

A política indígena do Império foi desastrosa para os Kaingang do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois promoveu a desterritorialização da maioria dos grupos indígenas que viviam livres pelas matas da região Sul do Brasil. Por outro

lado, foi muito eficiente do ponto de vista do Estado. No intervalo de pouco mais de cinquenta anos, o Governo conseguiu desarticular praticamente todos os territórios Kaingang da região Sul, obrigando os grupos a viver em espaços cada vez menores e sob a vigilância das autoridades. Segundo José Catafesto de Souza (1998), o projeto do Império conseguiu concentrar os Kaingang, Xokleng e Guarani nos poucos aldeamentos oficiais no norte do estado. Projeto que só foi possível com a força militar e com as alianças que as autoridades tramaram com algumas lideranças indígenas.

Essa política nefasta foi tão competente, que quando chegaram no Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes italianos, poloneses, russos e etc. (no final do século XIX), já não existia uma resistência indígena tão forte e articulada como nos primeiros anos da colonização. A cidade de Caxias do Sul, um dos símbolos da imigração italiana, foi erguida em cima do antigo “Campo dos Bugres”, um local de extrema relevância para os Kaingang. Contudo, os antigos grupos de Braga, *Yotoahê*, *Nívo* e etc., que dominaram os territórios da bacia do rio Taquari/Antas por anos, já não apresentavam contingentes populacionais que pudessem fazer frente as forças do Estado que protegiam os colonos.

Além disso, segundo José Catafesto de Souza (1998), a chegada dessa segunda onda de imigrantes é coincidente com o avanço da exploração comercial madeireira e mineral no Planalto Meridional. As novas colônias de imigrantes foram estabelecidas nas áreas de predomínio da araucária, onde as empresas de extração de madeira “limpavam” o terreno e as empresas de colonização faziam a demarcação dos lotes. Assim, os colonos encontravam uma terra propícia para produzir e sem populações hostis que pudessem “atrasar o desenvolvimento econômico” da região.

Apesar da pressão da colonização, os indígenas continuavam frequentando seus espaços ancestrais. Aline Francisco (2013) lembra que mesmo com o fechamento de vários aldeamentos na segunda metade do século XIX, os Kaingang estavam vivendo nas proximidades, escondidos nos resquícios de floresta. Como exemplo, a autora cita o caso do aldeamento da Guarita, que foi extinto em 1852, mas as terras seguiam ocupadas pelo grupo *pay-bang Fongue*, que se negava a migrar para Nonoai. José Catafesto de Souza (1998) descreve situação semelhante, com o avanço da imigração os povos originários e seus descendentes (muitos já vivendo nas vilas e fazendas) ficaram confinados aos vales dos rios e aos morros pedregosos.

Nesses locais, pequenos grupos familiares conseguiam viver nas áreas onde a “moderna” agricultura e a pecuária não conseguiam chegar.

Esse processo de desterritorialização promoveu a perda de territórios que eram vivenciados por gerações. Algumas práticas espaciais foram abandonadas (as casas subterrâneas não eram mais seguras). Porém, isso não significa que os Kaingang perderam seus vínculos com o território. Novos marcadores foram criados, se o grupo não podia se reunir no entorno das casas subterrâneas, os aldeamentos oficiais supriam em parte essa demanda. Muitas famílias visitavam os aldeamentos para obter alguma vantagem e sempre que podiam, voltavam a vida itinerante longe das regras do colonizador.

As ações do Império do Brasil ao longo do século XIX, apesar de iniciar com a revogação da “Guerra Justa”, foram responsáveis pela a maior desterritorialização Kaingang. Mesmo perdendo o controle físico sobre seus territórios, muitos grupos seguiram resistindo ao processo civilizatório. A desterritorialização sempre é seguida de uma reterritorialização. Elementos marcados na paisagem e as memórias transmitidas de geração em geração continuavam ligando esse povo aos seus territórios ancestrais. Os territórios Kaingang não existem nos mapas do Estado, mas estão vivos na memória e no sentimento de pertencimento desse povo (pay *Nívo* e a retomada *Kógũnh Mág* comprovam esse fato).

As medidas patrocinadas pelo Estado, com o poder atribuído às províncias (fortalecendo os interesses das elites locais), a política de imigração e de aldeamento, o Regimento das Missões e a Lei de Terras de 1850, garantiram a efetivação de uma prática espacial que perdura até hoje no nosso país: a propriedade privada se efetivou como algo intocável e inviolável. O projeto territorial do Estado conseguiu se sobrepor e, durante a segunda metade do século XIX, o país experimentou a concentração legalizada da terra e o aumento dos conflitos com os povos que ainda viviam distanciados dos principais núcleos da sociedade nacional.

Segundo Lia Osório Machado (1997), esse foi um dos principais problemas domésticos herdados pelo regime republicano instalado no país no dia 15 de novembro de 1889.

### 3.10 Política indigenista da Primeira República e a Instituição do SPI

Na segunda metade do século XIX a política dos aldeamentos entrou em declínio. Com o fim do Império e com os pensamentos republicanos, novas ideias pairavam sobre a questão indígena no país, sendo assim, coube às personalidades positivistas a defesa da política indígena implementada na República<sup>78</sup>. Segundo Cíntia Rodrigues (2008, 2011 e 2019), os positivistas entendiam que os povos indígenas estavam na etapa “fetichista” da civilização (com base na lei dos três estados de Auguste Comte) e podiam progredir para um novo estágio com a ajuda do Governo. Por esse motivo, era preciso ampará-los e protegê-los. Os positivistas brasileiros defendiam que os indígenas pertenciam a “nações soberanas e livres” e competia ao Governo respeitar e demarcar os territórios de forma justa, além de auxiliar essas populações no processo de ascensão civilizatória.

Como ressalta Aníbal Quijano (2002, 2005a, 2005b), ideias e pensamentos europeus chegavam na América sempre colocando os indígenas como povos que viviam em fases civilizatórias anteriores. Para essas teorias, os indígenas eram simplesmente primitivos que precisavam ser “domesticados” e “guiados” pelo caminho da modernidade europeia. Essa visão etnocêntrica se enraizou facilmente no projeto colonial. O europeu naturalizou a ideia de que era superior aos demais e não fazia sentido discutir a posição dos indígenas na sociedade. O colonizador estava sempre em um nível superior, portanto, era o seu papel decidir como e quando as coisas iriam acontecer.

Apesar da grande influência de alguns pensadores na República, os ideais positivistas a respeito da questão indígena não foram acatados na Constituição Federal de 1891. A primeira carta magna republicana não fez nenhuma menção sobre o assunto e ainda criou uma grande confusão quando, no artigo nº 64, a União transferiu as terras devolutas para os estados federados. Esse fato permitiu que as

---

<sup>78</sup> As ideias positivistas ganharam grande força no Brasil no final do século XIX e sua influência foi forte até pelo menos a década de 1930. Miguel Lemos e, posteriormente, Teixeira Mendes, ao assumirem a liderança da propaganda da Religião da Humanidade no Brasil, investiram em publicações que foram constantes até a República Velha, com textos inclusive de Auguste Comte. A Igreja Positivista do Brasil (que teve seu nome alterado algumas vezes e foi conhecida como Centro Positivista Brasileiro, Apostolado Positivista do Brasil, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil) chegou a ter uma gráfica própria e contribuiu para a formação do pensamento intelectual brasileiro em diversas áreas (PEZAT, 2007).

autoridades regionais passassem a reduzir paulatinamente as terras dos antigos aldeamentos. Novos projetos de colonização foram liberados e construídos nas terras indígenas (CUNHA, 2018b).

Durante alguns anos se disseminou a ideia que todas as terras indígenas eram devolutas. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2018a e 2018b), essa interpretação era equivocada, pois apenas aquelas terras que pertenceram aos antigos aldeamentos extintos (sem a presença de populações originárias) poderiam ser enquadradas nesse argumento. O jurista João Mendes Júnior (1912) explica essa questão em sua obra “Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos”, argumentando que as terras do indigenato, que são originalmente reservadas, jamais seriam terras devolutas<sup>79</sup>.

No começo da República novos conflitos ganharam destaque na sociedade, sendo que um dos casos de maior repercussão ocorreu em São Paulo e envolveu o povo Kaingang. Nos primeiros anos do século XX, a frente de expansão paulista completou sua marcha para o oeste, com fazendas avançando nas bacias hidrográficas dos rios Paranapanema, Tietê e Grande que desaguavam no rio Paraná (conforme previsto no mito de origem Kaingang, corriam para o poente). Para garantir o desenvolvimento regional, o Governo apostou na abertura da Ferrovia do Oeste Paulista, mas logo nos primeiros movimentos os conflitos com os povos originários se intensificaram<sup>80</sup>. Segundo Darcy Ribeiro (2017), inicialmente a frente de expansão paulista confrontou o povo Oti-xavante, que rapidamente foi reduzido a uma dezena de pessoas. Os Oti-xavante eram tradicionais rivais dos Kaingang que, com a redução populacional dos concorrentes, avançaram territorialmente e passaram a confrontar os colonos e as equipes da ferrovia.

As frentes de expansão do final do século XIX promoveram a ocupação das últimas grandes faixas de floresta atlântica ainda em pé no interior do país. Justamente

---

<sup>79</sup> A Tese do Indigenato do jurista João Mendes Júnior, defende que o direito à terra dos povos originários é anterior ao próprio Estado brasileiro.

<sup>80</sup> No final do século XIX e início do século XX o Brasil passou por investimentos ferroviários que impactaram diversas populações indígenas, a Ferrovia do Oeste Paulista foi uma delas, mas também merece destaque a Ferrovia São Paulo – Rio Grande, conectando São Paulo e os três estados do Sul) com impactos aos Kaingang e os Xokleng, e a Ferrovia Vitória – Minas, conectando Espírito Santo e Minas Gerais pelo vale do Rio Doce, com impactos, principalmente, sobre o povo Krenak.

nos locais que viviam os grupos isolados do Sul e do Sudeste que sobreviveram aos ataques dos bandeirantes, dos bugreiros e dos colonos em séculos passados. A maioria dos grupos contava com pequenas populações, fracionados e muitas vezes hostis uns aos outros. Mesmo assim, o fato de conhecer cada detalhe do espaço geográfico transformou esses povos em um obstáculo à integração de seu território na economia nacional. Com um aparato tecnológico mais moderno, com uma ganância voltada para abertura de áreas destinadas à agropecuária e sem a necessidade de poupar vidas para o trabalho escravo, o colonizador focou apenas em “limpar” o território (RIBEIRO, 2017).

A resistência indígena trouxe prejuízos financeiros e agitou os jornais com notícias das atrocidades cometidas de ambos os lados. Como o caso dos Kaingang em 1905, uma ofensiva que vitimou toda uma equipe de agrimensura das estações ferroviárias de Lins e Araçatuba. Os conflitos contra a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo no rio Feio-Aguapeí também receberam a atenção dos jornais. Segundo Herbert Baldus (1953), cerca de duzentos homens armados (bugreiros) acompanharam os engenheiros da comissão, bastando apenas algumas investidas para silenciar os donos do território e liberar a área para a equipe trabalhar. O relatório de Júlio Bierrénbac Lima Júnior, 2º ajudante da comissão, mostrou como as relações aconteceram:

E assim, a nossa expedição, compondo-se de 34 trabalhadores, 1 sargento, 3 praças e o Snr. Geraldo Sampaio, que ia servindo de auxiliar, largava, a 15 de Novembro de 1905, as 9 horas da manhã, o então denominado porto Jacaré.

Com o fim de evitar o ataque dos selvagens, 2 turmas, tendo cada uma cinco homens practicos de matto, seguiam nas margens do rio.

(...). A 27 vinjámos desde as 7 horas sem maior novidade, quando ás 9 horas e 40 por um dos practicos fomos avizados da proximidade dos índios, e, de facto, encontramos pouco adiante, em uma curva do rio, um numeroso grupo de índios, o qual foi por nós desbaratado, tendo elles na fuga deixado 34 flechas, 2 arcos, 1 vara de pescar e outros pequenos objectos. É possível que tenha havido perdas da parte delles, attenta a grande quantidade de sangue que encontramos no local. (LIMA JÚNIOR, 1906, p. 11-12).

Darcy Ribeiro (2017) ainda destaca que para algumas pessoas esse clima de pavor era extremamente lucrativo. Os boatos sobre as atrocidades dos indígenas permitiram a especulação com o preço das terras, gerando bons lucros aos comerciantes. O mesmo clima de ódio e vingança favorecia os bugreiros, que foram convocados e organizados publicamente. Alguns chefes desses bandos aproveitaram

a tensão para arrecadar mantimentos e recursos junto aos colonos e os grandes fazendeiros.

Os confrontos ocorreram por todo o país, no Sul, Martinho Marcelino de Jesus, também conhecido como “Martinho Bugreiro” ou “Martin Bugreiro”, ganhou fama por ser o “maior matador de indígenas” da região. O bugreiro ficou famoso por comandar um grupo armado, especializado em caçar os povos Kaingang e Xokleng no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (Figura 49 e Figura 50).



**Figura 49 – Grupo de bugreiros em Santa Catarina liderados por Martinho Marcelino, à direita de calça branca, paletó e boné.**

Fonte: Museu do Índio<sup>81</sup>.



**Figura 50 – No centro da canoa, Martinho Marcelino, conduz as crianças indígenas para distribuí-las entre os matadores de seus pais em Santa Catarina.**

Fonte: Museu do Índio<sup>82</sup>.

Os ataques dos bugreiros eram executados em momentos que poderiam causar o maior número de vítimas, o que aumentava o prestígio do bando junto aos locais. No período republicano, os bugreiros atuaram intensamente no interior de São Paulo e no Sul do Brasil, forçando muitos povos a alterar completamente sua territorialidade. Nesse momento a mobilidade característica dos Kaingang já não era mais focada na busca de recursos que o território fornecia, mas visava, principalmente, escapar dos contatos com pessoas hostis:

No meio desse cerco feroz, o índio era compelido a um comportamento de fera. Esgueirava-se pela mata, procurando confundir-se com ela para não ser

<sup>81</sup> Os registros dão conta que Martinho Marcelino viveu entre 1876 e 1936, a fotografia é, possivelmente, de um relatório não identificado do SPI. A imagem está disponível no acervo do Museu do Índio: <http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/a10/spi11002.jpg>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

<sup>82</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório não identificado do SPI. A imagem está disponível no acervo do Museu do Índio: <http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/a10/spi11005.jpg>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

percebido; esquivava-se de todo encontro e, quando isto era impossível, sabia que sua única chance era matar primeiro. Não tinha pouso certo, perambulava sempre, evitando deixar qualquer rastro que denunciasse o rumo que tomava. Para as cerimônias em que vários bandos deviam reunir-se, cercava-se de todas as precauções, cavava profundas trincheiras e minava as imediações como fojos – buracos disfarçados com uma fina camada de gravetos e folhas que escondiam lanças e longos estrepes. (RIBEIRO, 2017, p. 104-105).

O extermínio das populações originárias foi defendido e reclamado como um remédio para a segurança civilizatória. Segundo Marina de Freitas (2019), no município de Blumenau (SC) os periódicos locais publicaram notícias incentivando o extermínio dos indígenas. Esse foi o caso do jornal “*Der Urwaldsbote*”, lançado em 1893 pelo pastor Hermann Faulhaber e dirigido por Eugen Fouquet. O contraponto local ocorreu no jornal “*Blumenauer Zeitung*” (fundado em 1881 por Hermann Baumgarten), onde artigos do médico Hugo Gensch chamavam Eugen Fouquet de “fanático germanófilo”.

O Estado tentou amenizar a situação revogando o poder dos entes federados com relação a promoção da catequese e civilização dos indígenas (previsto no Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889). As questões indígenas voltaram a ser exclusivas da União, devendo ser promovidas pelo novo “Ministério Negócios da Agricultura, Industria e Commercio” (Decreto 1.606, de 29 dezembro de 1906).

Mesmo assim, o discurso difamatório contra as populações originárias ganhou cada vez mais adeptos. No âmbito acadêmico, o diretor do Museu Paulista, Herman Von Ihering (1907), publicou um artigo criticando a política indígena praticada no início da República. O diretor elogiou a antiga postura dos jesuítas (os únicos que conseguiram bons resultados com alguns grupos), recriminou as ideias positivistas e defendeu abertamente que os indígenas das matas do Oeste Paulista eram “incivilizáveis”. Herman Von Ihering defendeu que ao invés de investir em políticas de aproximação o Governo deveria apostar na ampliação da imigração e no extermínio daqueles que impediam o progresso da nação.

A repercussão do caso agitou positivistas, acadêmicos e diversos setores da sociedade civil. A situação indígena do país ganhou uma proporção nunca antes vista, ao ponto de o Brasil ser acusado publicamente, em 1908, no XVI Congresso de Americanistas de Viena de promover o massacre das populações originárias. O Governo precisou tomar novas providências. Para tanto apostou em uma figura de

prestígio e com histórico de sucesso no trato com as populações indígenas. Assim, o militar Cândido Mariano da Silva Rondon foi convidado para chefiar a política de colonização pacífica dos povos indígenas da República (CUNHA, 2018b).

O Marechal Rondon foi um engenheiro militar, com forte influência positivista e que já havia trabalhado na Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. Devido essa experiência, Rondon assumiu a chefia da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso e, posteriormente, a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, que favoreceu a colonização e o desenvolvimento agropecuário dessas regiões:

Por volta de 1906, linhas telegráficas tinham sido instaladas da ponta meridional do Rio Grande do Sul até a rede que estava partindo da parte central de Mato Grosso. Foi naquele ano, que um jovem engenheiro do exército, Cândido Rondon, foi encarregado de uma tarefa quase impossível – a construção de uma linha telegráfica da capital de Mato Grosso em direção ao noroeste, através dos rios tributários do Tapajós, por 1.150 quilômetros, até a cidade pioneira de Santo Antônio, no rio Madeira, a uns três mil e quinhentos quilômetros ao oeste da protuberância litorânea. O efeito perturbador sobre os índios desta invasão rápida e extensa de terras, que eles sempre tinham considerado com suas, foi aumentado pela maneira como esta penetração foi conduzida. Semelhantemente às estradas de ferro, as linhas telegráficas no interior distante nem sempre seguiram as rotas estabelecidas de viagem mas, ao contrário, abriram caminho através de regiões quase desconhecidas. (STAUFFER, 1959, p. 88-89).

A “Comissão Rondon” foi acompanhada por pesquisadores e naturalistas, o que rendeu diversas publicações sobre as regiões isoladas do país. Além disso, esses trabalhos ajudaram a disseminar a política de pacificação adotada por Rondon: evitar o confronto com indígenas em seus territórios (Figura 51).

Devido a fama, o Marechal Rondon foi chamado a coordenar o novo órgão no âmbito do “Ministério Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”, onde poderia colocar as ideias positivistas em primeiro plano. Assim, o Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN), e o Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911, regulou as atividades do primeiro órgão indigenista brasileiro<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> O Estado sempre alocou o SPI em ministérios afinados com a política de “desenvolvimento nacional”, do Ministério Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1910, foi para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, depois para o Ministério da Guerra em 1934 e finalmente voltou ao Ministério da Agricultura em 1939, onde ficou até sua extinção em 1967.



**Figura 51 – Cândido Rondon com os indígenas Nhambiquara-mamaindê nas expedições de implementação da rede telegráficas no Mato Grosso entre os anos de 1907-1909.**

Fonte: Cândido Rondon (2019, p. 26).

A legislação aparentemente teve trechos progressistas, deixou claro o direito originário sobre as terras e a liberdade de viver de acordo com seus modos de vida. Também contemplou os ideais positivistas, destacando que as populações indígenas precisavam de apoio para atingir os níveis mais elevados da “civilização”. O novo núcleo deveria atender também os trabalhadores rurais, colocando ambos no mesmo escopo e reforçando a antiga tentativa de “civilizar” e “transformar” os indígenas em trabalhadores rurais. No entanto, a especificidade da questão indígena obrigou o Governo a dividir o SPILTAN em 1918, dando origem ao Serviço de Proteção aos Índios (Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918).

Segundo Darcy Ribeiro (2017), as atividades de pacificação do Marechal Rondon logo quebraram o discurso corrente de que o indígena era “incivilizável”. O novo núcleo também impunha uma política, pelo menos no papel, de que os indígenas deveriam viver dentro do seu próprio território, era fundamental evitar os deslocamentos forçados e a desarticulação familiar. O SPI buscou acabar com a prática dos “descimentos”, antiga medida que retirava os indígenas de seus territórios para aproximá-los dos núcleos urbanos.

Logo nos primeiros anos de atuação, buscando dar uma resposta rápida para a sociedade, o SPI se dedicou aos casos mais latentes na mídia, como a questão Kaingang no estado de São Paulo. Os representantes do Governo seguiram a lógica

que Rondon testou com sucesso em outras regiões: a aproximação com os grupos “hostis” era realizada aos poucos, sempre coordenada por um funcionário experiente e com uma equipe muito bem orientada na política da instituição. O SPI montava acampamentos dentro do território indígena. Quando era necessário mostrar a força que dispunha (armamento) o grupo atirava para o alto para assustar e nunca para ferir ou matar. A equipe de aproximação sempre contava com guias e intérpretes que ajudavam a identificar os locais mais frequentados. Como o cacique Rerim e a indígena Vanuire, que foram intérpretes do SPI em São Paulo (Figura 52)<sup>84</sup>. Nos pontos apontados pelos guias os agentes do Estado deixavam “presentes” (como ferramentas, roupas e alimentos) que indicavam as boas intenções. (RIBEIRO, 2017).



**Figura 52 – Na imagem o cacique Rerim (centro), sua esposa (esquerda) e Vanuire (direita), intérpretes Kaingang do SPI em São Paulo.**

Fonte: Luís Bueno Horta Barbosa (1947, p. 34).

Os agentes do SPI consideram que a missão de “pacificação” era bem sucedida no momento que os agentes e os povos “hostis” conseguiam realizar atos de confraternização e passavam a conviver no acampamento (Figura 53 e Figura 54). Foram as medidas do SPI, entre os anos de 1910 e 1930, que contataram os últimos grupos Kaingang isolados. Segundo Niminon Pinheiro (1992), os relatos da época

---

<sup>84</sup> Rerim e Vanuire eram originários dos Campos Novos do Paranapanema (PR) e haviam sido aprisionados por um bugreiro.

mostram que eles estavam procurando a paz havia muitos anos, mas não sabiam como proceder, porque sempre que se aproximavam eram recebidos com violência.



**Figura 53 – Grupo da frente de atração Kaingang no acampamento de Ribeirão dos Patos (Lins –SP) em 1917.**

Fonte: Museu Ferroviário de Bauru<sup>85</sup>.



**Figura 54 – Grupo Kaingang usando fardas militares no acampamento de Ribeirão dos Patos (Lins –SP) em 1917.**

Fonte: Museu Ferroviário de Bauru<sup>86</sup>.

Aparentemente os Kaingang que viviam no Oeste Paulista não conheciam a realidade dos seus parentes dos demais estados do Sul. A reação ao contato foi completamente diferente. Apesar da aproximação também visar o fortalecimento contra os rivais (aos moldes dos demais grupos), eles não tinham noção da dimensão da sociedade que ocupava seus territórios. Os relatos da época indicam que os Kaingang de São Paulo acharam que finalmente convenceram seus novos aliados de que poderiam prover sua proteção:

Vejamos o desenvolvimento desse processo de desintegração da imagem tribal no caso dos Kaingang paulistas. Durante os primeiros dois anos de contato, estes índios mantiveram uma altitude altaneira – estavam certos de que haviam amansados os brancos. Vauhim, em cada visita ao acampamento, abraçava longamente o doutor Luiz Bueno Hora Barbosa, que dirigia os trabalhos de pacificação, e seus principais auxiliares, repetindo bondosamente: “Não tenham medo, nós os protegeremos”. Referia-se às outras bordas da tribo que ainda não haviam confraternizado e que o próprio Vauhim procurava manter afastadas. Sua política era servir-se da aliança com os brancos bem armados que “amansara” para se impor aos outros grupos com os quais estava em guerra. Para isto procurava convencer o inspetor de que os outros constituíam tribo diferente e inimiga, da qual só se podia esperar violência e hostilidade. (RIBEIRO, 2017, p. 237).

<sup>85</sup> Imagem disponível em: <https://www.projetomuseuferroviario.com.br/grupo-formado-poucos-dias-apos-a-pacificacao-no-acampamento-do-ribeirao-dos-patos/>. Acesso em 21 de julho de 2022.

<sup>86</sup> Imagem disponível em: <https://www.projetomuseuferroviario.com.br/indios-kaingang-vestindo-fardas-em-acampamentos/>. Acesso em 21 de julho de 2022.

O desencantamento ocorreu quando o diretor do SPI na frente de atração resolveu levar algumas lideranças até a cidade de São Paulo. Os acontecimentos dessa viagem foram registrados pelo professor Hildebrando Horta Barbosa (irmão do chefe da frente de atração), que descreveu o abatimento e a tristeza que foi tomando conta dos Kaingang conforme as cidades passaram pelas janelas do trem. Mesmo assim, fizeram todos os compromissos previstos, inclusive, visitando o cético diretor do Museu Paulista. Contudo, quando as lideranças retornaram para suas aldeias transmitiram suas impressões. A postura do grupo mudou radicalmente, eles perceberam que na verdade não promoveram nenhuma “pacificação dos brancos” (RIBEIRO, 2017).

A desterritorialização, promovida em favor da expansão agropecuária de São Paulo, confinou esses grupos em duas minúsculas terras indígenas: TI Vanuire, com 709 hectares, localizada nos municípios de Tupã e Arco-Íris; e TI Icatu, com 301 hectares no município de Braúna. Os Kaingang de São Paulo foram confinados em dois aldeamentos devido ao desentendimento histórico entre os grupos contatados. Nas bacias hidrográficas dos rios Tietê, Feio e Peixe, existiam diferentes parcialidades, que mantiveram relações amigáveis e conflituosas. Curt Nimuendajú (1982), em carta para o Dr. Hugo Gensch em 1912, afirma que o SPI conseguiu o contato com três grupos Kaingang que disputavam esse território. Luís Fernando Laroque (2007) fez um levantamento das lideranças contatadas e os territórios que ocupavam. Na Figura 55 é possível ver pelo menos 14 toldos Kaingang, número muito superior as áreas oficiais que prevaleceram em São Paulo após o contato.

Delvanir Melatti (1976), ao realizar sua pesquisa nos anos 1970 nas duas terras indígenas, constatou que o ritmo de desorganização foi tão rápido após a “pacificação”, que não era mais possível reconstruir um passado coerente através de informações dos remanescentes do grupo. Além disso, a maioria das práticas sociais ditas tradicionais foram abandonadas com o passar dos anos e com o falecimento das lideranças mais velhas.

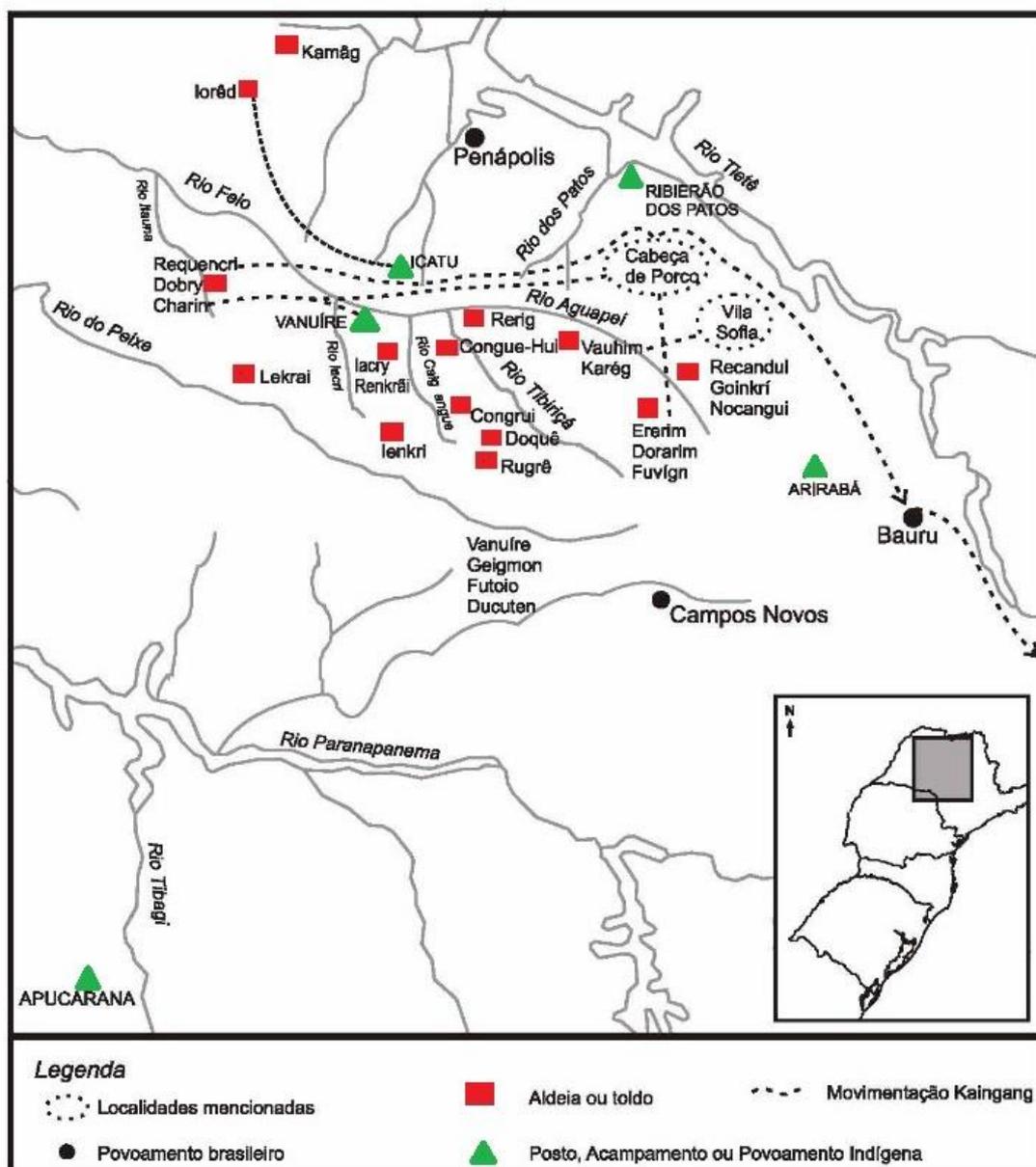


Figura 55 – Distribuição dos toldos Kaingang nos rios Tietê, Feio e Peixe no início da atuação do SPILTIN em São Paulo.

Fonte: Adaptado de Luís Fernando Laroque (2007, p. 296).

Essa desestruturação não pode ser atribuída apenas ao “desencantamento” das lideranças que visitaram a cidade de São Paulo. Delvanir Melatti (1976) mostra que, além do confinamento em pequenos espaços, os Kaingang em São Paulo sofreram com as epidemias trazidas de forma involuntária pelos agentes do SPI e com as medidas que os chefes dos postos indígenas impuseram as populações. Ou seja, a desestruturação dos Kaingang em São Paulo foi o reflexo de políticas e práticas equivocadas dos agentes do Governo. Medidas centradas em atender aos interesses de atores externos (como a Companhia Toledo, Piza & Irmãos que se apropriou de

terras antes mesmo do SPI iniciar os contatos) que não tinham nenhuma preocupação com a visão de mundo do povo Kaingang.

É verdade que o SPI promoveu avanços importantes na política de aproximação, principalmente, evitando conflitos e agressões. Sem a atuação do órgão em São Paulo, os Kaingang talvez tivessem o mesmo fim que os Oti-xavante. Por outro lado, a Figura 56 mostra o real custo dessa aproximação, as áreas que foram destinadas aos Kaingang são diminutas quando comparadas com o tamanho da área que foi liberada para a exploração agropecuária. Os Kaingang de São Paulo, habituados a percorrer uma extensa área entre bacias hidrográficas dos rios Tietê, Grande e Paranapanema, foram confinados e obrigados a viver em espaços reduzidos e vigiados constantemente pelos funcionários do SPI.

Apesar de ser instituído com lemas positivistas, que pregavam o direito dos povos indígenas, o SPI estava empenhado em solucionar questões territoriais e preocupado com os possíveis resultados negativos da política republicana. Segundo Niminon Pinheiro (2004), o SPI ajudou a apagar a ideia da conquista pela violência dos bugreiros e promoveu a “paz imposta”:

Em 1918, seis anos após a “pacificação” dos Kaingang, um outro cartão postal circulava na sociedade civilizada. A legenda ao pé do cartão postal demonstrava a intenção do fotógrafo e legendador: “Índia Kaingangue Guia mamando o filho e seu porquinho do matto. Julho de 1918”. Na foto não estão mamando ambos. A criança está observando o porquinho mamar. A publicação da foto queria expor a suposta “selvageria” dos índios e justificar a intenção heroica do SPI em civilizá-los. Se mamam juntos, o filho e o animal, qual a diferença que poderia existir entre ambos? Era preciso educar os indígenas “na maneira civilizada” e criar neles novas necessidades. Daí a importância ideológica do SPI, do seu papel como o “integrador, educador e protetor” dos indígenas, esses “quase” animais do mundo moderno. (PINHEIRO, 2004, p. 387).

A política indígena que vigorou no país nesse período foi baseada na ideia de “tutelar os índios”. O Estado foi fiador das práticas civilizatórias. No Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), os indígenas foram considerados como “relativamente capazes”, junto com as mulheres casadas. Assim, as mulheres ficaram sujeitas aos seus maridos e os indígenas ao Estado (CARNEIRO DA CUNHA, 2018a e 2018b).

Nos anos seguintes várias medidas foram tomadas para garantir o controle sobre os povos originários. Segundo Darcy Ribeiro (2017), o SPI apoiou abertamente

o Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928, que ficou conhecido como “Estatuto Jurídico de Capacidade Civil Relativa”. Além de reforçar que somente a União poderia legislar sobre a questão indígena, o decreto revogou a “tutela orfanológica” dos indígenas nascidos no território nacional e categorizou as populações em: nômades, arranchados ou aldeados, povoações indígenas e incorporados aos centros agrícolas<sup>87</sup>. Essa classificação, segundo João Pacheco de Oliveira Filho e Carlos Freire (2006), buscou um enquadramento de todos os indígenas seguindo a perspectiva civilizatória e evolucionista dos positivistas do antigo SPILT.N.

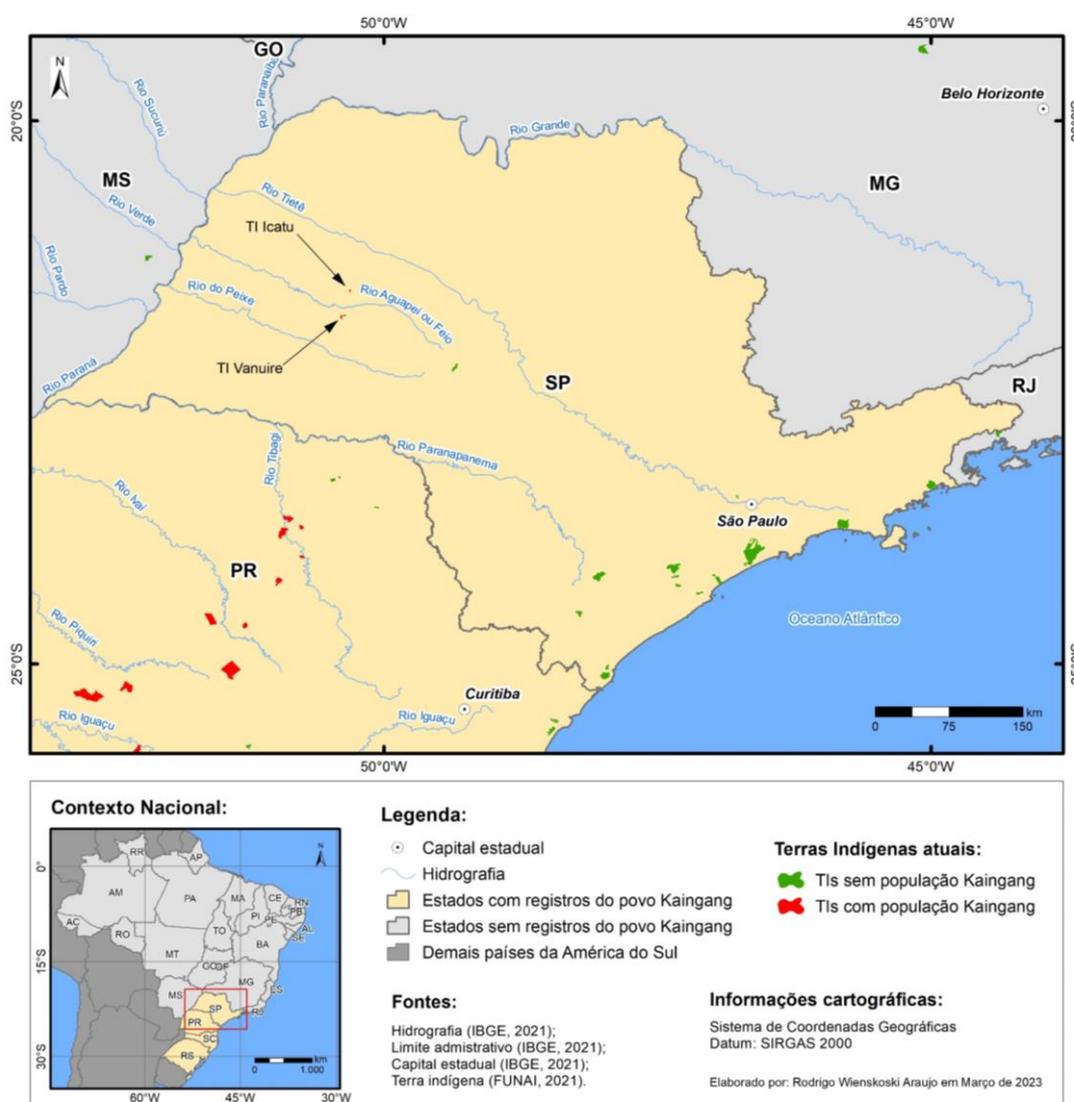


Figura 56 – Mapa de localização das atuais terras indígenas Kaingang em São Paulo.

<sup>87</sup> Lembrando que a tutela orfanológica foi instituída pela Lei de 27 de outubro de 1831 que “Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios”.

Na Constituição Federal de 1934 os indígenas foram mencionados pela primeira vez na carta maior do país. O documento deixou claro a competência exclusiva da União para realizar “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional”, além de garantir “a posse de terras de silvícolas”. Nas Constituições Federais de 1937 e de 1946 o tema seguiu na pauta dos deputados constituintes, e não sofreu alterações significativas no seu conteúdo.

Esses três textos constitucionais reforçaram a posse imemorial dos indígenas sobre as terras que ocuparam, anulando os títulos anteriores e quaisquer direitos dos ocupantes. Mas as constituições também reforçaram a tutela. Devido a “facilidade com que eram lesados”, a União deveria proteger as populações e garantir os direitos territoriais indígenas. Na prática, o Estado criou mecanismos legais para manter o controle sobre as terras e as populações originárias, restringindo a autonomia de todos os povos (CARNEIRO DA CUNHA, 2018a e 2018b).

Alinhando com a Constituição de 1934, o Decreto nº 736, de 6 de abril de 1936, estabeleceu novos poderes ao SPI. A nova lei imitava a ação de terceiros, condenava o processo de arrendamento e consagrava as terras indígenas como uma condição indispensável para o desenvolvimento futuro das populações originárias. Mas o decreto seguiu negando a pluralidade dos povos originários. O Capítulo II é inteiramente dedicado ao projeto de “nacionalização e incorporação dos índios”:

Art. 7º As medidas e ensinamentos a que se refere a letra b do art. 1º, têm por fim a incorporação dos índios sociedade brasileira, economicamente productivos, independentes e educados para o cumprimento de todos os deveres civicos; e podem ser assim classificados:

- a) medidas e ensinamentos de natureza hygienica;
- b) escolas primarias e profissionaes;
- c) exercicios phisicos em geral e especialmente os milltares;
- d) educação moral e civica;
- e) ensinamentos de applicação agricola ou pecuaria. (BRASIL, 1936).

Decreto nº 736/1936 direcionou as ações do SPI até sua extinção em 1967<sup>88</sup> (BRINGMANN, 2015). A nova legislação criou novos espaços físicos, instituiu orientações econômicas (que buscavam tornar os postos e os indígenas

---

<sup>88</sup> O Decreto nº 736/1936 tinha caráter provisório, mas seu texto foi muito similar as legislações instituídas posteriormente para organizar e ditar a política indigenista do país, tais como: Decreto-Lei nº 1.886, de 15 de dezembro de 1939; Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942; Decreto nº 12.318, de 27 de abril de 1943; Decreto nº 17.684, de 26 de janeiro de 1945; Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1963.

independentes financeiramente) e reproduziu propostas de educação civilizatória necessárias para a “emancipação indígena” (Figura 57 e Figura 58):



**Figura 57 –Kaingang na escola no Posto Indígena de Ligeiro (RS) em 1944.**

Fonte: Museu do Índio<sup>89</sup>.



**Figura 58 –Kaingang na escola no PTI de Cacique Doble (RS) em 1940.**

Fonte: Museu do Índio<sup>90</sup>.

As atividades cívicas também ganharam destaque nos postos indígenas, o Estado promovia datas festivas e personalidades públicas. Getúlio Vargas e o Marechal Rondon foram apresentados como heróis nacionais (Figura 59 e Figura 60). O Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), instituição criada no Estado Novo (Decreto-Lei nº 1.794, 22 de novembro de 1939), referendou todas essas medidas de “assistência e proteção aos selvícolas”.

Na prática, o CNPI foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas para abrigar o Marechal Rondon e outros positivistas que tentaram manter a influência na política indígena do país. O conselho mudou o foco apenas entre os anos de 1955 a 1967, quando foi presidido pela antropóloga Heloísa Alberto Torres e abrigou inúmeros cientistas sociais como membros, entre os quais Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira (OLIVEIRA FILHO, FREIRE, 2006).

---

<sup>89</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1944, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco\\_ftp/18d\\_li/images/spiir7li066.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco_ftp/18d_li/images/spiir7li066.jpg). Acesso em 08 de agosto de 2022.

<sup>90</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1940, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco\\_ftp/13d\\_cd/images/spiir7cd58.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco_ftp/13d_cd/images/spiir7cd58.jpg). Acesso em 08 de agosto de 2022.



**Figura 59 – Alunos Kaingang do PTI Duque de Caxias (SC), em destaque o retrato do presidente Getúlio Vargas.**  
Fonte: Museu do Índio<sup>91</sup>.



**Figura 60 – Crianças Kaingang no hasteamento da bandeira no PTI Icatu (SP).**  
Fonte: Museu do Índio<sup>92</sup>.

A partir dos anos de 1940 as estruturas do SPI foram organizadas de acordo com o “grau de contato” de cada população. Esse período foi marcado pela instituição dos “postos indígenas”. Nas regiões mais afastadas foram constituídas as frentes de atração, com os “Postos de Atração, Vigilancia e Pacificação”. Já nas áreas com um histórico de relações com a sociedade nacional, o Governo instituiu os “Postos de Assistência, Nacionalização e Educação” (Figura 61 e Figura 62).



**Figura 61 – Vista do PTI Cacique Doble (RS) em 1947.**  
Fonte: Museu do Índio<sup>93</sup>.



**Figura 62 – Vista parcial do PTI Guarita (RS), provavelmente, em 1940.**  
Fonte: Museu do Índio<sup>94</sup>.

<sup>91</sup> Fotografia, possivelmente, de Heinz Foerthmann em 1942, disponível no acervo do Museu do Índio: <http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/a01/spi01929.jpg>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

<sup>92</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1940, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unescoftp/14d\\_dc/images/spiir7dc062.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unescoftp/14d_dc/images/spiir7dc062.jpg). Acesso em 01 de agosto de 2022.

<sup>93</sup> Fotografia, possivelmente, de Heinz Foerthmann em 1947, disponível no acervo do Museu do Índio: <http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/a11/spi11539.jpg>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

<sup>94</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1940, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/relatorios\\_spi/relatorios\\_spi\\_fotos\\_a/images/mf053\\_pl613\\_doc24\\_foto001\\_407.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/relatorios_spi/relatorios_spi_fotos_a/images/mf053_pl613_doc24_foto001_407.jpg). Acesso em 03 de agosto de 2022.

O SPI atuou em todas as unidades da federação, contudo, no Rio Grande do Sul teve um papel menos efetivo até pelo menos a década de 1940. Isso ocorreu porque o estado gaúcho criou uma política indígena própria para os antigos aldeamentos do Império. A Diretoria de Terras e Colonização (DTC), ligada à Secretaria de Obras Públicas, ficou responsável pela questão já nos primeiros anos republicanos (mesmo com a legislação indicando que esse trabalho era responsabilidade da União). Assim, a política indígena do Rio Grande do Sul apresentou algumas particularidades importantes que influenciaram na organização Kaingang no estado.

### **3.10.1 A Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul**

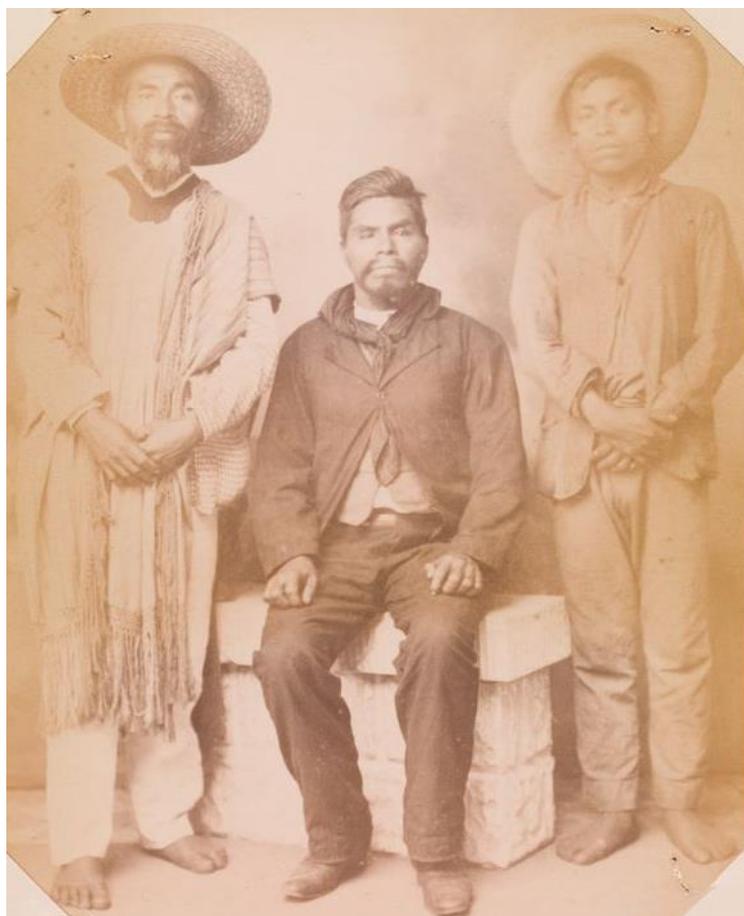
As ações do DTC junto aos indígenas começaram a se desenhar no Rio Grande do Sul em 1908. Nesse ano, uma comitiva Kaingang dos aldeamentos de Nonohay (liderada pelo Cacique Antônio Pedro – Figura 63) e Serrinha (liderada pelo cacique Manoel Oliveira) foi até Porto Alegre dialogar com o governador Carlos Barbosa Gonçalves. O encontro teve como pauta o pedido de providências para demarcação dos aldeamentos no estado.

O fato recebeu grande destaque e foi noticiado pelos jornais da época. Como resultado da reunião, o Governador determinou que Carlos Torres Gonçalves, chefe do DTC, procedesse com a medição e a demarcação das terras indígenas:

Estiveram hoje pela manhã, ás 10 1/2 horas, no Palacio os indios Antonio Pedro Nonohay e Pedro Victoriuo dos Santos, aquelle cacique do toldo antiquissimo acampado em Nonohay.  
Foram acompanhados pelo general Firmino Paula.  
Os indios reclamaram do dr. Carlos Barbosa providencias no sentido de não serem desalojados dos terrenos que actualmente occupam em Nonohay.  
O dr. Presidente attendeu-os e mandou que a secretaria das obras publicas providencie no sentido de serem os indios mantidos nos terrenos por elles occupados.  
Esteve em palacio na mesma occasião, o dr. Candido Godoy, secretario das Obras Publicas.  
Este mandará para Nonohay uma commissão de engenheiros da sua repartição para medir e demarcar as terras occupadas pelos indios. (A FEDERAÇÃO, 1908, p. 2).

Esse é o início do “Serviço de Proteção Fraterna aos Indígenas do Rio Grande do Sul”. A política colocou a maioria dos indígenas do estado gaúcho em uma posição diferenciada com relação aos demais povos do país. Com exceção do toldo Ligeiro, as demais áreas indígenas não estavam submetidas a esfera federal e ao SPILT

(como determinava a Lei), mas ao DTC e a política coordenada por Carlos Torres Gonçalves<sup>95</sup> (BRINGMANN, 2015).



**Figura 63 – O Cacique Tenente Coronel Antônio Pedro (centro) do toldo de Nonohay, em visita a Porto Alegre em julho de 1911, no processo de reivindicação da demarcação das terras do povo Kaingang no Rio Grande do Sul.**

Fonte: Museu do Índio<sup>96</sup>.

No Rio Grande do Sul a situação destoou porque o estado era governado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), partido que tinha fortes influências positivistas. As elites da época não permitiram que a Constituição Estadual de 14 de julho de 1891 mencionasse os indígenas, todavia, os positivistas gaúchos atuaram

---

<sup>95</sup> Esses são as nomenclaturas que aparecem no mapa do DTC, mas é comum encontrar diferentes nomes para os toldos indígenas do Rio Grande do Sul. Por exemplo, Caseiros é conhecido como Monte Caseiros, Faxinal como Cacique Doble e, segundo João Tedesco e Rosane Neumann (2020), devido a interferência do SPI o toldo Ligeiro também era conhecido como Povoação Indígena de Passo Fundo.

<sup>96</sup> Fotografia do Relatório apresentado pelo Ex. Sr. Dr. José Bezerra Cavalcanti pelo Inspetor do Estado do Rio Grande do Sul Raul Abbott. Na legenda original “Toldo Nonohay. Índios coroados visitaram a capital em julho de 1911. O do centro é o Cacique Tenente Coronel Antonio Pedro. Material disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/relatorios\\_spi/relatorios\\_spi\\_fotos\\_a/image\\_s/mf075\\_pl846\\_doc05\\_foto005\\_478.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/relatorios_spi/relatorios_spi_fotos_a/image_s/mf075_pl846_doc05_foto005_478.jpg). Acesso em 01 de agosto de 2022.

para garantir alguns direitos para os povos originários – importante destacar que esses direitos estavam baseados na doutrina positivista e não no ponto de vista das comunidades (RODRIGUES, 2008, 2011 e 2019).

De fato, as medidas determinadas pelo governador se efetivaram. Entre os anos de 1910 e 1928, o DTC procedeu a demarcação das terras Kaingang (em alguns casos, as áreas eram habitadas por alguns grupos Guarani) que na época somavam doze toldos: Carreteiro, Caseros, Erechim, Fachinal, Guarita, Inhacorá, Lagoão, Ligeiro, Nonoai, Serrinha, Ventarra e Votouro<sup>97</sup>. A distribuição desses toldos indígenas pode ser visualizada na Figura 64 e o Quadro 4 mostra a dimensão das áreas, o ano da demarcação e a localização atual.

**Quadro 4 – aldeamentos demarcados pelo DTC entre os anos de 1910 e 1928.**

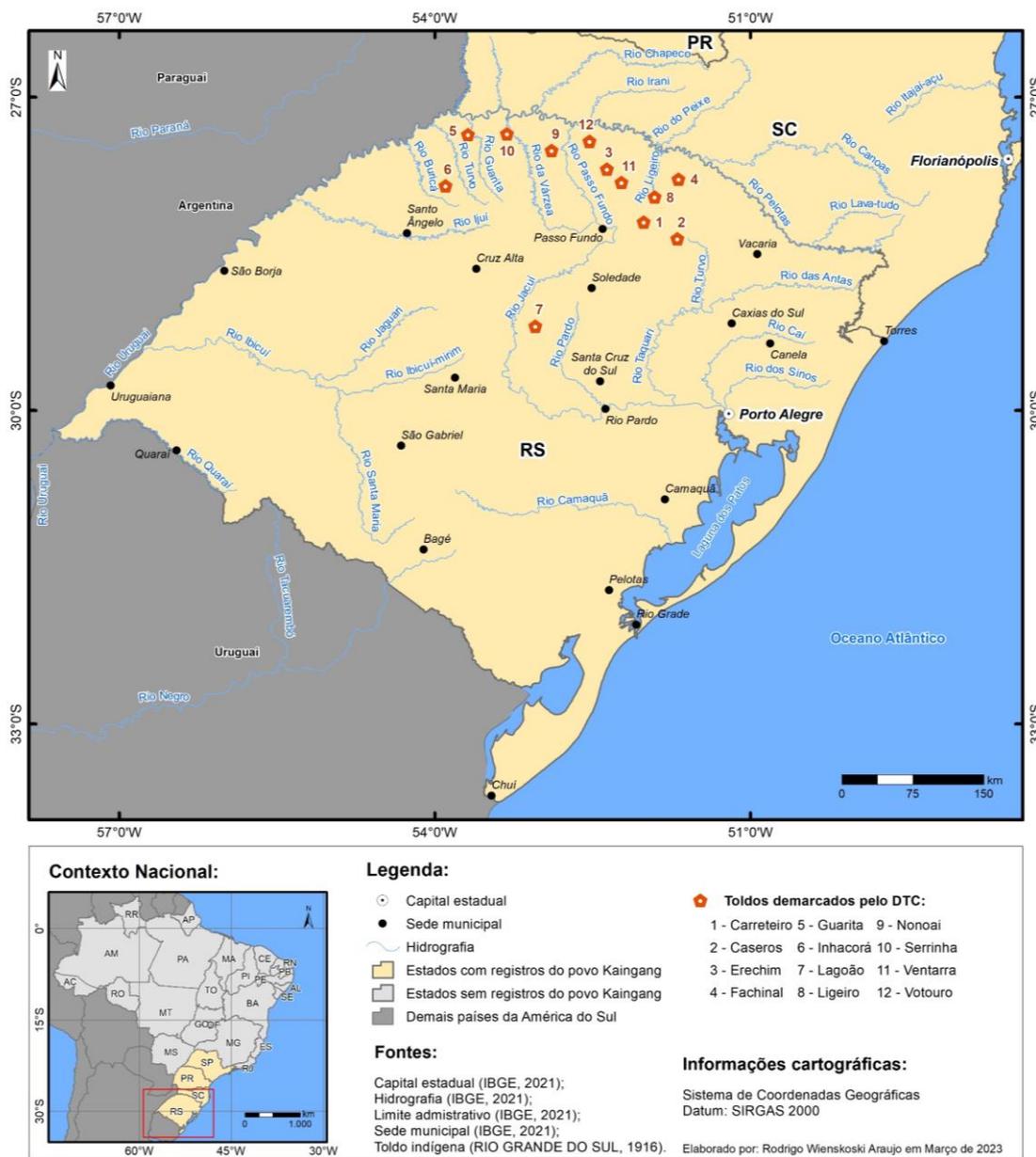
Área Indígena	Ano da Demarcação	Área demarcada (ha)	Atual município
Carreteiro	1911	600,72	Água Santa
Caseiros (Monte Caseiros)	1911	1.003,74	Ibiraíaras e Muliterno
Erechim*	-	-	-
Faxinal (Cacique Doble)	1910	5.676,33	Cacique Doble
Guarita	1917	23.183	Tenente Portela, Miraguai e Redentora
Inhacorá	1911	5.859	São Valério do Sul
Lagoão*	-	-	-
Ligeiro (Passo Fundo)	1911	4.517,86	Charrua
Nonoai	1911	34.907,61	Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros e Planalto
Serrinha	1911	11.950	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras
Ventara	1911	753, 25	Erebango
Votouro Kaingang**	1918	3.100	São Valentim
Votouro Guarani**	1918	741	Benjamin Constant do Sul

Fonte: Adaptado de Alex Vanin, Gean da Silva e João Tedesco (2018, p. 195).

\* Sem informações.

\*\* Benjamin Constant do Sul conseguiu sua emancipação em 1995, quando deixou de fazer parte de São Valentim, este por sua vez, teve origem no 10º Distrito de Erechim e conseguiu a emancipação em 1959. No mapa da Secretaria das Obras Públicas Votouro é apresentado como um único aldeamento, sem distinção entre os povos.

<sup>97</sup> Segundo Sandor Bringmann (2015), a partir desse movimento os aldeamentos voltaram a ser chamados de “toldos”.



**Figura 64 – Mapa de localização dos toldos indígenas demarcados pelo DTC no início do século XX no Rio Grande do Sul.**

A Figura 64 também ajuda a mostrar que os Kaingang foram confinados em terras na região Norte do Rio Grande do Sul (apenas o toldo Lagoão ficava ao Sul do município de Soledade). Essa distribuição, do início do século XX, mostra o tamanho do processo de expropriação dos territórios originários no estado. A presença indígena foi ignorada em diferentes regiões, como no entorno do Caminho do *Caamo*, no antigo Campo dos Bugres e em Vacaria, todos territórios de lideranças importantes, como Braga, *Yotoahê* e *Niño*. As famílias que tradicionalmente habitavam esses territórios foram deslocadas para os distantes toldos do Norte do estado. Onde foram agrupadas

junto com antigas parcialidades rivais<sup>98</sup>. Aqueles que se negavam a ficar nos aldeamentos, acabavam vivendo escondidas nas matas à margem da sociedade envolvente, ou trabalhando nas lavouras e nos campos dos “novos proprietários”.

Segundo Sandor Bringmann (2015), Carlos Torres Gonçalves promoveu diversas visitas aos toldos oficiais do Rio Grande do Sul. Nas atividades fez constatações sobre a precariedade da situação indígena, reflexo dos sucessivos abusos cometido pela sociedade envolvente e pelo descaso das políticas públicas ao longo dos anos. O representante do DTC fez uma série de sugestões ao governador, todas elas seguindo sua “vocação fraternal positivista” que visava melhorar a qualidade de vida das populações dos toldos.

Alguns funcionários do DTC acreditavam que a intervenção deveria ir além da “proteção fraternal”. Por esse motivo, acabavam interferindo em quase todas as ações e imprimiam políticas assistenciais e integracionistas. Na prática, o DTC seguia a mesma linha do SPI, mostrando que a ideia de tutelar os indígenas era o caminho mais fácil para a sociedade quitar a “dívida” com esses povos (TEDESCO; NEUMANN, 2020).

Por outro lado, os políticos do PRR também tinham a intenção de modernizar o estado gaúcho, fato que passava pela questão fundiária e pelas instâncias da Secretaria de Obras Públicas, entre elas o DTC. Durante as primeiras décadas do século XX o órgão precisou lidar com um novo processo de imigração (patrocinado também por empresas privadas) e com a ampliação da infraestrutura para deslocamento de pessoas e produtos. O resultado foi uma constante expansão da colonização para a região Norte do Rio Grande do Sul, onde estavam os territórios indígenas oficiais. Também existia um grande distanciamento entre as leis de proteção aos indígenas, o pensamento positivista fraternal e o que realmente ocorria nos toldos. Muitos funcionários agiam em favor de particulares (principalmente aqueles ligados as Companhias de Colonização) e/ou tinham interesses próprios nas áreas indígenas. Eles eram coniventes com as invasões, com a derrubada de mata,

---

<sup>98</sup> Segundo José Otávio Catafesto de Souza (1998), os antigos descendentes do *pay Nivo* e do *pay-bang* Braga, foram gradativamente deslocados para o aldeamento de Monte Caseiro (não somente), liberando os territórios mais ao sul para a colonização.

com a construção de estradas e com a venda e/ou arrendamento de terras dentro das áreas reservadas (RODRIGUES, 2008, 2011 e 2019).

Em 1928, Carlos Torres Gonçalves foi destituído do DTC pelo Governador Borges de Medeiros. E no ano seguinte os relatórios do órgão mostram que a política fraterna foi abandonada pelo Governo. O antigo discurso de “abusos da sociedade” foi substituído por termos como os “vícios” e a “índole” dos indígenas. Segundo Sandor Bringmann (2015), as lideranças do PRR passaram atender às oligarquias rurais e as empresas colonizadoras que visavam explorar as terras demarcadas. Em 1941, o Governo entregou definitivamente a tutela dos toldos (que passaram a denominação de postos indígenas) para o SPI, encerrando quase três décadas de atividades do “Serviço de Proteção Fraterna aos Indígenas do Rio Grande do Sul”.

### **3.10.2 A administração do SPI no Rio Grande do Sul**

Apesar do DTC seguir uma linha muito similar ao que era defendido pela legislação federal, a alteração na administração mexeu com a rotina dos postos. Os funcionários do SPI passaram a residir junto com os indígenas, inclusive, era comum a esposa do chefe do posto assumir o cargo de auxiliar de ensino (professora dos anos iniciais). No Posto Indígena de Nonoai, criado oficialmente em outubro de 1941, por exemplo, o primeiro gestor e a primeira auxiliar de ensino foram o casal Francisco José Vieira dos Santos e Helena Abduch Vieira dos Santos (Figura 65).

Logo no início da sua atuação, Francisco dos Santos, realizou vistorias por todo o PTI de Nonoai. Nessas atividades constatou a influência externa dentro da área indígena, principalmente, através dos arrendamentos de terra, da extração de minérios e de madeira. Existiam três segmentos externos atuando em Nonoai: um grupo de “funcionários do Estado”, agraciados com lotes dentro da área indígena; algumas famílias chamadas pejorativamente de “gringos”, que mantinham relações apenas para uso da mão-de-obra indígena em momentos específicos e; o terceiro grupo da “família Claudino”<sup>99</sup>, que possuía laços de compadrio com os indígenas, uma relação aos antigos moldes de aliança Kaingang (BRINGMANN, 2015).

---

<sup>99</sup> O sobrenome “Claudino” ainda está presente em diversas áreas Kaingang do Rio Grande do Sul.



**Figura 65 – Francisco José Vieira dos Santos e Helena Abduch Vieira dos Santos no escritório do PTI de Nonoai em 1944, em destaque a imagem do presidente Getúlio Vargas.**

Fonte: Museu do Índio<sup>100</sup>.

A interferência do novo diretor causou uma série de incômodos nos toldos. Os indígenas e os colonos reclamavam e dificultavam abertamente as ações de Francisco dos Santos. Contudo, as ações do SPI foram seletivas e visavam aqueles que não estavam alinhados com a nova administração. Obviamente essa intervenção direta se enquadrava nos princípios da tutela, o objetivo do diretor era garantir o controle sobre as ações do posto. Nos relatórios da época estava evidente que a posição dos indígenas era completamente ignorada, como se eles estivessem apenas observando e sendo explorados pelos atores externos, cabendo ao Estado proteger as famílias indígenas dos abusos cometidos (BRINGMANN, 2015).

Na prática, os postos indígenas no Rio Grande do Sul permitiram que antigos métodos de exploração fossem intensificados (Figura 66 e Figura 67). Para Ricardo Fernandes e Leonel Piovezana (2015), as ações praticadas nesse período contribuíram para a exploração madeireira e para transformar as populações Kaingang em reservas de mão-de-obra da colonização. Diana Nascimento (2017) destaca que os chefes dos postos cooptavam as lideranças e desviavam as verbas

---

<sup>100</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1944, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco\\_ftp/19d\\_no/images/spiir7no107.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco_ftp/19d_no/images/spiir7no107.jpg). Acesso em 09 de agosto de 2022.

que eram da comunidade. Os indígenas que viviam nos postos foram obrigados a trabalhar nas roças coletivas em troca de comida, regime de trabalho que ficou conhecido como “Regime do Panelão”<sup>101</sup>.



**Figura 66 – Grupo Kaingang trabalhando na plantação no PTI de Nonoai em 1944.**

Fonte: Museu do Índio<sup>102</sup>.



**Figura 67 – Kaingang transportando madeira na serraria do PTI de Ligeiro em 1944.**

Fonte: Museu do Índio<sup>103</sup>.

Essa prática de cooptar as lideranças era antiga na América. Como destaca Anibal Quijano (2005a), portugueses e espanhóis permitiram, em alguns casos, que a nobreza indígena formasse uma classe privilegiada, que mantinha os demais em servidão e nos trabalhos forçados. Em troca, esses “grupos especiais” faziam o papel de intermediário entre os europeus e os demais indígenas, conduzindo o processo de exploração e evitando grandes revoltas.

Essas práticas abusivas estão na memória do povo Kaingang. Diana do Nascimento (2017) mostrou que muitos dos *kófas* ainda relatam os abusos do tempo do SPI. Parte dessa realidade também foi retratada no documentário “Entre os Índios do Sul”, de autoria de Heinz Forthmann (1947)<sup>104</sup>. O documentário foi produzido devido as inspeções do diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, no início dos

<sup>101</sup> O “Regime do Panelão”, ou “Tempo das Turmas”, ou “Tempo dos Panelões”, são expressões usadas pelo povo Kaingang para se referir ao regime de trabalho imposto pelo SPI. A expressão “panelão” tem origem na forma como o alimento era preparado, sempre em uma grande panela, para depois ser distribuído entre os trabalhadores das áreas coletivas (BRAGA, 2015).

<sup>102</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1944, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco\\_ftp/19d\\_no/images/spiir7no127.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco_ftp/19d_no/images/spiir7no127.jpg). Acesso em 03 de agosto de 2022.

<sup>103</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1944, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco\\_ftp/18d\\_li/images/spiir7li096.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco_ftp/18d_li/images/spiir7li096.jpg). Acesso em 04 de agosto de 2022.

<sup>104</sup> O documentário “Entre os Índios do Sul”, de autoria de Heinz Forthmann (1947), está disponível em: <https://youtu.be/Krhv1A2EZxU>. Acesso em 31 de julho de 2022.

anos 1940, nos postos indígenas da 7ª Inspeção Regional que abarcava os três estados do Sul. O documentário descreveu claramente o pensamento “civilizatório” que marcou o órgão indigenista brasileiro. Ao se referir aos Kaingang do PTI de Nonoai, o narrador destacava que: “Em um quarto de século evoluiu de silvícola para campeiro, em vias de se tornar um pequeno criador e por si mesmo ensaia derrubar o seu gado”.

O documentário foi uma propaganda do processo civilizatório. Reforçando a capacidade do “colonizador” em transformar os indígenas em trabalhadores rurais (Figura 68). Nas imagens é possível observar a devastação da floresta, a infraestrutura e os serviços desenvolvidos pelos indígenas com a tutela do SPI, tais como: serrarias, currais, galinheiros, grandes lavouras de trigo, extração e produção de erva mate. Segundo o narrador, agora os indígenas não viviam mais no ócio e estavam prontos para enfrentar uma vida digna através do trabalho.



**Figura 68 –Os Kaingang trabalham no curral construído no período do SPI em Nonoai.**

Fonte: Captura de tela do filme “Entre os Índios do Sul” de Heinz Forthmann (1947).

As medidas praticadas pelos agentes do SPI foram responsáveis por desarticular muitas famílias Kaingang. Segundo Diana Nascimento (2017), as roças realizadas no “tempo antigo” (*vãšỹ*) eram apenas para o sustento familiar, com base na coivara e na rotação de espaços. Com as políticas implementadas pelo SPI um novo tempo foi instituído, o “tempo atual” (*uri*), momento que os Kaingang passaram a enfrentar uma série de restrições. As roças e as atividades em geral eram organizadas para o comércio e a geração de lucros, mas sem uma preocupação na distribuição uniforme dos recursos, pois alguns núcleos familiares eram privilegiados

pelo chefe do posto. Parte da rentabilidade ainda era usada para manutenção do posto indígena e parte era desviada (de forma irregular) para atores externos.

Além de enfrentar a exploração da mão-de-obra, o desmatamento e as invasões de terras, os Kaingang foram tolhidos de sua liberdade. Nos postos indígenas eles eram obrigados a seguir as ordens da administração e de lideranças que estavam cooptadas. Nessas condições, muitas famílias se recusavam a viver nos postos indígenas e optavam por abandonar provisoriamente suas terras originárias (*êmã*). Para muitas famílias era preferível trabalhar nas fazendas próximas ou viver na periferia das cidades, onde conseguiam melhores condições de vida e não estavam submetidas aos abusos da administração. Retornando para as aldeias apenas para visitar seus parentes ou para participar de festejos (NASCIMENTO, 2017).

Essa dinâmica do SPI se reproduziu por todo o país. Segundo Niminon Pinheiro (2004), foi a atuação do SPI que permitiu a expansão das lavouras de café e as fazendas de gado no território paulista. A única alternativa possível para os Kaingang em São Paulo foi servir de mão-de-obra “matando formigas e construindo cercas” para os latifundiários que usurparam oficialmente todas as terras na região do Oeste Paulista (Figura 69 e Figura 70).



**Figura 69 – Campo desmatado no PTI Icatu (SP) em 1920.**

Fonte: Museu do Índio<sup>105</sup>.



**Figura 70 – Os Kaingang contam o gado no PTI Vanuire (SP) em 1930.**

Fonte: Museu do Índio<sup>106</sup>.

<sup>105</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1920, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/albuns/crica9/images/crica9\\_017.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/albuns/crica9/images/crica9_017.jpg). Acesso em 04 de agosto de 2022.

<sup>106</sup> Fotografia, possivelmente, de um relatório do SPI em 1930, disponível no acervo do Museu do Índio: [http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco\\_ftp/10d\\_va/images/spiir5va01.jpg](http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/unesco_ftp/10d_va/images/spiir5va01.jpg). Acesso em 04 de agosto de 2022.

O regime do SPI, ao longo de mais de 50 anos, acentuou o processo de redução dos territórios indígenas demarcados. Além disso, segundo João Pacheco de Oliveira Filho e Carlos Freire (2006), o órgão indigenista regularizou um número pequeno de áreas no país, como é possível observar na Tabela 1. No caso do Rio Grande do Sul, esse fracasso ficou ainda mais evidente, pois a área total das reservas indígenas regrediu durante a gestão do órgão federal. Segundo João Tedesco e Rosane Neumann (2020), no período do DTC as áreas indígenas somavam 121.650 ha em 1918, no fim da atuação do órgão (em 1928) passaram para 66.475 ha, até atingir a marca de 50.679 ha em 1967 (término das atividades do SPI).

**Tabela 1 – Áreas indígenas regularizadas pelo antigo SPI.**

Unidades da Federação	Número de reservas	Área total
Amazonas	9	5.113 ha
Paraná e Santa Catarina	6	84.449 ha
Mato Grosso	4	87.259 ha
Mato Grosso do Sul	13	31.767 ha
Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia	3	10.000 ha
São Paulo e Paraná	11	29.328 ha
Rio Grande do Sul	8	50.679 ha
Total	54	298.595 ha

Fonte: João Pacheco de Oliveira Filho e Carlos Freire (2006, p. 121).

Esses fatos mostram que o processo de desterritorialização dos Kaingang não ocorreu apenas por conflitos diretos (guerras e massacres). O Estado brasileiro criou os mecanismos indiretos para expulsar os povos originários de seus territórios. Na bacia hidrográfica do rio Caí, por exemplo, território do pay Nivo e da retomada *Kógũnh Mág*, o Estado não se preocupou em manter nenhum aldeamento oficial para os indígenas, forçando o deslocamento das famílias para os aldeamentos da região Norte do estado. Esse regime de opressão nos postos indígenas, obrigou muitos núcleos familiares a buscar outras alternativas, constituindo uma nova territorialidade que não estava condicionada às imposições do Estado:

De fato, além dos documentos históricos, os relatos de vários *kófas* da TI Nonoai evidenciam que o próprio SPI além de plantar na TI, utilizando mão de obra indígena forçada, arrendava a terra indígena aos colonos, criava gado e retirava madeira da terra indígena para comercialização com promessas de que o lucro voltaria para a comunidade indígena. Porém, uma das poucas coisas que os indígenas ganharam com a devastação do seu território foi a construção de algumas casas de madeira que eram custeadas pelo governo. (NASCIMENTO, 2017, p. 53).

Darcy Ribeiro (2017), um grande defensor de muitos indigenistas do SPI, reforça que o órgão foi constituído com ideais que previam o amparo dos povos originários, com muitos profissionais engajados nessa missão. No entanto, aos poucos a política foi esticando seus tentáculos para dentro do órgão, priorizando interesses de atores externos em detrimento das causas indígenas. Tal fato estimulou a nomeação de inúmeros profissionais sem qualificação e/ou mal-intencionados, o que levou ao fracasso da instituição:

Na verdade, a obra de pacificação atende mais às necessidades de expansão da sociedade nacional que aos índios. A obra de assistência, esta sim, é que atenderá às necessidades propriamente indígenas. Todavia, no campo da assistência e de proteção, o SPI falhou frequentemente. Chamado a intervir para salvar as tribos de uma destruição fatal – caso tivesse de enfrentar, com suas próprias forças, a competição ecológica com populações infinitamente mais numerosas e mais bem equipadas culturalmente –, não consegue impedir que os índios depois de desarmados, sejam conduzidos a condição de extrema penúria e que percam, com a autonomia, a alegria de viver. Pacificações realizadas à custa de muitas vidas, de esforço heroico para chamar novas tribos à paz, conduziram seus executores à frustração, ao verificarem que a sua vitória era, afinal, a derrota dos seus ideais, que nem mesmo a posse da terra era assegurada aos índios e que o convívio pacífico significava para eles a fome, a doença e o desengano. (RIBEIRO, 2017, p. 164).

João Pacheco de Oliveira Filho e Carlos Freire (2006) destacam que o SPI foi a primeira agência leiga do Estado brasileiro a gerenciar a questão indígena. Contudo, o modelo aplicado pelo órgão retomava as antigas formas de administração colonial empregadas desde os tempos dos missionários jesuítas. Os postos indígenas eram muito semelhantes aos antigos aldeamentos do Império, com as autoridades exercendo o controle total das ações. O SPI adotou os mesmos procedimentos em todo o território nacional, não havia uma preocupação com a diversidade, a lógica era forçar os diferentes povos a seguir um padrão que ajudasse no processo civilizatório. O destino do SPI estava fadado ao fracasso. E foi o que aconteceu no final dos anos 1960.

### **3.10.3 A extinção do Serviço de Proteção aos Índios**

O SPI chegou aos anos 1960 envolto em uma grande crise de legitimidade. Além dos problemas citados, a situação era potencializada devido as normativas internacionais ratificadas pelo Brasil e que pressionavam as ações do órgão. Cabe destacar as adesões:

- Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano, elaborada no I Congresso Indigenista Interamericano, que se reuniu na cidade de Patzcuaro, no México, de 14 a 24 de fevereiro de 1940 (Decreto Legislativo N° 55, de 17 de julho de 1953, e Decreto N° 36.098, de 19 de agosto de 1954);
- Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho para Povos Indígenas e Tribais, de 05 de junho de 1957 (Decreto Legislativo n.º 20, de 30 de abril de 1965 e do Decreto n.º 58.824, de 14 de julho de 1966).

O SPI passou a conviver com diversas acusações de genocídio (crime previsto na Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), de corrupção e de ineficiência administrativa. Esses fatos levaram os políticos brasileiros a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1963 (Resolução da Câmara dos Deputados nº 1, de 28 de março de 1963) para investigar as denúncias de abusos dentro do SPI. As conclusões da CPI foram aprovadas em julho de 1965 (Resolução da Câmara dos Deputados nº 142, de 14 de julho de 1965) e comprovaram vários crimes:

- I - foram, realmente, constatadas graves irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios sendo, portanto, procedentes as denúncias constantes da Resolução nº 1 de 1963, que deu origem à CPI;
- II - dessas irregularidades resultaram sérios prejuízos ao índio, quanto à sua integração à comunidade nacional, e ao seu patrimônio;
- III - ficou evidenciada a prática de delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena;
- IV - ficou positivado, ainda, o abandono sob o aspecto social em que se encontra o índio e a precária ou quase nula assistência médico-sanitária, educacional e técnico-agrícola por parte do SPI, através dos diferentes postos, em contraste com o trabalho desenvolvido pelas missões religiosas visitadas;
- V - constatou-se que a decadência da instituição se deve, também, à deficiência de pessoal especializado para atender aos encargos do Serviço de Proteção aos Índios. (BRASIL, 1965).

Agravando a situação do SPI, entre a abertura e a conclusão da CPI, o país passou pelo Golpe Militar de 1964. Entre as bandeiras do regime estava a “moralização das instituições”, o que promoveu a reestruturação administrativa em diferentes setores do Governo. A ditadura também impôs uma nova Constituição Federal em 1967, que junto com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, reforçaram o impedimento de alienação e a transformação das terras indígenas em bens da União. Esses atos constitucionais promoveram avanços, reforçaram a posse da terra e garantiram o usufruto exclusivo dos indígenas sobre o território. Mas

a opinião pública não esqueceu dos resultados da CPI. Então, através do ministro do Interior General Albuquerque Lima, a Ditadura Militar instalou uma nova Comissão de Inquérito sobre os abusos do SPI. Os membros foram instituídos com a Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967<sup>107</sup>, todos eram servidores do Departamento Nacional de Obras contra as Secas:

- Procurador de 3ª categoria, Jader de Figueiredo Correia;
- Técnico de Administração, Francisco de Paula Pessoa;
- Técnico de Contabilidade, Udmar Vieira Lima.

Jader de Figueiredo Correia foi encarregado de presidir à comissão. Por esse motivo, o documento final (que contou com mais de 7 mil páginas e 30 volumes) ficou conhecido como “Relatório Figueiredo”<sup>108</sup>. O objetivo principal da Comissão de Inquérito era apurar as irregularidades ocorridas no âmbito do SPI e que foram apontadas pela CPI anterior. A abertura dos trabalhos ocorreu no dia 21 de agosto de 1967, quando o funcionário Max Luiz Almeida Nóbrega foi nomeado como secretário da comissão. Neste mesmo dia ficou decidido os primeiros passos:

- acessar os autos da CPI anterior;
- oficiar o diretor do SPI;
- buscar recursos junto a Divisão de Orçamento do Ministério da Agricultura para proceder com os trabalhos.

A equipe de Jader de Figueiredo Correia percorreu o país e visitou diversas inspetorias regionais – 1ª (Amazonas – AM), 5ª (Mato Grosso – MT), 6ª (Mato Grosso

---

<sup>107</sup> Segundo o Relatório de Jader Figueiredo Correia (1967) a Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967 foi publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 28 de julho de 1967. A Comissão foi prorrogada pela Portaria 222/1967. Posteriormente a Comissão de Inquérito foi extinta no dia 05 de outubro de 1967, quando foi instituída uma nova Comissão de Inquérito para continuar os trabalhos (Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 05 de outubro de 1967).

<sup>108</sup> O Relatório Figueiredo foi dado como perdido depois que um incêndio atingiu o Ministério da Agricultura. Durante anos as únicas informações eram de reportagens da época, como por exemplo, a repercussão da entrevista coletiva da equipe em março de 1968, quando divulgaram os resultados da Comissão de Inquérito. Contudo, o material foi localizado nos arquivos do Museu do Índio em 2012, pelo pesquisador e representante do grupo Tortura Nunca Mais, Marcelo Zelic, que atuava para a Comissão Nacional da Verdade. O material, hoje digitalizado, conta com 29 dos 30 volumes produzidos pela equipe de Jader de Figueiredo Correia, e está disponível no acervo digital do Museu do Índio: [https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI\\_Arquivistico&hf=www.docvirt.com&pagfis=201421](https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&hf=www.docvirt.com&pagfis=201421). Acesso em 04 de maio de 2023.

do Sul – MS e São Paulo – SP), 7ª (Rio Grande do Sul – RS, Santa Catarina – SC e Paraná – PR) e 9ª (Rondônia - RO) – e diversos postos indígenas. Nas atividades entrevistaram funcionários, moradores locais e indígenas de diferentes povos (Figura 71 e Figura 72). No final do ano de 1967, o presidente da comissão encaminhou um relatório ao General Albuquerque Lima com uma síntese dos trabalhos (o documento compôs o Volume 20 do Relatório Figueiredo).

Nesse documento a comissão comprovou vários dos abusos históricos promovidos no âmbito do SPI: “Todavia a primeira comissão constatou, de início, a geral corrupção e a anarquia total imperantes no SPI em toda a sua área como, também, através dos tempos” (FIGUEIREDO CORREIA, 1967, p. 4911).



**Figura 71 – Equipe da Comissão de Inquérito e indígenas de povo não identificado.**

Fonte: Jader Figueiredo Correia (1967, p. 1406)



**Figura 72 – Equipe da Comissão de Inquérito e, provavelmente, funcionários do SPI.**

Fonte: Jader Figueiredo Correia (1967, p. 1445).

Além disso, a comissão liderada por Jader Figueiredo Correia propôs que mais de cem pessoas fossem indiciadas por diferentes crimes:

- 1- Crimes contra a pessoa e a propriedade do índio
  - 1.1 - Assassinatos de índios (individuais e coletivos: tribos)
  - 1.2 - Prostituição de índias
  - 1.3 – Sevícias
  - 1.4 - Trabalho escravo
  - 1.5 - Usurpação do trabalho do índio
  - 1.6 - Apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena
  - 1.7 - Dilapidação do patrimônio indígena:
    - a) venda de gado
    - b) arrendamento de terras
    - c) venda de madeiras
    - d) exploração de minérios
    - e) venda de castanha e outros produtos de atividades extrativas e de colheita
    - f) venda de produtos de artezenato indígena
    - g) doação criminosa de terras
    - h) venda de veículos
- 2 - Alcance de importâncias incalculáveis

- 3 - Adulteração de documentos oficiais
- 4 - Fraude em processo de comprovação de contas
- 5 - Desvio de verbas orçamentarias
- 6 - Aplicação irregular de dinheiros públicos
- 7 - Omissões dolosas
- 8 - Admissões fraudulentas de funcionários
- 9 - Incúria administrativa. (FIGUEIREDO CORREIA, 1967, p. 4916).

Por coincidência, o volume 20 foi assinado pelo secretário Max Luiz Almeida Nóbrega em 05 de dezembro de 1967, no mesmo dia da promulgação da Lei nº 5.371, que instituiu a Fundação Nacional do Índio e determinou a extinção do Serviço de Proteção aos Índios. É importante salientar que um novo órgão indigenista era um projeto antigo, pensado dentro do CNPI desde a década de 1950, mas foram as denúncias da CPI de 1963-1965 que ajudaram a concretizar essa mudança.

Elena Guimarães (2015) destaca que o Relatório Figueiredo foi divulgado para a imprensa na coletiva do Ministro do Interior, o Gen. Albuquerque Lima, no Rio de Janeiro no dia 20 de março de 1968. A repercussão foi gigantesca. Os veículos de comunicação nacional e internacional chegaram a chamar o caso de “escândalo do século”:

Embora a CI tenha sido proposta pelo próprio governo da época, por intermédio do Ministério do Interior, a repercussão internacional abalou a imagem do Brasil no exterior. Naquele momento, o Brasil já havia ratificado na Organização das Nações Unidas, documentos básicos, como a Declaração Universal de Direitos do Homem e a condenação aos crimes de genocídio. Ainda assim, crimes contra a pessoa do índio continuavam a ser praticados, ignorando-se por completo acordos internacionais. Mas o índio ainda continuaria sendo considerado um entrave ao crescimento econômico, tanto pelas elites econômicas, quanto por parcelas dos sucessivos governos militares, e este pensamento conduzia às práticas de atrocidades e massacres contra estes povos. (GUIMARÃES, 2015, p. 53-54).

A repercussão do Relatório Figueiredo era tudo que a Ditadura Militar não queria. Logo depois da divulgação do documento (em maio de 1968) uma nova CPI no Congresso Nacional foi instalada. Nelson Carneiro, deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi escolhido como presidente, a relatoria ficou a cargo do deputado Marcos Kertzmann, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O grupo de legisladores ainda contou com a assessoria do Antropólogo Olympio Serra, que recomendou que os parlamentares fossem até as aldeias visualizar a situação dos povos originários. Hermano Penna foi contratado para documentar os trabalhos de

campo da comissão parlamentar, o que resultou (trinta anos depois) no documentário “Índios, memória de uma CPI”<sup>109</sup>.

Os membros da CPI iniciaram com duas viagens, uma na região Norte e outra na região Sul. No estado do Pará aconteceu a primeira expedição em setembro de 1968. Nessas atividades, os deputados se depararam com a situação do povo Xikrin (recém contados pelos agentes do Governo) e dos Gavião Parkatêjê, grupos que sofriam com a abertura da rodovia PA-70. No Tocantins e no Maranhão, a equipe ainda visitou os Xerente, Apinajé, Guajajara, Kanela. Esses últimos estavam refugiados nas terras do povo Guajajara, pois haviam sido expulsos de seus territórios por fazendeiros e grileiros.

A segunda viagem da CPI foi para acompanhar a situação do povo Kaingang no Rio Grande do Sul. Olympio Serra declarou que essa expedição foi exemplar: “porque nós vimos que as elites políticas do Brasil, fosse de esquerda ou de direita, não levavam em consideração os povos indígenas” (PENNA, 1998). A fala do Antropólogo estava embasada na trágica reforma agrária do Governo gaúcho realizada em cima dos territórios indígenas demarcados no início do século XX. Segundo Moysés Westphalen, em reportagem para o jornal Correio do Povo em 1963, a reforma agrária promoveu o esbulho de terras conforme a Tabela 2:

**Tabela 2 – Redução das áreas indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul em 1963.**

<b>Toldo Indígena</b>	<b>Área total em 1962</b>	<b>Área retirada dos indígenas</b>	<b>Área reservada para os indígenas</b>
Inhacorá	5.769 ha	4.799 ha	970 ha
Ventarra	733 ha	200 ha	533 ha
Votouro	3.104	1.664 ha	1.440 ha
<b>Total</b>	<b>9.606 ha</b>	<b>6.663 ha</b>	<b>2.943 ha</b>

Fonte: Moysés Westphalen (1963).

O jornal a Folha da Tarde noticiou que Governo gaúcho estava roubando sistematicamente os territórios indígenas demarcados entre os anos de 1910 e 1920. Como é possível observar na Tabela 3, o território Kaingang foi reduzido em quase 46 mil hectares, sendo que o toldo Serrinha foi completamente expropriado.

<sup>109</sup> Documentário Hermano Penna, com cenas originais de 1968, foi finalizado apenas em 1998 com o apoio da TV Câmara. Antes disso a Ditadura Militar havia confiscado o material original. O documentário hoje está disponível em: <https://youtu.be/OWmLCH3rbf8>. Acesso em 05 de agosto de 2022.

**Tabela 3 – Redução das áreas indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul em 1967.**

<b>Toldo Indígena</b>	<b>Área demarcada pelo DTC</b>	<b>Área em 1967</b>
Nonoahy	34.908 ha	14.910 ha
Serrinha	11.950 ha	0
Guarita	23.187 ha	15.900 ha
Inhacorá	5.859 ha	1.060 ha
Votouro	3.104 ha	1440 ha
Ventarra	733 ha	533 ha
<b>Total</b>	<b>79.741 ha</b>	<b>33.843 ha</b>

Fonte: Folha da Tarde (1967, p. 18).

As reportagens refletiram o resultado de outra CPI que havia sido instaurada no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O parecer final do deputado estadual Plínio Dutra, aprovado por seus pares, apontou as irregularidades que criaram reservas florestais estaduais e lotes para os colonos em cima de áreas indígenas. Em 1949, somente o toldo de Nonoai perdeu cerca de 19 mil hectares para a criação do Parque Florestal Estadual de Nonoai. O governador Walter Só Jobim alegou que estava protegendo as reservas de araucárias constantemente exploradas pelas serrarias locais que, diga-se de passagem, eram empreendimentos madeireiros que recebiam licença de funcionamento do próprio Governo gaúcho (FREITAS, 2005).

Segundo Alex Vanin, Gean da Silva, João Tedesco (2018), no momento em que o DTC entregou para o SPI a administração dos postos indígenas, ocorreu uma intensa disputa pelas terras dos antigos aldeamentos. A administração estadual não queria perder o controle sobre uma quantidade tão significativa de terras, então, os agentes do DTC passam a questionar as demarcações e recalcularam o tamanho das áreas indígenas. Os funcionários do DTC determinaram que as novas áreas deveriam ser demarcadas com base na população de cada toldo indígena. Para cada família seriam destinados 75 hectares e para cada indígena solteiro outros 25 hectares. As terras restantes deveriam ser declaradas como área de floresta remanescente. Com esse critério quantitativo, o Rio Grande do Sul criou a Parque Florestal Estadual de Nonoai (PFEN) e usurpou boa parte das áreas indígenas.

Em 1962, o Governo do Rio Grande do Sul renomeou o PFEN, que passou a se chamar Parque Ecológico de Nonoai (PEN). Aproveitando as mudanças, o poder executivo destinou 2.500 hectares para o assentamento dos colonos sem-terra. Essa nova expropriação ficou conhecida como a “reforma agrária do Brizola” nas áreas Kaingang (FREITAS, 2005).

Foi nesse contexto que os deputados federais encontraram os indígenas no Rio Grande do Sul. Por conhecer o problema de perto, o deputado estadual Plínio Dutra foi escalado para acompanhar os membros da CPI federal até as aldeias Kaingang. No entanto, a expedição parlamentar teve dificuldade de encontrar os antigos toldos. Nas palavras do ex-deputado Marcos Kertzmann para o documentário de Hermano Penna:

E lá o presidente da assembleia disse: Olha eu coloquei à disposição da Comissão, para que acompanhe, não só acompanhe, mas que mostre, aqui o deputado Plínio Dutra, que foi o relator da nossa CPI aqui na Assembleia Legislativa, e acaba, nós acabamos de aprovar o parecer dele. Então, ele acabou de visitar e eu acredito que ele seria um guia, além de tudo um guia muito importante para acompanhar a Comissão. Então nós imediatamente aceitamos essa gentileza do presidente da assembleia gaúcha e o deputado Plínio Dutra nos acompanhou realmente. E qual não era a surpresa dele quando chegávamos a um lugar que ele tinha acabado de visitar? Ele dizia: “acho que já não existe toldo nenhum”. Porque havia sumido, assim como por mágica, toda uma tribo, todo o toldo indígena. (PENNA, 1998).

Nessa viagem os deputados constataram que pelo menos dois grupos Kaingang, toldo Serrinha e Ventarra, foram desalojados pelo Instituto de Terras do Rio Grande do Sul. Depois os indígenas foram abandonados na beira da estrada, em lugares distantes dos seus antigos territórios ancestrais. Os parlamentares conseguiram encontrar apenas o grupo do antigo toldo Ventarra, onde os Kaingang narraram todo o processo de expropriação aos membros da CPI. Com destaque a história de Daniel Silveira, que chegou a viajar a pé (durante sete meses) até o Rio de Janeiro para denunciar a situação do seu povo.

Estava previsto que a CPI federal iria realizar pelo menos cinco atividades de campo e diversas audiências para auferir depoimentos. Contudo, a última diligência ocorreu no dia 20 de novembro de 1968, com o testemunho de Noel Nutels, médico e ex-diretor do SPI. Em 13 de dezembro entrou em vigor o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968 que, entre tantas atrocidades, cassou o mandato de diversos membros da CPI. A Ditadura Militar brasileira mostrava que não estava interessada em mudar os métodos praticados pelo SPI. Logo nos primeiros anos de AI-5 os militares instituíram o “Estatuto do Índio” e usaram a Fundação Nacional do Índio para atender aos seus interesses desenvolvimentistas. Por outro lado, a resistência indígena ganhou força e passou a reivindicar o fim da tutela e a demarcação de suas terras.

### 3.11 Funai: uma nova instituição e as mesmas práticas tutelares

A base ideológica para a formação da Funai estava nos termos da Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas na prática pouquíssimas alterações ocorreram na dinâmica do órgão. A Funai se tornou o centro das ações indigenistas e absorveu as funções do SPI, do CNPI e do Parque Nacional do Xingu<sup>110</sup>. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1988), esse caráter centralizador e autoritário era a cara da Ditadura Militar, pois a presidência da instituição ficou quase sempre no controle de oficiais de alta patente das forças armadas. Diferentemente do período de Rondon, esses militares não tinham nenhuma afinidade com a causa indígena e eram colocados no cargo apenas para atender aos interesses do Governo.

A Funai manteve a tese de que era necessário respeitar a cultura indígena, contudo, seguiu promovendo a integração e o estímulo à mudança de estágio civilizatório. O foco das ações estava na preservação do patrimônio indígena e na geração de renda manipulada para diversos fins, desde o financiamento de projetos indigenistas, até as iniciativas administrativas nos postos indígenas. Para garantir essa política foram criados cursos preparatórios para os novos indigenistas que passaram a integrar a equipe técnica. Após a formação, esses profissionais eram deslocados para as equipes das frentes de atração e/ou para os postos indígenas (OLIVEIRA FILHO; FREIRE, 2006).

Alguns meses após a criação da Funai o Governo editou o Decreto nº 62.699, de 14 de maio de 1968. A nova legislação tinha como principal objetivo a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar o plano de medidas para delimitação, demarcação e levantamento topográfico das áreas ocupadas pelos indígenas. O GT de 1968, como ficou conhecido, foi um dos documentos mais importantes da Ditadura Militar e, de acordo com Elias Bigio (2007), pautou as ações da Funai ao longo dos anos de 1970 e 1980. Os levantamentos técnicos do GT indicaram que os principais problemas herdados do SPI eram: o esbulho das terras indígenas, a organização administrativa, a renda do patrimônio indígena, a ação tutelar da Funai e a ação

---

<sup>110</sup> Com o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969, a Ditadura Militar reforça a centralização da Funai, quando acaba com o Conselho Diretor, que era composto por representantes de órgãos públicos ou entidades interessadas. Na mesma linha seguiu o Decreto 68.377, de 19 de março de 1971, que promoveu a reformulação do Estatuto da Funai.

missionária. Os trabalhos também indicaram medidas preventivas que foram fundamentais para a constituição do “Estatuto do Índio” – Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Considerando a situação da época, o Estatuto do Índio tratou de temas importantes, como: a regulamentação dos direitos civis e políticos, as condições de trabalho, as questões de educação, cultura, saúde e os crimes cometidos contra os indígenas. Também está na lei que os indígenas tinham a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência. Todavia, o documento é contraditório, pois a União manteve os povos originários sob a supervisão da Funai. Qualquer indígena poderia solicitar o fim da tutela, para tanto, precisava abrir um processo judicial que deveria passar pelo aval de um juiz competente. Antes de se posicionar, a autoridade judicial deveria analisar algumas condições, como a idade mínima de 21 anos e o conhecimento da língua portuguesa. Ou seja, para se tornar independente, o indígena precisava adotar a dinâmica que o Estado propunha. Manter o modo de vida tradicional era sinônimo de “atraso civilizatório”.

As áreas indígenas também foram alteradas no Estatuto do Índio. No artigo 17, o Governo instituiu três categorias de terras indígenas que passariam a vigorar no território nacional<sup>111</sup>. O Estado organizava os “territórios formais” indígenas, seguindo o que havia sido estabelecido na Constituição Federal de 1969:

Art. 17. Reputam-se terras indígenas:

- I. as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição de 1969;
- II. as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título;
- III. as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas. (BRASIL, 1973).

Complementado a legislação, o presidente da Funai a época (1974-1979), General Ismarth de Oliveira, editou a Portaria nº 320/N, de 19 de dezembro de 1975, que trazia a sistematização dos trabalhos de demarcação de terras indígenas. Pouco tempo depois a Ditadura Militar instituiu o Decreto nº 76.999, de 8 de janeiro de 1976,

---

<sup>111</sup> Alguns meses antes da Constituição Federal de 1988, o Governo Federal editou o Decreto nº 94.946, de 23 de setembro de 1987, que definiu as terras indígenas em: áreas indígenas (aquelas se ocupada ou habitada por silvícolas não aculturados, ou em incipiente processo de aculturação) e colônias indígenas (ocupadas ou habitadas por índios aculturados ou em adiantado processo de aculturação). Legislação que foi revogada pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991.

que passou a regular o processo administrativo de demarcação. Pela primeira vez estava explícito a orientação da contratação de um Antropólogo e de um Agrimensor – ambos incumbidos do reconhecimento prévio do território ancestral indígena. Essa equipe mínima deveria elaborar um laudo técnico, que precisava ser referendado pela Funai, submetido a homologação presidencial e as terras registradas no Serviço do Patrimônio da União<sup>112</sup>.

Para garantir o controle sobre os trabalhos de demarcação, o presidente da Funai emitiu a Portaria nº 385/N, de 26 de julho de 1976. A portaria centralizava todos os processos de demarcação em um único Grupo de Trabalho. As decisões deveriam passar previamente pelo GT, que deveria avaliar, revisar e submeter a decisão ao presidente da instituição. Na prática, a presidência da Funai impedia a autonomia dos técnicos que trabalhavam na identificação das terras indígenas. Seguindo na linha de contradições, a Portaria da Funai nº 517/N, de 3 de agosto de 1978, trouxe pela primeira vez a importância da participação indígena no processo de identificação dos limites dos territórios ancestrais (BIGIO, 2007).

Cabe destacar que esse processo de demarcação era, assim como hoje, um mecanismo jurídico/administrativo. Uma dinâmica que consolidava os territórios formais. Mesmo quando atribuía alguma autonomia para os povos indígenas, o Estado seguia ditando as regras e tutelando os povos originários. A legislação apresentava pequenos avanços, mas ainda era usada como um mecanismo de controle sobre as ações nas áreas demarcadas. O Estado não abria mão do controle e do domínio sobre as pessoas e os territórios.

A própria Lei 6.001/1973, que era um mecanismo poderoso, tinha seus interesses ocultos. Para Elias Bigio (2007), essa legislação visava aliviar a pressão

---

<sup>112</sup> No final da Ditadura Militar, o Decreto nº 76.999/1976 foi revogado e substituído pelo Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983. Na prática, o Governo dificultava ainda mais a demarcação, pois o Relatório de Identificação e Delimitação deixou de ser analisado preliminarmente pela da presidência da Funai e ficou a cargo de um Grupo de Trabalho Interministerial (que foi conhecido como “Grupão”), composto de representantes do Ministério do Interior, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Fundação Nacional do Índio e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes. A mesma ideia do Grupo de Trabalho foi mantida no Decreto nº 94.945, de 23 de setembro de 1987, que passou a regular a demarcação no período de discussão da Constituição Federal de 1988. Além desses decretos, a presidência da Funai também emitiu uma série de portarias para reger o processo de demarcação e delimitação de terras indígenas.

externa que o Brasil estava sofrendo. O documento final chegou a ser traduzido para o francês e para o inglês, todavia, não recebeu nenhuma tradução para línguas indígenas. Deixando claro que as preocupações da Ditadura Militar não estavam centradas nas populações originárias. João Pacheco de Oliveira Filho (1985) também destaca essa questão. As denúncias se avolumavam no exterior, principalmente devido as diversas comissões e entidades internacionais de defesa das minorias étnicas e direitos humanos que visitaram o Brasil nesse período. Surgiram relatórios denunciando a situação precária das comunidades, tanto nos antigos postos indígenas, como nas frentes de atração abertas pela Ditadura Militar nas regiões Centro-Oeste e Norte.

A posição do órgão não era criticada apenas no exterior. As medidas colocadas em prática desagradaram muitos dos funcionários e defensores da causa indígena. É possível citar o sertanista Antônio Cotrim, com mais de dez anos de experiência na atração do povo Kayapó, ele abandonou a instituição alegando que estava trabalhando como “coveiro de índio” (JORNAL DO BRASIL, 1972).

Na mesma linha de denúncia, o Conselho Indigenista Missionário, em reportagem para jornal O Estado de São Paulo (1975), alegava que os funcionários e os métodos de contato estavam totalmente equivocados e promoviam o extermínio dos povos indígenas. Orlando Villas-Bôas, figura proeminente na defesa dos povos originários, disse no mesmo jornal, em 1979, que a integração defendida pela Funai seguia na contramão das ações de proteção. Fatos como esse levaram Darcy Ribeiro (2017) a escrever que a toada civilizatória induziria as populações originárias a “transfiguração étnica” ou ao extermínio:

A expansão civilizadora apresenta-se à análise como um conjunto uniforme de fatores dissociativos, aos quais cada tribo pode reagir diferencialmente, mas aos quais reagirá sempre e necessariamente. Três são as reações possíveis para os indígenas. A fuga para territórios ermos, como o que apenas adiam o enfrentamento. A reação hostil aos invasores, que transtorna toda a vida tribal pela imposição de um estado de guerra permanente, em que o funcionamento de muitas instituições se torna inviável e outras tem de ser dramaticamente redefinidas. A saída final é a aceitação do convívio porque este representa, efetivamente, uma fatalidade inelutável. Nela caíra necessariamente cada tribo, seja ao fim de longos períodos de fuga ou de prolongada resistência afinal tornada impraticável, seja como resultado de uma opção diante do inevitável, assente na esperança de controlar a nova situação. (RIBEIRO, 2017, p. 193).

Alguns dos temores de Darcy Ribeiro se confirmaram, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde diversas populações foram exterminadas. No entanto, as previsões não se impuseram para muitos povos que seguiram resistindo. A professora bilíngue Kaingang Andila Inácio, do Posto Indígena da Guarita, por exemplo, enviou uma carta para o presidente Ernesto Geisel reclamando da situação atual. Segundo ela, pouca coisa havia se alterado nos postos indígenas do Rio Grande do Sul com a consolidação da Funai:

Como o nosso povo o tem feito desde os remotos tempos de Serviço de Proteção dos Índios, voz esta que jamais ultrapassou além das barreiras dos ouvidos dos administradores relapsos no cumprimento do dever de defesa de nossas coisas e de nosso povo.

Eis, Senhor Presidente, o resultado de tais conformismos: tem hoje o meu povo suas terras invadidas, suas florestas exterminadas, seus animais extintos e seus corações dilacerados pela arma rude que é a civilização. Isto para o povo branco e civilizado, como se julgam, talvez possa parecer romantismo ou coisa que equivalha, mas para o meu povo não. Para ele é estilo de vida, é razão de viver, conseqüentemente, motivo bastante para morrer. (JORNAL DO BRASIL, 1975).

Para o Jornal do Brasil (1975), que trouxe parte do texto de Andila Inácio, o Governo afirmou que trabalhava para resolver a questão das invasões. Assim, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), preparava ações para deslocar os colonos gaúchos para os assentamentos abertos na região Amazônica. Ou seja, o Estado buscava uma solução para os problemas indígenas do Sul, criando novos impasses na região Norte.

No Centro-Oeste e Norte, novos projetos de desenvolvimento “atraíam” colonos para a “nova fronteira agrícola”. Durante a Ditadura Militar foram criados o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA), o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e o Projeto Radar da Amazônia (RADAM)<sup>113</sup>. O Governo também investiu em obras faraônicas: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), a rodovia BR-230 ou Transamazônica (cortando o país de leste a oeste), a BR-080 (que interferiu no Parque Indígena do Xingu), entre outras. Todos esses empreendimentos afetaram diversas populações indígenas que estavam

---

<sup>113</sup> O Radar da Amazônia posteriormente foi estendido para todo o território nacional e ficou conhecido como Projeto RADAMBRASIL. Os trabalhos científicos que foram desenvolvidos apresentaram as potencialidades dos sertões do país e ajudaram a atrair muitos garimpeiros para as áreas habitadas por populações indígenas, diversos registros de invasões garimpeiras nas terras do povo Yanomami, por exemplo, são registradas após os resultados dessas pesquisas (BIGIO, 2007).

alheias a sociedade nacional. A Funai passou a trabalhar para amenizar os conflitos e para aproximar os povos afetados da “proteção do Estado”.

No Livro “Memórias Sertanistas: Cem anos de Indigenismo no Brasil”, organizado por Felipe Milanez (2015), os diferentes sertanistas relatam o que estava em jogo para o Governo nesse período. As Frentes de Atração da Funai trabalhavam para não prejudicar o projeto do “Milagre Econômico Brasileiro”. Os experientes profissionais descreveram as ações de aproximação e contenção, destacando que a política indígena da época esperava que parte da população padecesse por doenças advindas do contato. Assim, os grupos sobreviventes eram aldeados e submetidos às vontades da Funai, ao mesmo tempo, seus territórios ficavam disponíveis para os colonos e para os grandes empresários:

A política da FUNAI para os índios arredios ou isolados inicialmente seguiu as diretrizes e as práticas adotadas pelo SPI e pela Fundação Brasil Central, através de sertanistas como Francisco Meirelles e os irmãos Cláudio e Orlando Villas-Bôas. O pós-contato sempre levava a doenças, fome e desespero entre os índios contatados, não só por falta de políticas desenvolvidas para essa fase, como pela própria pressão de projetos desenvolvimentistas do regime militar, os quais colocavam os direitos indígenas como secundários. (OLIVEIRA FILHO; FREIRE, 2006, p. 132).

Como o foco da Ditadura Militar estava na expansão das medidas econômicas, os funcionários da Funai não tinham forças para impedir os processos de espoliação dos territórios indígenas. Mesmo quando identificava as invasões, a morosidade burocrática ajudava quem infringia a legislação, motivando novas investidas e outros ataques (BIGIO, 2007). Para João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo de Almeida (1989), a consolidação dos territórios indígenas só ocorria em situações extremas. A demarcação só andava quando o problema chegava a níveis alarmantes, acompanhado de denúncias e pressões internas e externas que afetavam a imagem e os interesses do Governo.

Prova desse descaso era a posição das autoridades da época. O presidente da Funai entre os anos de 1970 e 1974, o General Oscar Jeronimo Bandeira de Mello, por exemplo, declarou para o Jornal do Brasil (1971) que a instituição estava no caminho certo. A aculturação seria uma medida necessária para o bem das populações indígenas. Segundo o general, ações promovidas em outro sentido, como as dos irmãos Villas-Bôas no Parque Indígena do Xingu, estavam acobertando interesses particulares. Motivações que na verdade queriam transformar os indígenas

em peças de museu, totalmente alheios a sociedade nacional e na contramão da civilização<sup>114</sup>.

O Estado insistia no seu discurso, alegando que estava trabalhando para promover o “desenvolvimento” social e econômico das populações originárias. Em 1975, o ministro do Interior, Rangel Reis, anunciou à imprensa a possibilidade de alterar o Estatuto do Índio. O Governo propôs um novo projeto que ficou conhecido como a “Emancipação do Índio”. Na prática os indígenas enquadrados como “integrados”, de acordo com o artigo 4º da Lei 6.001/1973, seriam desvinculados do Estado. A União também gostaria de “emancipar” as terras indígenas, dividindo-as em pequenos lotes, que depois seriam distribuídos entre seus habitantes, sem nenhum compromisso com as diferentes formas coletivas de vivenciar o espaço geográfico.

De acordo com Poliene Bicalho (2019), essa era uma medida similar ao modelo implementado nos Estados Unidos, que se mostrou ineficaz e promoveu a perda de boa parte dos territórios ancestrais nesse país. Na verdade, o objetivo da Ditadura Militar era puramente econômico. O Governo não queria investir recursos na proteção das comunidades e pensava em transformar as terras indígenas em propriedades privadas:

Nesse sentido, a emancipação representaria para o indígena a perda do direito à proteção, o que os transformariam em meros grupos/indivíduos proprietários de lotes de terras. Naquele contexto, as terras indígenas estavam, como ainda estão atualmente, ameaçadas, mesmo com a proteção do Estado. Basta lembrar que esses territórios são alvos constantes de invasões e espoliações em pleno século XXI, em decorrência de políticas economicistas representadas por setores muito específicos da sociedade, que as consideram essenciais para o desenvolvimento contínuo do país. (BICALHO, 2019, p. 148).

O projeto de “Emancipação do Índio” motivou muitos movimentos contrários em todo o país. A Comissão Pró-Índio de São Paulo passou a organizar manifestações em defesa dos indígenas. Com destaque para a 1ª Assembleia Nacional dos Índios Brasileiros, realizada em Santo Ângelo (RS), onde vinte e seis caciques (de nove povos diferentes) elaboraram uma carta endereçada ao presidente da Funai. O texto

---

<sup>114</sup> Os irmãos Villas-Bôas – Orlando, Cláudio e Leonardo – tiveram papéis importantes na defesa dos diferentes povos indígenas, principalmente defendendo o direito territorial e o modo de vida das populações. A criação do Parque Indígena do Xingu (Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961 e Decreto nº 51.084, de 31 de julho de 1961) foi uma das maiores conquistas dos indigenistas.

reforçou a necessidade de o Governo investir em melhorias nas terras indígenas e na proteção das comunidades.

O Conselho Indigenista Missionário também promoveu ações nesse sentido. Antes mesmo do projeto de emancipação, já organizava assembleias indígenas pelo país. Foram pelo menos dezesseis assembleias entre 1974 e 1982. A primeira ocorreu em torno da “Missão Anchieta do CIMI” em Diamantino (MT). O Rio Grande do Sul foi sede da 4ª reunião em Frederico Westphalen, entre os dias 21 a 22 de outubro de 1975, e da 8ª reunião em Ijuí e São Miguel das Missões, entre os dias 16 a 18 de abril de 1977. Todas as reuniões reforçavam a necessidade de organização e de autonomia dos povos indígenas, mas sem retirar do Estado seus deveres e obrigações com as populações originárias de todo o Brasil (OLIVEIRA FILHO, FREIRE, 2006).

Desta forma, os movimentos organizados contra a “Emancipação do Índio”, ajudaram os povos originários a construir novas estratégias de defesa dos seus territórios. Os anos 1970 e 1980 foram marcados pela formação de algumas instituições importantes, como a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) e a União das Nações Indígenas (UNI). Esse período foi marcado pelo fortalecimento do “movimento indígena”:

O primeiro desses contextos, é aqui chamado de “movimento indígena”, pois essa é uma categoria operativa central no discurso dos indígenas e dos atores e das instituições que interagem nessa situação. A crença fundamental é de que, ao invés de aguardarem ou solicitarem a intervenção protetora de um “patrono” para terem seus direitos reconhecidos pelo Estado, os índios precisam realizar uma mobilização política própria – construindo mecanismos de representação, estabelecendo alianças e levando seus pleitos à opinião pública. Somente a partir da constituição de um sistema de reivindicações e de pressões é que o Estado viria a agir, procedendo então à identificação e à demarcação das terras indígenas, melhorando os serviços de assistência (de saúde e educação) ou resolvendo problemas administrativos diversos deixados no limbo por muitos anos. As décadas de 70 e 80 foram os momentos de maior visibilidade dessa modalidade de ação política, que se constituía à margem da política indigenista oficial, opondo Estado e sociedade civil, delineando progressivamente novas modalidades de cidadania indígena. (OLIVEIRA FILHO; FREIRE, 2006, p. 187).

Muitos povos passaram a questionar as atribuições da Funai. Diferentes lideranças perceberam que o Estado não estava agindo conforme a legislação. Os indígenas compreenderam que a lei acabava sendo usada contra os seus interesses. Além disso, alguns grupos concluíram que o regime de tutela não havia sido criado

para proteger as comunidades, mas era uma ferramenta colonial extremamente eficiente. As lideranças do povo Kaingang não ficaram alheias as movimentações que afloravam nesse período e passaram a organizar movimentos contestatórios em plena Ditadura Militar.

### **3.11.1 Xangrê e Kretã: os guerreiros Kaingang reivindicam suas terras**

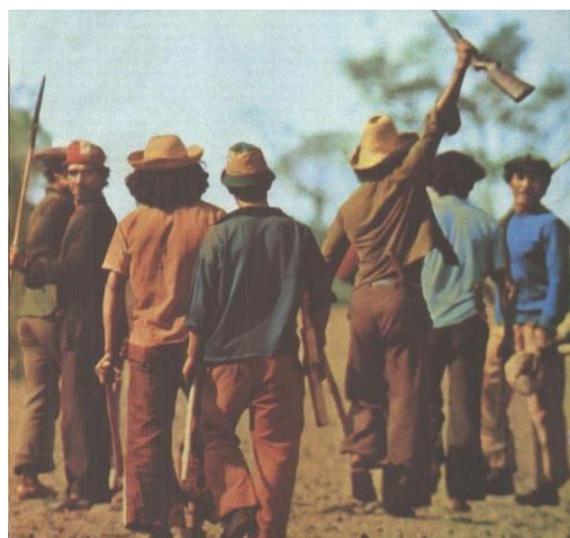
Os Kaingang do Posto Indígena de Nonoai passaram a exigir a saída dos colonos que arrendavam suas terras com o aval da Funai. O principal argumento tinha forte embasamento jurídico, levava em consideração o artigo 18º da Lei 6.001/1973, que proibia os arrendamentos em terras indígenas. O jornal O Estado de São Paulo noticiou, em 19 de maio de 1974, os primeiros movimentos nesse sentido. Na reportagem o prefeito da cidade de Nonoai reclamava que essa era uma situação criada pela própria Funai. Segundo ele, o órgão federal cobrava cerca de Cr\$ 70 (setenta cruzeiros) por ano dos colonos que produziam nas terras dos indígenas.

O padre Egydio Schwade, representante do CIMI, declarou para o jornalista Sérgio Becker (1975) que a Funai promovia diversos projetos agrícolas, mas não permitia a autogestão dos indígenas. Todos os recursos advindos dos arrendamentos (e demais atividades) eram encaminhados para Brasília e somente uma parte voltava para as comunidades. Sérgio Becker relatou na reportagem a degradação ambiental, a diminuição da caça, a dificuldade dos indígenas em encontrar as plantas nativas nos territórios devastados pela exploração colonial e a inexperiência dos funcionários da Funai (que defendiam medidas prejudiciais às roças coletivas e orientações de plantio e colheita fora de época adequada). A reportagem finaliza reforçando a preocupação das autoridades locais com possíveis conflitos nas terras indígenas de Nonoai, Guarita, Votouro e Cacique Doble:

Na verdade, as hostilidades entre brancos e kainganges (existem alguns remanescentes de guaranis no Rio Grande do Sul, mas são minoria) ocorrem desde o início da invasão e somente não se transformaram em luta de maiores proporções, porque "o chefe do posto tem pedido paciência", conforme acentuou o cacique Alcindo Nascimento, líder dos 1.700 kainganges de Nonoai, ao explicar que "há cinco anos os índios já queriam lutar para expulsar os brancos". E ele tem um motivo fundamental para exigir a saída dos agricultores da área destinada à reserva: "Quando eu vejo estas crianças – e aponta para um grupo de crianças kainganges que correm à saída da aula – fico pensando no jeito que elas vão arrumar seu sustento. Se não tiverem terra para plantar, nossos filhos não vão ter o que comer". (BECKER, 1975, p. 62).

As palavras de Alcindo Nascimento mostram a estratégia dos Kaingang. Os indígenas estavam usando argumentos alinhados com as políticas oficiais para justificar a retirada dos colonos de seus territórios. A liderança não falou da cosmologia do seu povo (pelo menos não para o repórter) e recorreu ao argumento que considera o sentido “financeiro da terra” e para a importância de garantir o futuro das “crianças da escola”. As justificativas são proferidas para atingir um público específico. Reforçando que os Kaingang lutavam como iguais e não refutavam a “civilização”, muito pelo contrário, eles combatiam os equívocos que a Funai havia produzido.

O Governo prometia resolver a questão, mas na prática não realizou nenhuma medida para atender à reivindicação dos Kaingang. O conflito inevitável ocorreu em 1978, quando o povo Kaingang foi protagonista das primeiras retomadas territoriais durante a Ditadura Militar. Cansados de esperar por ações do Governo, as lideranças começaram a mobilizar seus aliados para expulsar os colonos das terras demarcadas no passado. Em Nonoai, o cacique Nelson *Xangrê* e seus guerreiros, organizados em torno das lideranças *Niré*, *Nenfá* e *Kacrê* (Figura 73), deram o ultimato aos colonos. Entre os meses de janeiro e abril, passaram de casa em casa avisado que os invasores deveriam sair da terra indígena.



**Figura 73 – Lideranças e guerreiros Kaingang de Nonoai nos anos 1970.**

Fonte: Adaptado da fotografia de Assis Hoffmann em Caco Barcelos (1978).

Inicialmente as famílias dos colonos não acreditaram nas ameaças. O levante era motivo de ironias e comentários pejorativos. Até que os Kaingang abandonaram a

posição pacífica de negociação e incendiaram várias escolas próximas das suas aldeias. Depois do ato, voltaram a avisar os posseiros:

Armados com revólveres e espingardas de pequeno calibre, facas, arcos, flechas, bordunas e lanças improvisadas com pontas de canivetes, os caingangues conseguiram se fazer ouvidos. No fim da semana passada, com efeito, as estradas da região já estavam tomadas por dezenas de caminhões contratados às pressas pelos colonos, que começavam a abandonar a área com seus poucos móveis, bois, porcos, galinhas e sacos de feijão, milho e soja amontoados nas carroçarias. (...). "Índio fala até certo ponto, mas chega hora que conversa não dá mais, e aí índio faz", explicava, sorridente, o "coronel" Armândio Vergueiro, 35 anos e segundo em importância dentro do grupo caingangue de Nonoai. (VEJA, 1978, p. 62).

Esse movimento também foi uma prova que os Kaingang não haviam abandonado seus métodos antigos de luta pelo território. Quando queimaram as escolas, sinalizaram aos colonos que eles eram os verdadeiros donos do território e que estavam dispostos a iniciar um conflito para retomar as áreas formalmente demarcadas no século XX. Outro ponto que chama atenção nas reportagens, são as várias lideranças envolvidas nas ações Kaingang, evidenciando a presença de diferentes parcialidades vivendo no mesmo território demarcado. Segundo Ricardo Fernandes e Leonel Piovezana (2015), os Kaingang de Nonoai também contaram com grupos de outras áreas indígenas, pelo menos do Posto Indígena de Xapeco (SC) e Mangueirinha (PR). Ou seja, assim como no passado, os Kaingang organizaram sua rede de alianças para lutar pelo território.

A partir desse episódio algumas narrativas passaram a circular na imprensa. A Funai acusava os representantes do CIMI de instigar os indígenas contra os colonos e os agentes do órgão (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1974). No entanto, segundo Caco Barcelos (1978), os próprios colonos admitiam que a Funai havia acertado os arrendamentos, que políticos locais tinham interesses nas terras e que existiam grandes grupos privados investindo economicamente na exploração de Nonoai. Os colonos eram usados como mão-de-obra por alguns empresários, como o "Sr. Tissiani" e Júlio Reiner Gasparato, que fizeram fortuna com uma serraria e cultivando soja nas áreas dos Kaingang. Alguns comerciantes, como Olin Bringuenthi, agiam como atravessadores, comprando a pequena produção dos colonos e revendendo com bons lucros no mercado regional.

Os movimentos de maio de 1978 causaram pânico nos colonos de Nonoai. Os Kaingang entravam nas residências, tomavam os mantimentos, as ferramentas, as armas que encontravam e avisavam que os moradores precisavam sair. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul foi acionada e precisou agir para evitar uma tragédia maior. No entanto, os Kaingang não estavam dispostos a recuar, sabiam que seu movimento de retomada territorial tinha uma importância política:

Uma semana depois do primeiro aviso de que iam atacar, os guerreiros de Niré estavam confiantes. Era o dia 9 de maio. E muitos deles falavam como se já fossem vitoriosos.

Kacrê – Me dá pena quando vejo um colono partindo. Mas é a realidade. Eu me criei levando pontapé de intruso e nunca fiquei me lamentando. Prefiro lutar pelo que é meu.

Menfá – Hoje eu perdi um guerreiro, o Mino. Mas não foi ferimento grave. A vitória desta manhã foi muito linda, pena que o Niré não participou.

Niré – Meu exército em Pinhalzinho está crescendo, e os intrusos desaparecendo. Estamos ganhando fácil. Hoje senti vontade de descansar numa grama, jogar futebol, mas não deu tempo...

Cacique Xangrê – Os gaúdos da Funai sabem que fomos nós do Sul que descobrimos todos os problemas do índio no Brasil. Então a Funai treme o coração quando me vê. (BARCELOS, 1978).

O sucesso da expulsão de parte dos colonos em Nonoai motivou novos confrontos. Atos foram registrados nas terras indígenas de Cacique Doble (RS), Xapecó (SC), Rio das Cobras (PR) e Mangueirinha (PR). No caso do Posto Indígena de Rio das Cobras, a empresa Marocchi explorava ilegalmente madeira dentro da área indígena. O território também estava ocupado por posseiros assentados com o aval da Fundação Paranaense de Colonização. A retirada começou no ano de 1978 através da “Operação Laranjeiras”, que mobilizou diversas forças policiais e militares. De acordo com a notícia de Eliana Lucena (1978), um grupo de grileiros enganou e vendeu títulos de terras falsificados. Os próprios posseiros ludibriados citavam os nomes dos criminosos: Jandir Bueno, Pedro Ramos dos Santos Lima, Juvenal Damásio de Lima, Delmiro Gomes Sebastião Pessoa Nogueira.

No Posto Indígena da Mangueirinha a situação era semelhante. O grupo foi liderado por Ângelo *Kretã*, que havia se tornado (em 1976) o primeiro vereador indígena do Brasil pela Câmara de Vereadores de Mangueirinha (PR). O líder *Kretã* era uma personalidade reconhecida e admirada no Sul do Brasil. Ele foi eleito com “votos dos brancos”, fez denúncias aos jornais locais e nacionais, participou de congressos com grande repercussão e fez contatos até mesmo com a Organização das Nações Unidas. Além disso, *Kretã* conseguiu mobilizar grupos indígenas de

diferentes aldeias e povos (a Mangueirinha era habitada por Kaingang e Guarani). O principal objetivo era acabar com a influência da Funai e recuperar os pinheirais que estavam com a empresa F. Slaviero & Filhos, Indústria e Comércio de Madeiras (FALA PARANÁ, 1981).

O caso contra a empresa madeireira foi parar nos tribunais. Em primeira instância a comunidade saiu vitoriosa, mas no mês de setembro de 1979, o juiz da 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, reverteu a decisão em favor do grupo Slaviero. Revoltados com o resultado, os Kaingang mobilizaram seus guerreiros para o confronto. Grupos experientes de Nonoai foram para Mangueirinha, entre eles estava Zílio Salvador, que em relatos para Ana Freitas (2005), destacou que a vitória dos Kaingang na Mangueirinha ocorreu devido a união entre as metades: o grupo de Ângelo *Kretã* (*Kamé*) com os grupos de Floriano Nascimento e Alcindo Nascimento (ambos *Kairukré*)<sup>115</sup>.

A complementariedade das metades, citadas por Zílio Salvador, mostra que os Kaingang não estavam usando apenas a legislação para reivindicar seus territórios. A cosmologia seguia forte. Mesmo depois do processo de confinamento e opressão do Estado, os Kaingang fortaleciam a categoria dos “*Kaingang-pé*”, ou seja, aqueles que seguem a lei dos antigos. Zílio Salvador (*Kamé*) estava acompanhando seu sogro Alcindo (*Kairukré*), como no passado, a ligação parental se fazia presente no processo de luta pelo território, pois Zílio tinha “obrigações” com seu sogro:

Quando o *iambré* [cunhado, homem pertencente a metade tribal oposta] *Kretã* nos chamou, eles não falavam a língua, e nem pareciam mais índios. Então ele buscou os índios do Rio Grande do Sul, de Nonoai, índio verdadeiro, todo mundo falando o idioma [*Kaingang-pé*]. Fomos de ônibus lotado até o Paraná. E trouxe outro de Xanxerê, outro de Chapecozinho. Tudo índio verdadeiro. Assim que nós tiramos a Mangueirinha. A Mangueirinha é terra de índio! (Floriano Nascimento, *kairukré*. TI Serrinha, junho de 2004). (FREITAS, 2005, p. 237-238).

Outro fator que mostra como a cosmologia Kaingang tinha peso nas decisões internas, diz respeito aos conflitos registrados entre os grupos que coabitavam a

---

<sup>115</sup> Infelizmente Ângelo *Kretã* não viveu para ver a vitória de seu povo, no dia 22 de janeiro de 1980, um caminhão desgovernado colidiu com o carro da liderança em um acidente carregado de contradições (*Kretã* estava sendo ameaçado de morte). Depois de oito dias no hospital, *Kretã* não resistiu aos ferimentos, todavia, sua morte motivou ainda mais os Kaingang que conseguiram retomar seus territórios no ano de 1986, quando o Superior Tribunal Federal derrubou a decisão de segunda instância favorável ao grupo Slaviero.

mesma terra indígena. A desterritorialização forçou muitas parcialidades Kaingang a habitar e compartilhar o mesmo território. Grupos acostumados a viver por um vasto espaço (dividido entre os diferentes *pay-bang* e *pay*) ficaram anos confinados e vigiados pelo Governo. Diferenças históricas ainda estavam vivas na memória dos indígenas, e durante os movimentos de retomada alguns conflitos internos foram reativados. Famílias que foram a Mangueirinha ajudar *Kretã*, por exemplo, não conseguiram retornar para Nonoai e foram expulsas pelo cacique principal. Esse foi o caso de Zílio Salvador, que precisou buscar abrigo em outras terras indígenas, migrando posteriormente para a periferia de Porto Alegre<sup>116</sup>.

Cada parcialidade buscava o protagonismo das ações para conseguir se impor e controlar o território. Lideranças fizeram alianças com os colonos, os empresários, os agentes da Funai e com seus parentes de terras indígenas distantes. Quanto mais parceiros conseguiam, maiores eram as chances de assumir o controle da área indígena. Por esse motivo, além das notícias que exaltavam a luta pela reconquista da terra, esse período também foi marcado por denúncias contra alguns indígenas. Reportagens denunciavam que as lideranças mantinham as antigas práticas que o movimento Kaingang tentou combater. A venda ilegal de madeira e o arrendamento de terras, medidas herdadas do SPI e da Funai, foram utilizadas por lideranças para garantir o controle interno. Com os recursos financeiros adquiridos de forma ilegal, era possível manter a controle e o poder.

Um dos casos mais conhecidos ocorreu na terra indígena Guarita, em 1983. Uma discussão em torno dos recursos produzidos pela comunidade gerou um conflito entre o cacique Ivo Sales e Domingos Ribeiro. O cacique foi acusado de desviar os recursos dos arrendamentos e de vender madeira de forma ilegal (sem autorização da Funai e do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF): “Ivo Riberio, seis meses atrás, quando subiu à condição de cacique da Guarita, era quem deveria acabar com as falcatruas que já vinham sendo praticadas por Sebastião Alfaiate. Por isso tomou seu lugar. Mas acabou repetindo Sebastião” (WAGNER; ANDREATTA; PEREIRA, 1986, p. 36).

---

<sup>116</sup> Segundo Ana Freitas (2005), cerca de 80 Kaingang foram expulsos da TI Nonoai nesse período, entre eles Alcindo Nascimento, Floriano Nascimento, Zílio Salvador e Bento da Silva.

O conflito entre os dois postulantes à liderança geral da Guarita levou a expulsão de um grande número de indígenas ligados a Domingos Ribeiro. A Funai precisou mediar uma negociação e acalmar os ânimos na reserva. Os indígenas expulsos pelo cacique acamparam nas cidades próximas e exigiam retornar para Guarita. Com a intermediação do órgão, a reserva foi “dividida” entre as duas lideranças. Cada grupo passou a administrar uma área de aproximadamente doze mil hectares, ato que também dividiu os “recursos” que estavam em jogo.

Novas revoltas aconteceriam três meses depois da divisão, quando um grupo atentou contra o cacique Ivo. Os rebeldes precisaram buscar abrigo na terra indígena de Ligeiro. Outro confronto deixaria cinco mortos. A tensão prevalecia dentro da terra indígena Guarita, novas vítimas fatais e pelo menos dez feridos foram hospitalizados. O presidente da ANAI, Júlio Gaiger, relatava que todos os conflitos estavam em torno dos arrendamentos e do apoio que os colonos davam aos caciques. Assim, essa complexa rede de alianças em torno dos recursos das terras indígenas, sustentava os caciques armados e no poder. A gravidade da situação colocou a Guarita em evidência, o que não favorecia os colonos e as autoridades políticas. O prefeito de Redentora, por exemplo, foi acusado de participar do contrabando de madeira. Com a situação saindo do controle, os atores externos trataram de amenizar as disputas da Guarita e impedir que novas denúncias surgissem contra as autoridades locais. Entretanto, o problema dos arrendamentos não foi resolvido e ainda assombra as áreas indígenas do Rio Grande do Sul (WAGNER; ANDREATTA; PEREIRA, 1986).

Como é possível perceber, as disputas internas e externas dos Kaingang estavam aflorando nos anos posteriores a fundação da Funai e a elaboração do Estatuto do Índio. Os conflitos evidenciaram os problemas internos pelo controle do território e também retratavam situações contra atores externos que haviam invadido as áreas demarcadas. Juridicamente (e teoricamente) essas lutas contra atores externos eram amparadas com bases legais favoráveis aos indígenas. Todavia, sem a presença dos guerreiros e sem a união das metades, provavelmente os Kaingang não teriam obtido êxito nas suas reivindicações.

Cada revolta que surgia motivava novas lutas pelos territórios ancestrais. Sem abandonar sua cosmologia, usando as “leis dos brancos” e estabelecendo novas alianças (principalmente com organizações não governamentais que defendiam a

causa indígena) os movimentos de retomada cresciam. Reinvidicações em territórios que não haviam sido demarcados pelo Estado começaram a ganhar destaque. Eram territórios que os indígenas mantinham vínculos territoriais transmitidos de geração em geração. A TI Borboleta é um desses casos. Segundo José Catafesto de Souza (1998), a Serra Grande e a Fazenda Borboleta (municípios gaúchos de Campos Borges, Espumoso e Salto do Jacuí) se transformaram em refúgios para muitos indígenas no final do século XIX, inclusive, para descendentes do *pay Nívo*, expulsos das proximidades do rio Caí:

Por exemplo, a família de sobrenome “dos Santos” tem vinculação com os Guarani-missioneiros imigrados para região depois das Guerra Guaraníticas. Provavelmente, está entre as primeiras famílias a ocupar a região no final do período colonial. Os “Ferreira”, “Antunes”, “de Oliveira”, “Alves”, “da Costa” etc. são provavelmente relacionados à mesma origem Guarani-missioneira. Já os “de Matos”, “Padilha” e “Melo” possuem vinculação com os Kaingang e talvez também com os Xokleng. Os “de Campos” possuem ligação com índios do planalto, ligados ao tropeirismo de Curitiba e São Paulo. Um rastreamento mais cauteloso pode vir a tornar esse quadro cada vez mais preciso. (CATAFESTO DE SOUZA, 1998, p. 147-148).

Desta forma, a Serra Grande e a Fazenda Borboleta abrigavam uma diversidade de povos, com grupos indígenas fazendo relações de alianças com colonos portugueses, alemães e italianos. A luta pelo reconhecimento territorial estava na articulação de famílias que reconheciam alguns ancestrais históricos com direito de propriedade na região. O tropeiro/militar Honorário Antônio José de Melo Brabo, por exemplo, recebeu uma gleba de terra do Império e se casou com uma indígena que vivia nas proximidades. Seus filhos e netos seguiram por caminhos similares, fazendo uma complexa relação de parentesco e ocupando um vasto território (CATAFESTO DE SOUZA, 1998).

Ainda segundo José Catafesto de Souza (1998), a retomada da Borboleta é um movimento extremamente importante, pois quebrou com a visão ocidental sobre o que é “ser índio” no Brasil. Existe uma diversidade na Borboleta que não se enquadra em nenhum “padrão esperado” para uma reivindicação indígena. Antônio Padilha, um dos líderes do movimento, tem relações históricas na Borboleta (nascido, assim como sua mãe, na Serra dos Engenhos, no interior do território reivindicado). Na época, ele estava casado com Iracema Nascimento, uma indígena Kaingang com origens em

Nonoai<sup>117</sup>. O casal, depois de viver em diferentes áreas (inclusive em um assentamento do INCRA na Amazônia), estava morando em Porto Alegre, mas Padilha jamais esqueceu dos vínculos territoriais com a Serra dos Engenhos (onde enterram seus umbigos é o local que criam relações para o resto da vida). Assim como os Padilha, muitos indígenas com vínculos territoriais com a Borboleta estavam afastados do seu antigo território ancestral. Era comum encontrar famílias inteiras vivendo nos centros urbanos próximos. Por outro lado, alguns Kaingang e/ou Guarani ainda viviam no território e possuíam pequenos lotes particulares. Também era possível encontrar grupos mais reservados, que escondiam sua ancestralidade indígena devido ao histórico de represálias.

O pedido de demarcação da Borboleta é um exemplo do processo de reterritorialização que começou a “despertar” no Brasil nesse período. As reivindicações estavam centradas no autorreconhecimento como indígena e na Tese do Indigenato. Também defendiam que o Estado era omissivo, pois não colocou em prática as determinações do Estatuto do Índio, que no artigo 65 determinava que: “O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas” (BRASIL, 1973).

Como é possível observar, as pautas indígenas estavam em evidência, a demarcação das terras indígenas, o fim do regime de tutela e a posição contraditória do Estado, dominavam as pautas dos povos originários. Entidades não governamentais (com a Comissão Pró-Índio de São Paulo, a ANAI e o CIMI) e indigenistas experientes (que não concordavam com os rumos da Funai) apoiavam e ajudavam na organização dos movimentos indígenas. A situação seria potencializada com a abertura democrática, o fim da Ditadura Militar em 1985 e o processo constituinte iniciado em 1987. Assim, o final dos anos 1980 foi marcado por discussões, reivindicações e movimentos vigorosos dos povos originários.

---

<sup>117</sup> Iracema *Gãh Té* Nascimento é uma das *Kujã* mais importantes de Porto Alegre, ela é tia do Cacique Maurício Salvador e, por esse motivo, tem um papel cosmológico muito importante no movimento de retomada da FLONA de Canela.

### 3.12 O processo constituinte e o fim da tutela indígena

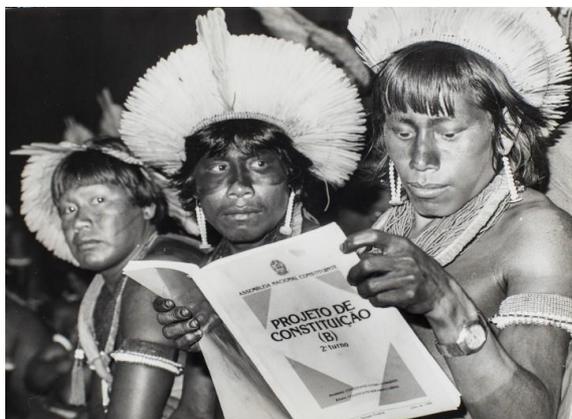
Com o fim da Ditadura Militar, o Congresso Nacional instituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais em julho de 1985. O anteprojeto constitucional foi entregue em setembro de 1986 e foi a base para as discussões que iniciariam em 1º de fevereiro de 1987 na Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Após a aprovação do regimento interno da ANC, foram criadas oito comissões temáticas e vinte e quatro subcomissões. A questão indígena foi inserida na “Comissão da Ordem Social, Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias”. Foram dezesseis reuniões, a primeira iniciada em 7 de abril de 1987, com a instalação e a eleição do presidente e dos vice-presidentes, e a última, no dia 25 de maio de 1987, que marcou a votação do anteprojeto da subcomissão.

Durante os debates, lideranças e defensores da causa indígena discursaram e apresentaram propostas. Raoni *Metuktire*, Davi *Kopenawa* Yanomami, Ailton Krenak, foram alguns dos nomes de peso. O povo Kaingang também se fez presente. Pedro Cornélio Seses Kaingang, representante do Conselho Regional de Guarapuava (PR), participou da 11ª reunião ordinária no dia 5 de maio. Em seu discurso ele fez questão de frisar os problemas da Funai, o direito territorial e a necessidade de garantir aos indígenas a segurança das terras demarcadas:

Sou um Kaingang. Encontro-me só, hoje, em Plenário. Mas gostaria que estivessem presentes outros caciques, outras lideranças que pertencem à Região Sul: os Guaranis, os Xoklengs e os Kaingangs. (...). Quero deixar a todos, ao Presidente, um documento a mais. Tenho certeza de que dentre todos esses documentos, vindo de todas as nações indígenas, será tirado um. E tomara que seja o melhor para nós, seja ele, em mais curto espaço de tempo, a demarcação de nossas terras. Mas é preciso conscientizar a todos de que não é apenas isso o que interessa, mas o direito à segurança dessas terras. Não adianta demarcarmos a terra e não estarmos conscientizados também de dar o direito ao índio, com documentação entregue a ele. É possível fazer muita coisa, mas o que o índio exige não é terra simplesmente, mas o direito de preservá-la e o direito de segurança nela. Isso não cabe somente ao índio, mas à parte jurídica, aos Deputados, aos Senadores, ao Presidente Sarney conceder o direito de posse permanente ao índio. E preciso preservar e segurar, dar apoio ao índio. (SESES KAINGANG, 1987, p. 148).

Grandes comitivas acamparam em Brasília e desfilaram diariamente seus cocares, arcos e flechas em todos os espaços da Assembleia Nacional Constituinte (Figura 74 e Figura 75). Os grupos assistiam as reuniões, buscavam os apoiadores para discutir as propostas apresentadas, abordavam os legisladores, frequentavam

os gabinetes e faziam pressão para que seus direitos fossem respeitados. Uma mobilização extremamente importante, certamente, sem a presença indígena no Congresso Nacional, as pautas levantadas pelas comunidades teriam ficado de lado.



**Figura 74 – Grupo do povo Kayapó lendo o projeto de Constituição em 1987.**

Fonte: Guilherme Rangels (ISA, 2018).



**Figura 75 – Francisco Kaingang segurando a bandeira do Brasil durante as reuniões da Constituintes de 1987.**

Fonte: Beto Ricardo (ISA, 2018).

Obviamente o contraditório se fazia presente e contestava as manifestações dos povos originários. O presidente da Funai na época, Romero Jucá, defendia a centralização das ações em torno do órgão indigenista e outras pautas contrárias aos indígenas:

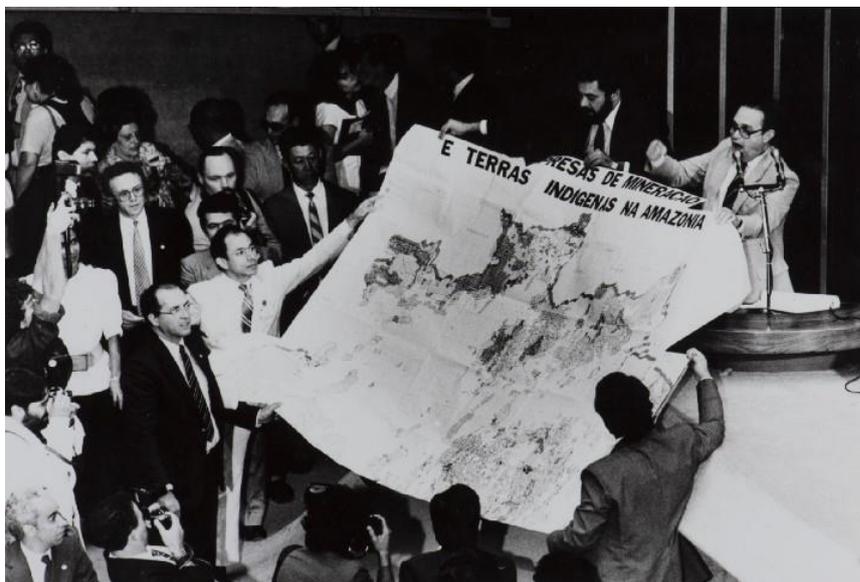
Em carta endereçada aos deputados constituintes, o então Presidente da FUNAI, Sr. Romero Jucá critica pesadamente as consequências da política de demarcação do órgão em gestões anteriores e formula explicitamente que ‘em termos absolutos e relativos’ a situação das terras indígenas apresenta ‘dados positivamente exagerados (sic), que não se sustentam quando submetidos a uma análise abrangente mais séria’. A seguir indica alguns dados numéricos, comparando as terras indígenas com a superfície de estados e países estrangeiros, o que remete o leitor, sem que a carta o diga com todas as letras, a uma indução simples e segura: é absurdo destinar tanta terra a tão poucos índios”. (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 56).

Grupos ligados às grandes corporações de mineração também tinham interesses na causa, e pressionavam os deputados constituintes por medidas favoráveis às mineradoras nas terras indígenas. Para contrapor essa pressão, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)<sup>118</sup> reagiu e produziu um

---

<sup>118</sup> CEDI, fundado em 1978, tem suas origens em 1964 com o Centro Evangélico de Informação (CEI), que posteriormente mudou a denominação para Centro Ecumênico de Informação, a alteração ocorreu devido à presença católica no CEI. Em 1994 a instituição foi desmembrada, seus membros passaram a contribuir em novos grupos, como o Instituto Socioambiental.

mapa dos conflitos minerários nas terras indígenas (Figura 76), deixando claro que existiam interesses ocultos na discussão. Para Márcio Santilli, que ajudou na elaboração do material, a cartografia produzida pelo CEDI foi fundamental para a vitória em plenário dos indígenas contra as mineradoras (ISA, 2018).



**Figura 76 – O mapa exposto em plenário contra a emenda das mineradoras que pretendia tirar do Congresso a prerrogativa de autorizar a mineração nas áreas indígenas.**

Fonte: André Dusek/Agência AGIL (ISA, 2018).

Setores da imprensa também fizeram sua parte para desacreditar os povos originários. Alguns veículos de comunicação, como o Estado de São Paulo, divulgaram reportagens com campanhas públicas contra as pautas indígenas. O jornal alegava que existiam documentos comprovando uma tentativa de separar e dividir territorialmente o país, sendo que os indígenas eram usados para viabilizar esse projeto. As denúncias e o apoio de parte da sociedade contra os indígenas motivaram Bernardo Cabral, relator do projeto de constituição na Comissão de Sistematização, a propor novamente um texto “integracionista”. O movimento indígena reagiu, o representante da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, aproveitou o direito de fala no plenário para protestar (ISA, 2018).

Esse momento é emblemático e representa um dos acontecimentos mais marcantes da Assembleia Nacional Constituinte. Durante a Comissão de Sistematização, Ailton Krenak defendeu a Emenda Popular nº 40. Enquanto discursava no Congresso Nacional, no dia 04 de setembro de 1987, o líder indígena pintou o rosto com jenipapo e pediu respeito aos povos originários (ver Figura 77):



**Figura 77 – Ailton Krenak em discurso no Congresso Nacional em 1987.**

Fonte: Luciano Lopes (2016).

Ailton Krenak buscava chamar a atenção para as diferentes formas de pensar e agir dos povos originários. Ele também reforçava que os indígenas estavam participando ativamente dos debates, propondo mecanismos constitucionais de acordo com a posição de diferentes povos. Segundo a liderança, reverter o texto, construído depois de muito debate, para uma versão “integracionista” era um desrespeito com todos aqueles que estavam na constituinte:

O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocaram a existência, sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Creio que nenhum dos Senhores poderia jamais apontar atos, atitudes de gente indígena do Brasil que colocaram em risco, seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano neste país. Hoje somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência, a nossa fé, a nossa confiança. Ainda existe dignidade, ainda é possível construir uma sociedade que saiba respeitar os mais fracos, que saiba respeitar aqueles que não têm dinheiro, mas mesmo assim, mantêm uma campanha incessante de difamação. Um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser de forma nenhuma contra os interesses do Brasil ou que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil V. Ex. são testemunhas disso.

Agradeço à Presidência, aos Srs. Constituintes, espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos presentes neste plenário. Obrigado. (KRENAK, 1988, p. 573).

O discurso de Ailton Krenak incomodou até mesmo o presidente da Funai. Romero Jucá declarou para o jornal O Globo, dois dias depois do ocorrido, que a questão indígena no Brasil estava à mercê de correntes ideológicas, provavelmente, se referindo aos apoiadores dos grupos indígenas que criticavam firmemente a Funai.

Além disso, Romero Jucá tentou diminuir o ato simbólico de Ailton Krenak, quando declarou ao jornal: “Se pintar a cara de preto resolvesse, eu já tinha pintado a minha quando entrei para a Funai” (O GLOBO, 1987, p. 10).

Os embates em torno da Assembleia Nacional Constituinte reforçaram as posições antagônicas entre a sociedade capitalista e os povos originários. De um lado, estavam as cosmologias indígenas que reforçavam a relação com a terra, sem uma separação entre sociedade e natureza. O território deveria ser protegido para garantir a sobrevivência dos diferentes modos de vida e não para gerar recursos financeiros. Do outro lado, atores defendiam os interesses capitalistas, a terra era apenas uma fonte de renda, um espaço destinado a reprodução e acumulação de capital. A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 promoveu um verdadeiro embate entre formas diferentes de viver e enxergar o mundo.

A mobilização indígena deu resultado, a Constituição Federal de 1988 (CF-1988) é considerada como um marco para os povos originários. Foi a primeira vez que os indígenas tiveram a oportunidade de participar ativamente da elaboração das leis que afetavam seus modos de vida. O texto constitucional eliminou a tutela e colocou o Ministério Público Federal como um ator importante na defesa dos direitos dos povos originários. Também garantiu “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

Essa parte do artigo 231 representa muito para os povos originários. O “índio” deixou de ser uma categoria provisória, ou seja, o Estado não deve atuar para “integrar” ou “assimilar” as populações indígenas. O papel do Estado é focar na defesa do modo vida, da visão de mundo e na proteção das terras indígenas (ISA, 2018).

Com a Constituição Federal de 1988, as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, previstas no Estatuto do Índio, passaram a ser conhecidas como terras tradicionalmente ocupadas, que novamente deveriam ser demarcadas em até cinco anos. Manuela Carneiro da Cunha (2018a e 2018b) reforça que essa “categoria” foi baseada no direito originário sobre a terra, ou seja, a Tese do Indigenato. O direito não se extingue com a “assimilação” ou “integração”, ou com a expulsão de um povo

de seu território. A terra faz parte da vida desses povos e, portanto, é um direito originário. Com esse novo mecanismo legal, os povos indígenas ganharam novas ferramentas para lutar pela demarcação de suas terras.

### 3.12.1 O processo de demarcação de terra indígena tradicionalmente ocupada

Nos anos seguintes a CF-1988, diversas demarcações de terras no Brasil foram efetivadas graças a pressão dos povos originários. O movimento indígena também aproveitou os eventos internacionais para denunciar os processos pendentes. Entre os dias 3 a 14 de junho de 1992, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da 2º Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Conferência que ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. O encontro da ONU colocou os olhos da comunidade internacional no Brasil. Os indígenas participaram das reuniões preparatórias, destacaram a importância de proteger as populações originárias e colocaram a necessidade de um amplo processo de demarcação de terras no Brasil. Os povos originários usaram a Eco-92 para destacar o modo indígena de ver o meio ambiente, consolidando (na visão internacional) a relação entre os povos originários e a preservação ambiental. A presença indígena na Eco-92 transcendeu os anos e ficou marcada com um momento histórico importante da luta indígena no nosso país (ver Figura 78).



**Figura 78 – No aniversário de 40 anos da Eco-92 a plataforma Google homenageou os povos indígenas através de Rosane Kaingang.**

Fonte: Plataforma Google<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Frequentemente a plataforma Google altera sua logomarca e faz homenagens através de “doodles”, desenhos criativos para celebrar datas, personalidades ou eventos importantes. No dia 3 de junho de 2022 usou a imagem da ativista indígena Rosane Kaingang para celebrar os 40 anos da Eco-92. Imagem disponível em: <https://www.google.com/doodles/celebrating-rosane-kaingang>. Acesso em 27 de dezembro de 2022.

Os esforços deram resultados, o Quadro 5 mostra o elevado número de demarcações que o Brasil promoveu nos anos seguintes a Constituição Federal de 1988. O ex-presidente Fernando Collor de Mello ficou com a “fama” das demarcações “embaladas” pelo processo constituinte. Durante o seu curto mandato, foram 112 terras indígenas demarcadas, com uma média anual de 43,41, número que não foi atingido por nenhum outro presidente.

Após o Governo Collor, o ritmo de demarcações caiu, somente o Governo de Fernando Henrique conseguiu superar a média geral. Os ex-presidentes Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, apresentaram médias que não superaram 10 terras demarcadas por ano. O caso mais trágico é do ex-presidente Jair Bolsonaro, que deixou a presidência sem nenhuma demarcação efetivada, cumprindo suas promessas de campanha.

**Quadro 5 – Homologação de terras indígenas por gestão presidencial após a redemocratização.**

Gestão Presidencial	Período	Homologações	Média Anual
José Sarney	mar. 1985 – fev. 1990	67	13,4
Fernando Collor de Mello	mar. 1990 – set. 1992	112	43,41
Itamar Franco	out. 1992 – 1994	18	8
Fernando Henrique Cardoso	1995 – 2002	145	18,12
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2010	79	9,87
Dilma Rousseff	2011 – ago. 2016	21	3,71
Michel Temer	ago. 2016 – 2018	1	0,43
Jair Bolsonaro	2018 – 2022	0	0
Total	mar. 1985 – 2022	443	11,71

Fonte: Adaptado de CIMI (2020).

Para regular a demarcação após a CF-1988, o Governo precisou rever os antigos decretos e mudou o processo três vezes. O ex-presidente Fernando Collor de Mello foi responsável por duas alterações: o Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 e o Decreto nº 608, de 20 de julho de 1992. A terceira alteração, que ainda está vigente, foi editada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, instituiu o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

Nessa legislação a Funai ficou com a incumbência de designar o grupo técnico especializado. O GT de demarcação deve ser composto, preferencialmente, por servidores do próprio quadro funcional e coordenado por um antropólogo. O grupo

tem ainda a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação das áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Além disso, está previsto que o povo indígena envolvido deve participar ativamente do processo de identificação. Medida que visa romper com o caráter colonial do Estado, que não abria espaço para a posição dos indígenas.

O trabalho técnico do GT de demarcação deve resultar no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas (RCID). As regras para a elaboração do RCID foram definidas através da Portaria do Ministério da Justiça nº 14, de 09 de janeiro de 1996<sup>120</sup>. Posteriormente, o Ministério da Justiça e a própria Funai, emitiram outros termos para regular parte do processo de demarcação:

- A Portaria do Ministério da Justiça nº 2.498, de 31 de outubro de 2011 – que regulamenta a participação dos entes federados no âmbito do processo administrativo de demarcação de terras indígenas;
- A Instrução Normativa da Funai nº 02, de 3 de fevereiro de 2012 – que institui a Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias (CPAB) e estabelece o procedimento para indenização das benfeitorias implantadas no interior de terras indígena e;
- A Portaria da Funai nº 682/PRES, de 24 de junho de 2008 – que estabeleceu o Manual de Demarcação Física de Terras Indígenas.

O Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, permitiu o contraditório, por esse motivo, todas as etapas do processo de demarcação das terras indígenas tradicionalmente ocupadas são passíveis de questionamentos judiciais. Os atos administrativos geralmente se arrastam por fases que podem demorar longos períodos na justiça brasileira. Nesse sentido, o decreto classificou as terras indígenas de acordo com a etapa administrativa que se encontram:

- **Área em Estudo** – período de elaboração dos estudos antropológicos para determinação da área indígena;

---

<sup>120</sup> Com a reforma ministerial do Governo de Fernando Collor de Mello, Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, o Ministério do Interior, responsável pelas ações da Funai, foi extinto. As ações referentes aos indígenas passaram para o Ministério da Justiça.

- **Delimitada** – quando a área é aprovada pelo presidente da Funai e encaminhada para avaliação do Ministério da Justiça;
- **Declarada** – momento que o Ministro da Justiça autoriza o processo de instalação dos marcos físicos;
- **Homologada** – quando a terra indígena recebe o decreto presidencial;
- **Regularizada** – momento que as terras são registradas em cartório em nome da União.

Apesar do processo de demarcação ter desacelerado no final dos anos 1990, o país seguiu uma linha de pensamento progressista com relação aos povos originários. O Brasil se tornou signatário da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho<sup>121</sup>. O texto foi aprovado com o Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e com o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004<sup>122</sup>. Através dessa legislação, o Estado reforçou a recomendação do processo de autorreconhecimento como um mecanismo fundamental para a determinação e constituição das terras indígenas tradicionalmente ocupadas. No artigo 14 da Convenção 169, a ideia de “terra” está associada ao conceito de território, como uma forma de garantir a sobrevivência dos diferentes povos envolvidos:

A visão territorial da Convenção mostra que se pressupõe uma relação natural/cultural entre “o povo”, “a terra” e “os costumes” (os últimos como leis consuetudinárias). Desta maneira, a concepção afirma claramente as espacialidades do Estado-nação. Contudo, como a própria história do conceito “territorium” demonstrou, esta compreensão é relativamente recente em termos epistemológicos (ainda com conotações euro- e até latino-cêntricas). Juntam-se nela a ideia de um espaço materialista e a ideia de um espaço produtivo e dominado. O antropólogo brasileiro Antonio Carlos Diegues, especialista em populações tradicionais, confirma que o território é um “meio de subsistência”, “meio de trabalho e produção”, e apresenta aspectos “materiais” das relações sociais (2001, p. 83). Não se aceita, desta maneira, nenhuma concepção espacial das próprias populações. Confirma-se que, na práxis, o conceito de território transporta certa arrogância cultural, cuja função fica mais clara quando entramos na pré-história da Convenção nº 169. (SAHR; SAHR, 2009, p. 153).

---

<sup>121</sup> A reunião que deu origem ao texto final da Convenção 169 ocorreu em 7 de junho de 1989, na septuagésima primeira seção da OIT.

<sup>122</sup> O Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004, foi revogado pelo Governo Federal e substituído pelo Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolidou atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.

A Convenção 169 da OIT é um documento importante e destacou os itens já definidos na Constituição Federal de 1988. Com o autorreconhecimento, muitos povos originários conseguiram sair do anonimato forçado e passaram a reivindicar os territórios que “guardavam os umbigos” dos seus antepassados. A retomada da FLONA de Canela está nesse contexto. O Estado nunca reconheceu os territórios indígenas na região, todavia, os Kaingang guardavam para si a história e seguiam frequentando as matas em busca de ervas, pinhão, cipó e etc. Nesses deslocamentos eram classificados como “andarilhos” ou “nômades”, mas na verdade estavam mantendo os vínculos com os territórios dos seus antepassados. Com a Convenção 169, reforçaram sua posição como indígenas, não eram nômades, pois aquele espaço geográfico sempre fez parte da sua cosmologia e a sua territorialidade sempre foi baseada no movimento.

Também é importante reforçar que o conceito “terra indígena” é antes de tudo uma categoria jurídica. A determinação de limites físicos não encontra precedente na construção social dos povos originários (OLIVEIRA FILHO, 1983). Mas através da mobilização, os povos originários absorveram o processo de demarcação como uma estratégia para conseguir proteger e recuperar o controle de parte dos seus territórios ancestrais. O fato de aceitarem e lutarem pela demarcação, não significa que estão substituindo suas bases cosmológicas de relação com a terra por uma visão alinhada com o Estado. O processo de demarcação tornou-se um mecanismo de luta e defesa das suas cosmologias.

A Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 1.775/1996 e a Convenção 169 da OIT, foram transformadas em ferramentas da estratégia de reivindicação territorial dos povos originários. Apoiados na legislação e nos seus “usos, costumes e tradições”, muitos povos passaram a tomar a iniciativa e forçar o Estado a cumprir o que estava escrito na lei. Foi nesse contexto, que surgiram os movimentos de retomadas dos últimos anos. Cansados de esperar pelo Estado, os indígenas passaram a ocupar as terras que pertenciam aos seus antepassados e exigir que a legislação saísse do papel.

## 4 AS RETOMADAS

O prazo de cinco anos para a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas (previsto na Constituição de 1988) não foi suficiente para atender a demanda do povo Kaingang (e de vários outros). O Quadro 6 mostra que até o final do ano de 1993 (quando o prazo constitucional venceu), a Presidência da República emitiu apenas sete decretos de homologação de terras Kaingang no Rio Grande do Sul. Outras três homologações saíram nos anos seguintes, assim, apenas dez processos de terras indígenas tradicionalmente ocupadas pelo povo Kaingang foram concluídos.

O Quadro 6 também mostra que a Funai ainda reconhece, em alguma fase da demarcação, outras treze áreas indígenas Kaingang. Contudo, a situação é tão crítica, que mesmo a Terra Indígena Nonoai (uma das mais antigas) ainda não teve o processo de demarcação completamente finalizado pelo Estado brasileiro:

**Quadro 6 – Fase demarcatória dos territórios Kaingang no Rio Grande do Sul segundo a Funai em 2022.**

Terra Indígena	Área em Hectares	Fase atual do Processo	Observação
Faxinal	2.043,89	Reserva Indígena	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 29/10/1991.
Guarita	23.406,86	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 05/04/1991.
Ligeiro	4.565,79	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 28/03/1991.
Cacique Doble	4.426,28	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 28/03/1991.
Votouro	3.341,09	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 31/08/2000.
Inhacorá	2.843,38	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 27/03/1991.
Monte Caseros	1.112,41	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 14/12/1998.
Ventarra	772,95	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 15/04/1998.
Carreteiro	602,97	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 28/03/1991.

<b>Terra Indígena</b>	<b>Área em Hectares</b>	<b>Fase atual do Processo</b>	<b>Observação</b>
Kaingang de Iraí	279,79	Regularizada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 05/10/1993.
Nonoai - Rio da Várzea	16.415,44	Declarada	Primeiro decreto de homologação pós-constituente de 11/02/2003
Nonoai	19.830	Declarada	Primeira portaria como área reservada pós-constituente de 13/08/1993.
Serrinha	11.752,76	Declarada	Primeira portaria de 24/11/1997.
Passo Grande do Rio Forquilha	1.916	Declarada	Primeira portaria como área reservada pós-constituente de 26/04/2011.
Rio dos Índios ( <i>Kanhgág Ag Goj</i> )	711,70	Declarada	Primeira portaria como área reservada pós-constituente de 24/12/2004.
Mato Castelhana	-	Delimitada	Primeira portaria de identificação pós-constituente de 11/05/2016.
Votouro/Kandóia	5.977	Delimitada	Primeira portaria de identificação pós-constituente de 08/12/2009.
Borboleta	-	Em Estudo	Primeira portaria de identificação em 18/12/1995. Última portaria de identificação em 21/11/2007.
Carazinho	-	Em Estudo	Primeira portaria de identificação em 23/08/2010.
Lajeado do Bugre	-	Em Estudo	Primeira portaria de identificação em 23/08/2010.
Segu	-	Em Estudo	Primeira portaria de identificação em 14/05/2009.
Campo do Meio (Re Kuju)	-	Em Estudo	Sem informações na Funai e no ISA.
Faxinal / São Miguel (Goj Kusa)	-	Em Estudo	Sem informações na Funai e no ISA.

Fonte: SII/ Funai<sup>123</sup> e ISA<sup>124</sup>.

Muitas demarcações se arrastam devido as ações judiciais abertas por atores envolvidos (principalmente aqueles que detêm a posse da terra – colonos e/ou grileiros). Tal fato se dá devido ao parágrafo 6º do artigo 231 da CF-1988, que tornou

<sup>123</sup> Informações disponíveis em:

[http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_terras\\_indigenas.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp). Acesso em 08 de agosto de 2022.

<sup>124</sup> Informações disponíveis em Terras Indígenas do Brasil – Instituto Socioambiental: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

“nulos e extintos” os títulos de terra sobre as terras indígenas tradicionalmente ocupadas. Com esse texto, as áreas reconhecidas pela Funai não são indenizadas (mesmo que o proprietário apresente um título válido), apenas as benfeitorias construídas (casas, cercas, plantações e etc.) são passíveis de avaliação. Dessa forma, questões judiciais (e a pressão política) dificultam diversos processos de demarcação. E os interesses de alguns atores acabam prevalecendo em detrimento do que a CF-1988 reconheceu como direito originário.

Alguns casos são muito emblemáticos para o povo Kaingang, como a situação da demarcação da TI Toldo Chimbangue, iniciada em 1986 (antes mesmo da CF-1988). Primeiramente, a Funai identificou quase dois mil hectares, porém, apenas 988 hectares foram demarcados oficialmente. Depois de muita luta (contra os sindicatos rurais e autoridades políticas locais) os Kaingang conseguiram que o processo fosse concluído quase 20 anos depois. Assim, em 2004, a TI Toldo Chimbangue foi efetivada com 1.817 hectares, sendo a primeira terra indígena plenamente regularizada no contexto do Oeste Catarinense (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015).

Fato semelhante ocorreu com o TI Toldo Pinhal (SC). De acordo com Ricardo Fernandes e Leonel Piovezana (2015), os estudos iniciados em 1993 previam uma área de 9.000 hectares. Mas a pressão de atores locais gerou uma demarcação de apenas 893 hectares. Os Kaingang interpretaram a demarcação de 1/9 da área original como uma demarcação provisória e seguiram lutando pelo território originário. A repercussão do caso também prejudicou os agricultores das áreas não demarcadas, pois eles passaram a sofrer com restrições de uso da terra e não conseguiam mais investimento das prefeituras, nem empréstimos bancários (eles não podiam usar suas terras como garantia). Os envolvidos acionaram a justiça federal para que o processo de demarcação fosse finalizado. Os agricultores queriam uma solução para o conflito (não necessariamente uma solução favorável aos Kaingang), o que resultou uma nova fase de estudos:

Paradoxalmente, a FUNAI, pressionada por produtores rurais, constituiu, em janeiro de 2002, grupo técnico para realizar o reestudo dos limites do Toldo Pinhal. Em setembro de 2002, estes estudos (realizados por grupo técnico sob minha coordenação) estavam concluídos e foram entregues à FUNAI, com a proposta de ampliação territorial de 893ha a, aproximadamente, 4.500ha. Fortemente contestada pelas lideranças políticas locais, o processo de delimitação da FUNAI foi judicializado e segue, após mais de dez anos, em análise na Justiça Federal. As quinze famílias que vivem nesta Terra

Indígena mantém suas rotinas de cultivo agrícola e prestação de serviços. (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015, p. 120).

A Reserva Indígena Aldeia Condá é outro caso emblemático para o povo Kaingang. Diferentemente de muitas áreas que foram confiscadas por atividades agrícolas, o território tradicionalmente ocupado (e reconhecido pela FUNAI) foi invadido pela urbanização da cidade de Chapecó. Com a inviabilidade de transferir a cidade de lugar, a Funai optou por demarcar uma área próxima da cidade, local que permitia o acesso rápido ao centro de Chapecó. Nessa situação singular, os Kaingang continuaram próximos do seu território originário e conseguiam acessar, mesmo que de forma diferente, os locais importantes para sua cosmologia (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015).

No Rio Grande do Sul a situação também era extremamente complexa. A Constituição Estadual de 1989, prevendo as perdas dos colonos com a CF-1988, se comprometeu em realizar o reassentamento dos pequenos agricultores que saíram das áreas dos antigos aldeamentos indígenas. O Governo do estado indenizou (através do artigo 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) muitos proprietários, o que ajudou a agilizar alguns processos. Contudo, o problema das terras indígenas não estava restrito apenas aos antigos aldeamentos do Império e do DTC. Diversos territórios Kaingang, Guarani, Xokleng e Charrua, nunca passaram pelo processo de demarcação. São territórios indígenas que existem na memória e nas histórias dos *kófas*, em muitos casos, são áreas visitadas periodicamente pelos indígenas e que estão ocupadas por particulares.

Independentemente das medidas do Estado, os Kaingang não ficaram parados esperando o andamento dos processos. Logo após a CF-1988, eles intensificaram as retomadas de territórios estratégicos para seu povo. Segundo Rogério da Rosa (2004), em julho de 1992, em uma assembleia indígena, Juvino Salas da Organização das Nações Indígenas (OniSul) e João Sateré Maué da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), recomendaram que o povo Kaingang demarcasse a TI de Iraí como forma de pressionar o Governo Brasileiro. Esse foi só mais um exemplo, como a retomada da Borboleta, do Parque Florestal de Nonoai, da Serrinha, além de outras áreas no Paraná e Santa Catarina, que seguiram sendo reivindicadas. Todos esses movimentos de luta pelo território mostram que as

vitórias consolidadas durante a CF-1988 eram apenas mais um passo dessa jornada de luta dos indígenas.

O povo Kaingang sempre teve consciência que seus territórios eram maiores que as terras indígenas (territórios formais) que ocupavam. Eles também acreditavam que algumas situações eram temporárias, pois sonhavam em reconstruir e recuperar todos os territórios que um dia abrigaram seus parentes:

Saliento que os pensamentos imaginadores dos Kaingang transcendem os espaços físicos reivindicados por eles. Mesmo que a geografia onde os antigos construíram as suas casinhas tenham dramaticamente desaparecido, os Kaingang de hoje continuam a imaginá-la, sonham ainda em voltar a morar onde está enterrado o ancestral – mesmo que eles não tenham tido a oportunidade de conhecer esse espaço. Isto é, a função fantástica da memória coletiva dessas pessoas não para de devanear para atenuar a dor sentida com a perda da terra para os ocidentais no fio do tempo. A luta pela terra é a luta contra o tempo. (ROSA, 2004, p. 253).

Ao mesmo tempo que as lutas pelas demarcações transcorriam, os conflitos internos afloravam, com desentendimentos entre diferentes lideranças e seus seguidores. Em Nonoai, por exemplo, o ano de 1991 foi marcado por novos conflitos e pela expulsão de mais de duzentos indígenas. Os motivos se repetiam, com um grupo político se revoltando contra as ideias do cacique geral, acusado de arrecadar recursos através dos arrendamentos e do corte ilegal de madeira. Esses desentendimentos internos também contribuíram para que algumas parciais começassem a reivindicar os territórios que seus antepassados haviam perdido para o processo de colonização.

Todavia, uma retomada territorial não acontece da noite para o dia. O ato de ocupar uma determinada área e reivindicar a sua posse, é apenas uma parte desse processo. A entrada sempre é precedida de várias experiências e de articulações (como reuniões e conselhos indígenas). A retomada *Kógũnh Mág* na Floresta Nacional de Canela tem como marco inicial (pelo menos juridicamente) os movimentos do grupo de Zílio *Jagtyg* Salvador em setembro de 2006. Porém, a trajetória dos Kaingang até o território *Kógũnh Mág* começou muito antes, e pode ser relacionada com as experiências de Zílio nas retomadas de Nonoai e Mangueirinha nos anos de 1970-1980.

Zílio Salvador fez parte do grupo que foi expulso de Nonoai pelo cacique geral logo após à retomada de Ângelo *Kretã* no Paraná. Sem conseguir retornar para a terra indígena Nonoai, ele foi obrigado a procurar abrigo em outras terras indígenas e apoio com parceiros não-indígenas, como os membros da ANAI. Segundo Ana Freitas (2005), depois de um certo período, Zílio optou por fixar residência em Porto Alegre, quando estreitou as relações com os Kaingang que viviam na periferia da cidade. Entre eles estava Antônio Padilha, um dos articuladores da retomada da Borboleta (importante destacar que as esposas de Zílio e Antônio eram irmãs). Em Porto Alegre os Kaingang conseguiam acessar algumas áreas florestadas e de campo nativo (principalmente nos morros da cidade<sup>125</sup>), além de vender artesanato nas feiras (como o Brique da Redenção<sup>126</sup>) e nas ruas centrais da cidade. Seguindo essa dinâmica, os Kaingang conseguiam recursos para manter suas famílias e para visitar os espaços ideais para a sua cosmologia.

Esse movimento de Zílio Salvador (buscando apoio fora da TI Nonoai) mostra que, assim como no passado, os Kaingang ainda contavam com uma territorialidade móvel e uma rede de relações. Eles não estavam “presos” ao território legal demarcado pelo Estado. As aldeias (fora e dentro das Tis), os acampamentos de beira de estrada e os parceiros não-indígenas, são parte de um sistema de comunicação e apoio. Segundo Paola Gibram (2016), que estudou a terra indígena Nonoai – Rio da Várzea, o povo Kaingang nunca fica parado. Eles saem constantemente das terras indígenas para participar de festas, visitar os parentes, comercializar nas cidades, negociar com os não-indígenas e etc.:

---

<sup>125</sup> Segundo Nina Moura (2011), o município de Porto Alegre possui uma porção na formação geomorfológica conhecida como Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense, que é representada por 44 morros que se apresentam em dois padrões distintos: isolados ou agrupados. As formações agrupadas estão distribuídas na região central da cidade e são conhecidos como “Cristas”, já as formações isoladas estão localizadas na Zona Sul da cidade, configurando-se como elevações dispersas nas áreas de planície. Com relação a vegetação, Sandra Müller, Gerhard Overbeck e Robberson Setubal (2011), destacam que podemos observar facilmente a ocorrência de mosaicos, que são resultado da associação de dois tipos de vegetação justaposta: campos e florestas. Ambas são encontradas em diferentes estágios de desenvolvimento e são formações originárias da paisagem local. O povo Kaingang usa desses espaços, pois são os poucos locais ainda preservados na cidade de Porto Alegre, nos mapas a seguir serão apresentados o pico dos principais morros da cidade acessados pelo povo Kaingang: Morro Santana, Morro do Osso, Morro da Polícia, Morro da Tapera e Morro São Pedro.

<sup>126</sup> O Brique da Redenção é uma feira semanal a céu aberto que iniciou suas atividades em 1978, ela funciona a cada domingo no canteiro central da avenida José Bonifácio de Porto Alegre. No Brique é possível encontrar artesanato, antiquários, artes plásticas, alimentos, além de ser o palco de atividades culturais.

Durante minha estadia em campo pude observar que as mudanças de famílias para terras indígenas vizinhas ocorriam com significativa frequência. Ao indagar aos indígenas sobre os motivos da mudança, na maioria das vezes, obtinha como resposta a vontade de estarem próximos de seus 'parentes'. Além disso, pude notar que as cerimônias de 'casamentos indígenas', verdadeiros rituais intertribais, mostram-se como o melhor momento de visualização desse sistema comunicante, uma vez que grande quantidade parentes e demais convidados de regiões vizinhas faz-se presente. (GIBRAM, 2016, p. 55-56).

Além disso, Paola Gibram (2016) também destaca que é comum a saída das aldeias em períodos específicos do ano. No verão, buscam os centros urbanos e as áreas litorâneas, quando vendem grandes quantidades de produtos artesanais. Com a chegada do outono, muitos trabalham na colheita de alho, maçã, uva e etc., e no restante do ano, voltam para as terras indígenas para preparar suas roças e produzir os artefatos que serão negociados mais tarde. Ou seja, apesar da territorialidade ser diferente daquela praticada pelos seus ancestrais, ela ainda segue uma lógica de mobilidade sazonal.

Fica evidente que as mudanças do espaço geográfico obrigaram os Kaingang a adaptar a sua territorialidade. Eles não ficaram parados no tempo e nem submissos ao colonizador. A territorialidade atual absorveu outros pontos de apoio e outras parcerias, os Kaingang precisaram ressignificar e construir novos vínculos territoriais:

As atuais Tis encontram-se localizados em territórios tradicionais Kaingang, embora estes representem uma parcela ínfima dos espaços ocupados antes do processo de colonização. Ressalta-se que a concepção Kaingang de território ultrapassa evidentemente as fronteiras das terras a eles destinadas pelo Estado brasileiro. Estão incluídos neste território os locais onde estão enterrados seus antepassados e seus "umbigos" e onde pretendem enterrar suas "cabeças". Esta percepção é evidenciada especialmente nos movimentos indígenas Kaingang pela recuperação das terras tradicionais. (...).

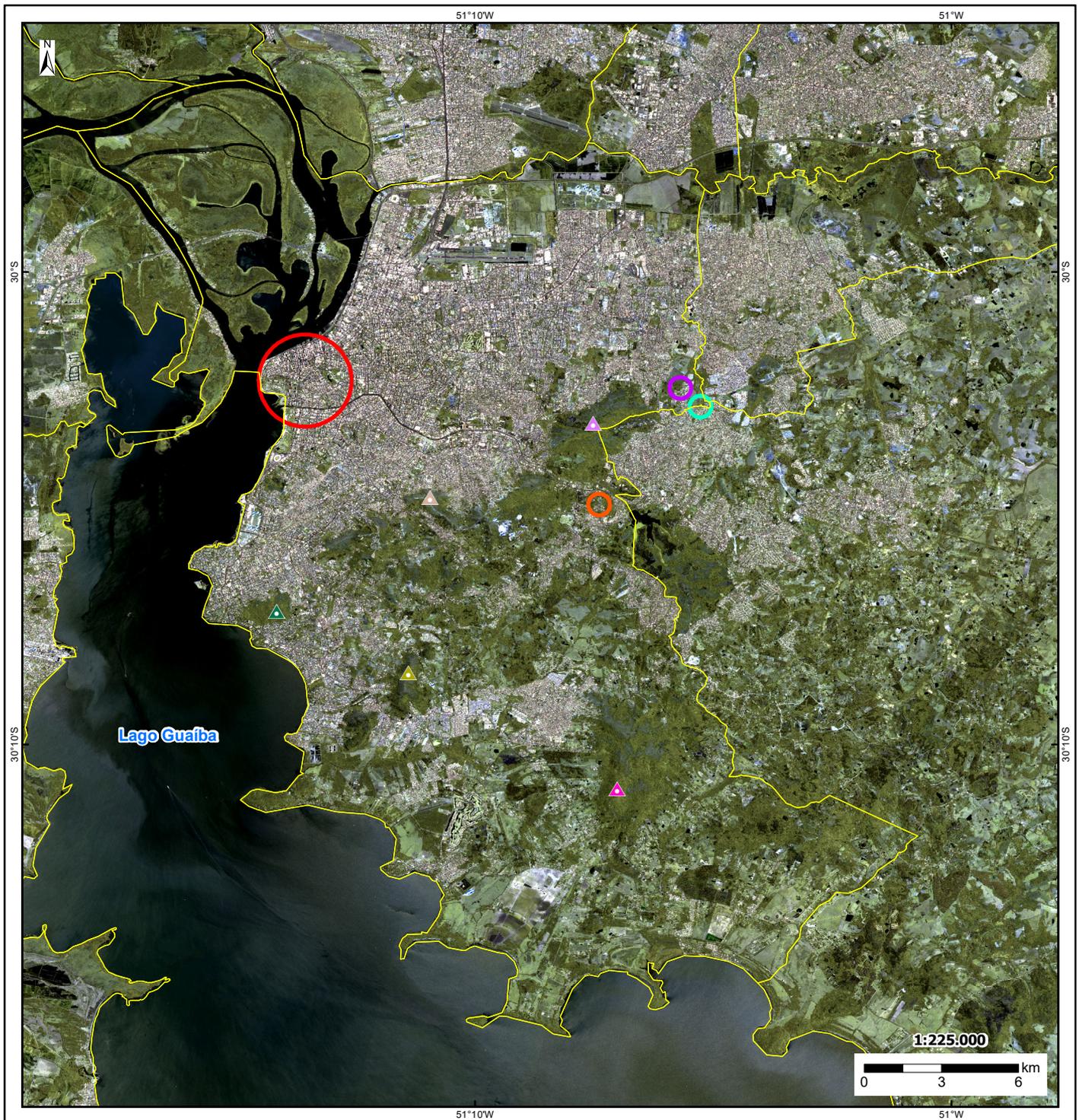
Esta rede de sociabilidade que se estende para outras Tis Kaingang propicia a circulação dos indivíduos ou das unidades familiares, motivada por visitas a parentes, busca de cônjuges, de trabalho, ou de refúgio, quando a situação na terra de origem se torna insustentável por motivos políticos e econômicos. No caso da população da TI Xapecó, por exemplo, as relações mais estreitas ocorrem entre as TIs Palmas e Mangueirinha, no estado do Paraná, mas também com as TIs Ligeiro e Cacique Doble, no estado do Rio Grande do Sul. A circulação por este território ocorre, ainda, quando os indivíduos saem para vender artesanato, permanecendo por períodos variados acampados em terrenos baldios nas cidades, ou precariamente alojados em rodoviárias das cidades circunvizinhas (NACKE, 2007, p. 38-39).

O fato de Zílio participar dessa rede de sociabilidade permitiu que ele se fixasse em Porto Alegre e se envolvesse em outras retomadas. Segundo Ana Freitas (2005), o entorno do Lago Guaíba sempre foi um ponto importante na territorialidade

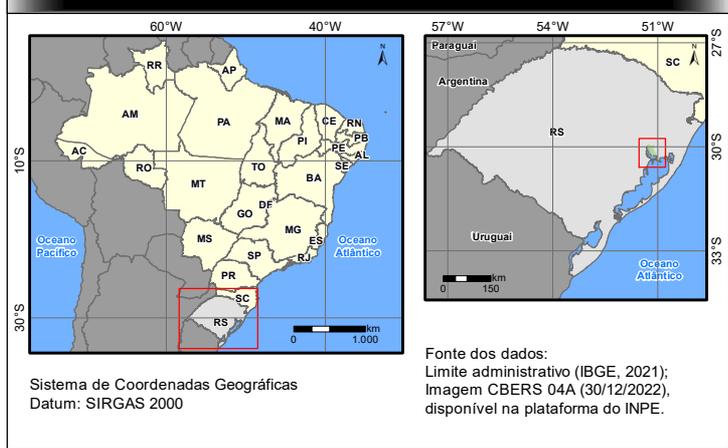
Kaingang. Por esse motivo, muitos deles buscavam abrigo na capital. Ao longo dos anos, Porto Alegre teve significados diferentes para esse povo. No período dos aldeamentos do Império, era o local de negociação com as autoridades políticas mais importantes, a capital era uma *ỹmã mág* (centro de referência e tomada de decisões). Com as tensões que surgiam nas terras indígenas (e aldeamentos), os Kaingang passaram a vender artesanato nas ruas, praças e feiras, além de encontrar abrigo nos bairros da periferia e matas ainda conservadas nos morros da cidade:

As florestas do Morro Santana são reconhecidas pelos indígenas como o primeiro ponto efetivamente incorporado ao seu território de coleta de fibras vegetais no contexto porto-alegrense, tendo valor ecológico e simbólico relevante na medida em que representa um marco na territorialidade Kaingang na bacia do Guaíba. Foi no entorno deste morro que se estabeleceram os primeiros núcleos de residência, no final da década de 1980, quando cerca de vinte famílias Kaingang chegaram a Porto Alegre após enfrentarem lideranças da TI Nonoai envolvidas com a exploração madeireira e às quais se opunham. (FREITAS, 2005, p. 25-26).

Com o aumento populacional Kaingang em Porto Alegre, os grupos familiares passaram reivindicar melhores condições de vida. Segundo Ana Freitas (2005), os Kaingang residentes na capital organizaram uma nova rede de apoio, com os professores da UFRGS e os representantes da ANAI. Com essas alianças ganharam, em 1994, um terreno na Vila Jarí para abrigar algumas famílias. Posteriormente, articularam a retomada de um terreno pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social na Vila Safira, nas costas do Morro Santana, ação que contou com Valdomiro Xe Rodrigues Vergueiro e Zílio Salvador entre os líderes. Ainda no mesmo contexto, os Kaingang Antônio do Santos e Francisco *Rokág* dos Santos, conseguiram a doação de um terreno e fundaram a aldeia Agronomia (localizada no bairro de mesmo nome). Assim, ainda no início dos anos 1990, os indígenas contavam com pelo menos três núcleos independentes na periferia de Porto Alegre. Desses pontos conseguiam acessar as “áreas naturais” da cidade, se deslocar para as ruas centrais e para as feiras de artesanato (Figura 79).



### Contexto Nacional e Regional, Fontes e Informações Cartográficas



### Legenda

- |   |  |
|---|--|
| <p><b>Divisão Administrativa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="border: 1px solid yellow; display: inline-block; width: 10px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> Limite municipal</li> <li><span style="background-color: #cccccc; display: inline-block; width: 10px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> Estado do Rio Grande do Sul</li> <li><span style="background-color: #f0f0f0; display: inline-block; width: 10px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> Demais estados do Brasil</li> <li><span style="background-color: #808080; display: inline-block; width: 10px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> Demais países da América do Sul</li> </ul> <p><b>Artesanato Kaingang:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="border: 2px solid red; border-radius: 50%; display: inline-block; width: 15px; height: 15px; margin-right: 5px;"></span> Principal região de comercialização</li> <li><span style="border: 2px solid orange; border-radius: 50%; display: inline-block; width: 15px; height: 15px; margin-right: 5px;"></span> Agronomia</li> <li><span style="border: 2px solid purple; border-radius: 50%; display: inline-block; width: 15px; height: 15px; margin-right: 5px;"></span> Vila Safira</li> <li><span style="border: 2px solid cyan; border-radius: 50%; display: inline-block; width: 15px; height: 15px; margin-right: 5px;"></span> Vila Jarí e Vila Jardim Protásio Alves</li> </ul> | <p><b>Principais Morros de Porto Alegre:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: purple;">▲</span> Morro Santana</li> <li><span style="color: pink;">▲</span> Morro São Pedro</li> <li><span style="color: orange;">▲</span> Morro da Polícia</li> <li><span style="color: yellow;">▲</span> Morro da Tapera</li> <li><span style="color: green;">▲</span> Morro do Osso</li> </ul> |
|---|--|

**Figura 79 – Mapa de localização dos principais núcleos familiares Kaingang em Porto Alegre nos anos 1990.**

Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em março de 2023.

Esses núcleos familiares ajudaram a consolidar os vínculos territoriais dos Kaingang em Porto Alegre. Gradualmente, aumentaram a circulação nos remanescentes florestais (localizados principalmente nos morros da periferia) e com o centro da cidade, onde conseguiam comercializar o artesanato. Percebendo que a presença Kaingang crescia, Zílio Salvador iniciou um movimento para conseguir uma área digna para o seu povo:

Foi neste contexto que, ao chegarem as portas da Prefeitura pedindo audiência com o prefeito da cidade, como faziam há mais de um século, os Kaingang - liderados por Zílio *Jagtyg* Salvador – foram encaminhados, em 1997, aos agentes políticos envolvidos com a criação da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania. Esta coordenação, ligada diretamente ao gabinete do Prefeito, ocupava o espaço de articulação de políticas transversais, atuando junto às distintas secretarias municipais e mesmo criando pontes com outros setores públicos e privados.

Zílio estava acompanhado por seu compadre Vicente Castoldi, marido de Maria Casturina da Silva e que, como ele, residia em situação irregular na Vila Safira, e por Luís Salvador, Kaingang de Iraí, sobrinho de Zílio e membro da ONG indígena MRI. Zílio procurou o prefeito porque queria uma terrinha – *Ga sí*, espaço para viver com seus filhos em Porto Alegre, onde pudesse reunir seus parentes dispersos nas vilas periféricas e constituir uma *ỹmã tág* / aldeia nova. (FREITAS, 2005, p. 273).

A aldeia nova (*ỹmã tág*) é assim chamada porque não tem vínculos territoriais antigos, é um território que não tem relação com os antepassados dos Kaingang. Esse tipo de aldeia não possui nenhum “umbigo enterrado”. Mas ela pode apresentar outras características importantes, como uma floresta densa, fontes de água, animais, plantas, localização privilegiada, entre outros fatores relacionados com a cosmologia indígena. Esse foi o primeiro movimento em busca de uma “terrinha” para os Kaingang de Porto Alegre e marcou o início da luta Kaingang pela aldeia *Fág nhin*.

#### **4.1 *Fág nhin*, uma conquista Kaingang em Porto Alegre**

O movimento de Zílio na prefeitura começou a ganhar força e fez outros grupos familiares aderirem a causa. Assim como no passado, os Kaingang passaram a buscar alianças com atores externos importantes: MPF, políticos, ONGs e grupos de estudos da UFRGS. As lideranças também frequentavam as reuniões do Orçamento Participativo de Porto Alegre e reivindicavam uma área para o assentamento das famílias Kaingang que viviam e frequentavam a capital gaúcha.

No dia do 19 de abril de 2001, nas comemorações do “dia Índio”, Zílio Salvador teve um encontro muito importante com Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre na

ocasião (Figura 80). Nesse evento, as autoridades políticas e os Kaingang firmaram um compromisso para a constituição de um “Espaço Kaingang de Sustentabilidade” na capital do Rio Grande do Sul. A imprensa repercutiu amplamente o caso, destacando o comportamento cordial de ambos os lados.



**Figura 80 – Zílio Salvador e o prefeito de Porto Alegre Tarso Genro em 19 de abril de 2001.**  
Fonte: Ana Freitas (2005, p. 286).

Nessa oportunidade, Zílio foi acompanhado de seus filhos: Marcos *Xénri* Salvador e o jovem Maurício *Vên Táinh* Salvador (que na época estava com seis anos). A reunião também contou com a presença de lideranças de outras parcialidades, indicando que além das alianças com os “brancos”, Zílio precisou articular parcerias entre os Kaingang:

O grupo que efetivamente estava mobilizado, por sua vez, se constituía naquele momento de três unidades sociais distintas entre si, respondendo a intimações próprias – o grupo familiar de Maria Casturina da Silva e Vicente Castoldi (TI Iraí), o grupo doméstico fruto da articulação das famílias de filhos e filhas casados do casal Teresa Lopes e José Fidelis (TI Nonoai), e o grupo de famílias articuladas em torno de Nilda Kengrimu Nascimento e Zílio Jagtyg Salvador (TI Nonoai) – basicamente a família de dois primos de Zílio. Os três grupos têm ascendência relacionada ao cacique Nonohay (são primos cruzados), o que os unifica pelo parentesco, mas também são marcados por adesões e cisões. No caso, Vicente e Maria estabeleceram relação de compadrio com Zílio e Nilda e se consideram, como ele, kaingang-pé, índios da tradição. Já a aliança de casamento da tia de Zílio, Teresa Lopes, com José Fidelis, e a adesão deste grupo à identidade de índios civilizados, cria uma cisão ideológica em que um grupo projeta a reprodução e continuidade de determinadas formas culturais que o outro grupo não compartilha ideologicamente. (FREITAS, 2005, p. 278).

Ainda segundo Ana Freitas (2005), no final de 2002 a causa iniciada por Zílio Salvador já contava com 46 famílias reivindicando o espaço Kaingang em Porto Alegre. A mobilização indígena pressionava os políticos locais e agitava as notícias de jornais. Por outro lado, com a adesão de novas parcialidades, Zílio começou a

perder a “soberania” da reivindicação. Nos demais atos e reuniões com o órgão municipal, Zílio passou a ser acompanhado por outros líderes, como: Francisco *Rokàng* dos Santos, Felipe *Retón* da Silva e Antônio *Nigrei* dos Santos. Nesse momento observamos as “velhas” tensões entre os Kaingang, com a proximidade da conquista territorial, os atores passaram a disputar o futuro território. E mesmo com um rito legal em andamento, o controle do território seria auferido através das bases cosmológicas dos Kaingang.

Para garantir o controle territorial da futura área, Zílio Salvador precisava conquistar o maior número possível de aliados. Pois, os representantes dos diferentes grupos envolvidos também passaram a buscar o protagonismo das ações. Além disso, o “Espaço Kaingang de Sustentabilidade” seria enquadrado na cosmologia Kaingang como uma aldeia nova (*ÿmã tág*), o que permite disputas internas pelo controle do território, conforme Zílio Salvador relatou para Ana Freitas:

[Zílio Salvador] Quando uma aldeia é antiga, quando um cacique tem os tronco-velho dele ali naquele lugar, aquilo é uma força pra liderança. Porque ele não lidera sozinho: ele lidera com os antepassados dele, a força daqueles antepassados dele. Por isso o poder vem pra ele. É claro, assim é difícil de tirar. Já numa aldeia nova não. Fui eu que tirei essa aldeia nova, viu? Mas agora já vem gente em cima querer tirar. Assim é uma aldeia nova, é sempre um perigo na gente. (FREITAS, 2005, p. 304).

Esse relato mostra como a relação entre território e cosmologia é importante para o povo Kaingang. Sem uma relação com o passado, um vínculo territorial unindo o território e os ancestrais, a nova aldeia poderia ser disputada por diferentes lideranças. Apesar de Zílio ter iniciado e participado de todo o processo de reivindicação em Porto Alegre, isso não era suficiente para garantir o controle da área. Sem a presença de um tronco velho (*Kaingang-pé*), a liderança no futuro território estava em aberto.

O aumento do número de indígenas envolvidos e a persistência junto ao órgão municipal deram resultado. Depois de diversas reuniões e fotografias para os jornais, a prefeitura indicou uma área no bairro Lomba do Pinheiro para os Kaingang. O processo de desapropriação foi concluído no dia 4 de janeiro de 2003. A posse simbólica do novo território ocorreu em uma cerimônia pública no Mercado Municipal de Porto Alegre no dia 11 de fevereiro do mesmo ano. O prefeito da época, João Verle,

entregou pessoalmente as lideranças Kaingang a escritura do terreno (Figura 81 e Figura 82). A aldeia *Fág nhin* era uma realidade.



**Figura 81 – Zílio Salvador entrega um cocar para o prefeito de Porto Alegre.**  
Fonte: Mônica Arnt (2005, p. 7).



**Figura 82 – Grupo Kaingang e o prefeito de Porto Alegre na cerimônia de entrega do terreno da aldeia *Fág nhin*.**  
Fonte: Mônica Arnt (2005, p. 7).

A vitória foi marcada pela troca de presentes, gentilezas e por apresentações culturais, como o *vãnh-génh tu vãjé* (canto de guerra), antiga dança que os guerreiros Kaingang faziam antes e/ou depois de uma batalha. Atualmente esse canto é entoado em eventos importantes: encontros com autoridades, apresentações culturais, retomadas, audiências públicas e etc. Segundo o Portal da Floresta, esse canto “apresenta uma musicalidade bem interessante por conta da fala ritmada entoada em torno da nota “si”, como se fosse um rap”<sup>127</sup>. A música do *vãnh-génh tu vãjé* é um momento de celebrar a vitória (ou prepara o povo para guerra). Geralmente, ela é executada na língua original, pois, para algumas lideranças e *kófas*, o canto é tão importante que não pode ser traduzido para outros idiomas.

Repetindo o passado, quando os grandes *pay-bang* reuniam seus parceiros e *pay* para defender seus territórios, as lideranças atuais mobilizaram seus aliados na luta pela aldeia *Fág nhin*. Com o fim do processo e a materialização da aldeia, algumas famílias voltaram para seus compromissos particulares e retornaram para as vilas Safira, Jarí e Jardim Protásio Alves. Esses grupos não se fixaram na nova aldeia porque suas territorialidades estavam vinculadas ao Morro Santana. Na aldeia *Fág nhin* ficaram, principalmente, núcleos familiares ligados a Zílio *Jagtyg* Salvador,

<sup>127</sup> Informações do Portal da Floresta, disponível em: <https://www.cantosdafloresta.com.br/audios/canto-de-guerra/>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

Francisco *Rokàg* dos Santos, Felipe *Retón* da Silva e Antônio *Nigrei* dos Santos (FREITAS, 2005).

De fato, com as disputas internas Zílio Salvador não conseguiu manter o cacicado da nova aldeia por muito tempo. O cargo principal foi ocupado, durante alguns anos, por lideranças que se identificavam com algum tronco velho (*Kaingang-pé*). Contudo, a dinâmica na *Fág nhin* também mostrou a ascensão de outras forças. A aldeia viu emergir um grupo de jovens Kaingang que souberam usar o formato de escolha de cacique (votação direta) para conseguir assumir o posto de líder máximo da nova aldeia. Além do poder sobre o território, os jovens também reivindicavam o direito de priorizar hábitos considerados como “civilizados”, enquanto que os líderes mais antigos queriam reforçar as tradições:

Do ponto de vista de normas, condutas e valores, os que se autodefinem *índios civilizados* elegem a *lei dos brancos* como legítima, rechaçando modelos coercivos autóctones. Em oposição, os *kaingang-pé* se compreendem empenhados em subverter tal processo civilizador, apregoam a recuperação e revigoração de florestas, rios e campos, a restauração dos modos tradicionais de produção pesca, coleta, roças familiares e, alternativamente, do artesanato baseado no manejo florestal. Estes elegem a *lei do índio* e do respeito como código ordenador das relações societárias, e reconhecem as autoridades centrais do *kujà/xamã* e do *p'ai mág* cacique como legítimas. Enquanto *kaingang-pé*, eles se auto-identificam como *índios puros*, *índios verdadeiros*, *índios da tradição* ou *índios selvagens*, referindo aos primeiros como *índios castiçados*, *misturados*, *indianos* ou *civilizados*. Os *índios civilizados*, por sua vez, referem-se aos *kaingang-pé* como *atrasados*. (FREITAS, 2005, p. 288).

A prefeitura de Porto Alegre tinha a intenção de reunir todos os Kaingang nesse novo espaço. Tal pensamento, seguia a mesma linha equivocada dos tempos do Império e do início da República, pois não considerou as diferenças internas dos Kaingang. Não demorou muito para alguns desentendimentos eclodirem na nova aldeia. Poucos meses após a constituição da *Fág nhin*, algumas famílias decidiram buscar novos espaços para o seu povo em Porto Alegre. No entanto, o movimento que surgiu foi em torno de uma aldeia velha (*ỹmã si*), localizada no Parque Natural Morro do Osso (PNMO), às margens do Lago Guaíba, entre os bairros Tristeza, Ipanema, Camaquã e Cavahada.

#### **4.2 A retomada da *ỹmã si Tupeng pó***

O Morro do Osso faz parte da cadeia dos morros graníticos existentes em Porto Alegre. Toda a estrutura pública possui cerca de 220 hectares de área natural e

constitui-se num importante reduto biológico da cidade. A luta pela preservação começou em 1979, quando o Plano Diretor da cidade transformou o Morro do Osso em área de preservação. Em 1994, a prefeitura criou formalmente o Parque Natural Morro do Osso com 127 hectares. Inicialmente o poder municipal possuía apenas 27 hectares regularizados, a posse dos demais 100 hectares continuavam com particulares<sup>128</sup>.

Devido às características ambientais, o Morro do Osso estava incluído no espaço de sociabilidade ambiental dos Kaingang. Mesmo ficando distante dos núcleos populacionais Kaingang em Porto Alegre, a área era frequentada constantemente por alguns indígenas. Nas matas e nos campos nativos eles buscavam ervas, raízes e outras plantas que eram importantes para as famílias que viviam na periferia da cidade.

Segundo Guilherme Fuhr, Cleyton Gerhardt e Rumi Kubo (2012), a prefeitura de Porto Alegre ignorava a presença indígena no Morro do Osso. Esse descaso persistiu até que grupos familiares, que habitavam a aldeia *Fág nhin* e o entorno do Morro Santana, montaram um acampamento provisório (*wäre*) nas proximidades da sede do Parque Natural Morro do Osso (no dia 4 de abril de 2004). Com o apoio da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, o poder municipal removeu as barracas, confiscou os pertences dos indígenas e transportou algumas famílias para o outro lado do parque, próximo da avenida Cel. Marcos e do loteamento conhecido como “Sétimo Céu” (ver Figura 83):

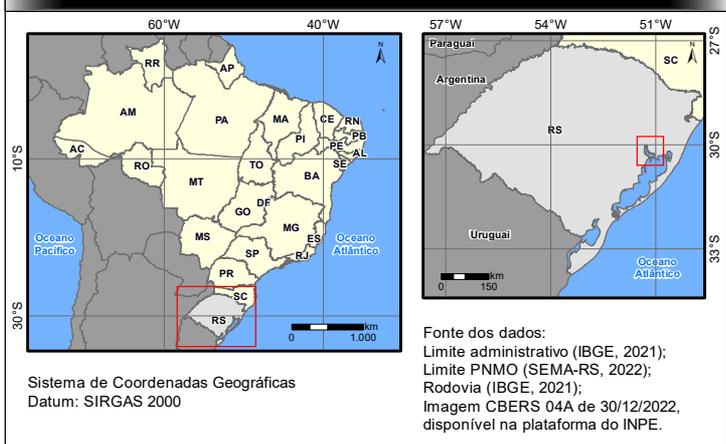
Diante da desocupação, alguns kaingang argumentavam com os operadores da Prefeitura em defesa de seu direito a permanecer no parque; outros, confusos perante a pressão, de baixo de uma chuva fina que caía na ocasião, subiram com seus materiais no caminhão, sendo, assim, levados através do morro para a outra extremidade deste, onde havia uma cancela definindo os “limites” do parque. Ali foram deixados sem seus materiais, logo após esta cancela, na localidade popularmente conhecida como “Sétimo Céu”. Pouco tempo depois, aqueles que haviam permanecido próximo à sede deslocaram-se também para o outro lado do morro, onde juntos constituíram um novo *wäre* com auxílio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de outras entidades e pessoas. (PRADELLA, SALDANHA, 2008, p. 56-57).

---

<sup>128</sup> Informações disponíveis segundo a prefeitura de Porto Alegre em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p\\_secao=158](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=158). Acesso em 31 de outubro de 2022.



**Contexto Nacional e Regional, Fontes e Informações Cartográficas**



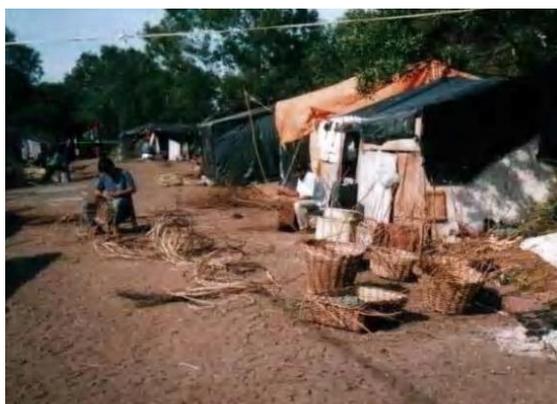
**Legenda**

- 1º acampamento Kaingang
- 2º acampamento Kaingang
- Sede do PNMO
- Av. Cel. Marcos
- Aldeia Tupeng pó
- Limite do PNMO
- Estado do Rio Grande do Sul
- Demais estados do Brasil
- Demais países da América do Sul

**Figura 83 – Mapa de localização da retomada Kaingang no Morro do Osso.**

Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em março de 2023.

Nesse local, os Kaingang liderados por Francisco *Rokág* dos Santos, Jaime *Kéatãnh* Alves e a *kujà* Lurdes *Nimpre* da Silva, construíram um segundo acampamento provisório (ver localização no mapa da Figura 83). Apesar das hostilidades de diferentes atores, esse *wäre* resistiu ao tempo, dando origem a aldeia *Tupeng pó*, conforme é possível observar na Figura 84 e na Figura 85.



**Figura 84 – Acampamento provisório Kaingang no Morro do Osso em 2004.**  
Fonte: José Saldanha (2009, p. 81).



**Figura 85 – Entrada da aldeia Kaingang *Tupeng pó* em 2018.**  
Fonte: Acervo do autor.

Para José Saldanha (2009), a retomada do Morro do Osso é diferente do caso da *Fág nhin*. Nesse caso, a nova aldeia foi motivada por uma relação com a mata e uma ligação espiritual antiga com o território. Portanto, são vínculos territoriais diferentes. Os Kaingang afirmavam que o Morro do Osso estava sendo degradado e preparado para a iniciativa privada. Ou seja, a mata, as fontes de água limpa e os maciços rochosos do morro (que são tão importantes para esse povo) estavam condenadas pela ganância de alguns atores.

De fato, segundo Luiz Pradella e José Saldanha (2008), a prefeitura de Porto Alegre fez um acordo com um particular no ano 2000. Os termos acertados previam que o proprietário (da área de 42 hectares) deveria repassar para a administração municipal uma parcela do terreno (30 hectares), em troca, o restante (12 hectares) poderia ser loteado e negociado. As denúncias do povo Kaingang estavam certas, inclusive, durante os primeiros meses da retomada, os Kaingang fotografaram e indicaram os locais dos loteamentos, justamente em uma área preservada com densa floresta nativa.

Complementando esse sentimento, existiam registros históricos que comprovavam que os Kaingang utilizavam o Morro do Osso como ponto de apoio

quando visitavam Porto Alegre. Além disso, a própria prefeitura reconhecia a existência de um antigo cemitério indígena no parque. Fato que comprovaria a relação histórica e cosmológica desse território com os Kaingang:

Retrospectivamente, no final do ano de 2003 – portanto, antes do estabelecimento dos Kaingang no Morro do Osso – o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) foi acionado pela direção do Parque Municipal do Morro do Osso devido a uma preocupação em tentar localizar o cemitério indígena ali referido. A partir deste contato formou-se um grupo, entre professores e estudantes, para averiguação da existência de um possível sítio arqueológico no espaço do morro, bem como um primeiro contato com funcionários do parque e moradores das imediações. Naquela ocasião, foi possível constatar que a direção e funcionários do parque sabiam da presença eventual de indígenas ali: fomos notificados pelos guardas-parque da presença relativamente constante de indígenas que por vezes foram avistados e afugentados dali por estarem em meio à mata “arrancando” os cipós e “destruindo” a vegetação. (PRADELLA, SALDANHA, 2008, p. 55).

O cemitério nunca foi localizado pela prefeitura. Mas segundo a *kujà* Lurdes Nimprê da Silva, em entrevista a Ana Freitas (2005), os *kujà* são capazes de se comunicar com os parentes e mostrar onde existe uma aldeia antiga. Desta forma, foi através do sonho do *kujà* que eles conseguiram encontrar a antiga aldeia Kaingang do Morro do Osso. A retomada estava ancorada na presença de uma *ÿmã si* que guardava os espíritos dos antigos Kaingang.

No acampamento do Morro do Osso, os Kaingang sofreram os “velhos preconceitos” e foram acusados de invadir uma área que era patrimônio natural da cidade. Os moradores do entorno do parque (ocupado principalmente por casas de elevado padrão) denunciavam que os Kaingang não eram daquele espaço e que a maioria já não apresentava nenhuma “característica indígena”. Os “defensores” do parque manifestaram várias vezes suas opiniões carregadas de preconceito e desconhecimento da CF-1988. Segundo Guilherme Fuhr (2012), a imprensa local e os residentes acusavam os indígenas de se apropriar do Morro do Osso com base em notícias da internet (a informação do antigo cemitério constava nas plataformas oficiais da prefeitura de Porto Alegre). Também surgiam denúncias contra os apoiadores indígenas. Os Antropólogos envolvidos foram acusados de incentivar os Kaingang a ocupar ilegalmente a área, posição que desconsiderava a capacidade de organização e articulação desse povo.

A prefeitura de Porto Alegre não soube administrar a questão. O Secretário de Meio Ambiente de Porto Alegre na época, por exemplo, depois de uma suposta vitória no Morro do Osso, saiu do local alegando que havia sido agredido covardemente pelos Kaingang. O secretário relatou aos repórteres toda a situação (segundo sua versão) e demonstrou sua posição preconceituosa como relação aos Kaingang da retomada: “Quem fez aquilo ali não é índio, é bandido, covarde. Eles não deviam ficar em reserva indígena, mas atrás das grades” (REIS, 2005). O caso teve grande repercussão na mídia e diferentes versões para os fatos. Os Kaingang produziram uma nota pública com a sua versão. Nesse documento afirmavam que o secretário chegou ao Morro do Osso e agrediu um jovem indígena que tentou impedir a destruição do artesanato. O fato revoltou as mulheres presentes, que revidaram a agressão.

Para Luiz Pradella e José Saldanha (2008), essas medidas contra os Kaingang se enquadram em ações “neocoloniais”, pensamento que nega as diferentes formas de “ser” e de “estar” no mundo. Essas ações aceitam apenas uma perspectiva de mundo, aquela alinhada com os princípios capitalistas, que priorizam a propriedade individual e a geração de lucro. No período colonial, os indígenas eram tratados como subcategorias e agora, para o pensamento neocolonial, seus diferentes modos de vida são caracterizados com sinônimos de atraso social. Além disso, quando os grupos indígenas buscam se adaptar às novas condições impostas, tem sua identidade étnica questionada:

Este não é o único modo pelo qual os povos ameríndios em situação de contato são tratados pelo discurso neocolonialista. Outra forma contemporânea de se referir aos indígenas consiste em um exame constante de sua “indigenicidade”. Seus difusores se colocam numa posição de examinadores cuja meta geralmente é avaliar o grau de “pureza”, de “degradação” ou “perda” da “cultura indígena”. Esta avaliação se dá, não pelos padrões e valores dos grupos étnicos em questão, mas a partir de uma comparação com o padrão de “índio puro”, pleno de “exoticidade” em relação aos padrões ocidentais, “harmonioso” na sua relação com o “ambiente natural”, “ingênuo” e “primitivo” no que se refere aos saberes técnicos e políticos, exigido insistentemente pela imaginação dos ocidentais. (PRADELLA, SALDANHA, 2008, p. 64-65).

A pressão contra os Kaingang do Morro do Osso foi enorme, até mesmo técnicos da Funai atuaram de forma contrária aos interesses da comunidade

(SALDANHA, 2009)<sup>129</sup>. Entretanto, as lideranças Kaingang se articularam com diferentes aliados, principalmente junto ao CIMI, ao Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), a UFRGS e a própria Funai. Também buscaram apoio interno, e mobilizaram outros grupos Kaingang para fortalecer a retomada (da mesma forma que fizeram com a aldeia *Fág nhin*):

Deve-se destacar aqui as inúmeras estratégias desenvolvidas pelos kaingang em contraponto às reações negativas despertadas nos setores supracitados. Os indígenas buscaram intensificar as alianças com instituições e segmentos sociais diversos: “acadêmicos” e outros universitários, missionários religiosos, advogados, ONG’s consideradas “aliadas” por estes, além de órgãos governamentais não alinhados a FUNAI e aos setores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que voltaram-se contra a presença kaingang no morro. Além destas “alianças”, em diversas ocasiões, palestraram em escolas e universidades, e também se apresentando em eventos e feiras. Podemos destacar, por exemplo, sua participação no “V Fórum Social Mundial” em Porto Alegre, onde apresentaram seu grupo de dança e canto. Também na Aldeia do Morro do Osso passaram a receber estudantes universitários, pessoas simpatizantes com as “causas dos povos indígenas” ou mesmo curiosos. Nessas ocasiões muitas vezes organizavam visitas as matas do Morro do Osso e apresentavam suas habilidades com a cestaria e artesanato em geral. (PRADELLA; SALDANHA, 2008, p. 61-62).

Essa tentativa de dizer quem é “índio” no Brasil é uma marca do pensamento neocolonial, que acredita que os corpos, as territorialidades e os territórios, podem ser domesticados e enquadrados. É nesse sentido, que pessoas externas (como ex-Secretário de Meio Ambiente de Porto Alegre) se acham no direito de dizer que o Morro do Osso não é território Kaingang, que eles não são daquele lugar e que devem ser recolhidos para suas reservas bem longe da cidade. A inexistência de um “título de propriedade” é o argumento utilizado para negar a existência dos territórios indígenas. Já a transformação/incorporação de hábitos “civilizados” é o argumento usado para definir quem é “indígena” ou “assimilado”. Todavia, é fundamental destacar que o território não é feito apenas com leis e desenhos no papel. O território para os povos originários é construído através do viver e do sentir. A mata, os animais, os espíritos, os umbigos enterrados nas antigas aldeias, são os elementos mais importantes para o povo Kaingang. São esses elementos que caracterizam o território

---

<sup>129</sup> Segundo José Saldanha (2009), a Antropóloga responsável pelos trabalhos do Morro do Osso e da Borboleta, adotou uma postura contraditória. A profissional alegou que os indígenas envolvidos nessas retomadas não eram mais indígenas e já estavam “incorporados” aos hábitos da sociedade envolvente.

e não os documentos dos *fóg*<sup>130</sup>. A adoção de alguns hábitos dos *fóg* não é um critério definidor de identidade:

As implicações dos discursos neocoloniais possuem amplas conseqüências na legislação e nas relações estabelecidas com os povos indígenas pelas instituições da sociedade envolvente. Em termos de espacialidade, territorialidade e ambiência há uma clara imposição dos padrões da sociedade nacional eurocentrada em detrimento das formas ameríndias: é, por exemplo, erigida uma noção de “território tradicional” à imagem e semelhança de um “território nacional” com fronteiras, centros, periferias, etc. Entretanto as populações indígenas não são soberanas, mas sim tuteladas, “protegidas” pelo poder federal através do confinamento nestes espaços “oficiais” que tem como fim garantir a manutenção de sua “indigenidade”. O que o pensamento neocolonial desconhece (ou convenientemente faz questão de ignorar) são as conseqüências do confinamento sobre os grupos que supostamente estão sendo contemplados: no sul do Brasil são notórios os casos em que lideranças indígenas são empoderadas e aliciadas por poderes externos: pastores neopetencostais, “grileiros”, fazendeiros e políticos locais. Tais alianças implicam em uma deterioração das relações intergrupais, alimentando diferenças entre facções (como no caso dos kaingang no Sul do Brasil, por exemplo) que devido ao confinamento acabam tendo que conviver lado a lado, por vezes a contragosto, ora compartilhando ora competindo por recursos que, em diversos contextos ainda são usurpados por eurodescendentes invasores das terras indígenas. (PRADELLA; SALDANHA, 2008, p. 66-67).

A principal resposta que a comunidade deu para aqueles que não acreditavam na luta Kaingang foi a organização do “1º Encontro dos *Kujà*”. O evento de grande repercussão ocorreu no próprio Morro do Osso nos dias 20, 21, e 22 de setembro de 2006. Segundo Jaime *Kéatãnh* Alves (em entrevista na aldeia *Oré Kupri* no dia 21 de agosto de 2018), o evento mostrou para todos na cidade e no Rio Grande do Sul, que os Kaingang eram “índios de verdade”. Eles tinham relações cosmológicas com o Morro do Osso e a retomada não visava adquirir uma “propriedade”, era uma luta pelo direito de existir de acordo com a tradição das “marcas tribais” (referência a pintura corporal que diferencia as metades *Kamé* e *Kanheru-kré* nos rituais). Sobre o Encontro dos *Kujà* José Saldanha destaca que:

O evento trata-se, de modo geral, em um período de festa e cerimônias religioso-espiritual onde as crianças e demais pessoas são “batizadas” e fortalecidas por receberem banhos de “ervas do mato” e afumentações (recepção de “forças” pela “fumaça-remédio”) com a função de proteção e cura. No encontro ocorrem reuniões de articulação e aconselhamento das famílias e comunidades *kaingang* presentes no evento. Ao todo, o encontro no Morro do Osso durou cerca de três dias e reuniu diversas famílias de coletividades *kaingang* da região metropolitana e interior do estado do Rio Grande do Sul. O evento vem cada vez mais contribuindo no processo de visibilidade das “lutas pelas retomadas *kaingang*”, e possui cada vez mais

---

<sup>130</sup> O termo *fóg* representa o outro, pessoa não indígena, não índio (WIESEMANN, 1981).

importância política entre as coletividades participantes. (SALDANHA, 2009, p. 110).

O 1º Encontro dos *Kujà* recebeu grupos Kaingang de diversas partes do Rio Grande do Sul. No final do evento, as lideranças elaboraram um documento com as reivindicações do povo Kaingang. O texto – assinado por Pedro Sales *Kuremág* (TI Guarita), Dorvalino Cardoso (Comunidade Kaingang de São Leopoldo), Augusto *Opé* da Silva (TI Iraí) e Natalino *Gog* Crespo (TI Guarita) – destacava que o Estado brasileiro precisava assumir seu compromisso de demarcação das terras indígenas, em especial o caso do Morro do Osso. Os pensadores Kaingang reforçavam a importância de respeitar a cultura indígena e valorizar, especialmente, os *kujà*, que são as figuras fundamentais para a cosmologia Kaingang.

O 1º Encontro dos *Kujà* foi tão importante para o povo Kaingang que passou a ser realizado periodicamente no Morro do Osso. Em todos os festejos são realizadas atividades para a floresta e para fontes de água que existem no Morro do Osso. Além disso, são praticados exercícios para valorização da cosmologia Kaingang, como: os batismos, os banhos de ervas, a preparação de comidas típicas, as apresentações de cantos e danças, as oficinas de práticas tradicionais e o ritual do *kikikoi* (Figura 86 e Figura 87).



**Figura 86 – Atividades Kaingang nas nascentes do Morro do Osso durante o Encontro dos *Kujà* em 2018.**

Fonte: Acervo do autor.



**Figura 87 – Zílio Salvador em atividades rituais durante o Encontro dos *Kujà* em 2006.**

Fonte: Damiana Bregalda (2007, p. 38).

Segundo Ricardo Fernandes e Leonel Piovezana (2015), essa prática de reativar antigos rituais está sendo muito utilizada pelo povo Kaingang. É uma estratégia para valorizar suas reivindicações. Nos anos 1970, o *kikikoi* foi reativado na

TI Xaçecó – apoiado por indigenistas (em especial do CIMI) – como uma expressão cultural de autodeterminação. Na aldeia Condá, o *kikikoi* foi organizado para cumprir um papel político estratégico e tornou-se um símbolo da cultura local.

O *kikikoi* é uma tradição que reforça a importância dos ambientes preservados, pois envolve uma série de elementos da “natureza” na sua concepção. Sem terras adequadas, não é possível completar o processo. Logo, não é possível exercer a cosmologia Kaingang na sua plenitude. Durante o ritual, o *kujà* é o responsável pelos “remédios do mato”, seus efeitos curativos são transmitidos pelos “animais que vivem no mato”, a cosmologia é incompleta sem essa relação. A força do remédio está na presença do mato, eles não podem ser cultivados em um quintal, porque precisam da interação com o ambiente para potencializar seus efeitos. O ritual também valoriza a dualidade *Kamé* e *Kanheru-kré*, além dos *péin*, categoria social que tem papel importante no processo de vida e morte dos Kaingang<sup>131</sup>. Portanto, a recomposição dos territórios ancestrais não é apenas uma questão fundiária. Envolve o restabelecimento da matriz ecológica que funda e garante a reprodução social do povo Kaingang (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015).

A continuidade do Encontro dos *Kujà* no Morro do Osso mostra para a sociedade a importância da terra para os Kaingang. Todas as atividades desse povo dependem da existência da “mata” e dos elementos que a compõe. O evento também revelou que os Kaingang lutam para preservar os “espaços naturais” da cidade. É uma luta para preservar o pouco que sobrou do seu território originário nas margens do Lago Guaíba.

Com a diminuição das áreas florestadas, a pressão fundiária no estado, com os conflitos internos que expulsavam famílias inteiras das áreas ancestrais, as aldeias *Fág nhin* e *Tupeng pó* passaram a compor a territorialidade Kaingang no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, os centros urbanos tornaram-se pontos importantes para a venda de artesanato. Nas cidades conseguem gerar renda para suas necessidades mais urgentes e, nos fragmentos de mata ainda existentes, conseguem tirar os

---

<sup>131</sup> Segundo Juracilda Veiga (2004), os *péin* (existentes nas duas metades) e tem a função de cuidar dos velórios, pois receberam um nome diferenciado, uma virtude que os demais não têm: *jiji korég* = nome ruim ou forte. No antigo ritual do *kikikoi*, os *péin* ficavam responsáveis pela coleta do mel e derrubam o pinheiro para fazer o *konkéi*, local onde o *kiki* era preparado.

“remédios do mato” que podem curar e fortalecer o povo Kaingang. Também é na cidade que encontram os hospitais, as escolas, os bancos, os comércios e os centros administrativos onde reivindicam seus direitos. As aldeias urbanas são cada vez mais necessárias, porque são os pontos de apoio e de residência para muitas famílias:

Nas narrativas dos mais diferentes interlocutores Kaingang cujas territorialidades incluem a margem leste do Lago Guaíba, aparecem marcadores históricos recorrentes e que se encadeiam: a perda de seus territórios ancestrais, o confinamento nas terras indígenas criadas pelo Estado, a chegada do SPI e do gado, a permanente invasão dos brancos nos limites demarcados, a devastação das florestas, a chegada da FUNAI e das máquinas, a crise das instituições do xamanismo (*kujà/xamã*), da chefia tradicional (*p'ái mág/cacique*) e dos modelos produtivos tradicionais (caça, pesca, coleta, roça), a imposição do modo produtivo do trabalho agrícola-pecuário (*panelão*, arrendo), a submissão dos caciques aos chefes de posto, a vigência da repressão em lugar da lei do índio fundada no respeito, o fortalecimento das igrejas, escolas e postos de saúde e o enfraquecimento das lideranças indígenas, o domínio do dinheiro, o crescimento das cidades, as perseguições, torturas e a criminalização do índio pela lei do branco. Neste contexto e nesta medida, os Kaingang que vivem em Porto Alegre reconhecem, em seu movimento para a cidade, a busca de alternativas a este estado de coisas. De outra sorte, é fundamental reconhecer que a região em que se assenta Porto Alegre é percebida pelos Kaingang como uma zona de profunda significação no contexto de seu território tradicional, na medida em que conecta as florestas do Planalto com as terras baixas do Litoral, limite do mundo. (FREITAS, 2005, p. 20).

Na cidade de Porto Alegre os Kaingang encontraram espaços de floresta e de campo preservados. Nessas pequenas “ilhas naturais”, eles conseguem manejar as fibras vegetais (artesanato) e coletar uma série de ervas que fazem parte do seu sistema tradicional de alimentação e de cura (Figura 88 e Figura 89). A aldeia é apenas um dos espaços que compõe a territorialidade Kaingang, assim, muitas famílias ficam assentadas em pequenos terrenos e, destes locais de apoio, iniciam seus movimentos pelos morros da cidade e para as feiras de artesanato.



**Figura 88 – João Padilha manejando cipó na encosta do Morro Santana.**

Fonte: Acervo do autor.



**Figura 89 – João Padilha mostra sementes que consegue encontrar em Porto Alegre.**

Fonte: Acervo do autor.

Segundo Ana Freitas (2005), os grupos que vivem em Porto Alegre fazem dois tipos de deslocamentos. Os mais curtos (feitos a pé, de carro ou de transporte coletivo) visam acessar os espaços próximos das aldeias, onde coletam materiais e/ou vendem seus produtos. Nos deslocamentos mais longos, visitam seus parentes em aldeias afastadas, participam de eventos festivos e/ou de mobilizações políticas. É também nesses movimentos longos que aproveitam para coletar materiais e ervas que não encontram nos morros de Porto Alegre. Essa territorialidade é definida por Ana Freitas como o *Mrūr Jykre*, ou a “cultura do cipó”:

A noção Kaingang de *Mrūr Jykre* faz menção a um conjunto de concepções, práticas e relações ecológicas, cosmológicas, sociopolíticas e econômicas centradas no manejo de certas espécies de trepadeiras lenhosas que vicejam nas florestas do sul do Brasil. Este conjunto de relações, por sua vez, se sustenta nas interfaces entre as redes de reciprocidade Kaingang e os espaços inter-societários das cidades, principalmente Porto Alegre, onde estas plantas – processadas pelos indígenas em cestos, balaios e outros objetos – ingressam nos circuitos de comércio e escambo. As relações eco-sociais que se estabelecem no *Mrūr Jykre* têm como base territorial o conjunto de espaços percorridos nos circuitos de manejo/coleta, fabricação e comercialização artesanal. Estes espaços, mesmo que descontínuos no mosaico da paisagem, são sistemicamente interligados pelo fluxo indígena, através de suas redes de parentesco, onde circulam materiais, conhecimentos, técnicas, recursos naturais. Os Kaingang que participam do *Mrūr Jykre* se identificam como *kaingang-pé – índios da tradição*. (FREITAS, 2005, p. 338).

Através dessa territorialidade, os kaingang articulam as ações políticas que visam retomar seus territórios. Da mesma forma como faziam no passado, lideranças com Zílio, Felipe, Jaime, João, Lurdes e etc., buscam parceiros que possam ajudar no fortalecimento da causa. Antigamente essas articulações visavam formar grupos guerreiros que poderiam vencer seus inimigos no campo de batalha. Agora as articulações são entorno dos processos judiciais que tratam do reconhecimento da demarcação das terras indígenas. Os movimentos, como as retomadas e os eventos como o Encontro dos *Kujà*, são estratégias para mobilizar e chamar a atenção dos atores internos e externos para a luta Kaingang.

A prefeitura estava iludida quando acreditou que a formação da Aldeia *Fág nhin* resolveria o “problema Kaingang” em Porto Alegre. A conquista dessa nova aldeia foi apenas mais uma vitória Kaingang na luta pelo reconhecimento dos seus territórios originários. A partir desse momento, novas retomadas surgiram. Entre elas o Morro do Osso e a retomada em Canela, que seria iniciada por Zílio ainda na metade dos anos 2000.

### 4.3 A Retomada de Zílio Jagtyg Salvador em Canela

Na mesma época do andamento da retomada do Morro do Osso, Zílio Salvador passava por iniciações xamânicas com o objetivo de se tornar um *kujà*<sup>132</sup>. Zílio passou por diferentes terras indígenas Kaingang nos três estados do Sul, principalmente em áreas com remanescentes florestais, onde poderia ter contato com a cosmologia Kaingang. Segundo informações de Damiana Bregalda (2007), Zílio Salvador foi para a TI Rio da Várzea, onde existia um *kujà* da metade oposta, assim, ele poderia ter contato com seu *jangrê* (animal guia do *kujà*)<sup>133</sup>.

Ao mesmo tempo, Zílio seguia em busca de uma “terrinha” para seu grupo. Foi com esse pensamento, que no dia 1º de setembro de 2006, acompanhado de alguns apoiadores procurou o Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre/RS. Zílio relatou para o MPF sua preocupação com a falta de condições oferecidas pela aldeia *Fág Nhin* para a preservação do modo de vida tradicional. A sugestão de Zílio era direta: queria permissão de uso, manejo, residência e preservação no âmbito dos costumes tradicionais Kaingang na Floresta Nacional de Canela. Para tanto, a liderança gostaria que o MPF fizesse a mediação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)<sup>134</sup>, órgão responsável pela gestão das unidades de conservação federais.

Esse movimento mostra que os Kaingang da retomada de Canela sempre estiveram abertos ao diálogo com o Governo Federal e dispostos a usar os meios

---

<sup>132</sup> O cacique Mauricio Salvador, em diálogo de campo, confirmou que seu pai havia completado a transição e se tornado um *kujà*.

<sup>133</sup> Segundo Robert Crépeau: “É na floresta dita virgem (*neit kushan*/mato virgem) que o xamã-aspirante deve entrar em contato pela primeira vez com um animal-auxiliar. Trata-se de uma procura voluntária que implica um saber que se transmite em linha patrilinear. O xamã-aspirante corta o longo caule da flor da palmeira *tõg* antes de sua floração, o que acontece geralmente em dezembro. Ele a corta a fim de formar um (ou vários) recipiente no qual verte água. Ele deixa tudo neste lugar e retorna para casa. Três dias depois, deve retornar ao lugar. Quando um animal beber desta água, trata-se infalivelmente da manifestação de um animal-auxiliar que o xamã-aspirante pode escolher como seu através do ato de beber um gole desta água, borrifando-a na cabeça e no corpo. O auxiliar se manifestará em seguida e introduzirá no corpo do xamã três sementes da fruta de um cipó chamado *ming noit ká* (rosário do tigre, *Passiflora* sp.) sobre cada axila e nas costas, confirmando assim o estabelecimento do vínculo entre o xamã e seu auxiliar. Para abandonar a prática ou permitir que um xamã morra, afastando seu auxiliar, será necessário pedir ao animal-auxiliar para que ele mesmo ou outro xamã extraia as sementes”. (CRÉPEAU, 2002, p. 119).

<sup>134</sup> Posteriormente a responsabilidade da FLONA de Canela passou para Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, instituição criada pela Lei nº11.516, de 28 de agosto de 2007.

legais para negociar. Ao procurar o MPF, Zílio Salvador deu indicativos claros de que o grupo não pretendia infringir nenhuma regra, apenas queria que seu direito constitucional fosse respeitado. A ata com o depoimento de Zílio ao MPF também mostra os problemas que surgiam entre as parentelas Kaingang:

Conforme o Sr. Zílio, a área indígena da Lomba do Pinheiro não oferece condições de reprodução da cultura tradicional kaingang, referindo-se, principalmente, ao uso do idioma kaingang, ao cuidado das florestas e ao trabalho de Kujà/xamã. Por estas razões gostaria de viver em um outro local. Diz ainda que o restante dos moradores da aldeia da Lomba do Pinheiro, embora valorizem a tradição, não querem viver conforme estes costumes. Assim, o Sr. Zílio e as demais famílias de seu núcleo familiar identificaram a Floresta Nacional de Canela (FLONA) – Unidade de Conservação de Uso Sustentável administrada pelo IBAMA, localizada no município de Canela, como adequada para a preservação de seu modo de vida, vinculado a produção artesanal e ao manejo florestal sustentável. Neste sentido, solicita a intermediação do Ministério Público Federal junto ao IBAMA para que este disponibilize a área em questão para o uso, manejo, residência e preservação dentro dos costumes tradicionais kaingang. (FUNAI, 2020, p. 362).

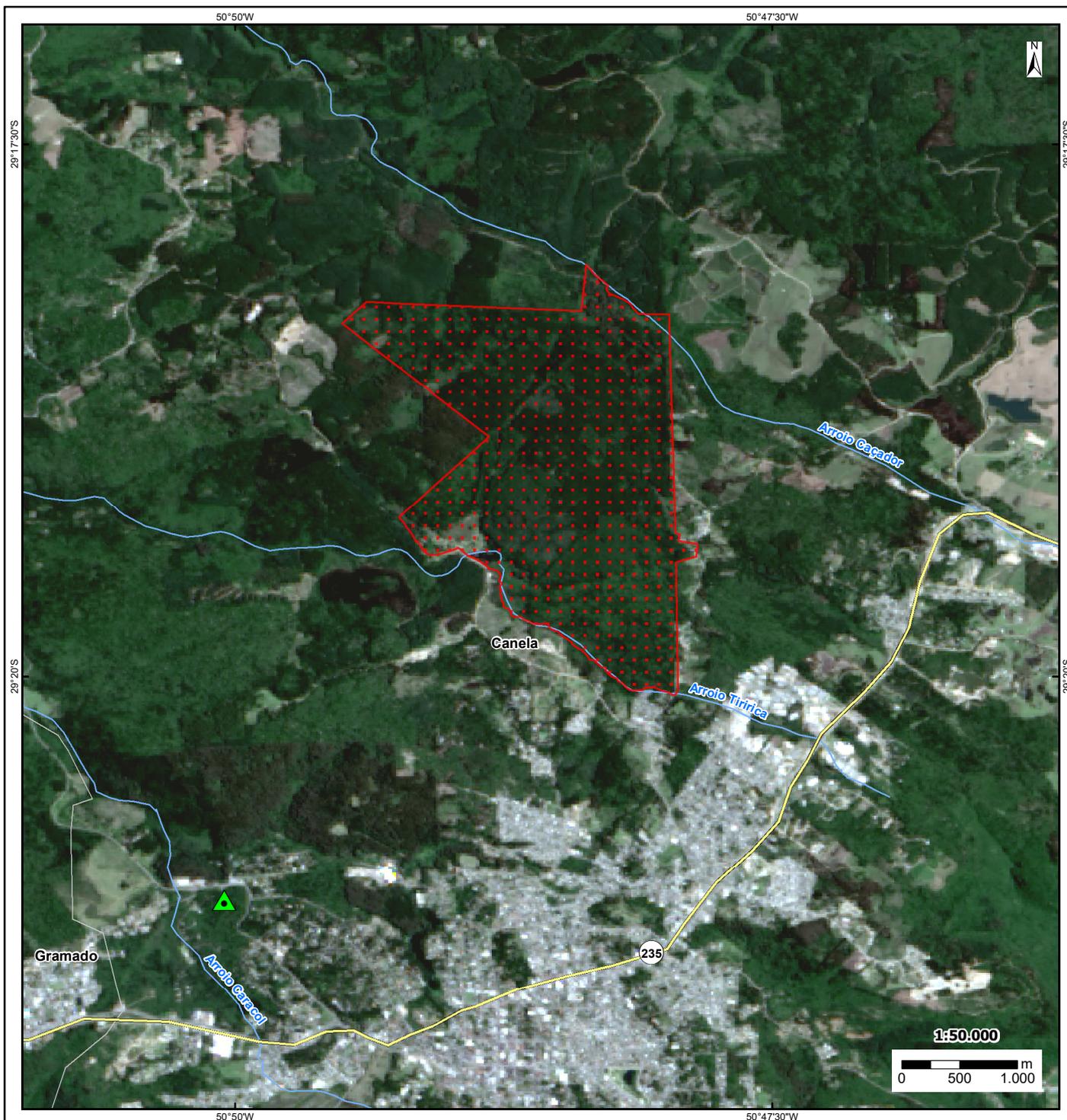
Nessa mesma reunião com o MPF os apoiadores do povo Kaingang, Rodrigo Venzon, Ana Freitas e Ivonete Campregher, destacaram que a escolha pela área no município de Canela não era uma medida aleatória. Segundo os pesquisadores, além de reunir as condições ambientais para o modo de vida Kaingang, a bacia hidrográfica do rio Caí era o antigo território ancestral da família extensa de Zílio Salvador. Tais fatos poderiam ser comprovados através de evidências históricas e antropológicas. Como já mencionado, a família de Zílio descendia do *pay Nivo*, que tinha seu território (subordinado ao *pay-bang* Braga) no entorno do rio Caí.

O Ministério Público Federal entrou em contato com a Funai e passou a cobrar o andamento do processo de demarcação. O órgão federal também buscou dialogar com os representantes da FLONA de Canela, com o objetivo de viabilizar a entrada da comunidade, principalmente, onde poderiam coletar matéria prima para o artesanato e para a alimentação tradicional. Complementando as ações, a procuradoria do MPF solicitou, a antropóloga Ana Elisa de Castro Freitas e ao cientista social Rodrigo Allegretti Venzon, um estudo preliminar sobre a ancestralidade Kaingang na região da FLONA de Canela. O material deu origem a “Informação sobre a historicidade e tradicionalidade da ocupação Kaingang (Jê Meridional) na bacia hidrográfica do Lago Guaíba e formadores: territorialidades associadas às micro-bacias hidrográficas dos arroios Tiririca, Caçador e Saiqui, tributários da margem esquerda do curso médio do rio Caí - município de Canela/RS”. O documento, que foi

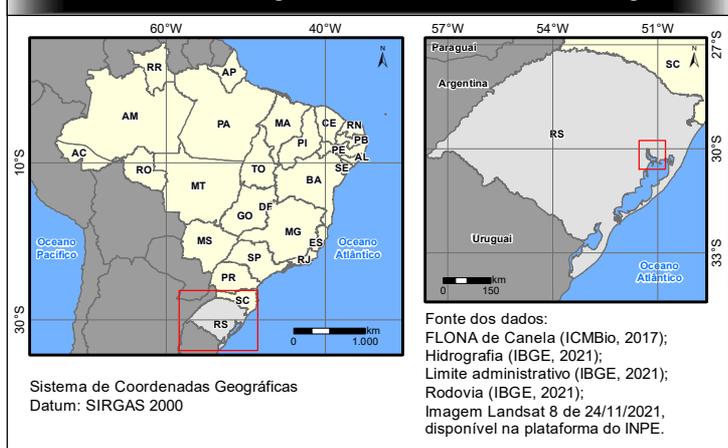
concluído e apresentado em março de 2008, trouxe importantes indícios da ancestralidade Kaingang em toda a bacia hidrográfica do rio Caí.

O material técnico foi encaminhado pela procuradoria do MPF a Funai no dia 6 de fevereiro de 2009 (Ofício nº 313/2009-PRM/CS). No ofício o MPF também informava que o ICMBio estava se manifestando contrário a presença indígena na FLONA. O órgão ambiental afirmava que somente era admitida aquelas comunidades que estavam presentes no momento de criação da unidade de conservação. A justificativa do órgão ambiental estava baseada no artigo 17, parágrafo 2º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamentou e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Importante destacar que o argumento do ICMBio usava uma lei do ano 2000, posterior a Constituição Federal de 1988. Além disso, uma lei federal não pode impedir um direito constitucional, nesse caso, o direito de viver de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Visando pressionar os órgãos federais e dar visibilidade a reivindicação territorial, os Kaingang liderados por Zílio Salvador decidiram, no início de 2009, acampar no Parque Municipal do Pinheiro Grosso, que estava a poucos quilômetros da FLONA de Canela (Figura 90). Os Kaingang alegavam que a prefeitura havia abandonado a área, visto que a estrutura estava fechada para visitação.



### Contexto Nacional e Regional, Fontes e Informações Cartográficas



### Legenda

- Parque Municipal do Pinheiro Grosso
- Hidrografia
- Rodovia Estadual
- Floresta Nacional de Canela
- Limite municipal
- Estado do Rio Grande do Sul
- Demais estados do Brasil
- Demais países da América do Sul

**Figura 90 – Mapa de localização do Parque Municipal do Pinheiro Grosso em Canela.**

Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em março de 2023.

A escolha do grupo de Zílio Salvador não foi ao acaso. O Parque Municipal do Pinheiro Grosso possui no seu interior uma araucária (*Araucaria angustifolia*) centenária (Figura 91 e Figura 92), que tem um importante significado cosmológico para os Kaingang. O exemplar é o principal símbolo do parque municipal (inclusive o nome da unidade faz referência a araucária) que está rodeado pela área urbana da cidade de Canela.



**Figura 91 – Araucária centenária no Parque Municipal do Pinheiro Grosso.**

Fonte: Prefeitura de Canela<sup>135</sup>.



**Figura 92 – Placa com informações no Parque Municipal do Pinheiro Grosso.**

Fonte: Prefeitura de Canela<sup>136</sup>.

Esse foi o primeiro atrito da comunidade com o poder público na bacia hidrográfica do rio Caí. A prefeitura de Canela logo entrou com o processo de reintegração de posse. A audiência de conciliação foi realizada no dia 5 de fevereiro

<sup>135</sup> Imagem disponível pela prefeitura de Canela em: <https://www.facebook.com/prefeituradecanela>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

<sup>136</sup> Imagem disponível pela prefeitura de Canela em: <https://www.facebook.com/prefeituradecanela>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

de 2009, quando ficou decidido que a reintegração de posse ficaria suspensa por trinta dias:

As partes concordaram em suspender o processo pelo prazo de trinta dias. A FUNAI se comprometeu a entrar em contato com o Instituto Chico Mendes para viabilizar um local, na cidade de Canela, para instalação da comunidade indígena do Sr. Zílio Salvador. O Município da Canela se comprometeu a auxiliar na realocação da comunidade em local adequado. O Sr. Zílio, como representante da comunidade, compromete-se a não trazer novos integrantes para o interior do Parque Pinheiro Grosso, bem como a não convidar turistas para a visitação do referido Parque. O Município se compromete a realizar a fiscalização do Parque, a fim de controlar a entrada de pessoas estranhas à Comunidade Indígena. A Comunidade Indígena compromete-se a preservar o local, não suprimindo a flora, ficando limitada a utilização de fogo ao necessário para a alimentação. (FUNAI, 2020, p. 396).

Mesmo sem dar um fim público ao Parque Municipal do Pinheiro Grosso, a prefeitura de Canela não aceitou negociar a permanência da comunidade no parque. Com a audiência de conciliação, os Kaingang conseguiram permanecer pouco mais de oitenta dias dentro da unidade, pois a justiça concedeu a reintegração de posse para o poder municipal. As negociações para encontrar um novo local para os Kaingang não prosperaram e as famílias se dispersaram, principalmente, para a aldeia *Fág Nhin* e para a TI Nonoai.

Alguns meses depois a Fundação Nacional do Índio se manifestou. E, no dia 19 de junho de 2009, encaminhou o Ofício nº689 e nº116912009-PRMJCS para a Procuradoria do MPF de Caxias do Sul, afirmando que estava acompanhando o caso de Canela. No documento apresentado, a Funai destacou que os materiais auferidos até o momento indicavam que a área da FLONA de Canela se tratava de um espaço imemorial do povo Kaingang. Portanto, a reivindicação era legítima. O órgão ainda destacou que vinha trabalhando em diferentes demandas demarcatórias Kaingang. Também deixou claro que o caso de Canela seria inserido nos próximos esforços da instituição, conforme é possível observar no trecho destacado do ofício:

Por fim, informamos que a Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF desta Fundação, tem cumprido com os compromissos assumidos conforme programação elaborada junto às lideranças Kaingang do Rio Grande do Sul. Além dos Grupos Técnicos que iniciaram os estudos de identificação e delimitação das áreas de ocupação Kaingang em Mato Castelhana, Carreiro, Monte Caseiros, Iraí, Xêngu e Rio da Várzea, serão objeto de procedimento administrativo da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação ainda neste ano de 2009 as seguintes reivindicações: Morro do Osso / Estrela / Lageado / Farroupilha / São Leopoldo / Lomba do Pinheiro / Morro Santana / Carazinho e Lageado do Bugre. **Demais áreas serão**

**consideradas para a programação dos próximos exercícios.** (FUNAI, 2020, p. 364-365, *grifo nosso*).

O tempo passou e a Funai não deu andamento para o caso da FLONA de Canela. O Ministério Público cobrou providência apenas em 2014 e o órgão indigenista respondeu em 24 julho do mesmo ano. No Ofício a Funai afirmava que a questão de Canela estava em “fase de qualificação”, estágio em que o órgão busca produzir informações preliminares de natureza etno-histórica, ambiental, sociológica, fundiária e cartográfica. O objetivo desse trabalho inicial era subsidiar a constituição do Grupo Técnico multidisciplinar, conforme previsto no Decreto nº 1.775/1996.

A Funai também alegava a sobrecarga de trabalho. O Diretor de Proteção Territorial destacava que o núcleo contava com apenas onze funcionários para tocar as demandas da instituição. E que até aquele momento, essa equipe diminuta, estava encarregada de pelo menos oitenta procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas em todo o país. É bem verdade que a Funai estava sofrendo com o descaso do Governo brasileiro, mas é importante destacar que a própria Funai já havia admitido que existiam indícios fortes da ancestralidade Kaingang em Canela. Além disso, os estudos de Ana Freitas e Rodrigo Venzon (2008) mostravam claramente essa relação. Logo, não fazia sentido o processo da FLONA de Canela permanecer parado por tanto tempo.

Nitidamente os caminhos legais não estavam favoráveis para os Kaingang. A “burocracia estatal” tinha seus meios de atrasar o processo de reivindicação territorial em Canela. Segundo João Pacheco de Oliveira Filho (1983), as demarcações de terras indígenas são processos que dependem também da “boa vontade” do Governo. Pois mesmo dentro da Funai existem mecanismos de controle e contenção das demandas demarcatórias.

Nesse sentido, o grupo liderado por Zílio Salvador decidiu tomar novamente a frente na questão. Dessa vez os Kaingang não retornaram para o Parque Municipal do Pinheiro Grosso, a retomada ocorreu no território da Floresta Nacional de Canela. A entrada Kaingang se deu no dia 25 de julho de 2015 e foi noticiada pelo jornal local “Folha”:

Por volta das 15h, do sábado, dia 25, índios Kaingangs invadiram a área da Floresta Nacional do Ibama, em Canela, e arrombaram um imóvel do local

para se instalarem. Os Kaingangs chegaram na cidade na parte da manhã com o objetivo de permanecerem acampados na cidade por tempo indeterminado.

Seu líder é Zílio Jagtyg Salvador, Kujã-pajé na Aldeia Kaingang da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, local de origem das 27 pessoas que já estão na cidade e formam 17 famílias. O grupo vem de Nonoai, extremo norte do Estado e aguarda a chegada de mais 29 pessoas. A ideia do grupo é morar na área do Ibama e vender artesanato na cidade.

Os indígenas argumentam que a área do Ibama já foi morada de Kaingangs no passado e que historicamente estas terras abrigam índios, havendo inclusive resquícios históricos. Esta não é a primeira vez que os Kaingangs tentam se instalar no local. Outras tentativas aconteceram em 2005 e 2009. (FOLHA, 2015).

Para o repórter Halder Ramos (2015a e 2015b) do *Correio do Povo*, o *kujã/cacique* Zílio Salvador (Figura 93 e Figura 94) declarou que eles sabiam que seus parentes viveram na bacia hidrográfica do rio Caí em tempos passados. Também destacou que a entrada na FLONA de Canela representa uma forma de proteger a natureza. Pois o modo de vida indígena ajudava a preservar a floresta, os animais e todos os elementos existentes dentro da unidade de conservação. Nessas falas é possível notar que o discurso da liderança Kaingang está alinhado com a retomada do Morro do Osso, com dois mecanismos acionados: a ancestralidade e a preservação ambiental.



**Figura 93 – Grupo Kaingang na FLONA de Canela em 2015.**

Fonte: Halder Ramos (2015a).



**Figura 94 – Cacique Zílio Salvador na FLONA de Canela em 2015.**

Fonte: Halder Ramos (2015b).

Novamente a administração da FLONA de Canela se mostrou irredutível com a presença Kaingang. Sem abrir espaço para o diálogo, o ICMBio solicitou a reintegração de posse e uma audiência de conciliação ocorreu no dia 3 agosto de 2015. Na audiência, além de Zílio Salvador, os indígenas foram representados por Jaime Alves, uma das principais lideranças da retomada do Morro do Osso. A união entre as experientes lideranças mostra a articulação entre as parentelas Kaingang. A

reunião teve alguns encaminhamentos importantes. As partes concordaram que os Kaingang poderiam permanecer na FLONA de Canela até a realização de uma segunda audiência. No entanto, uma série de condicionantes foram estabelecidas para regular a questão. Os presentes na retomada não poderiam caçar, pescar e coletar recursos naturais, o espaço de circulação ficaria restrito ao entorno das duas casas que estavam sendo utilizadas como moradia. Ou seja, o próprio judiciário brasileiro estava impedindo os Kaingang de viver de acordo com seu modo de vida tradicional.

A segunda audiência de conciliação foi realizada em Brasília, oito dias depois da primeira. Na sede da Funai se fizeram presente: os representantes do órgão indigenista, funcionários do ICMBio, apoiadores Kaingang e as lideranças indígenas. A ata da audiência mostra que Zílio Salvador estava aberto para um acordo, destacando que seu povo tinha o interesse de preservar o local que estava abandonado pelo Governo brasileiro. Ele ainda destacou que a FLONA de Canela era adequada para a preservação do modo vida tradicional Kaingang. Contudo, os representantes do ICMBio tiveram uma postura totalmente contrária. Afirmaram que a FLONA de Canela era um tipo de unidade de conservação que não permitia as atividades Kaingang e, segundo os representantes do ICMBio, quem vivia do artesanato “não vão aquelas terras”.

Tal postura comprova o descaso e o desconhecimento dos agentes do ICMBio. Os Kaingang têm uma relação antiga de venda de artesanato na “Região Turística das Hortênsias”<sup>137</sup>, devido ao elevado número de turistas, principalmente no período de festas cristãs, essa é uma região de comércio para os indígenas de todo o estado. Da mesma forma que na cidade de Porto Alegre, os espaços são disputados, com grupos familiares exercendo o controle sobre locais de venda de artesanato e coleta de matéria-prima nas florestas da região. A reportagem de Halder Ramos, para o Jornal Correio do Povo, em 21 de dezembro de 2013, já mostrava que indígenas enfrentavam problemas com as autoridades de Gramado (município vizinho) por expor

---

<sup>137</sup> Segundo o Ministério do Turismo do Brasil a Região Turística das Hortênsias é formada por cinco municípios gaúchos: Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula. Informações disponíveis em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa>. Acesso em 09 de novembro de 2022.

seus materiais no parque do Lago Negro (Figura 95). Inclusive, a questão do artesanato indígena era tão latente na região, que ao longo do ano de 2015, a Câmara de Vereadores de Gramado discutiu o tema ao longo de muitas sessões. Até que aprovou, em setembro do mesmo ano, a política indígena do município, fato que culminou com a inauguração do espaço exclusivo para arte indígena em março de 2016 (Figura 96).



**Figura 95 – Indígenas vendendo artesanato no Lago Negro em Gramado no ano de 2013.**

Fonte: Halder Ramos (2013).



**Figura 96 – Espaço de Arte Indígena no Lago Negro em Gramado.**

Fonte: Rádio Gramado News (2016).

Por fim, a ata ainda registra que os representantes do ICMBio questionaram a Funai sobre a demanda Kaingang. Eles queriam saber se existia a possibilidade de ocorrer alguma demarcação na bacia hidrográfica do rio Caí. Os servidores da Funai responderam de forma positiva, destacando que o processo ainda estava na fase de estudo, mas que a demanda Kaingang era legítima. O ICMBio afirmou que iria respeitar a “terra indígena”. No entanto, até aquele momento o ordenamento jurídico tratava a área como uma unidade de conservação e, por esse motivo, não aceitava a “invasão”.

Sem um acordo, uma terceira audiência de conciliação foi realizada na 3ª Vara Federal de Caxias do Sul, no dia 15 de agosto de 2015. Nessa audiência os Kaingang concordaram em sair de forma pacífica da FLONA de Canela em até 10 dias. Já o ICMBio se comprometeu em analisar a proposta Kaingang de uso da área para coleta de material após a saída. De fato, o grupo de Zílio Salvador acatou a decisão e saiu pacificamente da área, mas jamais desistiu de reivindicar a demarcação da terra indígena. Esse fato é extremamente importante, porque essa decisão é usada em todos os atos jurídicos que se seguiram contra os Kaingang. O Poder Judiciário passou a entender que o grupo de Zílio Salvador abriu mão de ficar na FLONA de

Canela enquanto o processo de demarcação corria nas esferas burocráticas da Funai. Esse fato é negado veementemente por todos os envolvidos na retomada *Kógũnh Mág*. Maurício Salvador sempre afirmou que o ato de deixar a FLONA de Canela em 2015 foi apenas um recuo estratégico. A comunidade queria evitar o conflito com o poder judiciário.

Dois meses depois da audiência essa decisão judicial foi usada pela primeira vez. O ICMBio entrou com um novo pedido judicial alegando que os Kaingang estavam acampados próximos da unidade e preparando uma nova “invasão”. No Despacho/Decisão, a juíza federal responsável pelo caso concordou com o ICMBio. Ela determinou a expedição de mandato proibitório para evitar que os indígenas promovessem “qualquer ato de turbação ou esbulho da área, sob pena de multa pecuniária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao dia”.

A aldeia na beira da estrada não perdurou por muito tempo. A falta de infraestrutura adequada fez boa parte do grupo se dispersar por outras aldeias do Rio Grande do Sul. Zílio Salvador e sua família retornaram para a Porto Alegre, buscando abrigo na aldeia *Oré Kupri*, vinculada a *Fág Nhin*<sup>138</sup>. Infelizmente, nesse período o *kujà/cacique* Zílio *Jagtyg* Salvador estava enfrentado problemas graves de saúde e faleceu pouco tempo depois, no dia 3 de setembro de 2017, no hospital da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Entretanto, seus parentes mais próximos não deixaram a luta diminuir e organizaram novos movimentos de resistência em torno do território da FLONA de Canela.

#### 4.4 A retomada segue com seu novo líder

Além da perda do *kujà/cacique* Zílio *Jagtyg* Salvador, os acontecimentos políticos que se seguiram indicavam que o futuro era muito desfavorável aos povos indígenas. O grupo que reivindicava o território ancestral em Canela também estava

---

<sup>138</sup> A aldeia *Oré Kupri* foi uma conquista do povo Kaingang no processo de obras de adequação de capacidade, duplicação e melhoria da rodovia BR-386/RS. Trecho: Entr. BR-158(A) Divisa SC/RS - Entr. BR-116(B) / 290 Porto Alegre, Subtrecho: Entr. BR-453 (B) / RS – 129 (Estrela) - Entr. BR-287 (A) (Tabaí). A aquisição da área foi parte das medidas compensatórias do empreendimento, que também garantiu outras áreas para as comunidades Kaingang de Estrela, Farroupilha, Lajeado, Morro do Osso, Morro Santana – Safira e São Leopoldo. O grupo que controlava o cacicado na aldeia *Fág nhin* fez o possível para manter o controle na nova área na Lomba do Pinheiro. A parentela de Zílio Salvador passou a residir na nova área, mas não conseguiu o controle sobre esse novo território.

enfrentando um quadro nacional extremamente complexo em 2017. Primeiramente, em março desse mesmo ano, o presidente Michel Temer nomeou como Ministro da Justiça o deputado federal Osmar Serraglio (MDB do Paraná). O deputado paranaense era claramente contrário aos interesses indígenas. O parlamentar havia sido o relator na Comissão Especial da Câmara dos Deputados da Proposta da Emenda Constitucional (PEC) 215, um mecanismo que buscava rever o processo de demarcação de terras indígenas e quilombolas. A PEC-215 foi autoria do então deputado Almir Sá (Partido Progressista de Roraima), que buscava retirar do Poder Executivo a competência exclusiva sobre a homologação das terras indígenas.

A nomeação de Osmar Serraglio (que durou apenas alguns meses no Ministério da Justiça) já indicava o tom que o Governo Federal pretendia dar às demarcações. Todavia, essa não seria a medida mais polêmica com relação aos povos originários do Governo Temer. No início do segundo semestre de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº GMF-05, de 19 de julho de 2017. Tal normativa estipulou novas diretrizes para os processos de demarcação de terras indígenas. Na prática, o Governo determinava que as orientações do Supremo Tribunal Federal (STF) para caso da “Terra Indígena Raposa Serra do Sol”, em Roraima, passariam a orientar todas as análises da Funai e do Ministério da Justiça.

O caso TI Raposa Serra do Sol ficou famoso no Brasil, principalmente, porque usou a tese do “Marco Temporal”. O caso se originou da ação popular PET nº 3.388, de 20 de abril de 2005, que solicitou a nulidade da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça, e do Decreto Presidencial de homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Decreto de 15 de abril de 2005). O STF julgou a ação em 2008 e o resultado, apesar de reafirmar a demarcação, trouxe algumas consequências negativas importantes. Segundo Dailor Sartori Junior (2016), a decisão final do STF é polêmica em vários pontos, principalmente na afirmação de que a data da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988, representava o marco temporal insubstituível para a verificação da ocupação tradicional indígena. O STF também deixou claro que ausência física, em 5 de outubro de 1988, poderia ser suprida pela comprovação de expulsão ou do impedimento de retorno as terras tradicionais por não indígenas. Essa situação ficou conhecida como “renitente esbulho”:

Porém, quais ações podem ser consideradas “renitentes” para descaracterizar o marco temporal em um contexto de tutela, como era antes de 1988? Neste sentido, tanto a constitucionalidade do marco temporal quanto a interpretação de seus pressupostos é questionada, sobretudo porque 2ª Turma do STF vem aplicando-a para fundamentar anulações de terras indígenas, embora não houvesse força vinculante no caso Raposa.

O primeiro caso é da Terra Indígena Guyraroká, no Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, território e 11 mil hectares declarado em 2009 para posse de 525 Guaranis Kaiowá, cuja anulação ocorreu em 2014. Após, em 2015, veio a anulação da Terra Indígena Limão Verde, de 1.335 índios Terena, localizada no Município de Aquidauana, também no Mato Grosso do Sul. Para além da (in)constitucionalidade, as particularidades dos casos ensejam a análise da colonialidade presente na tese e na sua fundamentação. (SARTORI JUNIOR, 2016, p. 93).

No entanto, o STF “esqueceu” que até a CF-1988 os indígenas eram tutelados e considerados incapazes pela legislação brasileira. Ou seja, eles não tinham o direito de entrar na justiça contra o Estado ou contra terceiros que invadiram suas terras sem a autorização da Funai (órgão responsável pela tutela). A decisão do STF ignorou a “Tese do Indigenato” que balizava historicamente as decisões judiciais brasileiras. Por esse motivo, aplicação do “Marco Temporal” é uma tese colonial e fantasiosa, que busca prejudicar o lado mais fraco da história e favorecer o opressor:

Aí se vê a conjugação dos dois conceitos, pelos quais se subtraem os direitos dos índios em favor de usurpadores de suas terras. Há vários absurdos anti-índios configuração do renitente esbulho.

O *primeiro*, bastante sutil, é esse modo de exprimir os termos do conceito, *renitente esbulho* em vez de *esbulho renitente*, pondo o destaque na qualificadora, para irrogar os ônus sobre a *renitência*, com o que impõe aos índios esbulhados a obrigação de provar os fatos. O *segundo*, e grave, é a utilização do conceito de esbulho num contexto que não lhe cabe, como veremos, como se se tratasse de um conflito de posse do direito civil. O *terceiro* é essa ideia de que o conflito, mesmo iniciado no passado, tem que persistir até o marco temporal: quer dizer, forja-se um marco temporal deslocado para o último elo da cadeia jurídico-constitucional que reconheceu os direitos indígenas, deixando ao desamparo os direitos que as Constituições anteriores reconheceram, e daí se exige que os índios sustentem um conflito ao longo do tempo, inclusive na via judicial, para que os seus direitos usurpados sejam restabelecidos. O *quarto* é essa exigência de que o conflito se materialize, pelo menos por uma *controvérsia possessória judicializada*, como se se tratasse de uma disputa entre dois possuidores tutelados pelo direito civil, mas os indígenas não são possuidores nesse sentido. É uma torção semântica calamitosa essa de tratar o *indigenato*, ou seja, os direitos originários dos índios sobre as terras que ocupam, como se se tratasse de posse do direito civil.

De fato, o *esbulho* é um instituto do direito possessório civil considerado o ato pelo qual o “possuidor” é privado da posse que lhe é arrebatada pela esbulhador. Ora, as terras dos índios são congenitamente possuídas, e sua relação com elas é de direito constitucional, pelo instituto do *indigenato*, e não do direito civil. (AFONSO DA SILVA, 2018, p. 28).

O Parecer nº GMF-05 da AGU também era um mecanismo que prejudicava abertamente os povos originários. Esse parecer foi construído em um contexto político

importante, justamente quando o Governo de Michel Temer enfrentava complicações políticas sérias (a Procuradoria-Geral da República havia denunciado o presidente ao STF por corrupção passiva e vantagem indevida). Sendo assim, o parecer buscava “agradar” a base política ligada à Frente Parlamentar da Agricultura e garantir o apoio no Congresso Nacional contra um eventual pedido de impeachment. Importante dizer que o parecer da AGU contrariava o próprio STF. A suprema corte já havia determinado que o caso da TI Raposa Serra do Sol não possuía caráter vinculante, e não poderia ser “um modelo” para futuras demarcações.

O ano de 2018 também proporcionaria novas sombras para os povos originários. Na campanha eleitoral para o cargo de Presidente da República, o candidato e futuro presidente, Jair Messias Bolsonaro, fez questão de frisar que seu governo seria marcado por “zero demarcações”. De fato, logo no primeiro dia de mandando foi editada a Medida Provisória (MP) nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que continha uma série de ações para esvaziar as funções administrativas da Funai. A MP-870 retirava da instituição a função de analisar os processos de demarcação de terras indígenas, atividades que passariam a ser executadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse ministério estava sob responsabilidade de Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, deputada federal licenciada do partido Democratas do Mato Grosso Sul, uma parlamentar ligada à Frente Parlamentar da Agropecuária. A MP-870 não tinha um caráter apenas administrativo, era uma verdadeira ofensiva contra os povos originários.

A MP-870 foi alterada pelo congresso nacional no dia 22 de maio de 2019, quando todas as funções da Funai foram reestabelecidas. O Governo tentou novamente realizar a mudança através da MP nº 886, de 18 de junho de 2019. Depois de sucessivas discussões no Congresso Nacional e nos Tribunais Superiores, as ações do Governo contra a Funai foram desfeitas. Mas o presidente fez questão de declarar no dia 21 de junho de 2019: “E outra coisa, na ponta da linha, quem demarca terra indígena é o Presidente da República via decreto”<sup>139</sup>. Esses fatos mostram que

---

<sup>139</sup> A declaração de Jair Bolsonaro foi noticiada em vários jornais do país, como exemplo é possível citar a reportagem de Guilherme Mazui e Felipe Néri (2019) para o Portal G1, que está disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/21/na-ponta-da-linha-quem-demarca-terra-indigena-e-o-presidente-diz-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

as questões apontadas por João Pacheco de Oliveira Filho (1983) ainda persistiam, as demarcações seguem dependendo da “boa vontade” dos governantes.

Os problemas relacionados à demarcação de TIs é um tema que transpassa os povos originários. Reflete muito dos principais gargalos da nossa sociedade. Como por exemplo, nossa estrutura agrária desigual e nossas sucessivas crises ambientais. A criação dos territórios indígenas é uma demanda que não atende apenas aos beneficiados com a terra, em geral, tem se configurado em um instrumento de proteção ambiental, que possibilita a coexistência de complexos ecossistemas e garante o modo de vida de diferentes populações (OLIVEIRA FILHO, 1999).

Foi imerso nesse contexto nebuloso que Maurício *Vên Táinh* Salvador, um dos filhos de Zílio, assumiu o compromisso do pai. O novo cacique reagrupou algumas famílias que estavam dispersas, principalmente, na aldeia *Oré Kupri* e na terra indígena de Nonoai, e retomou a área da FLONA de Canela no dia 16 de julho de 2018 (Figura 97 e Figura 98).



**Figura 97 – Indígenas entraram na FLONA de Canela em 16 de julho de 2018.**

Fonte: Halder Ramos (2018b).



**Figura 98 – Grupo Kaingang dialogando com a Funai na FLONA de Canela em 2018.**

Fonte: Funai (2020, p. 12).

O Jornal Correio do Povo, através do repórter Halder Ramos (2018a e 2018b), entrevistou alguns dos Kaingang presentes na retomada. Gumercindo Salvador, irmão de Zílio, destacou que o grupo familiar buscava seguir os passos do antigo *kujà/cacique*, lutando para proteger as fontes de água e a mata nativa, principalmente, as espécies de araucárias que existiam na FLONA de Canela. Já o Kaingang Daniel Ribeiro destacou para a reportagem:

A família entende que tem direito de usar o local, que é do governo. Aqui encontramos água, mata e tudo que precisamos para viver. Tudo que o

indígena quer. Esperamos o apoio do governo para permanecer. (...). É uma família grande. Queremos unir todos para preservar os costumes. Todos aqui falam o idioma e, vivendo aqui, vamos continuar ensinando nossas crianças. (RAMOS, 2018b).

Francisco Rocha (2018) do jornal Folha, Flavia Noal (2018) do jornal Zero Hora, o CIMI Regional Sul (2018) e Tania Pacheco, Ana Paula Cavalcanti e Daniel Levi (2018) do blog Racismo Ambiental, também divulgaram reportagens relatando o movimento de retomada em Canela. Além dos motivos elencados acima, os Kaingang destacaram para a imprensa a importância da ancestralidade indígena na região (seus parentes tinham umbigos enterrados na bacia hidrográfica do rio Caí) e reforçaram o descaso do Governo brasileiro que não cumpriu com os acordos firmados anteriormente.

Três dias após a entrada nos limites da FLONA de Canela o grupo redigiu uma pequena ata com suas principais intenções. O documento foi assinado por vinte e nove Kaingang:

No dia 19 de julho o grupo da etnia Kaingang que está ocupando a floresta nacional, em canela – RS, com o objetivo de permanecer no local até que o acordo feito em 2015 seja concretizado pelas autoridades governamentais responsáveis pelo processo. Assim, fica determinado pelo grupo do senhor Zílio Salvador (falecido) da etnia Kaingang, que até o fim do processo permaneceremos no local. Divulgando suas tradições, costumes e, principalmente, a sua cultura. (FUNAI, 2020, p. 414).

O assistente do ICMBio que teve o primeiro contato com o grupo Kaingang prontamente expediu ofício para o Coordenador Regional do ICMBio. Ele registrou os acontecimentos, os diálogos com os indígenas e elaborou um pequeno relatório fotográfico mostrando as intervenções Kaingang na área da unidade de conservação (Figura 99 e Figura 100). Segundo o relato, o primeiro grupo, com cerca de trinta indígenas, chegou em um ônibus fretado por residentes da TI Nonoai. O grupo de indígenas ainda esperava a chegada de mais alguns parentes, principalmente, Dona Nilda Salvador, viúva de Zílio Salvador.

Os Kaingang mantiveram um discurso afinado com os ideais de Zílio Salvador e com as lideranças da retomada do Morro do Osso. Eles faziam questão de mostrar a importância da floresta para o seu povo, as áreas preservadas eram exaltadas como uma garantia para perpetuação da sua cosmologia. A ancestralidade também era um importante vínculo territorial dos Kaingang com a FLONA de Canela, pois as *ĩmã si*

(aldeias antigas) do *Pay Nívo* guardavam os espíritos dos seus ancestrais. Reforçando a importância da ancestralidade, a comunidade comunicou aos técnicos da Funai que a retomada *Kógũnh Mág* recebeu um acréscimo no nome. O movimento agora era conhecido como *Kógũnh Mág – Jagtyg Fykóg*, uma homenagem ao falecido cacique Zílio *Jagtyg* Salvador (FUNAI, 2020).



**Figura 99 – O ICMBio registrou a chegada dos Kaingang na FLONA de Canela em 2018.**  
Fonte: Funai (2020, p. 418).



**Figura 100 – O ICMBio fez questão de registrar o ônibus que transportou os Kaingang até a FLONA de Canela em 2018.**  
Fonte: Funai (2020, p. 416).

No relato do ICMBio também merece destaque as citações que os indígenas fizeram ao Governo brasileiro. Os Kaingang não questionavam o poder do Estado, reconheciam que os governantes tinham a autoridade para negociar sua permanência na área. O Estado era o “dono do local”. Contudo, os Kaingang insistiam que a legislação precisava ser cumprida, assim como os acordos judiciais firmados em audiências passadas. Segundo eles, até aquele momento era o Estado brasileiro, na figura do ICMBio e da Funai, que estava sendo omissivo.

De fato, a Funai não havia avançado com o processo de demarcação e o ICMBio não avaliou a possibilidade de a comunidade usar a área para coleta de materiais. Inclusive, o ICMBio foi negligente ao ponto de elaborar um novo Plano de Manejo para a FLONA de Canela (ICMBIO, 2017) sem consultar os Kaingang. Por outro lado, os indígenas eram os únicos a respeitar os acordos firmados com a justiça brasileira. Sempre que os recursos legais se esgotaram, a comunidade saiu pacificamente das áreas ocupadas (tanto no Parque Municipal do Pinheiro Grosso, como na FLONA de Canela).

O ICMBio entrou imediatamente com o pedido de reintegração de posse. A primeira audiência de conciliação ocorreu no dia 2 de agosto de 2018. Maurício Salvador, Daniel Salles e Misael Salvador, representaram o grupo Kaingang. Na ata, as lideranças Kaingang e a Funai apresentaram seus argumentos. Não consta manifestações do ICMBio (que sempre se mostrou irredutível). O fato positivo da audiência ficou por conta da proposta de alocar a comunidade em algum outro terreno nas proximidades, cabendo ao MPF e a Funai buscar alternativas.

A segunda audiência foi realizada no dia 11 de agosto. Nesse encontro a Funai informou que não localizou nenhuma área compatível na região para alocar o grupo Kaingang. Assim, a juíza federal substituta, em nome do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, decidiu pelo mandato de reintegração de posse. A juíza determinou “a imediata desocupação da área” em até cinco dias, cabendo a Funai intermediar o processo. No dia 14 de agosto os Kaingang se reuniram com funcionários do órgão e deixaram claro o desejo de permanecer na FLONA de Canela. O grupo aceitava se deslocar provisoriamente para uma área com as mesmas condições, onde esperariam a conclusão do processo de demarcação da terra indígena tradicionalmente ocupada.

Obviamente nenhum dos pedidos da comunidade foram acatados. Alguns dias depois a justiça determinou a imediata “disponibilidade de força pública para a garantia do cumprimento da referida ordem judicial”. O grupo Kaingang foi retirado do seu território ancestral por uma decisão judicial que considerou apenas um dos lados da disputa. Em nenhum momento os autos citaram o descumprimento dos acordos anteriores, nem o fato da Funai já ter afirmado que existiam indícios de que a área da FLONA de Canela estava dentro do antigo território tradicional Kaingang. A justiça considerava a área como uma “propriedade” e sem abrir margem para questionar tal fato. Agravando esse descaso do poder judiciário, no ano de 2018, começou a circular na imprensa as notícias sobre a privatização da FLONA de Canela, como é possível observar na reportagem de Débora Brito para a Agência Brasil, em 1º de outubro de 2018:

O governo federal prepara editais de concessão de alguns serviços para a iniciativa privada em 11 parques nacionais administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Segundo o Ministério do Turismo, a parceria público-privada será aplicada nos serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza.

O primeiro edital foi lançado no final de agosto para o Parque Nacional do Pau Brasil, que fica em Porto Seguro (BA). Ainda serão lançados editais para os parques da Chapada dos Veadeiros (GO), Lençóis Maranhenses (MA), Itatiaia (RJ), Caparaó (MG), Jericoacoara (CE) e da Serra da Bodoquena (MS), além da Chapada dos Guimarães (MT), Serra da Canastra (MG), Aparados da Serra e Serra Geral (RS) e Floresta Nacional de Canela (RS). (BRITO, 2018).

A saída da FLONA de Canela ocorreu no dia 22 de agosto de 2018, quando a comunidade se reuniu e organizou os próximos passos. A Funai comunicou que em 90 dias finalizaria o processo de qualificação da TI *Kógũnh Mág – Jagtyg Fykóg*, mas devido a desconfiança no órgão, o grupo decidiu se deslocar para a sede da Funai em Passo Fundo. A ocupação do prédio da Funai durou pouco mais de 30 dias, quando o órgão federal concordou em cobrir os custos com o deslocamento das famílias para a TI Nonoai e para Porto Alegre. Além disso, ficou acertado que os estudos de qualificação seriam iniciados em no máximo dez dias.

Parte das famílias retornaram para Nonoai e Porto Alegre, mas um pequeno grupo, liderado por Maurício Salvador, acampou em um terreno alugado na periferia de Canela. Posteriormente, o grupo se deslocou para as margens da Av. João Cônego Marchesi – RS-235, ao lado do terreno da CORSAN. Esse acampamento foi denominado de *Jagtyg Fykóg* em homenagem ao falecido cacique Zílio Salvador (Figura 101). Foi a partir desse local que a Funai iniciou as atividades de campo para qualificação da TI *Kógũnh Mág*.



**Figura 101 – Entrada do acampamento *Jagtyg Fykóg* em Canela nas proximidades da rodovia estadual RS-235 em dezembro de 2018.**

Fonte: Funai (2020, p. 12).

Os funcionários da Coordenação Regional (CR) da Funai de Passo Fundo (Marina Gris da Silva e Luiz Carlos da Silva Junior) estiveram com os Kaingang no acampamento durante alguns dias do mês de dezembro de 2018. Juntos eles visitaram pontos importantes no entorno e na FLONA de Canela e também entrevistaram alguns moradores. Os “guias” dessa atividade foram o cacique Maurício Salvador e o *kujà* Pedro *Pó Mág* Garcia (filho do centenário *kujà* Jorge *Kagnãg* Garcia de Nonoai, uma das referências do povo Kaingang no Rio Grande do Sul). Após esse trabalho em campo com os Kaingang, a Funai iniciou a redação do texto da qualificação, etapa de gabinete e sem a participação indígena. Segundo Maurício Salvador, após a atividade de campo os técnicos da Funai relataram que os indícios eram muito favoráveis aos Kaingang. No entanto, o processo agora dependia de trâmites burocráticos para avançar.

#### **4.5 A luta de Maurício Salvador pelo reconhecimento da TI *Kógũnh Mág***

Foi alguns meses após os trabalhos de campo da Funai que o grupo de Maurício Salvador entrou em contato com representantes do NIT e do SEMEAR. Importante destacar que Maurício passava por um momento delicado, tentando se consolidar como cacique do grupo de Canela. A ligação parental com Zílio (tronco velho) tinha um peso na escolha da liderança, mas isso não era o suficiente para conquistar o reconhecimento dos demais Kaingang (assim como no passado, os *pay* precisam mostrar que são generosos, inteligentes, valentes e etc.). Nas atividades de campo com outros atores essa questão apareceu algumas vezes. O fato de Maurício ser muito jovem causava desconfiança entre outras lideranças indígenas. Além disso, ele era filho de Zílio, *kujà*/cacique que teve atritos com outras parentelas Kaingang e as desavenças ficavam “coladas” na sua imagem. Atendendo o contato, o SEMEAR convidou o grupo para uma reunião, a fim de estreitar os laços e formar uma aliança com a retomada *Kógũnh Mág*.

No primeiro encontro, dia 16 de maio de 2019, Maurício Salvador estava acompanhado de Alcir Salvador e do *kujà* Pedro. A presença de Pedro no encontro, um *kujà* reconhecido e muito respeitado entre os Kaingang, tinha um peso simbólico importante. Como reforça Rogério da Rosa (2005), os “*kujà* são diferentes”. O cacique Maurício destacou alguns pontos da retomada da Floresta Nacional de Canela, como a relação histórica com o *pay* *Nĩvo* e a luta de Zílio Salvador nas esferas

jurídicas/administrativa pelo reconhecimento do território originário. Também reforçou que a comunidade estava passando por muitas dificuldades, vivendo em condições precárias (a área não possuía infraestrutura de moradia adequada), longe da FLONA de Canela e dos principais pontos de venda de artesanato. Contudo, ele afirmava que para manter o sonho do seu pai vivo, o grupo precisava ficar nas proximidades do território, mostrando para todos (inclusive para os parentes) que a luta pela demarcação da terra indígena continuava.

De fato, a vida dos Kaingang no *Jagtyg Fykóg* era muito difícil. O grupo que, em setembro de 2019, contava com apenas oito famílias (aproximadamente vinte e cinco pessoas) morava em barracos improvisados com madeira e lona plástica. A comunidade não possuía energia elétrica e dependia de uma caixa d'água para abastecer todas as famílias (o fornecimento de água ocorreu após as reivindicações junto a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena). A entrada do acampamento, as margens da RS-235, era utilizada como ponto de exposição do artesanato Kaingang. Mas segundo os indígenas, esse não era um local atrativo para as vendas. A falta de condições para expor o material fazia o grupo ficar dias sem negociar uma única peça. As vendas eram mais vantajosas no centro da cidade de Canela e de Gramado, para onde se deslocavam com bastante frequência, principalmente, nos finais de semana.

Nas atividades de campo no acampamento de Canela, entre os meses de setembro de 2019 e janeiro de 2020, Maurício, Pedro e Alcir confidenciaram muitas das suas intenções com o processo de retomada. Para ambos, os indígenas precisam tomar a frente e “autodemarcar” seus territórios. Não adiantava ficar esperando o Governo, pois as ações de demarcação no Brasil só aconteciam quando os indígenas pressionavam e realizavam algum ato para desestabilizar a normalidade institucional. Por esse motivo, todo processo de retomada é extremamente perigoso, são movimentos que confrontam grupos políticos e econômicos muito poderosos.

No contexto político brasileiro a preocupação das lideranças fazia sentido, a Floresta Nacional de Canela era cobiçada por diferentes atores. No início de 2019, por exemplo, o Senador do Rio Grande do Sul pelo partido Progressista, Luís Carlos Heinze, defendeu a privatização de três unidades de conservação no estado: Parque Nacional dos Aparados da Serra, Floresta Nacional de São Francisco de Paula e

FLONA de Canela. A Rádio Senado noticiou, no dia 16 de abril de 2019, a posição do Senador gaúcho, que falava dos ganhos econômicos que a privatização poderia trazer para a economia regional:

Para o senador, a concessão pode potencializar o turismo e os estudos científicos nas três unidades de conservação. Ele ainda defendeu a possível exploração econômica, de forma sustentável, das florestas de Canela e de São Francisco de Paula:

– Alguma coisa importante nós podemos fazer nessa área. O aproveitamento dessa madeira de uma forma racional, de acordo com o manejo orientado que se pode fazer. Existe essa possibilidade. O ministro está disposto a fazer as concessões — disse Heinze em Plenário.

Segundo o senador, este aproveitamento da madeira, apenas em Canela, pode gerar um faturamento de até R\$ 14 milhões. Ele informou ainda que o ministro prometeu até agosto deste ano para o lançamento do edital de concessão da Floresta Nacional de Canela, da Floresta Nacional de São Francisco de Paula e do Parque Nacional em Aparados da Serra. (RÁDIO SENADO, 2019).

Segundo o cacique Maurício, os indígenas eram criticados porque “atrasavam” o desenvolvimento da região. Um discurso que não fazia sentido, pois os Kaingang sempre contribuíram com a economia local, vendiam artesanato, compravam e comercializam com todos em Canela e Gramado. Mas para que isso fosse possível, destaca o cacique, eles precisavam de espaços adequados. Da mata tiravam o cipó e a taquara, matéria-prima que usavam para produzir o artesanato que vendiam na cidade. Lá também conseguiam coletar pinhão e outras plantas que utilizavam para a alimentação tradicional, por esse motivo, a área da FLONA de Canela era muito importante para eles. Caso o Governo entregasse a unidade para uma única empresa, isso iria prejudicar todos aqueles que dependiam da floresta para viver. O cacique ainda questiona: “Como as famílias vão conseguir manter a cultura Kaingang?”.

O jovem cacique frisou que a luta do grupo não era só pelas florestas da FLONA de Canela. O território tradicional Kaingang era muito maior que os limites da unidade de conservação. Os antigos (*kófas*) diziam que o território indígena, na visão que os *fóg* conhecem, era o Brasil inteiro (*ẽmã mág*), cada parte era dividida de acordo com a necessidade dos grupos. O território do *pay Nivo*, por exemplo, ocupava todas as matas do entorno do rio Caí, mas ele também circulava por todo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, negociando, lutando e confraternizando com os parentes.

Maurício Salvador reforçava que a retomada da FLONA de Canela buscava reconquistar uma pequena parte do território tradicional. Para o jovem cacique, o

laudo antropológico da Funai vai mostrar que os Kaingang ocupavam toda a bacia hidrográfica do rio Caí. Por isso a justiça demorava tanto para fazer sua parte. Quando a Funai apresentar o laudo antropológico, todos os argumentos utilizados para expulsar o povo Kaingang da FLONA de Canela vão sumir. É, por esse motivo, que o Governo não avançava com as etapas da demarcação e não respeitava os acordos anteriores. Com o respaldo do laudo, Maurício acredita que a comunidade poderá lutar para proteger todas as florestas do entorno da FLONA de Canela:

Isso que a gente quer provar para a sociedade. Para os municípios de Gramado e Canela. A sociedade reconhece que essa região foi do Kaingang. Então o que precisa? Esse argumento que a gente tem falado. Tudo está nas mãos da Funai. Basta a Funai fazer esse relatório para nós e entregar, que nós vamos mostrar para o Governo que essa terra é Kaingang. (Maurício Salvador, 21 de outubro de 2019).

O *kujà* Pedro (Figura 102) lembrou que na vistoria da Funai em 2018 foi possível visitar vários sítios históricos ao redor da FLONA de Canela. eles não ficaram restritos aos limites administrativos, pois “o território kaingang é muito maior”. O *kujà* também destacou que o ICMBio usava essa questão para contrapor os Kaingang: “O ICMBio diz que não existem sítios dentro da FLONA de Canela, são todos fora. Por isso lá não é área indígena” (*kujà* Pedro Garcia, 21 de outubro de 2019). Para o *kujà*, a FLONA de Canela abriga muitos sítios indígenas. Como a “Caverna dos Índios” (Figura 103), local que eles visitaram com a Funai. Mas, segundo ele, existem muitos outros sítios que ainda não foram descobertos pelos *fóg*. Sítios arqueológicos que os *kujà* poderiam localizar através do contato com os espíritos dos antepassados.



**Figura 102 – Kujà Pedro falando da história Kaingang na bacia hidrográfica do rio Caí.**  
Fonte: Acervo do autor.



**Figura 103 – A “Caverna dos Índios”, na FLONA de Canela, é uma importante referência para os Kaingang.**  
Fonte: Funai (2020, p. 18).

Segundo Maurício Salvador, a “Caverna dos Índios” é um importante lugar para os Kaingang. Foi uma caverna que serviu de abrigo para muitos indígenas que fugiam da violência das frentes de colonização. As histórias eram conhecidas em toda a bacia hidrográfica do rio Caí, inclusive, vários artefatos arqueológicos, que foram encontrados no local, estavam expostos no museu da Reserva do Patrimônio Particular Natural (RPPN) Bosque de Canela<sup>140</sup>. Todavia, após a primeira retomada Kaingang em 2015, o ICMBio alterou o nome da cavidade natural. Logo após o grupo do *kujà*/cacique Zílio Salvador ser retirado do território tradicional, as autoridades passaram a falar em “Caverna dos Morcegos”. Para os Kaingang, o órgão ambiental tenta apagar a história indígena, achando que a alteração do nome pode impedir a reivindicação do grupo e cortar os vínculos territoriais que eles têm com a FLONA de Canela:

É isso que o governo vem tentando fazer. Quando a gente conhece alguma coisa eles querem mudar. Para dizer que não existe. Mas a gente sabe que existiu, a gente tem esse conhecimento. Lá dentro do ICMBio tem um mapa que conta tudo, as trilhas, onde tem as trilhas dentro do local. E nesse ponto, tem um ponto que diz que é Caverna dos Índios. E hoje é Caverna dos Morcegos. É o que todo mundo sempre faz, quando está envolvendo índio, eles tentam esconder. (Maurício Salvador em 21 de outubro de 2019).

O *kujà* Pedro também fez questão de reforçar que os *fóg* não conhecem a FLONA de Canela. Toda a vez que os Kaingang entram na área (principalmente escondidos do ICMBio) é possível sentir a presença dos espíritos dos antepassados, são coisas que os *fóg* não conseguem entender. Além disso, dentro da mata preservada existem vários materiais para o artesanato, os remédios indígenas, os alimentos, as fontes de água pura e outros lugares sagrados para os Kaingang. O que os *fóg* chamam de “sujeira” ou “capim”, os Kaingang usam para manter sua cosmologia, tudo na floresta tem um sentido, tudo está vinculado às metades complementares. As informações passadas pelo *kujà* mostram que os vínculos territoriais dos Kaingang com a floresta da FLONA de Canela seguiam fortalecidos. Os elementos que são encontrados nesse território remetem ao passado e reforçam a ligação com os espíritos dos ancestrais. Por outro lado, esses mesmos elementos

---

<sup>140</sup> A Reserva Particular do Patrimônio Natural denominada “Bosque de Canela” fica nas imediações da FLONA de Canela, a propriedade com 12,5 hectares, foi constituída em 21 de agosto de 2018.

são importantes para o futuro Kaingang, pois é a mata, e tudo que existe nela, que pode garantir a vida das próximas gerações.

Os sítios arqueológicos rodeiam esse espaço do ICMBio, o ICMBio está bem no meio. Com essa referência da Caverna do Índio, mas para cá também tem sítios arqueológicos, para cá, sítios arqueológicos pra lá [*Maurício aponta referências no mapa impresso*]. No sentido norte e sul você encontra também evidências dos nossos ancestrais. Tanto de norte a sul como de leste e oeste. Então, essa terra que a gente está reivindicando hoje, que são os 557 hectares, é só um pedaço disso, é um pedacinho pequeno que a gente está reivindicando. Aqui dentro deste local a gente pode estar convivendo mais agora com esse... O que a gente quer na real desse espaço aqui é cultivar nossa cultura, prevalecer a nossa cultura e preservar a natureza. É visto de um ponto meio que diferente hoje, na cabeça hoje do não-indígena é que a gente está entrando nessa terra para derrubar toda ela, para destruir, mas na verdade é o contrário. Na nossa cabeça é preservar esse local, para os nossos filhos também terem onde viver e saber o que a natureza nos oferece. O que a gente tem para aproveitar muito dessa natureza. É esse o pensamento que eu e o meu grupo, que a gente que está reivindicando esse espaço, mais baseado nos nossos netos e para os nossos filhos. Para ter um futuro melhor e não perder a cultura, para não perder a fala, não perder a língua, não perder o costume Kaingang. (Maurício Salvador em 21 de outubro de 2019).

O cacique Maurício lembrou que o passado é extremamente importante para o povo Kaingang. Mas também é preciso falar e registrar o que está acontecendo desde 2006, quando o seu pai buscou dialogar com o MPF e o ICMBio pela primeira vez. Naquela época foram feitos vários acordos, assim como em 2015 e 2018. Contudo, somente o povo Kaingang foi prejudicado. O ICMBio nunca fez a parte dele, sempre disse que iria dialogar, porém nunca conversou com a comunidade fora das audiências judiciais. Os Kaingang estavam ainda mais atentos, pois as notícias estavam mostrando que o Governo queria entregar a FLONA de Canela para uma empresa administrar. Esse fato, reforça o cacique, iria dificultar ainda mais o acesso da comunidade ao território tradicional.

Maurício mostrou grande preocupação com as ações judiciais em andamento. A justiça estava ignorando a Constituição Federal de 1988, mas os Kaingang não iriam desistir e seguiriam lutando pela demarcação com todos os meios possíveis. O cacique destacou que o grupo estava articulando uma rede de contatos com apoiadores, além da UFRGS, conversavam com o COMIN, o CIMI e o Conselho Estadual do Povo indígena do Rio Grande do Sul (CEPI). Ele estava tentando ampliar o número de apoiadores por vários motivos, principalmente, para aumentar a visibilidade da causa e para conseguir recursos financeiros (os custos de uma retomada eram elevados).

As lideranças Kaingang estavam conscientes que a luta pela demarcação era um projeto para o futuro. Um processo que iria se arrastar nas esferas administrativas do Governo por muitos anos. Sabiam que precisavam pressionar o Governo e não deixar o “assunto” esfriar na Funai, no MPF e no ICMBio. Também era importante manter o grupo Kaingang envolvido e mobilizado. O acampamento não era atrativo para as famílias, a rotatividade era muito grande. Segundo o cacique Maurício, muitos parentes chegavam, ficavam algum tempo e depois de perceber que nada acontecia (a demarcação não avançava), eles partiam para outras aldeias. A retomada também precisa “motivar” os parentes, os envolvidos necessitam de indicativos, a liderança deveria mostrar que era capaz de mobilizar parceiros e os agentes externos. Nas palavras de Maurício Salvador: “Uma retomada sem movimento não consegue se sustentar por muito tempo. É papel da liderança mostrar para o povo que as coisas estão acontecendo” (Maurício Salvador, 28 de setembro de 2019).

Após os encontros presenciais no acampamento *Jagtyg Fykóg*, os contatos com o grupo Kaingang também foram intensificados através de aplicativos de mensagens. O SEMEAR também passou a acompanhar e fazer contatos frequentes com o MPF e a Funai, tentando garantir que a legislação fosse respeitada e mostrando que diferentes atores estavam interessados na questão de Canela. Entretanto, as condições da comunidade pouco se alteravam. Por outro lado, as movimentações do Governo Federal foram intensas. O projeto de privatização da FLONA de Canela ganhou cada vez mais destaque e começou a se materializar no início do ano de 2020. O Ministério da Economia e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, assinaram a Resolução nº 113, de 19 de fevereiro de 2020, opinando de forma favorável pela qualificação da Floresta Nacional de Canela e da Floresta Nacional de São Francisco de Paula para o PPI do Governo Federal. O Governo recomenda a inclusão das mesmas no Programa Nacional de Desestatização.

O fato ganhou rapidamente os jornais locais. O repórter Guilherme Justino, do Grupo RBS, noticiou o feito no mesmo dia, destacando que:

Os parques, vinculados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro ligado ao Ministério do Meio Ambiente, são as únicas unidades em território gaúcho que entraram na lista de concessões à iniciativa privada divulgada nesta quarta-feira (19). A publicação dos editais detalhando as regras das concessões está prevista para o terceiro trimestre de 2020, com leilão a ser

realizado até o final do ano, na previsão do governo federal. (JUSTINO, 2020).

Esse movimento, construído nos gabinetes da República, é mais uma prova do total descaso do Governo brasileiro com a questão indígena. As autoridades desconsideraram totalmente a Convenção 169 da OIT, pois não chamaram o povo Kaingang para o diálogo. Essa estratégia de ignorar os indígenas era recorrente nas questões referentes a FLONA de Canela. Em 2017, por exemplo, o ICMBio aprovou o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Canela (Portaria nº 824, de 13 de dezembro de 2017) sem envolver a comunidade Kaingang. O ICMBio estava ciente da reivindicação indígena desde 2006, quando Zílio Salvador promoveu a solicitação junto ao MPF. O órgão ambiental também havia se comprometido em dialogar na audiência de 2015, entretanto, o ICMBio seguiu ignorando os Kaingang. O artigo 6º da Convenção 169 da OIT comprova a irregularidade:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
  - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
  - b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
  - c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas. (BRASIL, 2019).

Estava claro que o ICMBio pretendia seguir com o processo de privatização da Floresta Nacional de Canela sem consultar o povo Kaingang. Desta forma, a reação no acampamento *Jagtyg Fykóg* foi imediata. Durante a madrugada do dia 22 de fevereiro, o grupo ingressou novamente na área, consolidando o terceiro movimento de retomada na FLONA de Canela (Figura 104 e Figura 105). Da mesma forma que nos anos anteriores, o ICMBio registrou o ato, denunciou nas autoridades e pediu a reintegração de posse com base nos acordos firmados em audiências passadas.

Todavia, nesse terceiro ato o povo Kaingang contava com uma rede de alianças consolidada. Logo após a entrada do grupo na FLONA de Canela os apoiadores

começaram a se movimentar: pressionaram o MPF, divulgaram o caso em mídias alternativas, forneceram mantimentos e estudaram formas de garantir a presença Kaingang dentro da área ancestral. Mesmo assim, a juíza federal da 3ª Vara Federal de Caxias do Sul determinou a reintegração de posse e, alguns dias depois, negou o recurso da comunidade.



**Figura 104 – Moradia improvisada na FLONA de Canela em 28 de fevereiro de 2020.**  
Fonte: Acervo de Maurício Salvador.



**Figura 105 – Grupo Kaingang na entrada da FLONA de Canela em 4 de março de 2020.**  
Fonte: Acervo de Maurício Salvador.

O argumento da juíza foi baseado nas decisões anteriores. Como existia uma “decisão transitada em julgado determinando a desocupação” da FLONA de Canela pelos Kaingang, o grupo precisava sair. Maurício Salvador não estava disposto a sair das proximidades e montou um acampamento provisório ao lado da entrada principal da unidade de conservação (a localização desse acampamento foi indicado na Figura 8). Segundo o jovem cacique: “Se a justiça tirar a gente lá de dentro, vamos ficar aqui do lado. Até que a Funai demarque a nossa terra” (Maurício Salvador, 7 de março de 2020).

Os Kaingang se deslocaram para o acampamento provisório no dia limite determinado pela justiça. O MPF de Caxias do Sul conseguiu organizar uma reunião entre os envolvidos no dia 10 de março de 2020, com esse fato novo, a juíza federal, determinou que a reintegração de posse deveria esperar o desfecho da reunião. Desta forma, o grupo retornou para o interior da FLONA de Canela, de onde articulou com os diferentes parceiros as estratégias para a futura reunião.

Os Kaingang adotaram uma nova estratégia que já estava se desenhando nos últimos atos. Em 2018, quando foram obrigados a deixar a área por decisão judicial,

parte do grupo não aceitou regressar para suas antigas aldeias e ficou nas proximidades da unidade de conservação, marcando presença. Nessa terceira tentativa de regressar, o cacique Maurício Salvador decidiu ficar ainda mais próximo dos limites do território oficial/formal da FLONA de Canela. Ele buscava aumentar a visibilidade do pleito Kaingang, como destacou o cacique, o Governo só tomava providências quando eles estavam na FLONA de Canela. Assim, mesmo que eles fossem expulsos dessa vez, o grupo ficaria na entrada da área, mostrando para todos que chegavam para visitar a unidade de conservação que aquele território era indígena. O acampamento também visava mostrar aos “parentes” que a luta continuava, que o sonho do *kujà*/cacique Zílio Salvador não havia acabado.

Sabendo da importância da audiência, na sede do MPF de Caxias do Sul, o cacique Maurício contatou e convidou o maior número possível de parceiros (Figura 106 e Figura 107). Os apoiadores que mandaram representantes foram: Conselho Indigenista Missionário, Conselho de Missão entre Povos Indígenas, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Caxias do Sul, Observatório Indigenista do Rio Grande do Sul e estudantes da UFRGS. Também é importante destacar que Maurício Salvador estreitou a relação com outras lideranças indígenas, buscando apoio com a *kujà* Iracema *Gãh Té* Nascimento (residente em Porto Alegre), com Luiz Salvador (TI *Kanhgág ag Goj*) e com Deoclides de Paula (da TI Kandóia e representante do CEPI), três lideranças Kaingang de grande prestígio no Rio Grande do Sul.



**Figura 106 – Maurício e apoiadores na frente do MPF de Caxias do Sul.**

Fonte: Acervo de Maurício Salvador.



**Figura 107 – Grupo Kaingang na audiência no MPF de Caxias do Sul.**

Fonte: Acervo de Maurício Salvador.

Deoclides de Paula e Luiz Salvador (conhecido como cacique Saci) são importantes articuladores do povo Kaingang, fazendo a intermediação entre as comunidades e o Estado brasileiro. São duas lideranças que sempre buscaram ocupar cargos no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e no CEPI, onde conseguiam defender os direitos constitucionais dos Kaingang. O cacique Saci também é considerado um experiente *pay-bang* nas lutas de demarcação de territórios indígenas. Segundo Clémentine Maréchal (2021), ele teve sua formação política associada com o cacique Augusto Opê da Silva, articulador da retomada da TI de Iraí, parceiro e conselheiro de muitos movimentos políticos do povo Kaingang.

Saci descreve aqui o papel de mediador que assume entre “o governo” e “as Terras Indígenas” no quadro de recuperação dos territórios Kaingang. Efetivamente, o *p'ai mag* é reconhecido por muitos Kaingang por ser um ótimo estrategista e um grande guerreiro. “O Saci é tipo o cacique geral da região sul, eu admiro ele muito, quando tem um problema de terras, ele sempre vai, vai nas comunidades, vai a Porto Alegre”, comenta por exemplo Zulmir Paulo, morador da TI Kandóia. (...).

Qualidades como a coragem e a valentia são enaltecidas pelos Kaingang, sobretudo por aqueles que se encontram em uma situação de conflito e lutam para recuperar seus territórios. Além disso, Luís Salvador é considerado pelos Kaingang “das retomadas” como alguém que luta “pelo coletivo”, já que como ele mesmo aponta, se encarrega, por um lado, de estabelecer diálogo com as instituições e pessoas não indígenas, e por outro, se coloca na linha de frente das retomadas no interior do RS, arriscando sua vida pelo bem do seu povo. (MARÉCHAL, 2021, p. 538).

A *kujà* Iracema *Gãh Té* Nascimento, apesar de ter destaque na luta Kaingang na periferia de Porto Alegre, também é muito reconhecida em outras terras indígenas. Inclusive, possui ligação com o grupo de Canela (ela é tia materna do cacique Maurício). A presença da *kujà* na reunião era uma forma de reforçar a cosmologia Kaingang no evento<sup>141</sup>. Maurício Salvador sabia da importância simbólica de uma *kujà* apoiando a retomada. Era fundamental mostrar para o Estado e para os “parentes” que a retomada era uma luta pelo território ancestral, a luta política estava associada a luta cosmológica. A presença da *kujà* reafirmava os vínculos territoriais do grupo com a bacia hidrográfica do rio Caí. Além disso, a presença da *kujà* era uma forma de proteger os guerreiros dos perigos que a retomada proporcionava.

Desta forma, Deoclides de Paula e Luiz Salvador levavam o peso político para a reunião. A *kujà* Iracema *Gãh Té* Nascimento carregava a força espiritual. Os

---

<sup>141</sup> Nesse momento, o *kujà* Pedro Garcia já não vivia na retomada de Canela, estava morando em Nonoai.

apoiadores externos reforçavam que a sociedade estava atenta para o desenrolar da demarcação. O povo Kaingang não estava sozinho. Com esses apoiadores, Maurício Salvador conseguiu mostrar a representatividade da retomada *Kógũnh Mág* para o poder judiciário e para os demais Kaingang. O jovem cacique estava confirmando sua liderança. Mostrando que a retomada do território Kaingang também se fazia com base nas relações tramadas com os parceiros. Essa demonstração de força política remonta aos antigos *pay-bang* e *pay*, que organizavam sua rede de relações políticas para enfrentar os inimigos e garantir o controle do território.

A reunião no MPF apresentou uma dinâmica muito semelhante das demais audiências. A Funai voltou a dizer que os estudos de qualificação seriam concluídos até o final do primeiro semestre de 2020 e destacou que o órgão sofria com a falta de recursos e pessoal, por essa razão, os procedimentos internos eram demorados. Os representantes da Funai também destacaram que consultaram a Secretaria do Patrimônio da União sobre uma área provisória para os Kaingang, um terreno de 2,5 hectares localizado no município de Nova Petrópolis. O ICMBio, na figura do Chefe da FLONA de Canela, deixou claro que não aceita a presença “ilegal” dos indígenas na área e queria a imediata desocupação. Já os apoiadores externos apresentaram uma nota técnica (MARÉCHAL *et al.*, 2020) que reforçava a relação dos Kaingang com a FLONA de Canela. O material foi entregue ao MPF de Caxias do Sul e posteriormente anexado aos processos envolvendo a retomada. O cacique Maurício Salvador destacou que aceitava avaliar o terreno apresentado pela Funai e que o grupo não sairia da FLONA de Canela até a conclusão da demarcação<sup>142</sup>. Devido as posições apresentadas a conciliação acabou sem um acordo sobre a presença Kaingang na área. Entretanto, essa reunião foi fundamental para o futuro da retomada *Kógũnh Mág*.

Com os movimentos organizados pelo cacique Maurício Salvador, a justiça acabou estendendo os prazos da reintegração de posse. O que permitiu que o grupo permanecesse dentro da FLONA de Canela por mais algum tempo. Tudo caminhava

---

<sup>142</sup> No decorrer do processo, a justiça federal passou a intimar a Funai para que a área em Nova Petrópolis fosse vistoriada e apresentada a comunidade Kaingang. Após a vistoria do grupo, Maurício Salvador manteve sua posição e alegou que o terreno não tinha condições de receber as famílias que estavam na FLONA de Canela.

para novas audiências e decisões judiciais, até que um novo fato modificou a situação da retomada. O Brasil já vivenciava momentos preocupantes com relação a Covid-19, mas poucas medidas tinham sido colocadas em prática. Até que no dia seguinte a reunião em Caxias do Sul, a Organização Mundial da Saúde (OMS), através do diretor geral da instituição, Tedros Adhanom, declarou pandemia mundial em decorrência da doença causada pelo novo coronavírus (*Sars-Cov-2*).

Após a decisão da OMS, as autoridades do país começaram a se movimentar. No Rio Grande do Sul, o Governo local lançou o Decreto Estadual nº 55.115, de 12 de março de 2020, com as primeiras medidas restritivas para combater a pandemia. Como a situação se agravava, o governador Eduardo Leite publicou o Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020, declarando estado de calamidade pública em todo o território do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à Covid-19. No mesmo dia, o Decreto Estadual nº 55.129, de 19 de março de 2020, instituiu o Gabinete de Crise, o Conselho de Crise, o Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do Covid-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e o Centro de Operação de Emergência do Estado do Rio Grande do Sul.

No âmbito federal, o Governo do presidente Jair Messias Bolsonaro adotou uma postura cética com relação a pandemia de Covid-19. Contudo, devido à pressão social e o aumento de casos no país, o executivo encaminhou para o Congresso Nacional a Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020, declarando estado de calamidade pública devido à pandemia do novo coronavírus. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados Federais no dia 18 de março e no Senado Federal dois dias depois, dando origem ao Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Com essa legislação, o Governo conseguiu autorização para usar recursos extraordinários para tentar conter a pandemia.

No mesmo dia (20 de março), considerando a situação preocupante que o país enfrentava, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul determinou a suspensão dos mandados de reintegração de posse e despejos judiciais. Uma medida preventiva contra o coronavírus. Nesse sentido, o juiz federal substituto responsável pelo caso, determinou (dia 7 de abril de 2020) que o grupo Kaingang poderia permanecer dentro da FLONA de Canela até pelo menos o dia 04 de maio de 2020.

O juiz deixou claro em sua decisão que o caso era uma excepcionalidade, visto que o grupo já enfrentava uma ação de desocupação que havia transitado em julgado. Contudo, devido a situação de extrema vulnerabilidade dos Kaingang (e a ordem judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul), o juiz permitiu a permanência sob algumas condicionantes:

- fica expressamente proibido o ingresso de novas pessoas no local (limitando a ocupação aos dez membros presentes);
- é vedado o uso das edificações situadas no local;
- fica proibido o ingresso do grupo pela entrada lateral da Floresta Nacional, devendo a entrada e a saída de todos ocorrer pelo acesso principal, que será controlado pelo ICMBio;
- ficam proibidas a caça e a pesca no local.

A partir dessa decisão outras viriam a favorecer o povo Kaingang. No dia 6 de maio de 2020, o juiz federal substituto prorrogou a permanência da comunidade na FLONA de Canela até o dia 18 de maio de 2020. Ele ainda apresentou novas condicionantes:

- não utilização da rede elétrica da FLONA de Canela de forma improvisada;
- não disposição de resíduos no solo;
- não utilização de fogueiras no interior da mata.

Evidentemente o juiz federal substituto não conhecia a dinâmica do povo Kaingang. Pois a maioria das suas condicionantes contrariavam a Constituição Federal de 1988, que garante aos povos tradicionais o direito de viver de acordo com seus usos, costumes e tradições. Depois dessas duas decisões, a justiça federal seguiu emitindo pareceres favoráveis a permanência dos Kaingang na unidade de conservação. No entanto, foi uma outra decisão, no dia 6 de maio de 2020, que fortaleceu a permanência Kaingang dentro de FLONA de Canela.

Nesse dia, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, determinou a suspensão de todos os processos e recursos judiciais que tratavam de demarcação de áreas indígenas até o final da pandemia da Covid-19 ou até o julgamento final do

Recurso Extraordinário da Terra Indígena Ibirama *La Klaño* do povo Xokleng. O caso Xokleng corresponde ao recurso da Funai contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que julgou procedente ação do governo de Santa Catarina contra os indígenas. A área, declarada administrativamente como de ocupação tradicional dos Xokleng, está localizada em parte da Reserva Biológica Estadual do Sassafrás em Santa Catarina. Por esse motivo, o governo catarinense pediu a reintegração de posse e a anulação da demarcação da terra indígena. O caso ganhou repercussão e ficou conhecido com julgamento do “Marco Temporal”. O Ministro Edson Fachin, relator do caso, suspendeu as decisões contrárias aos Xokleng e determinou que o caso fosse julgado no plenário do STF. Caberia aos magistrados decidir se o “Marco Temporal”, do dia 5 de outubro de 1988, deve vigorar para determinar a demarcação das terras indígenas no país. Com essa decisão, o povo Kaingang passou a ter duas decisões legais que bancavam a permanência na área: a pandemia e o julgamento do Marco Temporal.

Sendo assim, com as excepcionalidades destacadas acima, o povo Kaingang conseguiu manter as famílias vivendo dentro da FLONA de Canela. O acampamento mudou de nome e passou a ser conhecido como aldeia *Kógũnh Mág*. Maurício Salvador conseguiu uma importante vitória quando decidiu retornar para dentro da unidade de conservação. Ele consolidou a aldeia, que logo começou a crescer gradativamente. Aos poucos os Kaingang se reorganizaram dentro da FLONA de Canela, e passaram a vivenciar sem medo todo o território formal criado pelo Estado e que um dia pertenceu ao *pay Nivo*.

Mesmo com a presença indígena dentro da FLONA de Canela, o ICMBio seguiu confiante com o processo de privatização. Talvez acreditando que a reintegração de posse sairia a qualquer momento. No dia 27 de maio, a instituição se movimentou, o ICMBio lançou uma consulta pública para a concessão das Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula. A população em geral tinha até o dia 11 de julho para apresentar suas contribuições sobre o projeto. Na mesma notícia constava as movimentações políticas para viabilizar a concessão:

Nesta manhã (27), foi realizada uma reunião virtual que contou com a participação dos ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Também estiveram presentes o presidente do ICMBio, coronel Homero Cerqueira, o presidente da Embratur, Gilson Machado Neto, a secretária especial do Programa de Parcerias de

Investimentos, Martha Seillier, o secretário de ecoturismo do MMA, André Germanos, além de parlamentares da bancada do Rio Grande do Sul, coordenados pelo deputado Giovani Cherini (PL/RS). (ICMBIO, 2020).

No dia seguinte, a Resolução nº 113, de 19 de fevereiro de 2020, foi convertida no Decreto Presidencial nº 10.381, de 28 de maio de 2020. Assim, o Governo Federal qualificava os projetos de concessão das Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. As duas FLONAs do Rio Grande do Sul passavam a integrar o Programa Nacional de Desestatização.

Seguindo na estratégia de ignorar os povos originários, o ICMBio lançou (no dia 18 de junho de 2020) o edital confirmando a audiência pública para o dia 25 de junho. O país ainda passava por uma situação extremamente complicada em decorrência da pandemia de Covid-19, assim o órgão ambiental estava propondo uma audiência pública em ambiente virtual (com transmissão através do canal da instituição na plataforma do *Youtube*). Mauricio Salvador e os apoiadores prontamente iniciaram contatos com o MPF, que acatou a reivindicação da comunidade e recomendou ao ICMBio o cancelamento da audiência pública. Fato que se confirmou com o Despacho/Decisão da Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Vânia Hack de Almeida.

O ICMBio não recuou do seu projeto de concessão. E insistiu com a audiência pública, reagenda para o dia 15 de julho de 2020, que novamente foi cancelada devido ao agravamento da situação sanitária no Rio Grande do Sul. A audiência viria a acontecer apenas no dia 20 de agosto de 2020, com o arrefecimento da pandemia. O órgão ambiental realizou uma “audiência mista”, onde os interessados poderiam participar de forma presencial ou virtual.

O cacique Maurício Salvador e alguns apoiadores participaram da audiência pública mista através de um link disponibilizado pelo ICMBio. Destaque que o líder indígena fez a inscrição para participar presencialmente, conforme as instruções do órgão ambiental, mas recebeu uma notificação por e-mail dizendo que ele deveria acompanhar a audiência apenas de forma virtual. Inclusive, os representantes do ICMBio e do PPI (os dois grupos estavam responsáveis pela condução da audiência), alegaram que ele não havia comparecido presencialmente. Ou seja, o órgão queria

retirar sua responsabilidade e tentar desacreditar o cacique. Os representantes do Governo foram prontamente desmentidos e confrontados pelos apoiadores e pelo próprio cacique.

Durante a audiência, os representantes do ICMBio e do PPI tentaram se mostrar abertos ao diálogo. Falaram que todas as manifestações seriam analisadas segundo a legislação e que todos poderiam se manifestar na audiência ou por um formulário eletrônico. Apresentavam respostas evasivas e vagas. Mas o ponto que mais chamou a atenção foi o “desconhecimento” dos representantes do ICMBio e do PPI acerca da Convenção 169 da OIT. Eles alegavam que a terra indígena não estava demarcada, logo, era uma legislação que não se aplicava ao caso da FLONA de Canela. No entanto, a Convenção 169 da OIT não faz nenhuma restrição. No artigo 6º diz que os povos indígenas devem ser consultados em todos os processos (e etapas) que afetam suas vidas. Ou seja, o ICMBio e PPI davam sinais claros que a audiência pública era apenas uma “formalidade”.

Devido ao grande número de manifestações com relação ao povo Kaingang, o representante do PPI se comprometeu durante a audiência pública em agendar uma reunião com a Funai, com o povo Kaingang e com os apoiadores. Fato que não se materializou. O processo de concessão da FLONA de Canela seguiu seus trâmites burocráticos ao longo do ano de 2020 e 2021: um edital de concessão foi lançado no dia 5 de maio de 2021, um leilão foi organizado para o dia 12 de julho de 2021 e um consórcio de empresas assinou o contrato no dia 25 de novembro de 2021. A comunidade Kaingang lutou contra todas as etapas, mas não foi chamada para participar de nenhuma fase. Por essa razão, o cacique Maurício Salvador conseguiu, via MPF, frear o processo de concessão. A alegação da comunidade estava no fato do ICMBio ter descumprido a Convenção 169 da OIT. O órgão federal andou com o processo concessão sem realizar a consulta livre, prévia e informada com o povo Kaingang. Atualmente a concessão encontra-se parada por ordem judicial, aguardado o desfecho do caso.

O último ato abordado nessa pesquisa, na verdade aconteceu alguns dias antes da audiência pública de concessão da FLONA de Canela. No final do mês de junho de 2020, a Funai finalizou a qualificação da terra indígena *Kógũnh Mág*. A Coordenação Regional Passo Fundo informou para o povo Kaingang (também para o

MPF, que estava pressionando o órgão) que a reivindicação havia sido encaminhada para a Coordenação Geral de Identificação e Demarcação (CGID) em Brasília no dia 30 de junho. Segundo a CR de Passo Fundo, a análise foi concluída pela área técnica da Funai e encontrava-se **QUALIFICADA**. Agora o processo estava esperando apreciação para a sua inclusão no planejamento anual para, oportunamente, iniciar o procedimento administrativo concernente à constituição de Grupo Técnico encarregado de realizar os estudos necessários à comprovação e caracterização da ocupação tradicional Kaingang, conforme disposto no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

#### **4.6 A Qualificação da TI *Kógũnh Mág***

A “Qualificação da Reivindicação de Território Tradicional da Aldeia Kaingang *Kógũnh Mág/Jagtyg Fykóg*” foi elaborada através da Coordenadoria Regional de Passo Fundo e da Coordenadoria Técnica Local de Porto Alegre. Participaram da confecção do documento a indigenista especializada Marina Gris da Silva e o indigenista especializado Luiz Carlos da Silva Junior. O material final ainda é assinado pelo Coordenador Regional da CR Passo Fundo, Aécio Galiza Magalhães, que autorizou o encaminhamento do documento final. Segundo a Funai (2020), o estudo preliminar foi elaborado com base na bibliografia especializada sobre o povo Kaingang, com entrevistas (com os indígenas, pesquisadores e moradores locais), com pesquisas em acervos virtuais e com vistorias de campo.

O relatório é dividido em 19 itens, seguindo as orientações da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação. Esses itens poderiam também ser classificados como “capítulos”, pois incluem, por exemplo, bibliografia básica e anexos. Inclusive, o item de anexos é o que comporta o maior número de páginas (598 das 627). A Funai apresenta vários documentos relacionadas a FLONA de Canela e ao ICMBio, como o Plano de Manejo e o edital de concessão. Também estão presentes os documentos técnicos elaborados por parceiros do povo Kaingang: a nota técnica de Ana Freitas e Rodrigo Venzon e a nota técnica que foi entregue na reunião do dia 10 de março de 2020 no MPF de Caxias do Sul pelos colaboradores do povo Kaingang. De maneira geral é possível dizer que a qualificação buscava:

- apresentar dados de identificação e descrição do grupo de Canela;

- apresentar dados de localização e situação da área reivindicada;
- verificar se a região possuía as condições ambientais, sociais e econômicas compatíveis com a cosmologia Kaingang;
- averiguar os indícios históricos ligado a parentela do *kujà*/cacique Zílio Salvador com a bacia hidrográfica do rio Caí.

O relatório da Funai constatou que a área reivindicada apresentava condições ambientais favoráveis ao povo Kaingang. Segundo a Funai (2020), o grupo da aldeia *Kógũnh Mág* destacou para a equipe em campo que as proximidades da FLONA de Canela possuíam os elementos essenciais para os Kaingang. A luta pela demarcação buscava uma “terra saudável”, com a água fria e pura das nascentes e matas preservadas, aonde poderiam extrair o mel e as plantas medicinais para os rituais tradicionais:

O **Sr. Pedro Garcia** é um importante *kujá* (liderança espiritual) e referência entre os Kaingang da região sul, sendo filho do **Sr. Jorge Kagnãg Garcia**, também ele um renomado e respeitado *kujá* que habita a Terra Indígena (TI) Nonoai, no norte do RS. O *kujá* Pedro é proficiente nos “saberes do mato” e tem vínculos com o grupo reivindicante, residindo durante algum tempo entre os Kaingang de Canela, entre fins de 2018 e em parte do ano de 2019. Ele acompanhou os trabalhos de campo realizados pelos servidores da CR Passo Fundo, indicando diversas espécies vegetais de grande importância simbólica entre os Kaingang, tecendo considerações acerca dos seus significados no âmbito dos sistemas de pensamento desse povo indígena, seus usos, manejo e formas de preservação e reprodução. De acordo com o *kujà*, naquela região, **“a mata tem tudo que os Kaingang precisam”**. (FUNAI, 2020, p. 13).

Além de mostrar que a FLONA de Canela era uma “terra saudável”, os Kaingang destacaram para a Funai que esse território ancestral ainda proporcionava muita matéria-prima para a confecção do artesanato indígena. A localização da aldeia *Kógũnh Mág* também era um ponto estratégico, pois ficava próxima dos principais locais de comercialização (o centro das cidades de Gramado e Canela) e permitia o deslocamento rápido para Porto Alegre e outros pontos de apoio. A Funai ainda constatou que o grupo de Canela tinha no artesanato sua principal fonte de renda, construindo uma territorialidade associada a coleta, fabricação e venda, processo condizente com a descrição da Antropóloga Ana Freitas (2005) para o *Mrũr Jykre*.

O relatório técnico da Funai também mostrou que a ancestralidade Kaingang na “Região das Hortênsias” é evidente. São diversas citações de pesquisadores que comprovaram a presença indígena na região. Existem também relatos de viajantes

que entraram em contato com os indígenas. Além de “relatórios oficiais” do século XIX que descreveram o processo de catequese indígena, os serviços prestados e os conflitos com as forças legais e os colonos. Também é destaque os nomes de muitos locais que remetam a presença indígena, como o “Campo dos Bugres” que abrangia os municípios de Caxias do Sul, Nova Petrópolis, Gramado e Canela.

Para a Funai a presença indígena em Canela (e nos municípios do entorno) foi constante ao longo dos anos. E, mesmo sem um território oficialmente demarcado, os Kaingang estavam “misturados” com a população local. Como destaca Avelino Pacheco, no depoimento para Marcelo Wasem Veeck no livro “Raízes de Canela”: “Meu ‘vizavô’ era africano e minha ‘vizavó’ era índia, bugra, dos olhos azuis, pega lá no Faxinal, perto do Guirra. (...). Eu conheci os índios quando eles já eram mansos e usavam roupas normais” (VEECK, 2007, p. 326-327).

Além das informações mais gerais sobre os “indígenas que viviam em Canela”, a qualificação também destacou que existem diferentes registros comprovando que *pay Nivo* possuía vínculos territoriais com a bacia hidrográfica do rio Caí. Para tanto, o órgão cita os relatórios do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul que falam do cacique “João Grande e seu bando”, os jornais que noticiaram os ataques do Kaingang contra os colonos (exemplo de destaque é o ataque a propriedade da família Wadenpuhl em 1852) e os relatos de Pierre Mabilde (que trabalhou na abertura de estrada no vale do rio Caí e fez registros da presença de *Nivo* na bacia hidrográfica):

O chefe dessa pequena tribo, o cacique *Nicuó* (já fiz menção do mesmo em outra parte), uma vez aldeados os coroados das tribos do cacique *Braga*, ficou senhor das matas, desde o Mato Castelhana até a Serra da Beira Mar, na qual só viviam os botocudos, pela parte nordeste. Era de tão más entranhas o cacique *Nicuó* que, perseguido como sempre vivia pelos outros coroados das tribos do chefe *Braga*, nunca quis sair do mato e aldear-se, preferindo andar errante com sua pouca gente, sem destino certo, fazendo correrias, somente para ter ocasião de matar e assassinar os moradores da vizinhança do sertão - como asseverou-me o cacique *Yotoahê (Doble)*, único coroadado que tinha relações com o cacique *Nicuó*. (MABILDE, 1983, p. 61).

A Funai também chamou a atenção para a presença de sítios arqueológicos em toda a bacia hidrográfica do rio Caí, como a “Caverna dos Índios” (dentro da FLONA de Canela), os vestígios de casas subterrâneas e um túmulo de pedra nas proximidades:



Kaingang organizam. Segundo a Funai (2020), o grupo ainda teria laços parentais com a TI Nonoai e com pelo menos as famílias: Padilha (TI Borboleta – Salto do Jacuí/RS; Região Metropolitana de Porto Alegre/RS); Rodrigues e Santos (TI Monte Caseros – Muliterno/RS, Ibiraiaras/RS); Antônio (TI Passo Grande do Rio Forquilha – Sananduva/RS, Cacique Doble/RS, TI Ligeiro – Charrua/RS); José-Grande (TI Passo Grande do Rio Forquilha); Caetano (TI Carretero – Água Santa/RS).

Com essas informações preliminares a Funai concluiu a primeira etapa do processo de demarcação da TI *Kógũnh Mág*. O processo foi alçado para outro patamar. O órgão responsável pela política indigenista do Brasil atestou, no dia 30 de junho de 2020, que a reivindicação do *kujà*/cacique Zílio *Jagtyg* Salvador, iniciada em setembro de 2006, estava qualificada para o processo de demarcação de terra indígena tradicionalmente ocupada.

Apesar da finalização da qualificação a luta dos Kaingang estava apenas começando. Maurício *Vēn Táinh* Salvador vem conseguindo se consolidar como uma liderança jovem do seu povo. Hoje ele é reconhecido por apoiadores e (principalmente) por outros *pay* e *pay-bang* como a referência da retomada territorial Kaingang *Kógũnh Mág*. Ele representa o grupo em audiências, dialoga diretamente com os servidores da Funai, ICMBio, MPF, participa de eventos e reuniões organizadas por outras lideranças do seu povo. O ano de 2020 terminou com algumas vitórias, mas também foi marcado pela ofensiva do ICMBio que segue ignorando o andamento da demarcação da terra indígena. O órgão ambiental está fazendo o possível para avançar com a concessão da FLONA de Canela.

O grupo de Canela agora está compelido em lutar pela constituição do Grupo Técnico. Maurício e os demais Kaingang estão pressionando a Funai para que os (escassos) recursos orçamentários sejam destinados para a demanda da comunidade. Para além dessa luta, a “Qualificação da Reivindicação de Território Tradicional da Aldeia Kaingang *Kógũnh Mág/Jagtyg Fykóg*” se transformou em uma ferramenta importante contra as decisões judiciais que tanto prejudicaram os Kaingang. O cacique Maurício Salvador e todo o seu grupo estão empenhados em garantir a permanência da aldeia *Kógũnh Mág* dentro da FLONA de Canela, um território tradicional ocupado, ligado aos ancestrais do *pay Nĩvo* e que contém “tudo que os Kaingang precisam”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os eventos analisados nesse estudo mostram que a relação do povo Kaingang com a sociedade envolvente nunca foi de submissão ao colonizador, muito pelo contrário, eles sempre buscaram se aproximar para negociar alguma vantagem. Inicialmente, a pesquisa partiu da hipótese que os Kaingang estavam absorvendo os mecanismos da sociedade envolvente para lutar pela demarcação das suas terras. No entanto, a pesquisa mostrou que esse era um movimento antigo, o próprio mito de origem já previa a presença do “outro” na dinâmica social dos Kaingang. Foi o pensamento colonial que buscou apagar o protagonismo indígena ao longo dos anos. O colonialismo precisava apagar a diversidade dos povos originários e apresentar uma única categoria, o “índio”. Um modelo ideal que foi pensado com base nos princípios do colonizador.

Os Kaingang sempre se aproximaram porque tinham interesses e objetivos delineados para expandir seus territórios e confrontar seus inimigos. Os primeiros registros dessa estratégia são do século XVI, com os relatos do processo de escambo com os portugueses nas margens do Lago Guaíba. Nessa relação, algumas parcialidades trocavam prisioneiros de guerra por ferramentas de metal e outros utensílios. A parceria perdurou por anos e por todo o espaço geográfico Kaingang. Eles negociavam com bandeirantes, tropeiros, religiosos e com os colonos que chegavam para ocupar parte dos seus territórios.

Também foi no início da colonização que observamos as primeiras expropriações do território Kaingang. Os bandeirantes tomaram para si o Caminho do *Caamo* e passaram a atacar as missões jesuíticas que reuniam grandes contingentes de indígenas da matriz Tupi. Posteriormente, no entorno do Caminho do *Caamo* surgiram as sesmarias e os entrepostos comerciais dos tropeiros. O antigo caminho indígena passou a conectar os centros de poder do Sul e do Sudeste do Brasil. Contudo, o colonizador não teve nenhum minuto de paz, pois os Kaingang promoveram diversas “correrias”, obrigando o Governo a investir em forças militares para conter os ataques. Mesmo assim, boa parte do Planalto Meridional do Rio Grande do Sul permaneceu, até pelo menos a metade do século XIX, como território das

parcialidades chefiadas por: *Endjotoi, Nhancuiá, Fongue, Nonohay, Votouro, Nicafim, Vaicofé, Nhucoré, Condurá, Braga*, entre outros.

A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil motivou os ataques aos indígenas dos “sertões”. A política dos aldeamentos do Império do Brasil tentou amenizar os conflitos que atrasavam o projeto de expansão do Estado. Os aldeamentos foram acompanhados pelo processo de catequização indígena, a implementação da “Guerra Justa”, a legalização da venda da terra e a formalização da propriedade privada no país (como a Lei de Terras de 1850). Esse período foi marcado pelo aumento progressivo da colonização no Brasil Meridional, grandes contingentes de imigrantes, principalmente alemães, chegaram para ocupar os campos de altitude e os “Bosques inexplorados do Planalto”. Todavia, os Kaingang souberam tirar proveito desses pontos avançados da sociedade envolvente. Os aldeamentos foram transformados em pontos de apoio da territorialidade Kaingang e durante anos eram os “nós” de uma complexa rede de circulação.

Nessa territorialidade adaptada à presença do colonizador, as parcialidades passavam nos aldeamentos para negociar com o Governo e tratavam de assuntos internos com seus parentes e aliados. Os vínculos territoriais com os aldeamentos foram construídos aos poucos, aparentemente eles substituíram outras referências que não eram mais seguras, como o abrigo nas casas subterrâneas. Por outro lado, os Kaingang seguiam percorrendo boa parte do espaço geográfico, atacavam os inimigos, disputavam territórios, coletavam pinhão, instalavam suas armadilhas de pesca, preparavam seus festejos e rituais. Ou seja, mesmo com a presença do colonizador, o povo Kaingang seguiu com uma dinâmica independente e guiada por sua cosmologia. Como previsto no mito de origem, os Kaingang mantiveram uma ligação umbilical com a terra. Os espaços ancestrais foram disputados e defendidos a todo custo, até que as forças do Estado conseguiram confinar a maioria dos grupos nos territórios formais vigiados.

Algumas parcialidades tiraram proveito da política de aldeamento do Império. Graças a estratégia de aproximação com as forças oficiais, *pay-bang Yotoahê* e *Condá*, por exemplo, conseguiram se sobressair contra muitos inimigos. Na outra ponta dessa história, lideranças como o *pay Nivo* jamais aceitaram as invasões dos seus territórios e repudiaram a aproximação com os aldeamentos. Durante anos

combateram os colonos, as forças das Companhias de Pedestres e os bugreiros. Contudo, a força do Estado se impôs, os grupos “rebeldes” foram desarticulados. Os sobreviventes precisaram buscar novas alternativas, como migrar para os aldeamentos, ou viver nos resquícios florestais que não eram cobiçados pelos colonos. Ou ainda, participar da economia local, trabalhando nas fazendas e nas cidades que surgiam em cima dos seus territórios ancestrais.

Mesmo assim, muitas lideranças nunca foram esquecidas e seus feitos são passados de geração para geração pelos *kófas*. O *pay Nivo*, apesar da derrota para as forças do Governo após o ataque na Colônia de Mundo Novo em 1852, ainda é uma liderança exaltada pelo grupo da retomada territorial *Kógũnh Mág*. O *pay Nivo* se transformou no principal vínculo territorial do grupo com o território da FLONA de Canela. É a sua figura histórica que garante a constituição da *ĩmã si* no território *Kógũnh Mág*, uma aldeia de tronco velho, onde os *Kaingang-pé* buscam viver de acordo com a cosmologia dos antigos.

Os Kaingang sempre foram protagonistas dos acontecimentos que permearam a história colonial do Brasil. É verdade que algumas escolhas podem ser questionadas. O número de áreas demarcadas e a redução populacional mostram que o colonizador obteve as maiores vantagens, pois usou muito bem as divergências entre as parciaisidades e conseguiu consolidar sua prática social e espacial. Mas olhando sob outro enfoque, os Kaingang mantiveram parte dos seus territórios e sua cosmologia seguiu viva, mesmo depois de tantos ataques promovidos pelo colonizador.

Também é possível questionar se as estratégias das lideranças estavam corretas. *Pay-bang Yotoahê* e *Condá* foram classificados como “colaboracionistas”, acusados de ajudar o Governo e de trair seus parentes. No entanto, não podemos esquecer que muitos grupos (e até povos) que viviam no Brasil Meridional foram exterminados ao longo dos anos. As estratégias adotadas por vários *pay-bang* evitaram a aniquilação de suas parentelas e garantiram a consolidação de vários aldeamentos. O aldeamento de Nonoai, por exemplo, foi demarcado com mais de 400 mil hectares. Atualmente não existe nenhuma terra indígena no Brasil Meridional com essa dimensão. Foram as ações posteriores do Estado, e não as medidas dos *pay-bang* e dos *pay*, que reduziram gradativamente essas áreas.

O espaço geográfico Kaingang era tão diverso e extenso, que a desterritorialização promovida pelo Estado (até o final do Império do Brasil) não conseguiu afetar todos os grupos. Os Kaingang que viviam no Oeste Paulista e na bacia hidrográfica do Tibagi no Paraná, foram contatados apenas no início do século XX pelos agentes do SPI. Além deles, existem registros mostrando que pequenos grupos viveram durante anos nos vales e nas encostas pedregosas do Brasil Meridional, onde tentavam fugir das ações do Governo e dos colonos.

A desterritorialização do povo Kaingang foi consolidada pelo Estado no início do período republicano. Essa época também é marcada pela constituição do Serviço de Proteção aos Índios, a institucionalização da tutela indígena, as políticas assistencialistas baseadas no positivismo de Augusto Comte e, no caso do Rio Grande do Sul, pelas atividades da Diretoria de Terras e Colonização. Os Kaingang incorporaram a ideia dos aldeamentos como territórios formais, assim, as comitivas Kaingang negociaram diretamente com o governador Rio Grande do Sul e conseguiram a demarcação de mais de dez áreas indígenas. Milhares de hectares de terras foram reservados aos povos originários no estado, medida que foi colocada em prática muito antes de se pensar em uma política de demarcação de terras indígenas no Brasil. Quando os funcionários do SPI (posteriormente os servidores da Funai) assumiram o lugar dos chefes dos aldeamentos, as lideranças perceberam que era preciso negociar com os agentes do Governo para manter o controle das áreas indígenas.

O início da Ditadura Militar foi marcado pelos escândalos da política indigenista brasileira. Algumas CPIs e o Relatório Figueiredo escancararam que a questão indígena nunca foi uma prioridade para os governantes. O SPI, instituição criada para proteger as populações originárias, foi utilizado muitas vezes como uma ferramenta de opressão, cooptação e exploração. Os interesses dos indígenas estavam em segundo plano, e as leis eram usadas para favorecer atores privados que influenciavam as decisões do Governo.

Também é importante lembrar que foi no processo de transição entre o SPI e a Funai que os movimentos indígenas conseguiram se articular em todo o país. Diferentes lideranças passaram a reivindicar a demarcação das terras indígenas com base no que estava escrito na “lei dos *fóg*”. O Estatuto do Índio foi um mecanismo

jurídico muito poderoso, pois definiu os diferentes tipos de terras indígenas e determinou a nulidade dos títulos sobre os territórios tradicionalmente ocupados. Nesse período, em plena Ditadura Militar, surgiram as primeiras retomadas indígenas no Rio Grande do Sul. Nelson *Xangrê* e seus guerreiros começaram a expulsar os colonos das terras indígenas e a reivindicar a autonomia do seu povo perante a Funai.

A revolta Kaingang no antigo Toldo de Nonoai motivou outras parciais a lutar por suas terras em diferentes pontos do Brasil Meridional. No Paraná, Ângelo *Kretã*, o primeiro vereador indígena do Brasil, convocou seus parentes para retomar as terras que estavam nas mãos de uma empresa privada. A união entre as metades, *Kamé* e *Kanheru-kré*, como destacava Zílio Salvador, foi fundamental para que os Kaingang obtivessem mais uma vitória.

As retomadas dos anos de 1970 e 1980 também trouxeram à tona as antigas divergências entre as parciais. O confinamento, de diferentes grupos em um único espaço vigiado pelo Estado, representava uma organização territorial completamente diferente da perspectiva originária dos Kaingang. Assim, esses anos registram expulsões, como a família de Zílio Salvador em Nonoai, mortes e conflitos internos pelo controle das terras demarcadas. Os arrendamentos, que motivaram muitas das revoltas, foram ressignificados e usados para manter o poder de alguns caciques. Quem controlava os recursos econômicos, também controlava as ações no território.

As movimentações democráticas dos anos de 1980 mexeram com os Kaingang. Eles participaram das discussões, tiveram contato com outros povos e lutaram para que o texto Constitucional de 1988 tivesse um capítulo dedicado ao direito dos indígenas. A CF-1988 definiu o fim da tutela indígena e determinou (novamente) a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas. Entretanto, o prazo constitucional de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas não foi suficiente. Os Kaingang que vivem no Rio Grande do Sul contam com apenas vinte e três terras tradicionalmente ocupadas reconhecidas pela Funai, sendo que apenas dez, atingiram a última etapa prevista no Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Talvez esses números tão modestos possam explicar o elevado número de retomadas e de movimentos, que buscam uma “*terrinha, Ga si*, um espaço para viver com os filhos e netos”, dos últimos anos.

Zílio Salvador participou das retomadas em Nonoai e no Rio das Cobras, seguindo as obrigações que tinha com seu sogro. Mas foi em Porto Alegre que ele passou a ser protagonista dos movimentos de retomada. Junto com outros parentes lutou para consolidar os pequenos espaços na Vila Jari, na Vila Safira e na Agronomia. Desses pontos centrais, os Kaingang organizaram uma territorialidade, nomeada pela Antropóloga Ana Freitas como *Mrūr Jykre*, com dois movimentos básicos de contração e dispersão. Na dimensão local, buscavam os morros graníticos de Porto Alegre (e demais áreas verdes), onde encontravam matéria-prima para suas atividades, alimentos e ervas medicinais. No centro da cidade e nas feiras populares, vendiam artesanato e conseguiam recursos financeiros para sustentar suas famílias. Também é na cidade que frequentam os hospitais, as escolas e os mercados, ou seja, a cidade está incorporada na dinâmica de todos. Na dimensão regional, os Kaingang se deslocam para além dos limites da capital. Visitam os parentes, participam de festividades e/ou de mobilizações políticas, aproveitam para vender artesanato em outros mercados (como no Litoral e na Serra Gaúcha) e depois voltam para a capital para recomeçar todo processo novamente.

A territorialidade do *Mrūr Jykre* mostra que os Kaingang fazem constantes adaptações no seu modo de vida. Os grupos não estão presos aos territórios formais e não estão parados no tempo. A desterritorialização promovida pelo Estado, ao longo dos séculos, sempre foi acompanhada de uma reterritorialização. Os aldeamentos foram absorvidos e ressignificados, assim como o processo dos arrendamentos. A cidade passou a ter um papel central e, nos últimos anos, a legislação foi absorvida pelas lideranças, que cada vez mais usam as leis dos *fóg* para conseguir seus objetivos.

Foi envolto nessa territorialidade que Zílio Salvador buscou novos parceiros e aliados. Na prefeitura de Porto Alegre, da mesma forma que o antigo cacique Tenente Coronel Antônio Pedro do Toldo de Nonoai fez no passado, pediu uma audiência com o prefeito. Ele buscava um espaço digno para as famílias Kaingang que viviam e frequentavam a capital do Rio Grande do Sul. O movimento despertou o interesse dos Kaingang, e outras lideranças aderiam a causa de Zílio. Juntos frequentavam os gabinetes administrativos, participavam das assembleias do Orçamento Participativo de Porto Alegre e pressionavam os políticos locais. Foi através dos mecanismos

disponíveis pela prefeitura que o grupo conseguiu o terreno para a construção da *ỹmã tág* (aldeia nova) *Fág Nhin*. Nos primeiros anos os *Kaingang-pé* movimentaram seus aliados para controlar o território, contudo, novas lideranças, que defendiam a aproximação com a sociedade envolvente, assumiram o cacicado da *ỹmã tág Fág Nhin*. Esse fato desencadeou divergências internas, levando alguns Kaingang a iniciar a retomada do Morro do Osso, e fez Zílio Salvador buscar a *ỹmã si* dos seus ancestrais na bacia hidrográfica do rio Caí.

A retomada territorial em Canela começou no MPF, quando Zílio Salvador procurou apoio para conseguir um território que apresentasse as condições para manutenção da cosmologia Kaingang. Onde ele, seus filhos e netos, pudessem viver de acordo com a tradição dos trocos velhos (*Kaingang-pé*). A escolha por Canela não foi ao acaso, os Kaingang sabiam que a bacia hidrográfica do rio Caí abrigava as *ỹmã si* do *pay Nĩvo*. Por esse motivo, Zílio foi acompanhado de apoiadores que poderiam comprovar a ancestralidade. Ele estava ciente que a Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da OIT garantiam aos povos originários o direito de viver de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Fica evidente que existia uma estratégia muito bem pensada em torno da retomada territorial em Canela. Zílio Salvador sabia que a legislação respaldava sua reivindicação, por isso foi primeiro ao MPF, o órgão que a Constituição Federal de 1988 determinou que defendesse os direitos indígenas. O Estado brasileiro seguiu com suas contradições, pois o ICMBio e o Poder Judiciário ignoraram todos os elementos que respaldavam o povo Kaingang. Ao invés de dialogar com a comunidade, o ICMBio fez o possível para inviabilizar a retomada e sempre negou o direito originário do povo Kaingang. O órgão ambiental construiu um Plano de Manejo sem ouvir os indígenas e, posteriormente, iniciou o processo de concessão da FLONA de Canela à revelia da Convenção 169 da OIT.

A luta de Zílio Salvador em Canela seguiu até sua morte em 2017, quando o seu legado foi absorvido por um de seus filhos, Maurício *Vēn Táinh* Salvador. O jovem cacique foi preparado desde muito cedo para grandes responsabilidades. Ainda com seis anos, acompanhou o pai na luta pela constituição da aldeia *Fág Nhin*, participou das retomadas no Parque Municipal do Pinheiro Grosso em 2009 e na FLONA de Canela em 2015.

Maurício Salvador inicialmente teve a preocupação de unir os grupos domésticos em torno da sua causa. Ele precisava do reconhecimento dos parentes para se firmar como liderança. Em 2018, ele decidiu não se afastar mais da Floresta Nacional de Canela. O grupo Kaingang montou o acampamento *Jagtyg Fykóg* porque acreditava que a luta pela demarcação precisa ir além dos gabinetes administrativos. Era preciso materializar a retomada, o judiciário, o MPF, o ICMBio, os apoiadores e os parentes, precisavam saber que a luta estava viva e mobilizada.

Mesmo com muitas adversidades o acampamento prosperou. O pequeno grupo que ficou junto do jovem cacique se deslocava para as matas da bacia hidrográfica do rio Caí, para as feiras de artesanato, tinha conexões com Porto Alegre e com outras aldeias do Rio Grande do Sul. Maurício Salvador, como representante da retomada *Kógũnh Mág*, buscava participar das mobilizações políticas dos Kaingang, das audiências do MPF, frequentava o escritório da Funai e conversava com os apoiadores, fazendo o possível para manter o acampamento *Jagtyg Fykóg* em evidência.

Quando o ICMBio anunciou o andamento do processo de concessão da Floresta Nacional de Canela, os Kaingang tomaram uma decisão: era hora de voltar para dentro do território formal da FLONA de Canela. Essa atitude se mostrou um grande acerto da comunidade, foi através da retomada que as esferas do judiciário e da Funai voltaram a se mexer. Como destaca o cacique Maurício Salvador, uma retomada sem movimento não consegue se manter por muito tempo. O Estado brasileiro, historicamente, só avança com as demarcações quando é confrontado pelos indígenas.

Depois de algumas derrotas judiciais, que obrigaram os Kaingang a deixar a FLONA de Canela no passado, o grupo conseguiu vitórias importantes. A retomada forçou a Funai a avançar com o processo de “Qualificação da Reivindicação de Território Tradicional da Aldeia Kaingang *Kógũnh Mág/Jagtyg Fykóg*”, etapa que foi finalizada em junho de 2020. Agora o órgão indigenista precisa constituir o GT de demarcação (o novo objetivo da retomada). Além disso, as últimas decisões têm garantido a permanência do grupo dentro da área da unidade de conservação, o acampamento provisório agora é chamado de aldeia *Kógũnh Mág*. O ICMBio vem sofrendo derrotas e precisou interromper o processo de concessão porque

descumpriu com os termos da Convenção 169 da OIT, que prevê a consulta livre, prévia e informada com o povo Kaingang.

Mesmo absorvendo os processos legais para dentro da sua estratégia, os Kaingang da retomada territorial *Kógũnh Mág* não esqueceram de valorizar sua cosmologia. Em todos os discursos eles enaltecem a figura do *pay Nĩvo*, destacam que a *ĩmã si* na FLONA de Canela é para os *Kaingang-pé*, valorizam a presença da mata e das águas limpas, fazem questão da presença do/da *Kujà* na aldeia. Ao mesmo tempo, se movimentam pelo espaço geográfico, buscam pontos de venda de artesanato, visitam as cidades com frequência (por diferentes motivos), assim como se deslocam, periodicamente, para outras aldeias dos parentes. A aldeia *Kógũnh Mág* dá sinais claros que os vínculos territoriais estão cada vez mais fortes e que a aldeia já foi incorporada a territorialidade do povo Kaingang.

Ao valorizar os *Kaingang-pé*, a aldeia *Kógũnh Mág* mostra seu lado “anti-colonialista”. A retomada é uma forma de lutar contra a “colonialidade do poder”, pois valoriza acima de tudo a cosmologia Kaingang. Como destaca Anibal Quijano, os movimentos políticos-culturais dos indígenas colocam em xeque a versão “europeia de modernidade/racionalidade”. Movimentos como a retomada *Kógũnh Mág* questionam as bases da estrutura existente, usam os mecanismos que o próprio colonialismo (a legislação) criou para reivindicar seus direitos.

É fundamental destacar que a luta pela demarcação do território formal, seguindo os passos e os ritos administrativos da Funai, não é um indicativo de que os Kaingang aceitaram a concepção de território do Estado brasileiro. Eles estão construindo estratégias, assim como no passado, para retomar o controle sobre os seus territórios. As ações objetivando a demarcação da TI *Kógũnh Mág* é só mais capítulo da luta indígena. O território Kaingang é imaginado, sentido e vivenciado. Como diz o cacique Maurício, o território indígena é o Brasil todo (*ẽmã mág*).

A pesquisa também mostrou que as leis criadas ao longo dos anos, principalmente a CF-1988 e a Convenção 169 da OIT, são mecanismo importantes para garantir segurança jurídica aos povos originários. Mas não podemos esquecer que a maioria dos povos originários tem perspectivas territoriais que não estão associadas a expansão e a acumulação do capital. São territórios que não estão

desenhados na cartografia oficial. O Estado precisa avançar nas demarcações, e garantir uma lógica “de baixo para cima”, com o ponto de vista de cada povo sendo o guia do processo de demarcação.

Por fim, não podemos esquecer que a necessidade de demarcação de terras indígenas no Brasil é resultado do processo de desterritorialização promovido pelo Estado brasileiro. Foi ele, com o apoio de atores privados, que patrocinou as práticas sociais e espaciais que visavam invadir o espaço geográfico dos povos indígenas e impor uma visão de mundo ocidental única. Por esse motivo, os povos originários lutam até hoje para retomar seus antigos territórios. As terras indígenas são “territórios formais” indispensáveis, que representam pequenas fatias do “território vivido”. Pensar no processo de demarcação de terras indígenas é encarar alguns dos fantasmas que assombram nosso país há muitos anos (a estrutura agrária desigual, a degradação ambiental, a falta de oportunidades e etc.). Fantasmas que são ignorados pela maioria dos nossos governantes, mas que precisam ser combatidos com todas as nossas forças. Assim como os Kaingang da retomada *Kógũnh Mág* vem fazendo nos últimos anos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A FEDERAÇÃO. [Sem título]. **A Federação**: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, 24 jul. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=20545>.

Acesso em 02 de agosto de 2022.

ABREU, João Capistrano Honório de. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AFONSO DA SILVA, José. Parecer. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Direito dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 17-42.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério da Economia. **Bacias e Divisões Hidrográficas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. (Série Relatórios Metodológicos - Volume 48).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. **Atlas histórico escolar**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1977. (Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME).

ALLEN, Catherine. **La coca sabe**: coca e identidad cultural en una comunidad andina. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas (CBC), 2008.

AMBROSETTI, Juan Bautista. **Os índios Kaingang de San Pedro (Misiones)**: com um vocabulário. Campinas (SP): Editora Curt Nimuendajú, 2006.

AMOROSO, Marta Rosa. **Terra de Índio**: imagens em aldeamentos do império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artemed, 2009.

ARAUJO E SILVA, Domingos de. **Diccionario Historico e Geographico da Provincia de São Pedro ou Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Em Casa de Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

ARAUJO, Rodrigo Wienskoski. **Awaeté, o Povo de Verdade**: a transformação da territorialidade indígena Parakanã. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ARAUJO, Rodrigo Wienskoski. **A participação do povo Arara e a atuação do bacharel em Ciências Sociais no processo de licenciamento ambiental da BR-174/MT**. 2021. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ARNT, Mônica de Andrade. **Os Cânticos de Guerra de Grupos Kaingang na Grande Porto Alegre**. 2005. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e aldeamentos de índios. Embriões de cidades brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 25, p. 23-40, abr. 1957.

BALDUS, Herbert. **Sinopse da História dos Kaingang Paulistas**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1953. 1 v. (IV Centenário da fundação da Cidade de São Paulo. São Paulo em Quatro Séculos).

BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.

BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades proto-jê meridionais**. 2001. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAPTISTA, Jean. A visibilidade Ética nos registros coloniais: missões guaranis ou missões indígenas. In: KERN, Arno Alvarez; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul: povos indígenas**. Passo Fundo (RS): Mérito, 2009. p. 207-228. (Volume 5).

BAPTISTA DA SILVA, Sergio. Cosmo-ontológica Mbyá-guarani. *Revista de Arqueologia*, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 42-54, 4 jul. 2013. **Revista de Arqueologia da SAB**. <http://dx.doi.org/10.24885/sab.v26i1.367>.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

BARCELOS, Caco. *Fon-Koréin tun Kaingang!* Intrusos, fora da terra Caingangue!. **Revista Repórter Três**, [S.L.], n. 2, p. 44-56, jun. 1978. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/11224\\_20100419\\_1\\_14954.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/11224_20100419_1_14954.pdf). Acesso em 13 de setembro de 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BATISTELLA, Alessandro. Os excluídos da história local: notas introdutórias acerca da expropriação dos indígenas e dos caboclos e a formação dos latifúndios no norte do Rio Grande do Sul. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba (SC), v. 5, n. 2, p. 229-243, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/5688>. Acesso em: 10 fevereiro de 2023.

BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro**: o caso da tradição taquara/itararé. 2004. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2004.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisa (IAP), 1976. (Antropologia. Documento 29).

BECKER, Ítala Irene Basile. O Kaingang Histórico e seus antepassados. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 1998. p. 131-140. (Arqueologia. Documento 02).

BECKER, Ítala Irene Basile. O que sobrou dos pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 2006. p. 125-148. (Arqueologia. Documento 05).

BECKER, Sérgio. Invasão está levando Kaingangues à revolta. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 62. 30 ago. 1975. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750830-30807-nac-0062-999-62-not/busca/kaingangues>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BICALHO, Poliene. Resistir era preciso: o decreto de emancipação de 1978, os povos indígenas e a sociedade civil no Brasil. **Topoi (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 20, n. 40, p. 136-156, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x02004007>.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas**, Funai, Brasília, v. 4, n. 2, p. 13-93, dez. 2007. Disponível em: <https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/493>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

BINDA, Nilson. Terra em Disputa: facetas da história agrária recente do Rio Grande do Sul. In: 1º CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS - Área Temática: Historiografia Brasileira e a (DES)Construção da Nação, 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Ipea, Code, 2011. p. 1-13. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/index.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-131.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Typographia e Lytographia A Vapor Impressora Paranaense, 1908.

BRAGA, Danilo. **A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)**. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRASIL. **Carta Régia de 13 de maio de 1808**. Manda fazer guerra aos índios Botocudos. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, página 37, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Carta Régia de 24 de agosto de 1808**. Sobre a guerra ofensiva contra os Índios Botocudos. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808, página 107, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Carta Régia de 5 de novembro de 1808**. Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, página 156, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Carta Régia de 2 de dezembro de 1808**. Sobre a civilização dos Índios, a sua educação religiosa, navegação dos rios e cultura dos terrenos. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, página 171, vol. 1. (Publicação Original).

BRASIL. **Carta Régia 1º de abril de 1809**. Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios barbaros que infestam aquelle territorio. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809, página 36, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Carta Régia de 05 de setembro de 1811**. Approva o plano de uma Sociedade de commercio entre as Capitánias de Goyaz e Pará e concede isenções e privilegios em favor da mesma sociedade. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1811, página 101 vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Carta Régia de 24 de março de 1819**. Manda promover a civilização dos Índios denominados Caypóz, habitantes do sertão do Rio Paraná, defronte da barra do Tieté, e outros seus circumvisinhos. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1819, página 14, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Resolução nº 76, de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, de 17 de julho de 1822**. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1822, p. 63, parte (Publicação Original).

BRASIL. (Constituição). **Constituição Política do Império do Brazil, 25 de março de 1824**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil – 1824, página 7, vol. 1. (Publicação Original).

BRASIL. **Lei de 27 de outubro de 1831**. Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, página 165, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834.** Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, página 15, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845.** Contêm o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1845, página 86, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispoem sobre as terras devolutas no Imperio, e ácerca das que são possuidas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legaes, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas a titulo oneroso assim para emprezas particulares, como para o estabelecimento de Colonias de nacionaes, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na fórmula que se declara. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, página 307, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.** Manda executar a Lei N.º 601 de 18 de setembro de 1850. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, página 10, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 2.747, de 16 de fevereiro de 1861.** Dá execução ao Decreto n. 1.067 de 28 julho de 1860. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1861, página 127, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889.** Dissolve e extingue as assembléas provinciaes e fixa provisoriamente as attribuições dos governadores dos Estados. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil - 1889, página 6, vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. (Constituição). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891.** Diário Oficial da União, 24 de fevereiro de 1891.

BRASIL. **Decreto nº 1.606, de 29 dezembro de 1906.** Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 3 de janeiro de 1907, página 65.

BRASIL. **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910.** Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. Diário Oficial da União, 24 de junho de 1910, página 4.788.

BRASIL. **Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911.** Dá novo regulamento ao Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes. Diário Oficial da União, 31 de dezembro de 1911, Seção 1, página 16.996.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, 5 de janeiro de 1916, Seção 1, página 133.

BRASIL. **Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.** Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1918. Diário Oficial da União, 8 de janeiro de 1918, Seção 1, página 315.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928.** Regula a situação dos indios nascidos no territorio nacional. Diário Oficial da União, 14 de julho de 1928, Seção 1, página 17.125.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.** Diário Oficial da União, 16 de julho de 1934.

BRASIL. **Decreto nº 736, de 6 de abril de 1936.** Aprova, em carater provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Diário Oficial da União, 7 de maio de 1936, Seção 1, página 9.620.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Diário Oficial da União, 10 de novembro de 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.794, 22 de novembro de 1939.** Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras providências. Diário Oficial da União, 24 de novembro de 1939, Seção 1, página 27.203.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.886, de 15 de dezembro de 1939.** Organiza o Serviço de Proteção aos índios no Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de janeiro de 1940, Seção 1, Página 391.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.124, de 19 de março de 1941.** Cria o instituto nacional do Pinho e dá outras providências. Diário Oficial da União, 21 de março de 1941, Seção 1, página 5.889.

BRASIL. **Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942.** Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Diário Oficial da União, 20 de outubro de 1942, Seção 1, página 15.604.

BRASIL. **Decreto nº 12.318, de 27 de abril de 1943.** Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios. Diário Oficial da União, 29 de abril de 1943, Seção 1 página 6.565.

BRASIL. **Decreto nº 17.684, de 26 de janeiro de 1945.** Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios. Diário Oficial da União, 29 de janeiro de 1945, Seção 1, página 1.587.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Diário Oficial da União, 18 de setembro de 1946.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional:** Livro Grosso do Maranhão - volume 66 - parte 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1948a.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**: Livro Grosso do Maranhão - volume 67 - parte 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1948b.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 55, de 17 de julho de 1953**. Aprova a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano, elaborada por ocasião do I Congresso Indigenista Interamericano, que se reuniu na cidade de Patzcuaro, no México, de 14 a 24 de fevereiro de 1940, para a adesão do Brasil. Diário Oficial da União, 25 de julho de 1953, Seção 1, página 12.986.

BRASIL. **Decreto nº 36.098, de 19 de agosto de 1954**. Promulga a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano, concluída em Patzcuaro, México, a 24 de fevereiro de 1940. Diário Oficial da União, 21 de agosto de 1954, Seção 1, página 14.524.

BRASIL. **Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956**. Define e pune o crime de genocídio. Diário Oficial da União, 2 de outubro de 1956, Seção 1, página 18.673.

BRASIL. **Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961**. Cria o Parque Nacional de Xingu. Diário Oficial da União, 14 de abril de 1961, Seção 1, página 3.492.

BRASIL. **Decreto nº 51.084, de 31 de julho de 1961**. Regulamenta o Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961, que criou o Parque Nacional do Xingu, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1º de agosto de 1961, Seção 1, página 6.969.

BRASIL. Congresso Nacional. **Resolução da Câmara dos Deputados nº 1, de 28 de março de 1963**. Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências. Diário do Congresso Nacional, 28 de março de 1963, Seção 1, p. página 944.

BRASIL. **Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1963**. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Diário Oficial da União, 24 de outubro de 1963, Seção 1, página 8.972.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo n.º 20, de 30 de abril de 1965**. Aprova as Convenções de nº. 21, 22, 91, 93, 94, 97, 103, 104, 105, 106 e 107 e rejeita a de nº 90, adotadas pela Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho. Diário do Congresso Nacional, 1º de maio de 1965, Seção 1, página 2.526.

BRASIL. Congresso Nacional. **Resolução da Câmara dos Deputados nº 142, de 14 de julho de 1965**. Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Diário do Congresso Nacional, 14 de julho de 1965, Seção 1, página 5.693.

BRASIL. **Decreto n.º 58.824, de 14 de julho de 1966**. Promulga a Convenção nº 107 sobre as populações indígenas e tribais. Diário Oficial da União, 20 de julho de 1966, Seção 1, página 8.094.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Diário Oficial da União, 24 de janeiro de 1967.

BRASIL. **Decreto Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967.** Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 de fevereiro de 1967, Seção 1, página 2.465.

BRASIL. **Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967.** Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Diário Oficial da União, 6 de dezembro de 1967, Seção 1, página 12.223.

BRASIL. **Decreto nº 62.699, de 14 de maio de 1968.** Constitui Grupo de Trabalho para o fim que menciona. Diário Oficial da União, 15 de maio de 1968, Seção 1, página 3.897.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. **Portaria nº 561, de 25 de outubro de 1968.** Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1968. Disponível em: <http://www.florestanacional.com.br/1968Portaria561.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de dezembro de 1968, Seção 1, página 10.801.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969.** Dá nova redação ao artigo 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Diário Oficial da União, 22 de janeiro de 1969, Seção 1, página 729.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da União, 20 de outubro de 1969, Seção 1, página 8.865.

BRASIL. **Decreto 68.377, de 19 de março de 1971.** Da nova redação aos Estatutos da Fundação Nacional do Índio. Diário Oficial da União, 22 de março de 1971, Seção 1, página 2.193.

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1973, Seção 1, página 13.177.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Portaria nº 320/N, de 19 de dezembro de 1975.** Brasília: 19 de dezembro de 1975.

BRASIL. **Decreto nº 76.999, de 8 de janeiro de 1976.** Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, 9 de janeiro de 1976, Seção 1, página 248.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Portaria nº 385/N, de 26 de julho de 1976.** Determina normas para delimitação de áreas indígenas, tendo em vista o Decreto nº 76.999, de 8 de janeiro de 1976. Brasília: 26 de julho de 1976.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Portaria nº 517/N, de 3 de agosto de 1978.** Normas para delimitação de áreas indígenas, tendo em vista o Decreto nº 76.999, de 8 de janeiro de 1976 e a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília: 3 de agosto de 1978.

BRASIL. **Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.** Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, 24 de fevereiro de 1983, Seção 1, página 3.009.

BRASIL. **Decreto nº 94.945, de 23 de setembro de 1987.** Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, 24 de setembro de 1987, Seção 1, página 15.593.

BRASIL. **Decreto nº 94.946, de 23 de setembro de 1987.** Regulamenta o item I, do artigo 17, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Diário Oficial da União, 24 de setembro de 1987, Seção 1, página 15.594.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 de fevereiro de 1989, Seção 1, página 2.321.

BRASIL. **Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de abril de 1990, Seção 1, página 7.096.

BRASIL. **Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991.** Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, 5 de fevereiro de 1991, Seção 1, página 2.485.

BRASIL. **Decreto nº 608, de 20 de julho de 1992.** Altera o Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre o processo de demarcação das terras indígenas. Diário Oficial da União, 21 de julho de 1992, Seção 1, página 9.595.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, 9 de janeiro de 1996, Seção 1, página 265.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 14, de 9 de janeiro de 1996.** Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 1996, Seção 1, página 341.

BRASIL. Congresso Nacional. **Proposta de Emenda à Constituição nº 215.** Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos

índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Autoria do Deputado Federal Almir Moraes Sá, Partido da República, apresentação em 28 de março de 2000. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, 19 de julho de 2000, Seção 1, página 1.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002**. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Diário Oficial da União, 21 de junho de 2002, Seção 1, página 2.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, 20 de abril de 2004, Seção 1, página 1.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima. Diário Oficial da União, 18 de abril de 2005, Seção 1, página 11.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição Popular nº 3.388, de 20 de abril de 2005**. Petição Popular (PET) que solicita a anulação da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2005. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630133>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 de agosto de 2007, Seção 1, página 1.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Portaria nº 682/PRES, de 24 de junho de 2008**. Aprova o Manual de Normas Técnicas para a Demarcação de Terras Indígenas e seus anexos. Brasília: Boletim de Serviço da FUNAI, ano 21, nº 12, junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 2.498, de 31 de outubro de 2011**. Estabelece que a Funai convoque os entes federados (nos quais se localizem as terras indígenas ainda não demarcadas) a indicar técnicos para acompanhar os

procedimentos demarcatórios. Diário Oficial da União, 1 de novembro de 2011, Seção 1, página 48.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Instrução Normativa nº 02, de 3 de fevereiro de 2012**. Baixar as seguintes instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em terras indígenas que, doravante, serão de aplicação obrigatória, sob pena de responsabilidade. Diário Oficial da União, 6 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 21.

BRASIL. Advocacia Geral da União. **Parecer nº GMF-05, de 19 de julho de 2017**. Estipula novas diretrizes para os processos de demarcação de terras indígenas. Diário Oficial da União, 20 de julho de 2017, Seção 1, página 1.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº 824, de 13 de dezembro de 2017**. Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Canela, no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial da União, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, página 263.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, 1º de janeiro de 2019, Seção 1 - Edição Especial, página 1.

BRASIL. **Medida Provisória nº 886, de 18 de junho de 2019**. Altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, 19 de junho de 2019, Seção 1, página 2.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, 6 de novembro de 2019, Seção 1, página 12.

BRASIL. Ministério de Economia. Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos. **Resolução nº 113, de 19 de fevereiro de 2020**. Qualificação no PPI das unidades de conservação das Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula. Diário Oficial da União, 9 de março de 2020, Seção 1, página 4.

BRASIL. Poder Executivo. **Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020**. Solicita ao Congresso Nacional o reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde. Brasília, 18 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-248641738>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do

Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União, 20 de março de 2020, Seção 1 - Edição Extra – C, página 1.

BRASIL. **Decreto nº 10.381, de 28 de maio de 2020**. Dispõe sobre a qualificação dos projetos de concessão das Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. Diário Oficial da União, 29 de maio de 2020, Seção 1, página 2.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, 1º de janeiro de 2023, Seção 1 - edição especial, página 1.

BREGALDA, Damiana. **Construindo corpos e pessoas Kaingang: os *kujà* nas bacias do rio dos Sinos e do Lago Guaíba**. 2007. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os Índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967)**. 2015. 452 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BRITO, Débora. Governo prepara editais de concessão de serviços em parque nacionais. Agência Brasil. **Agência Brasil**, 1 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/governo-prepara-editais-de-concessao-de-servicos-em-parques-nacionais>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

BRITO, Tito Alves de. **Esboço do Mappa dos Campos de Palmas e Territorios Contiguo**. [S.L.], 1843. Mapa. Escala 1:10 legas de 18 ao Grau. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/16954>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

CÂMARA, Gilberto. **Modelos, Linguagens e Arquiteturas para Bancos de Dados Geográficos**. 1995. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Computação Aplicada, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos (SP), 1995.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1983-82202013000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003). Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

CARDOZO, Ramón. **El Guaira: historia de la antigua provincia (1554-1676)**. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1938.

CARVALHO, José de. **Mappa da Provincia de São Paulo**. [S.L.]. 1889. Mapa. Escala 1:2.000.000. Autor José C. de Carvalho, Mandado Organisar pela Sociedade

Promotora de Imigração de São Paulo em 1886. Disponível em: <http://memoriaferroviaria.rosana.unesp.br:8080/handle/123456789/13>. Acesso em 06 de abril de 2022.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio. **Aos “Fantasmas das Brenhas”**: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. 538 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Povo Kaingang retoma terra tradicional em Canela (RS). **Conselho Indigenista Missionário**. [S.L.], 17 jul. 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/07/povo-kaingang-retoma-terra-em-canela-rs/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório**: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019. São Paulo: Conselho Indigenista Missionário, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CORREIO DA TARDE. Novo Atentado dos Bugres. **Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, 11 fev. 1852. Seção Interior, Seção 1183, p. 1-2.

CORTELETTI, Rafael. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CRÉPEAU, Robert. A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo bororo. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 8, n. 18, p. 113-129, dez. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832002000200005>.

CRISTINA DOS SANTOS, Linara. A influência do tropeirismo na formação histórica de Santa Bárbara do Sul: século XIX. 2010. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS), 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista do século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretária Municipal de Cultura, Fapesp, 1992. p. 133-154.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. **Novos Estudos**: DOSSIÊ 30 anos da constituição brasileira, CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 429-443, set./dez. 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/d9Kq7jjTt8GqR8DqBSqQbTK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Terra Indígena: história da doutrina e da legislação. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (org.). **Direito dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018b. p. 281-317.

CURTIS, Maria Luiza Lessa. O Povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Ano VIII, n. 13, p. 32-39, 1963.

DAVIS, Clodoveu; CÂMARA, Gilberto. Arquitetura de Sistemas de Informação Geográfica. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos (SP): INPE, 2001. p. 42-76.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil**. Paris: Firmin Didot Frères, 1834.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social: lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007.

DIÁRIO NOVO. Novo Atentado dos Bugres. **Diário Novo**. Recife, 23 fev. 1852. Seção Interior, p. 2.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A Tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang**. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2004.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. A Tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 2005. p. 127-153. (Arqueologia. Documento 10).

DREYS, Nicolão. **Noticia Descritiva da Provincia do Rio-Grande de São Pedro do Sul**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1839.

EHRENREICH, Paul. Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stand unsrer Kenntnisse. **Petermanns Mitteilungen**, [S.L.], v. 37, p. 113-124, 1891.

EHRENREICH, Paul Max Alexander. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro** – Typ. de G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, Tomo VIII, n. 1, p. 3-55, 1892.

ENGELMANN, Erni Guilherme *et al.* Maria Bugra – Igrejinha. In: OLIVEIRA, Pedro; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Raízes de Canela**. Porto Alegre: Est, 2003. p. 518-528.

FALA PARANÁ. A morte de Kretã um baque na luta dos índios. **Fala Paraná**. Curitiba, p. 12-13. abr. 1981.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para os estudos sobre o faccionalismo Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina (PR): Editora UEL, 2004. p. 83-145.

FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o Direito Territorial e Ambiental no Sul do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 111-128, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asocex07v1822015en>.

FIGUEIREDO CORREIA, Jader. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios**. Brasília: Ministério do Interior, 1967. 30 v.

FLESCHE, José Adriano. **Colônia de Nova Petrópolis**. [S.L.], [19..]. Mapa, Escala 1:50.000. Disponível em: [https://colonias.heuser.pro.br/app/mapa/\(picada-mapa/34/6066/overlay.digitalizado/34\)](https://colonias.heuser.pro.br/app/mapa/(picada-mapa/34/6066/overlay.digitalizado/34)). Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

FOLHA DA TARDE. CPI sobre os índios tomou sua resolução. **Folha da Tarde**. São Paulo, p. 18. 21 dez. 1967. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/9126\\_20100223\\_121148.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9126_20100223_121148.pdf). Acesso em 28 de novembro de 2022.

FOLHA. Índios Kaingangs seguem acampados na Floresta Nacional do Ibama. **Folha**. Gramado e Canela, p. 1-2. 27 jul. 2015. Disponível em: <https://portaldafolha.com.br/2015/07/27/indios-kaingangs-seguem-acampados-na-floresta-nacional-do-ibama/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

FORTHMANN, Heinz. **Entre os Índios do Sul**. Direção de Hermano Penna. Produção de Hermano Penna. Roteiro: Heinz Forthmann. Rio de Janeiro: SPI/SE, 1947. (11 min.), P&B. Disponível em: <https://youtu.be/Krhv1A2EZxU>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Kaingang**: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do planalto meridional. 2013. 358 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Mrūr Jykre – a cultura do cipó**: territorialidades kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS. 2005. 464 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FREITAS, Ana Elisa de Castro; VENZON, Rodrigo Allegretti. **Informação sobre a historicidade e tradicionalidade da ocupação Kaingang (Jê Meridional) na bacia hidrográfica do Lago Guaíba e formadores**: territorialidades associadas às micro-bacias hidrográficas dos arroios tiririca, caçador e saiqui, tributários da margem esquerda do curso médio do rio caí - município de Canela/RS. Porto Alegre: 2008. Documento entregue para a Procuradoria do MPF/RS.

FREITAS, Marina Mônica de. Indígenas e Ferrovias na Belle Époque Brasileira: a Noroeste do Brasil, a Ferrovia de Itajaí e a Vitória-Minas. In: 30° SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Associação Nacional de História (ANPUH), 2019. p. 1-17. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563988472\\_ARQUIVO\\_Indigena\\_seferroviassnabellepoque\(MarinaMFreitas\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563988472_ARQUIVO_Indigena_seferroviassnabellepoque(MarinaMFreitas).pdf). Acesso em: 10 fev. 2023.

FUHR, Guilherme. **Terra Indígena ou Parque Natural?** conflitos socioambientais e territorialidades em disputa no Morro do Osso, Porto Alegre – RS. 2012. 347 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FUHR, Guilherme; GERHARDT, Cleyton Henrique; KUBO, Rumi Regina. Entre Aldeia Kaingang ou Parque Natural: o processo de configuração de um conflito socioambiental na disputa pelo Morro do Osso, Porto Alegre, RS. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 26, p. 87-102, jul./dez. 2012. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v26i0.25457>.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI); DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ). **Noções Gerais de Legislação Indigenista e Ambiental:** Programa de Capacitação em Proteção Territorial. Brasília: FUNAI\GIZ, 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Qualificação da Reivindicação de Território Tradicional da Aldeia Kaingang Kógunh Mág/Jagtyg Fykóg (Canela/RS).** Informação Técnica nº 6/2020/Segat - CR-PFD/DIT - CR-PFD/CR-PFD-FUNAI. Passo Fundo (RS): Cr Passo Fundo – CTL Porto Alegre/CR-PFD, Funai, 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Geoprocessamento e Mapas.** Arquivos vetoriais das terras indígenas. Funai, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

GARDELIN, Mário. A Origem do Campo dos Bugres. In: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio (org.). **Colônia Caxias:** origens. Porto Alegre: Edições EST, 1993. p. 64-67.

GAY, João Pedro. História da República Jesuíta do Paraguai: desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861. **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, Typ. de D. Luiz dos Santos, Tomo VIII, p. 10-981, 1863.

GIBBS, Graham. **Análise de Dados Qualitativos.** Porto Alegre: Artemed, 2009.

GIBRAM, Paola Andrade. **Penhkár:** política, parentesco e outras histórias Kaingang. Curitiba: Appris, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GRIJÓ, Luiz Alberto *et al.* (org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. Imagens Contraditórias e Fragmentadas: sobre o Lugar dos índios nos Livros Didáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.L.], v. 77, n. 186, p. 422-437, 18 jun. 2019. Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.77i186.1088>.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Memória Social, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 19-37.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (org.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-44.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territoriais na Estratégia de Preservação da Natureza. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 271-290.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 15-33.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Vínculos territoriais – discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 29-40, maio 2017. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2017.v19i39.a13784>.

HOFFMANN, Maria Vitória; OLIVEIRA, Isabel Cristina Santos. Entrevista não-diretiva: uma possibilidade de abordagem em grupo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 62, n. 6, p. 923-927, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672009000600021>.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOMEM, Lopo. **Terra Brasilis**. [S.L.], 1519. Mapa. Autoria do cartógrafo português Lopo Homem, auxiliado por Pedro e Jorge Reinel. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart395878/cart395878.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.pdf). Acesso em 30 de março de 2022.

HORTA BARBOSA, Luís Bueno. **O Problema Indígena do Brasil**: conferência realizada no Atheneu de Montevideo, 1º de abril de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa

Nacional, Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção Aos Índios, 1947. (Publicação nº 88 da Comissão Rondon).

IHERING, Herman Von. A civilização prehistorica do Brazil Meridional. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Typographia A Vapor de Hennies Irmãos, v. 1, p. 1-128, 1895.

IHERING, Herman Von. Os Guayanãs e Caingangs de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Typographia do Diario Official, v. 6, p. 23-44, 1904.

IHERING, Herman Von. A anthropologia do estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Typographia do Diario Official, v. 7, p. 202-257, 1907.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Atlas Geográfico Escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério da Economia. **Base Cartográfica Contínua do Brasil, escala 1:250.000 – BC250**: versão 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Documentação técnica geral.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Canela**. Brasília: ICMBio, MMA, 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Ministério do Meio Ambiente. Governo abre consulta para concessão de Florestas no RS. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Setor de Comunicação**. Brasília, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/governo-abre-consulta-para-concessao-de-florestas-no-rs>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Caminhos contra o retrocesso. Márcio Santilli rememora a resistência e as alianças da Constituinte como inspiração para os dias de hoje: histórias socioambientais. **Instituto Socioambiental (ISA)**. [S.L.], 16 out. 2018. Disponível em: <https://medium.com/hist%C3%B3rias-socioambientais/caminhos-contra-o-retrocesso-6944ef105288>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

JAHNEL, Teresa Cabral. As Leis de Terra no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 65, p. 105-116, 1987.

JANH, Adalberto. **Carta Topographica d'uma parte do Município de São Leopoldo, contendo as terras colonisadas, organisadas segundo os trabalhos officiaes e as medições mais exactas pelo agrimensor Ernesto Müzell**. Leipzig (Alemanha), 1870. Mapa, Escala 1:75.000, Instituto Lithographico de F. A. Brockhaus. Disponível em: [https://colonias.heuser.pro.br/app/mapa/\(picada-mapa/2/5799//overlay:digitalizado/2\)](https://colonias.heuser.pro.br/app/mapa/(picada-mapa/2/5799//overlay:digitalizado/2)). Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

JORNAL DO BRASIL. Bandeira de Melo defende a sua ação de aculturação e reafirma que Xingu é museu. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1º maio 1971. Disponível em:

[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/40745\\_20170420\\_1\\_05613.PDF](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/40745_20170420_1_05613.PDF). Acesso em 28 de novembro de 2022.

JORNAL DO BRASIL. Sertanista Antônio Cotrim abandona a Funai para não ser um “coveiro de índio”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 62. 20 maio 1972. Disponível em:

[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/40799\\_20170426\\_1\\_01139.PDF](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/40799_20170426_1_01139.PDF). Acesso em 13 de setembro de 2022.

JORNAL DO BRASIL. Índia Gaúcha revela carta que mandou a Geisel contra invasores de suas terras. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 ago. 1975. Disponível em:

[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/9770\\_20100310\\_14\\_2213.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9770_20100310_14_2213.pdf). Acesso em 13 de setembro de 2022.

JUSTINO, Guilherme. Parques nacionais de Canela e São Francisco de Paula entram em lista de concessões à iniciativa privada. **Gaúcha Zero Hora**. Porto Alegre, 19 fev. 2020. GZH Ambiente. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2020/02/parques-nacionais-de-canela-e-sao-francisco-de-paula-entram-em-lista-de-concessoes-a-iniciativa-privada-ck6tusuew0kkf01qdjyya69xa.html>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

KERBER, Alessander; PRODANOV, Cleber Cristiano; PUHL, Paula Regina. Representações étnicas no folhetim "Maria Bugra": episódio dos princípios da colonização alemã e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. **Anos 90**, [S.L.], v. 14, n. 26, p. 191-214, 17 dez. 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1983-201x.5396>.

KRENAK, Ailton. Discurso em plenário de Ailton Krenak para a 23ª Reunião Extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte em 4 de setembro de 1987. Comissão de Sistematização. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento "B")**, Brasília, 27 de janeiro de 1988.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 2000. (Antropologia. Documento 56).

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Fronteiras geográficas, éticas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 2007. (Antropologia. Documento 64).

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; VEDDY, Moisés Ilair Blum. Movimentações envolvendo indígenas kaingang e imigrantes alemães em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí. **Redes**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 186-208, maio 2019. APESC - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i2.8375>.

LIMA JÚNIOR, Júlio Bierrénbac. Relatório apresentado pelo Snr. Júlio Bierrénbac Lima Júnior. In: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo). Publicado no Período Presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá Sendo Secretario da Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho. **Exploração dos Rios Feio e Aguapehy**: (extremo sertão do estado): 1905. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke e Rothschild, 1906. p. 11-14.

LOPES, Luciano. A cabeça da Terra: principal líder do movimento indígena dos anos 1970, Aílton Krenak lança livro que reúne entrevistas concedidas entre 1984 e 2013. **Revista Ecológico**, [S.L.], n. 88, p. 1-4, nov. 2016. Disponível em: <http://revistaecologico.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-88/a-cabeca-da-terra/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LUCENA, Eliana. Polícia tira posseiros da reserva. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 15. 22 fev. 1978. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780222-31575-nac-0015-999-15-not>. Acesso em 13 de setembro de 2022.

MABILDE, Pierre François Alphonse. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação dos Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. Brasília e São Paulo: IBRASA, Fundação Nacional Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1983.

MABILDE, Pierre François Alphonse. O índio Kaingang do Rio Grande do Sul, no século XIX. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), 1998. p. 141-170. (Arqueologia. Documento 02).

MACHADO, Lia Osório. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 19-32, 1997.

MANIZER, Henrich Henrikhovitch. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas (SP): Curt Nimuendajú, 2006.

MARÉCHAL, Clémentine. **Ēg ga ěg kófa tú (A nossa terra é a nossa história)**: território, trabalho, xamanismo e história em retomadas kaingang. 2021. 665 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MARÉCHAL, Clémentine *et al.* (org.). **Nota técnica**: 001/2020 - sobre a ancestralidade e tradicionalidade Kaingang da área da Floresta Nacional de Canela (FLONA/ICMBIO/MMA). Porto Alegre: Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS (LAE/UFRGS), Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS), 2020.

MAZUI, Guilherme; NÉRI, Felipe. 'Na ponta da linha, quem demarca terra indígena é o presidente', diz Bolsonaro: nova MP publicada na quarta-feira transfere responsabilidade da Funai para pasta da agricultura. medida foi editada após congresso rejeitar proposta com o mesmo teor. **Portal G1**. [S.L.], 21 jun. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/21/na-ponta-da-linha-quem-demarca-terra-indigena-e-o-presidente-diz-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

MELATTI, Delvair Montagner. **Aspectos da organização social dos Kaingang Paulistas**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Departamento Geral de Planejamento Comunitário, 1976.

MENDES JÚNIOR, João. **Os Indígenas do Brasil, seus direitos individuais e Políticos**. São Paulo: Editora Fac. Similar, Typographia Hennies Irmãos, 1912.

MENEGAT, Rualdo; PORTO, Maria Luiza; CARRARO, Carlos; FERNANDES, Luís Alberto Dávila (org.). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1998. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/atlas/#comoler>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel Jean Marie (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980. p. 191-212. (Coleção Teoria e História 6).

MILANEZ, Felipe (org.). **Memórias Sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

MORAES, Antônio Robert de. Notas Sobre a Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil. **Revista Território**, [S.L.], ano IV, n. 7, p. 43-50, jul./dez. 1999.

MORAES, Antônio Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá (PR): Eduem, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu. A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S.L.], n. 27, p. 135-157, dez. 2016. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137291>.

MOURA, Nina Simone Vilaverde. Geomorfologia: as formas de relevo dos morros de porto alegre. In: SETUBAL, Robberson Bernal; BOLDRINI, Ilsi Iob; FERREIRA, Pedro Maria de Abreu (org.). **Campos dos morros de Porto Alegre**. Porto Alegre: Igré – Associação Sócio-Ambientalista, 2011. p. 33-38.

MÜLLER, Sandra Cristina; OVERBECK, Gerhard Ernst; SETUBAL, Robberson Bernal. A coexistência entre campos e florestas: qual a vegetação natural de Porto Alegre. In: SETUBAL, Robberson Bernal; BOLDRINI, Ilsi Iob; FERREIRA, Pedro Maria

de Abreu (org.). **Campos dos morros de Porto Alegre**. Porto Alegre: Igré – Associação Sócio-Ambientalista, 2011. p. 51-58.

NACKE, Aneliese. Os Kaingang: passado e presente. In: NACKE, Aneliese *et al.* (org.). **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó (SC): Argos, 2007. p. 33-42.

NASCIMENTO, Diana. **A Resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang frente ao avanço do agronegócio: o caso da terra indígena Nonoai - RS**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto *et al.* (org.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 25-46.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas**. São Paulo: Editora Loyola, 1982.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Ethnografia e indigenismo**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1993

NOAL, Flávia. Indígenas ocupam área de floresta na Serra. **Gaúcha Zero Hora**. Porto Alegre, 16 jul. 2018. Geral. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/07/indigenas-ocupam-area-de-floresta-na-serra-cjjonlr9k005t01o4zp5x75yu.html>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S.L.], n. 3, p. 285-302, nov. 1999. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113474>.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, [S.L.], n. 44, p. 218-269, fev. 2000. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>.

NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê no Sul do Brasil. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina (PR): Editora UEL, 2004. p. 17-55.

NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 57-84, jan. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100004>.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Caingangues lutam para reaver suas terras. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 34. 19 maio 1974. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740519-30411-nac-0034-999-34-cen/busca/Jos%C3%A9+Reck>. Acesso em 13 de setembro de 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Missionários criticam os métodos da Funai. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 17. 18 abr. 1975. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750415-30690-nac-0017-999-17-not/busca/criticam+Funai>. Acesso em 13 de setembro de 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Villas Boas: Integrar é destruir o índio. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 12-13. 4 fev. 1979. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790204-31870-nac-0013-999-13-not>. Acesso em 13 de setembro de 2022.

O GLOBO. Jucá critica debate ideológico da questão indígena. **O Globo**. Rio de Janeiro, 6 set. 1987. Primeiro Caderno, O País, p. 10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019870906>. Acesso em 30 de setembro de 2022.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. **Boletim do Museu Nacional. Zoologia**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 1-28, 1983.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o estatuto do índio. In: SANTOS, Silvio Coelho (org.). **Sociedades indígenas e o direito**: uma questão de direitos humanos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985. p. 40-52.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 43-68.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1989. 60 p. (Comunicação nº 14).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do indigenismo**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1988.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; MESQUITA, Ilka Miglio de. O projeto assimilacionista português: o diretório pombalino sob um olhar decolonial. **Roteiro**, [S.L.], v. 44, n. 1, p. 1-18, fev. 2019. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.18593/r.v44i1.15119>.

PACHECO, Tania; CAVALCANTI, Ana Paula; LEVI, Daniel. Povo Kaingang retoma terra tradicional em Canela (RS). **Racismo Ambiental**. [S.L.], 17 jul. 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/07/17/povo-kaingang-retoma-terra-tradicional-em-canela-rs/>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

PANITZ, Lucas Manassi; MURILLO, Luis Felipe Rosado. Etnografia multilocalizada em antropologia e geografia. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 167-193.

PARELLADA, Claudia Inês. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, Sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S.L.], n. 27, p. 158-167, dez. 2016. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137300>.

PENNA, Hermano. **Índios, memória de uma CPI**. Direção de Hermano Penna. Produção de Hermano Penna. Realização de Tv Câmara. Brasília: Tv Câmara, 1998. (31 min.). Disponível em: <https://youtu.be/OWmLCH3rbf8>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PETRY, Leopoldo. Maria bugra: episódio dos princípios da colonização alemã. **O 5 de Abril**. São Leopoldo (RS), 1931.

PEZAT, Paulo Ricardo. **Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade**: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974). 2007. 562 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os Nômades**: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. 1992. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 1992.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Terra não é Troféu de Guerra. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina (PR): Editora UEL, 2004. p. 317-352.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**: primeira parte. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. (Coleções Jesuítas no Sul do Brasil. Volume III).

PORTUGUAL. **Lei das Sesmarias de 1375**. AHMC - Pergaminhos Avulsos, nº 29. Lisboa (Portugal). Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/lei-das-sesmarias-1375>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

PORTUGAL. **Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario**. 03 de maio de 1757. Lisboa (Portugal): Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca, 1758.

PORTUGAL. **Collecção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal**. Parte 2. Legislação moderna. Coimbra (Portugal): Na Real Imprensa da Universidade, 1819.

PORTUGAL; ESPANHA. **Tratado de Tordesilhas**. Versão Portuguesa. Tordesilhas (Espanha): Archivo General de Indias, Patronato, 1494. Disponível em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/121026?nm>. Acesso em 10 fevereiro de 2023.

PORTUGAL; ESPANHA. **Tratado de Limites das Conquistas entre Os muito Altos, e Poderosos Senhores, Dom João V. Rei de Portugal, Dom Fernando VI. Rei da Espanha. Pelo qual abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesillas de 7 de junho de 1494, se determina individualmente a Raya dos Dominios de huma e outra Corôa na America Meridional**. 13 de janeiro de 1750. Madrid (Espanha): Officina de Joseph da Costa Coimbra. (Tratado de Madri), 1750. Disponível em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/5176221?nm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

PORTUGAL; ESPANHA. **Tratado preliminar de límites en América y Asia celebrado entre España y Portugal concluido y firmado por los respectivos plenipotenciarios, el conde de Floridablanca y Francisco de Souza, en San Ildefonso el 1 de octubre de 1777**. Santo Ildefonso (Espanha): Archivo Histórico Nacional, 1777. Disponível em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/5347016>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

PRADELLA, Luiz Gustavo Souza; SALDANHA, José Rodrigo. A presença Kaingang no Morro do Osso entre diferentes Perspectivas Sócio-discursivas. **Espaço Ameríndio**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 52-82, dez. 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-6524.2658>.

PREZIA, Benedito Antonio Genofre. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S.L.], n. 8, p. 155-177, dez. 1998. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1998.109537>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**, [S.L.], ano 17, n. 37, p. 4-28, dez. 2002. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005a. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005b. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300002>.

QUINTERO WEIR, José Ángel. **Fazer Comunidade: notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo – Venezuela**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2018.

QUINTERO WEIR, Jose Angel. O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê. **Cadernos IHU Ideias: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo (RS)**, v. 20, n. 330, p. 4-22, maio 2022. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7818-o-mundo-e-um-grande-olho-que-vemos-e-que-nos-ve>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RÁDIO GRAMADO NEWS. Inauguração do Espaço de Arte Indígena no Lago Negro. **Rádio Gramado News**. Gramado, 22 mar. 2016. Disponível em: <http://www.radiogramadonews.com.br/inaugurado-espaco-de-arte-indigena-no-lago-negro/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

RÁDIO SENADO. Luís Carlos Heinze defende concessão de florestas gaúchas para a iniciativa privada. **Rádio Senado**. Brasília, 16 de abril de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/16/luis-carlos-heinze-defende-concessao-de-florestas-gauchas-para-a-iniciativa-privada>. Acesso em 20 de março de 2021.

RAMOS, Halder. Comércio no Lago Negro gera polêmica em Gramado. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 21 dez. 2013. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/com%C3%A9rcio-no-lago-negro-gera-pol%C3%AAmica-em-gramado-1.133087>. Acesso em 09 de novembro de 2022.

RAMOS, Halder. Caingangues ocupam área de conservação. **Correio do Povo**. Porto Alegre, p. 8. 2 ago. 2015a.

RAMOS, Halder. Reintegração em área com índios é suspensa. **Correio do Povo**. Porto Alegre, p. 11. 5 ago. 2015b.

RAMOS, Halder. Índios mantêm ocupação na Floresta Nacional em Canela. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 17 jul. 2018a. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/%C3%ADndios->

[mant%C3%AAm-ocupa%C3%A7%C3%A3o-na-floresta-nacional-em-canela-1.269548](#). Acesso em 10 de novembro de 2022.

RAMOS, Halder. Índigenas voltam a ocupar Floresta Nacional em Canela. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 18 jul. 2018b. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/ind%C3%ADgenas-voltam-a-ocupar-floresta-nacional-em-canela-1.267403>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

REIS, Thiago. Índios agridem secretário do Meio Ambiente de Porto Alegre. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 jun. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69400.shtml>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

RELA, Eliana; IOTTI, Luiza. **Retratos Santa Lucia do Piaí**: paisagens. Caxias do Sul (RS): Educs, 2014.

REVISTA VEJA. Os conflitos de Nonoai. **Revista Veja**, [S.L.], p. 62-63, maio 1978. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/11162\\_20100416\\_1\\_04240.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/11162_20100416_1_04240.pdf). Acesso em 18 de agosto de 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. (Constituição Estadual). **Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul de 1891**. Porto Alegre, 14 de julho de 1891.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Públicas. Diretoria de Terras e Colonização. **Situação dos Toldos dos Índios Coroados do Rio Grande do Sul**. [S.L.], 1916. Mapa. Escala 1:2.000.000.

RIO GRANDE DO SUL. (Constituição Estadual). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989**. Porto Alegre, 3 de outubro de 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.115, de 12 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado. Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul, 13 de março de 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020**. Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul, 19 de março de 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020**. Institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no

Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID-19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul, 20 de março de 2020, 3ª edição.

ROCHA, Francisco. Kaingangs voltam a se instalar na Floresta do Ibama. **Folha**. Gramado e Canela, 17 jul. 2018. Disponível em: <https://portaldafolha.com.br/2018/07/17/kaingangs-voltam-a-se-instalar-na-floresta-do-ibama/>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

RODRIGUES, Ayrton Dall'igna. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Editora Loyola, 1986.

RODRIGUES, Ayrton Dall'igna. Para o estudo histórico-comparativo das línguas Jê. In: SANTOS, Ludoviko dos; PONTES, Ismael (org.). **Línguas Jê**: estudos vários. Londrina (PR): Editora UEL, 2002. p. 1-14.

RODRIGUES, Cíntia Régia. A diretoria de terras e colonização, o PRR e as populações autóctones no RS. **Trajetos**: Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 91-105, jun. 2008.

RODRIGUES, Cíntia Régia. A política indigenista entre o império e os primórdios da república: os nativos no Rio Grande do Sul. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 146-164, mar. 2011. Revista Territórios e Fronteiras. <http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v1i2.22>.

RODRIGUES, Cíntia Régia. O Apostolado Positivista do Brasil e o SPILTIN: propostas e políticas para a questão indígena no Brasil. **Topoi (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 20, n. 40, p. 185-203, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x02004009>.

RODRIGUES, Maicon Diego. **Histórico de Taquara-RS**. Taquara (RS): Museu Municipal Adelmo Trott, Prefeitura Municipal de Taquara, 2020. Disponível em: <https://www.taquara.rs.gov.br/conteudo/2848/918?titulo=Hist%C3%B3rico>. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

ROGGE, Jairo Henrique. **Fenômenos de Fronteira**: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. 2004. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2004.

ROGGE, Jairo Henrique; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Pesquisas**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), 2009. p. 23-132. (Antropologia. Documento 67).

RODON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul de Mato Grosso**: Tomo I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

ROSA, Rogério Réus Gonçalves da. A rítmica da lua na luta pela terra dos Kaingang de Iraí. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.).

**Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina (PR): Editora UEL, 2004. p. 267-284.

ROSA, Rogério Réus Gonçalves da. O Território Xamânico Kaingang Vinculado às Bacias Hidrográficas e à Floresta de Araucária. **Cadernos do LEPAARQ: Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio.** Editora da UFPEL, [S.L.], v. 2, n. 4, p. 99-115, ago./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/888>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

SACK, Robert. O significado da Territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: Insular, 2013. p. 19-37.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 143-174.

SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de. **Viagem pela Comarca de Curitiba.** Curitiba: Farol do Saber, 1995.

SALDANHA, José Rodrigo. **“Eu não sou pedra para sempre”:** Cosmopolítica e Espaço Kaingang no Sul do Brasil Meridional. 2009. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SAMPAIO, Theodoro; DERBY, Orville. Qual a verdadeira graphia do nome Guayaná? Goyana ou Guayana? **Revista Instituto Historico e Geographico de São Paulo:** Edição 1896-1897, Typographia Aurora, São Paulo, v. 2, p. 27-34, 1898.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2012a.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: EdUSP, 2012b.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: EdUSP, 2014a.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: EdUSP, 2014b.

SÃO PEDRO DE RIO GRANDE DO SUL. Vice-Presidente da Província. **Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro de Rio Grande do Sul, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1852.** Porto Alegre: Typogmphia do Mercantil, 1852.

SÃO PEDRO DE RIO GRANDE DO SUL. Presidente da Província. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro de Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853.** Porto Alegre: Typogmphia do Mercantil, 1853.

SÃO PEDRO DE RIO GRANDE DO SUL. Presidente da Província. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro de Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854.** Porto Alegre: Typogmphia do Mercantil, 1854.

SÃO PEDRO DE RIO GRANDE DO SUL. Presidente da Província. **Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, entregou a Presidência da Província de São Pedro de Rio Grande do Sul, ao Vice-Presidente Luís Alves Leite de Oliveira Bello no dia 30 de junho de 1855.** Porto Alegre: Typogmphia do Mercantil, 1855.

SARTORI JUNIOR, Dailor. Colonialidade e o marco temporal da ocupação de terras indígenas: uma crítica à posição do Supremo Tribunal Federal. **Hendu – Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 88-100, ago. 2018. Universidade Federal do Para. <http://dx.doi.org/10.18542/hendu.v7i1.6005>.

SCHADEN, Egon. **A mitologia heroica de tribos indígenas do Brasil: ensaios etnossociológicos.** São Paulo: EdUSP, 1988.

SCHIMITT, Jean-Claude. **O Corpo das Imagens: ensaios a cultura visual na Idade Média.** Bauru (SP): Edusc, 2007.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. As tradições Ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul.** São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 1998. p. 75-130. (Arqueologia. Documento 02).

SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **As casas subterrâneas de São João do Cerrito.** São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 2014.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A Arqueologia do Jê Meridional Uma longa aventura intelectual. **Revista Cadernos do CEOM**, [S.L.], v. 29, n. 45, p. 7-32, dez. 2016. Cadernos do CEOM. <http://dx.doi.org/10.22562/2016.45.01>.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Ítala Irene Basile. Os primitivos engenheiros do Planalto e suas estruturas subterrâneas. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Arqueologia do Rio Grande do Sul.** São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 2006. p. 65-100. (Arqueologia. Documento 05).

SCHMITZ, Pedro Ignácio; NOVASCO, Raul Viana. Pequena História Jê Meridional através do Mapeamento dos Sítios Datados. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Pesquisas.** São Leopoldo (RS): Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), 2013. p. 35-41. (Antropologia. Documento 70).

SEEGER, Anthony; MATTA, Roberto da; CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **Sociedades indígenas & indigenismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1979. p. 2-19.

SESES KAINGANG, P. C. Discurso de Pedro Cornélio Seses Kaingang para a 11ª reunião ordinária da Assembleia Nacional Constituinte no dia 5 de maio de 1987. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, Ano I – suplemento ao nº 63, Brasília, 21 de maio de 1987.

SILVA, Fabíola Andrea; NOELLI, Francisco Silva. Para uma síntese dos Jê do Sul: Igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. **Estudos Ibero-Americanos**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 5-12, dez. 1996. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.1996.1.28771>.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Glaucio José *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-222.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Roberto da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Trabalho de Campo em Geografia: por uma perspectiva participante em investigação científica. In: MARAFON, Glaucio José *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 173-190.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de História**, [S.L.], v. 18, n. 37, p. 73-96, mar. 1959. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107270>.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; BASSO, Luís Alberto; VERDUM, Roberto (org.). **Ambiente e Lugar no Urbano**: a grande porto alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 13-34.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; MOURA, Nina Simone Vilaverde. Morfogênese do Relevo do Estado do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). **Rio Grande do Sul**: paisagem e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 11-26.

SUL 21. Entidades pedem reparação a povos indígenas por violações durante a ditadura. **Sul 21**. Porto Alegre, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2018/12/entidades-pedem-reparacao-a-povos-indigenas-por-violacoes-durante-a-ditadura/>. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. **Entre os nossos índios**. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

TEDESCO, João Carlos. Os indígenas na enxada: processos produtivos e de controle social na Colônia Militar de Caseros – 1858-1878. **Revista História: Debates e Tendências**, [S.L.], v. 2, n. 19, p. 288-313, maio 2019. UPF Editora. <http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.2n.19.9431>.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane. A Comissão de Terras e os indígenas no projeto de colonização na Primeira República – Norte do Rio Grande do Sul. **Anos 90**, [S.L.], v. 27, p. 1-21, set. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1983-201x.90486>.

TESCHAUER, Carlos. **Porandúba Riograndense**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1929.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em Movimento. 1995. 351 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e Natureza na Ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina (PR): Editora UEL, 2004. p. 145-197.

URBAN, Greg. A história cultural brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretária Municipal de Cultura, Fapesp, 1992. p. 87-102.

VANIN, Alex Antônio; SILVA, Gean Zimermann da; TEDESCO, João Carlos. A disputa pela terra entre indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: síntese de alguns elementos históricos. In: TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José da (org.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil**: questões contemporâneas. Chapecó (SC): Editora UFFS, 2018. p. 175-229.

VATICANO. **Bula Inter Caetera**. Bulla del Papa Alexandro VI dada el año 1493, en que concede a los Reyes Cathólicos y sus sucesores todo lo que ganaren y conquistaren en las Indias no estando ocupado por otros. Roma, 4 de maio de 1493. Disponível em:

<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/17163?nm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

VEECK, Marcelo Wasem. Relatos de um negro velho. In: OLIVEIRA, Pedro; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Raízes de Canela**. Porto Alegre: Est, 2003. p. 326-329.

VEIGA, Juracilda. **Organização e Cosmovisão Kaingang**: uma Introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional. 1994. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1994.

VEIGA, Juracilda. Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina (PR): Editora UEL, 2004. p. 267-284.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. **A inconstância da alma selvagem**: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. **A Guerra dos Bugres**: a saga da nação Caingangues no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda, 1986.

WESTPHALEN, Moysés. Reforma agrária na terra dos índios. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 3 jul. 1973. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/8990\\_20100219\\_100943.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/8990_20100219_100943.pdf). Acesso em 18 de agosto de 2022.

WIESEMANN, Ursula. **Os dialetos da língua Kaingáng e o Xoklém**. Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, Arquivos de Anatomia e Antropologia, 1978. (Volume 3).

WIESEMANN, Ursula. **Dicionário**: Kaingang – Português. Português – Kaingang. Brasília: Summer Institute Of Linguistics, 1981.